



# Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

**Polo VII: UFCG / Cajazeiras**

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes  
Edinaura Almeida de Araújo**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

POLO VII - CAJAZEIRAS

**Governo Federal**

Presidenta Dilma Rousseff

**Ministério da Educação**

Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada,  
Alfabetização, Diversidade e Inclusão**

Macaé Maria Evaristo dos Santos

**Universidade Federal de Campina Grande**

José Edílson de Amorim

**Coordenação de Material Didático**

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Layse Kyriac Felix da Costa Moura

**Coordenação Pedagógica**

Norma Maria de Oliveira Lima - Campina Grande

Marta Maria da Conceição - Cuité

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima - Sumé

Rosalva Dias da Silva - Patos

Juliana Fernandes Moreira - Pombal

Vorster Queiroga Alves - Sousa

Edinaura Almeida de Araújo – Cajazeiras

**Coordenação Operacional**

Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES/ UFCG

**Técnicos de Apoio**

Arlylyson da Cunha Moraes

Alderiza Veras Albuquerque

Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Crislene Rodrigues da Silva Morais  
Edinaura Almeida de Araújo  
(Organizadoras)

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

## POLO VII - CAJAZEIRAS

**Débia Suênia da Silva Sousa**  
**Dorgival Gonçalves Fernandes**  
**Edinaura Almeida de Araújo**  
**Francisco das Chagas de Loiola Sousa**  
**Hercília Maria Fernandes**  
**Maria Janete de Lima**  
**Risomar Alves dos Santos**  
**Valéria Maria de Lima Borba**  
**Stella Maria de Morais Santiago**



Campina Grande – Paraíba  
2015

Direitos Reservados © 2015  
Universidade Federal de Campina Grande

Avenida Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
CEP: 58429-900 – Campina Grande (PB)

**Impresso no Brasil**

**Texto de Apresentação**

Crislene Rodrigues da Silva Morais

**Concepção da Capa**

Raíssa Gonçalves Cavalcanti  
Crislene Rodrigues da Silva Morais

**Impressão**

RDS Gráfica e Editora Ltda.  
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia  
60.020-150 – Fortaleza (CE) – rds1048@gmail.com

Morais, Crislene Rodrigues da Silva

Educação de jovens e adultos e economia solidária – Polo VII - Cajazeiras / Crislene Rodrigues da Silva Morais, Edinaura Almeida de Araújo. – Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.

228p.

ISBN: 978-85-7997-141-9

1. Economia. 2. Economia Solidária. 3. Educação. 4. Educação de Jovens e Adultos.  
I. Morais, Crislene Rodrigues da Silva. II. Araújo, Edinaura Almeida de. III. Título.

CDD 330

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>Homenagem .....</b>	<b>9</b>
<b>A Economia Solidária e os desafios pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos na visão dos seus professores.....</b>	<b>11</b>
<i>Maria de Lourdes Afonso Henrique</i> <i>Valéria Maria de Lima Borba</i>	
<b>A empregabilidade dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos .....</b>	<b>24</b>
<i>Jaerly Dias Rolim de Lima</i> <i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i>	
<b>A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras: considerações docentes .....</b>	<b>38</b>
<i>Janildo da Silva Lourenço</i> <i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i>	
<b>A formação do professor da EJA numa perspectiva de Economia Solidária .....</b>	<b>50</b>
<i>Valcira Catarina de Melo</i> <i>Edinaura Almeida de Araújo</i>	
<b>A leitura e a escrita: meios para o desenvolvimento da Economia Solidária na EJA.....</b>	<b>67</b>
<i>Zenilda Abrantes de Souza</i> <i>Risomar Alves dos Santos</i>	
<b>A leitura na EJA e suas contribuições para o desenvolvimento do educando numa perspectiva de Economia Solidária .....</b>	<b>77</b>
<i>Maria Elinoélia Manguieira Rolim</i> <i>Hercília Maria Fernandes</i>	
<b>A relação do aluno da EJA do Sistema de Ensino Público de Cajazeiras-PB com a disciplina de História: realidade e perspectivas .....</b>	<b>88</b>
<i>Djalma Luiz do Nascimento Dantas</i> <i>Débia Suênia da Silva Sousa</i>	
<b>As concepções dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos sobre Economia Solidária.....</b>	<b>108</b>
<i>Maria Aparecida Pereira de Sousa</i> <i>Maria Janete de Lima</i>	
<b>Concepções sobre a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional na cidade de Cajazeiras-PB: enfoques na Economia Solidária .....</b>	<b>123</b>
<i>Vanessa Freitas de Lira</i> <i>Edinaura Almeida de Araújo</i>	

<b>Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos: um estudo acerca da capacitação dos jovens para atuação em um modelo econômico alternativo.....</b>	<b>136</b>
<i>Cleidimar Dantas Batista</i>	
<i>Francisco das Chagas de Loiola Sousa</i>	
<b>Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: uma proposta de ressocialização por meio da ECOSOL.....</b>	<b>147</b>
<i>Genecilda Pereira da Silva</i>	
<i>Edinaura Almeida de Araujo</i>	
<b>EJA e a prática da sustentabilidade como instrumento para a Economia Solidária: experiências dos sócios da ASCAMARC.....</b>	<b>160</b>
<i>Maria Gilsivania de Lucena</i>	
<i>aléria Maria de Lima Borba</i>	
<b>O Educador de Jovens e Adultos e sua formação.....</b>	<b>175</b>
<i>Simone Vieira Gomes</i>	
<i>Edinaura Almeida de Araújo</i>	
<b>Repensando o conceito de fracasso escolar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos.....</b>	<b>187</b>
<i>Margarete Mangueira Rolim Santos</i>	
<i>Francisco das Chagas de Loiola Sousa</i>	
<b>Educação de Jovens e Adultos: realidades e perspectivas .....</b>	<b>198</b>
<i>José Erivaldo Vieira</i>	
<i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i>	
<b>Um estudo sobre o perfil de alunos e alunas do PROEJA do IFPB de Cajazeiras-PB.....</b>	<b>206</b>
<i>Francisca Amanda Abreu Martins</i>	
<i>Stella Maria de Moraes Santiago</i>	
<b>O Educador de Jovens e Adultos: possibilidades e perspectivas de uma prática pedagógica em Economia Solidária.....</b>	<b>216</b>
<i>Maria de Lourdes Enéas de Oliveira</i>	
<i>Edinaura Almeida de Araújo</i>	

## Apresentação

A Economia Solidária (ES) vem ganhando espaço pela característica inovadora de geração de trabalho e renda, tendo como principal foco a inclusão socioeconômica. Esta economia compreende um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas de forma autogestionária. As experiências em ES no Brasil demandam aprendizagens específicas que requerem a alfabetização dos trabalhadores empreendedores, tornando-se necessária a aquisição de certas competências e habilidades.

Tendo em vista a necessidade de difundir esta temática na Educação de Jovens e Adultos, foi criado na UFCG, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (EJAECOSOL) que visou ampliar a compreensão dos educadores sobre as possibilidades de novas formas de inserção dos sujeitos da EJA ao mundo do trabalho.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL foi realizado nos 07 (sete) Câmpus da UFCG, proporcionando aos profissionais envolvidos a possibilidade de um ambiente de reflexão acerca de suas práticas como educadores e/ou gestores. Este curso ajudou os educadores da Economia Solidária e da EJA, gestores e coordenadores de EJA, além outros participantes da ES a ter maior proximidade com a temática da Economia Solidária, dialogar com seus pares, refletir sobre suas práticas como educadores e aprofundar seus conhecimentos, além de executar uma atividade mais eficaz, do ponto de vista da transformação da sua realidade e dos alunos/trabalhadores que frequentam as turmas de EJA.

Esta proposta teve como objetivo promover a integração dos conhecimentos e práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, na Paraíba, através da articulação entre os diversos atores envolvidos em atividades de formação e produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA/Economia Solidária, como forma de possibilitar aos educandos da EJA e a comunidades a apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável.

No que se refere a difusão e transferência de conhecimentos o projeto conseguiu atingir quase todo estado da Paraíba tendo em vista que os cursos aconteceram em sete municípios do estado (Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras), e alcançou cerca de 280 profissionais das mais diversas áreas de atuação, além do envolvimento de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que contribuíram na ministração de disciplinas e orientação dos profissionais envolvidos.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL formou em 2013 na Paraíba, 190 especialistas em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, estando suas monografias distribuídas nas bibliotecas dos Câmpus da UFCG.

Esta coletânea de artigos apresentadas em sete volumes com aproximadamente 21 capítulos cada, pretende contribuir para a formação de educadores, comunidades e gestores, na construção de conhecimento sobre as práticas de economia solidária no Semiárido paraibano. Para tanto, os artigos relatam as experiências e reflexões dos autores e das comunidades envolvidas, acerca das relações entre educação e trabalho associado, promovendo uma educação problematizadora que contribuiu para a autonomia dos educandos e dos educadores.

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes**

## Homenagem aos Mestres e Doutores da UFCG (ECOSOL e EJA)

Começamos em Outubro  
Professores a estudar  
Pesquisadores e mestres  
Todos a nos ensinar  
Essa nova economia  
Veio para inovar.

Doutora Ângela Ramalho  
De parangolé falou  
De filmes libertadores  
A didática anunciou  
Dediquei um dos cordéis  
A mestra que aqui marcou.

A mestra Sônia retorna  
Com uma nova disciplina  
Falou da pedagogia  
Práticas da nossa sina  
E da nossa educação  
Que a todos contamina.

Pioneira em ECOSOL  
Vivências nós vamos ter  
Conhecimentos diversos  
Sobre a EJA vamos ver  
Seremos pesquisadores  
Populares vamos ser.

Ela falava baixinho  
Quando a turma se agitava  
O seu nome é Idel  
De currículo ela falava  
Valorize o ser humano  
“Carpe Diem” nos lembrava.

Nossa mestra Adriana  
Vem falando com cuidado  
Cuide bem da nossa terra  
Não fique ai parado  
O solo pede Socorro  
Reciclar e o seu recado.

Nosso mestre Irelânio  
Veio nos mostrando as leis  
Que irá nos ajudar  
Cada um por sua vez  
Argumentos sobre EJA  
Iremos ver este mês.

Mestra Socorro retorna  
Com a nova disciplina  
Ela usa suas dinâmicas  
Coisas de sua rotina  
No trabalho científico  
Vivência o que ensina.

À coordenadora Norma  
Venho aqui a divulgar  
Em nome da nossa turma  
Devemos agradecer  
Tao humilde e singela  
Educada e popular.

E vem chegando Xangai  
Educador exemplar  
Falar sobre educação  
Paulo Freire a lembrar  
Mostrando sua vida  
De educação popular.

E o professor Gilvan  
E doutor em economia  
Nos mostrou pra que veio  
Dúvidas não caberia  
Se o aluno fosse esperto  
Ele tudo sabia.

É doutora em ECOSOL  
Muitas lutas a enfrentar  
Ela segue sempre em frente  
Para ECOSOL divulgar  
Todo aprimoramento  
Crislene irá mediar.

E a nossa mestra Sônia  
Disciplina fundamentos  
Nos deu orientações  
E muitos conhecimentos  
Pela atração filosófica  
Com grande contentamento.

E o nosso mestre Robson  
Levou-nos experiências  
Falou de associações  
E também suas vivências  
Fomos às cooperativas  
Deduzir as sapiências

Temos as incubadoras  
Para nos direcionar  
Os fóruns nos motivou  
Temos muito a praticar  
Desconstruir e construir  
Falta conscientizar.

Doutora Socorro Lopes  
Traz a metodologia  
Na direção de caminhos  
Vivencia, ideologias  
Como aplicar na aula?  
Veja como contagia.

O mestre Luiz Antônio  
Já chegou bem de mansinho  
Mostrou que o ser solidário  
Nunca anda tão sozinho  
Repartiu tudo que sabe  
Ensinou um novo caminho.

Em nome da nossa turma  
Fica o agradecimento  
Quero agradecer a Deus  
Com grande contentamento  
Para os mestres e doutores  
O nosso conhecimento.

**Jaidete Dias de Sousa**

# A Economia Solidária e os desafios pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos na visão dos seus professores

*Maria de Lourdes Afonso Henrique  
Valéria Maria de Lima Borba*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar se dentro da prática pedagógica do professor da educação de jovens e adultos existe uma articulação entre os conteúdos trabalhados no cotidiano em sala com a economia solidária além de verificar a compreensão dos professores da EJA acerca da economia solidária a fim de discutir a possibilidade de desenvolver esta nova forma de economia entre os sujeitos da modalidade de ensino EJA, discutindo assim a possibilidade de articulação entre o trabalhado dos alunos desta modalidade de ensino e os conteúdos estudados em sala.

A economia solidária nos traz uma perspectiva de mudança quando tem entre seus sujeitos o objetivo comum de obter uma melhor condição de bem viver, tendo em seu trabalho o princípio da solidariedade e da cooperação, em que a formação de cooperativas para produção de meios de sobrevivência a partir do compartilhamento dos conhecimentos, habilidades e competências de seus cooperadores, proporcione uma economia que vise não apenas o lucro e sim atender as necessidades daqueles que nela estão envolvidos.

Para isso faz-se necessário uma educação que seja desenvolvida com este fim, buscando formar pessoas capazes de produzir e de gerenciar essa produção em prol de uma vida mais promissora, ou seja, uma educação que promova a libertação.

A sociedade em que vivemos apresenta grande precariedade de condições na qual a violência, as drogas, a degradação do meio ambiente tornam a vida do ser humano cada vez mais difícil, principalmente para os menos favorecidos que se encontram a margem e são as principais vítimas dos problemas supracitados.

Vivemos em um país de sistema capitalista, não é de interesse desse sistema que todos possam produzir e se desenvolver financeiramente construindo sua autonomia, mas sim que os meios sociais de produção estejam concentrados nas mãos de uma minoria que se torna cada vez mais rica, o que vem ocasionar o crescimento da desigualdade social. Na busca de superação dessa forma capitalista de compreender o mundo, surge outro olhar sobre os meios de produção na qual, a economia solidária aparece como possibilidade de refletir modos e fazeres diferenciado, como afirma Singer (2005, p. 14)

“[...] Concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, tem os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino”

Sendo assim, a economia solidária pode ser vista como um meio de sobrevivência para os menos afortunados, que vivem a margem da exclusão capitalista. Uma vez sendo vista como “propriedade coletiva dos meios de produção”, esta pode ser desenvolvida a partir da união de saberes, habilidades e experiência de trabalhadores que não tiveram oportunidade em empresas capitalistas e até mesmo os que têm esta oportunidade, mas não querem continuar como alvo de exploração.

Os excluídos da sociedade pelo sistema capitalista podem ser encontrados em qualquer modalidade de ensino, porém, na educação de jovens e adultos a probabilidade de ascensão na sociedade é ainda menor, os educandos da EJA são alvos ainda mais fáceis da exclusão capitalista.

Dessa forma, estudar a economia solidária e buscar o seu desenvolvimento a partir da prática docente na educação de jovens e adultos, pode configurar para esses indivíduos um maior significado a seus estudos, formando sujeitos capazes de interagir no mundo em seus mais diversos aspectos, trabalhista, cultural e social.

## **2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL**

Atualmente a educação de jovens e adultos no Brasil é reconhecida pela Legislação Educacional enquanto modalidade de ensino e conforme diz a LDB 9394/96 em seu artigo 37 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” ao ser estabelecida na LDB a EJA ganha força possibilitando ao governo brasileiro investir nessa modalidade educacional como forma de incentivo para erradicar o analfabetismo. Além de política educacional a EJA se configura também como política social quando possibilita aos seus sujeitos condições para melhorar de vida no aspecto profissional e social.

A modalidade de ensino EJA é algo que veio se desenvolvendo em um processo no qual não se pode determinar com exatidão seu início, mas que tem uma grande importância para o país quando vem diminuir o analfabetismo no Brasil, possibilitando um melhor desenvolvimento dos sujeitos nela envolvidos e conseqüentemente do país. Para melhor entender como se deu o desenvolvimento da EJA no Brasil vejamos a seguir algumas considerações a respeito desse processo.

Em decorrência das grandes transformações ocorridas na sociedade brasileira como a intensificação do processo de industrialização na década de 1930, intensificou-se a oferta educação básica de adultos no Brasil, sendo esta entendida como o domínio da leitura e escrita.

A educação de jovens e adultos visava atender as necessidades das grandes indústrias, era também vista como instrumento de ascensão social e ainda como uma possibilidade de ampliação do contingente de votantes, o que se fazia necessário em decorrência do processo de redemocratização do Estado Brasileiro com o fim da ditadura de Vargas em 1945, período denominado de Estado Novo, se fazia urgente o aumento das bases eleitorais para garantir a sustentação do governo central (RIBEIRO, 1997).

Na realidade, ao se pensar em educação de jovens e adultos a preocupação maior não era necessariamente com o bem estar e o desenvolvimento do cidadão enquanto pessoa, e sim, enquanto eleitor e trabalhador. É neste período da década de 40 que a construção da identidade da educação de Jovens e Adultos no Brasil tem início de maneira mais formal com uma campanha lançada em 1947, intitulada ‘Educação de Adultos’, passando posteriormente a uma etapa de “ação em profundidade” na qual a preocupação maior era a capacitação profissional e a ação comunitária.

Na década de 50 inicia-se um declínio no entusiasmo com a campanha de Educação de Adultos, na qual o insucesso das ações comunitárias realizadas na zona rural resulta na extinção da campanha antes mesmo do final da década, sobrevivendo apenas a rede de ensino supletivo, sendo agora assumida pelos estados e municípios.

A campanha foi censurada tanto por seus aspectos administrativos e financeiros quanto pedagógicos de acordo com Ribeiro “Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país” (1997, p. 22).

Diante disso, consolidou-se um novo modelo pedagógico para a educação de adultos. O problema do analfabetismo no Brasil é visto de um panorama diferente tendo como principal referência às ideias do educador Paulo Freire.

Freire contribuiu efetivamente para a transformação de uma educação denominada por ele de educação bancária (na qual o aluno era visto como “uma cabeça vazia” onde o professor depositava seus conhecimentos), para uma educação dialógica voltada para a construção de uma consciência crítica. A este respeito Ribeiro (1997, p. 23) afirma que:

[...] Tomando o educando como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma educação que não negasse sua cultura, mas que a fosse transformando através do diálogo. Na época ele referia-se a uma consciência ingênua ou intransitiva, herança de uma sociedade fechada, agrária e oligárquica, que deveria ser transformada em consciência crítica, necessária ao engajamento no desenvolvimento político e econômico da nação.

A proposta educativa de Paulo Freire baseava-se na contextualização do conteúdo estudado com a realidade do aluno, tem o princípio básico de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, com isso procura problematizar os conteúdos estudados relacionando-os com o cotidiano do aluno (FREIRE, 1998). Tal proposta se desenvolve a partir de uma concepção antropológica de Paulo Freire, ou seja, como Freire analisa o ser humano.

A concepção antropológica de Paulo Freire da qual parte seu método de alfabetização para adultos é definida por Gadotti em documentário intitulado “Paulo Freire Contemporâneo” produzido pela TV Escola em 2007, de acordo com o autor, a concepção antropológica de Paulo Freire se resume em: “Primeiro: você é um ser curioso; segundo: você é um ser inacabado, incompleto, inconcluso, portanto, você precisa do outro; terceiro: você compartilha com o outro o mundo, este mundo está em transformação”. A partir desta concepção antropológica o método Paulo Freire se desenvolve em três etapas: “primeiro: leitura do mundo; segundo: tematização e terceiro: problematização” dessa forma os sujeitos são não só alfabetizados como também incentivados a refletir sobre sua condição e interagir no mundo em busca de mudanças no aspecto econômico e sociológico.

Em 1964 o golpe militar interrompe o desenvolvimento da proposta educativa de Paulo Freire, com isso, em 1967 a alfabetização de jovens e adultos passa a ser controlada pelo governo sem a contribuição de educadores como Paulo Freire, tornando-se mais um programa assistencialista e conservador e não uma forma de incentivar a conscientização e libertação do povo, como era proposta por ele, visando um futuro melhor, com mais liberdade e oportunidade de desenvolvimento social e pessoal. Neste mesmo ano é lançado pelo governo o MOBRAF - Movimento Brasileiro de Alfabetização - inspirado nas experiências do início dos anos 60, porém sem nenhum sentido crítico e problematizador, antes proposto por Paulo Freire para a educação de jovens e adultos.

O Mobraf continha em suas orientações metodológicas e em seus materiais didáticos procedimentos oriundos das experiências do início dos anos 60 tendo como objetivo final a integração dos adultos em uma “sociedade moderna, pintada sempre de cor-de-rosa”, ou seja, sem despertar uma visão crítica da real sociedade em que viviam sobre isto Ribeiro (1997, p. 26) afirma que

[...] Propunha-se a alfabetização a partir de palavras chave, retiradas “da vida simples do povo”, mas as mensagens a elas associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna, pintada sempre de cor-de-rosa.

Na década de 80 a abertura política ocasionou a ampliação desses programas, possibilitando uma reflexão no tocante à educação de adultos através da troca de experiência, o que

resultou no fracasso do Mobral nos meios políticos e educacional sendo o mesmo extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar.

Nos anos 90, com a extinção da Fundação Educar, instala-se um enorme vácuo na educação de jovens e adultos com relação a políticas para o setor. Com isso, os programas na área são agora assumidos pelos estados e municípios e algumas organizações civis, o que vem a acarretar dificuldades para atender as necessidades dos alfabetizandos. Paralelo a isso, há ainda a falta de materiais didáticos e de pesquisas sobre essa modalidade de ensino, necessitando de uma reformulação pedagógica como afirma Ribeiro “a história da educação de jovens e adultos no Brasil chega à década de 90, portanto, reclamando a consolidação de reformulações pedagógicas que, aliás, vem se mostrando necessárias em todo o ensino fundamental” (1997, p. 34).

Na educação de jovens e adultos, esta necessidade ainda existe de modo urgente e significativo. Segundo o IBGE “no Brasil o percentual de jovens e ou adultos analfabetos com 15 anos ou mais de idade sofreu uma queda considerável de 1996 a 2006, chegando a atingir 5,8% de redução” (Censo 2007). Mesmo assim, ainda há um número bastante considerável de analfabetos sendo grande parte destes reincidentes, ou seja, passam a frequentar a escola no intuito de aprender, no entanto, findam não continuando, desistem e não aprendem, retornando no ano seguinte.

Podemos ver então que a educação de jovens e adultos ao longo da história no Brasil tem enfrentado desafios pertinentes não só ao próprio educando. Trata-se de um desafio pedagógico que busca atingir a seriedade, criatividade e o compromisso imposto pelo processo de alfabetização de jovens e adultos para sua efetiva consolidação na formação de sujeitos interativos com o mundo do trabalho, da cultura e da sociedade de modo geral.

## **2.1 As especificidades do educando da EJA: é preciso compreender para o aprendizado acontecer**

A vida humana tem faixas etárias diferentes, adolescência e adulta se diferenciam da infância, essas diferenças precisam ser levadas em conta no que diz respeito à educação, ao processo de ensino aprendizagem, pois o aluno de acordo com sua faixa etária terá especificidades seja de métodos ou conteúdos, que precisará ser trabalhada buscando a maneira mais adequada para oportunizar o aprendizado. Nesta perspectiva é preciso considerar as especificidades do educando da EJA tanto no aspecto social e cultural, quanto individual da pessoa, e aí vem à questão: Como consolidar a aprendizagem na EJA considerando as especificidades do seu educando?

São muitas as características específicas do educando da EJA, esses alunos são pessoas efetivamente de classe pobre e além do fator político que exclui muitos indivíduos, lhes é negado o direito a educação e esses sujeitos passam por sofrer a exclusão de um tipo ou de outro, por todas essas questões esses alunos tem um perfil diferenciado dos alunos da escola regular que conseguem se escolarizar na idade determinada para tal.

Em virtude de todos esses aspectos que caracterizam o aluno da EJA, os mesmos geralmente apresentam uma baixa autoestima, não acreditam em si mesmos sentindo-se incapazes de aprender, colocando como principal obstáculo a idade avançada e tudo isso dificulta o bom desenvolvimento do aluno no processo de ensino aprendizagem.

Enquanto que a criança possui um espírito aventureiro, traz em si a curiosidade, o desejo de descobertas, buscando conhecer o mundo sem medo de ousar na busca deste conhecimento, o educando da EJA tem em si o medo de errar, já traz uma visão de mundo do qual o mesmo é excluído e por isso se torna acomodado pela opressão que sofre com o sistema dominante e se fecha em si mesmo retraindo sua capacidade de aprender, de construir seu conhecimento.

Aprender a ler e escrever em idade adulta não é tarefa fácil, dificuldades encontradas em ambientes fora do espaço escolar são levadas para sala de aula e adicionadas às dificuldades encontradas em meio ao próprio sistema de ensino. Tudo isso vem dificultar o desenvolvimento do aluno dentro do processo de ensino aprendizagem, sendo ainda mais complicado quando se trata de alunos jovens e ou adultos que já trazem consigo as lacunas do tempo da infância e da escola, consequência de um estudo abandonado ou nunca realizado.

Considerando essas características próprias do aluno da EJA, o professor por sua vez precisa aproximar-se desse aluno buscando conhecer sua realidade e dentro desse contexto, buscar os saberes e habilidades necessários para trabalhar com esse aluno buscando atender as suas demandas, construindo assim junto com ele um conhecimento significativo para o mesmo, valorizando seus conhecimentos prévios e buscando integrar os conteúdos da sala de aula com o contexto histórico e social do aluno, a respeito disso Freire (1996, p. 30) sugere

Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões nos corações dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

Mantendo assim essa relação entre os conteúdos ensinados em sala e a experiência social que tem esses alunos, o professor estará partindo de temas que despertem seu interesse com o objetivo de lhe proporcionar um aprendizado que seja útil em seu dia a dia. A relação que precisa ser estabelecida entre a realidade de vida do educando e atividade da sala de aula funcionará como um incentivo para aprender e para a valorização do sujeito educando, além de proporcionar a eles uma reflexão sobre estas questões que os despertará para a necessidade de mudança da realidade dos mesmos.

Como o próprio nome já sugere, o processo de ensino e de aprendizagem é algo em permanente construção, um processo que se dá a cada dia, se molda de acordo com a necessidade de quem aprende e com o interesse, desempenho e disponibilidade dos que ensinam. Em toda modalidade de ensino e principalmente na educação de jovens e adultos, essa moldagem deve atender as demandas do educando jovem e adulto as quais são particularmente ainda mais exigentes que as dos demais educandos.

É importante que o professor da educação de jovens e adultos em sua prática docente procure contribuir para que o educando seja capaz de responsabilizar-se pelo seu próprio destino, buscando melhorias para sua vida independente da sua classe social. Neste sentido, o professor assume o papel de agente de mudança tendo como desafio pedagógico atingir a seriedade, criatividade e o compromisso imposto pelo processo de alfabetização de jovens e adultos consolidando-se na formação de sujeitos interativos com o mundo do trabalho, da cultura e da sociedade como um todo.

A educação, de modo geral, é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão e enquanto pessoa, uma vez que é por meio dela que o indivíduo torna-se uma pessoa crítica, um ser ativo e capaz de intervir na sociedade fazendo parte do contexto cultural-sócio-histórico em que está inserido. Desta forma a educação tem um papel importantíssimo na construção do ser humano enquanto ser social e enquanto ser individual, o professor por sua vez será o mediador dessa ação educativa.

Porém, essa ação educativa só se efetivará com o aluno da EJA a partir do momento em que o professor conhecer as especificidades do educando e buscar desenvolver a sua metodologia atendendo as necessidades oriundas dessas especificidades, para partindo daí desenvolver junto com o aluno um processo de ensino aprendizagem que o conduza a um aprendizado significativo para o mesmo, e que este construa o seu conhecimento e se utilize do mesmo para intervir no mundo a fim de mudar a sua realidade.

Nesse sentido o processo de ensino-aprendizagem está entrelaçado por questões que perpassam o currículo escolar, vai além da metodologia utilizada para alfabetizar e está relacionado também com um compromisso maior por parte do professor em potencializar esse processo. Para tanto é necessário que o educador perceba com clareza quais as dificuldades de aprendizagem que os seus alunos apresentam.

No desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessário incorporar ao mesmo a realidade local que o alfabetizando vivencia, fazendo com que ele traga para a sala de aula suas experiências de vida e seus conhecimentos adquiridos previamente ao longo de sua vida. Os educadores da EJA precisam se aliar a esse pressuposto no desenvolvimento de sua ação docente. Para tanto, Gadotti (1996, p.28) vem afirmar que

No mínimo esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular.

O aluno da EJA necessita vislumbrar outros horizontes, enxergar na escola a possibilidade de subir de nível social, de alavancar-se para uma condição mais digna de cidadão, deixando de ser visto como um marginalizado. Ele busca através da leitura e escrita entender melhor o mundo, e neste, interagir tornando-se sujeito autor da sua história. Pode não ser esta a realidade dos alunos da EJA após serem alfabetizados, porém é este o desejo expressado por eles, sobre isso Fernandes (2002, p. 56) diz que

Nas representações sociais dos alfabetizandos e alfabetizadoras, para além do elemento emancipação política, o acesso ao saber ler, escrever e contar está diretamente associado, por um lado, à busca de melhores condições de sobrevivência material, orientado para uma significação político-concreta, destacando-se mais enfaticamente a categoria “trabalho” [...] a aprendizagem da leitura e da escrita associa-se a busca de Desenvolvimento social” de condições que lhe garantam ou permitam uma melhor “aceitação pessoal”, desenvolvendo a partir dessa modalidade de aprendizagem, comportamentos que denotem “grandeza pessoal” e “prestígio social”, tais como “ser uma pessoa educada”, “ser uma pessoa que sabe se comunicar bem”, ser uma pessoa que sabe respeitar os outros.

A maioria dos alfabetizandos jovens e/ou adulto não vê muita perspectiva de sucesso para o seu futuro. Por não saberem ler e escrever sabe que o que lhes resta é trabalhar no pesado, mesmo acreditando que aprendendo a ler poderão deixar a roça, não acham que pode ir muito longe ao percurso de escolarização, o que almejam com a escolaridade adquirida é um emprego maneiro e com alguma valorização social, eles reconhecem que para ir mais a diante é preciso estudar muito, não sendo suficiente a alfabetização.

Portanto, para ser um educador de jovens e adultos é preciso que o mesmo seja conhecedor da história desses indivíduos e desenvolva a sua prática estabelecendo uma relação entre a realidade de vida do educando e as atividades de sala de aula considerando as especificidades deste aluno e buscando desenvolver uma metodologia de ensino que atenda as demandas do aluno e viabilize o seu desenvolvimento cultural, social e individual. Só compreendendo as características próprias do educando da EJA o educador poderá então proporcionar a este um ensino e aprendizagem condizente com as suas necessidades escolares e de caráter pessoal.

## **2.2 Economia solidária e EJA: trabalho e educação em prol de uma mudança**

Vivemos em uma sociedade cada dia menos igualitária, em virtude do sistema capitalista no qual convivemos em que as máquinas e o poder estão acima de tudo, este sistema tem

alimentado a desigualdade social, criando uma sociedade do não emprego na qual temos de um lado uma minoria favorecida em que está concentrada a maior parte dos bens e de outro lado a precariedade de condições de vida em meio a qual se gera a violência, as drogas, destruindo famílias e alimentando a concentração do poder.

Não podemos esquecer ainda da degradação do meio ambiente que se dá em prol do consumismo, da produção de renda de forma inadequada desrespeitando a própria natureza, pois o que mais importa é o dinheiro. Segundo Singer (2005, p. 13)

O capitalismo caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos. Essa concentração dá-se em consequência da lógica dos mercados competitivos, pela qual os ganhadores apoderam-se de parcelas crescentes do mercado e do capital total e os perdedores são expulsos do mercado e privados do capital que detinham.

Em meio a este quadro crítico no qual nos encontramos, faz-se necessário buscar uma solução para estes problemas, sendo a economia solidária um incentivo para as pessoas se unirem para produzir seu próprio sustento criando cooperativas, associações, etc. Podemos dizer que a economia solidária pode ser vista como uma alternativa de sobrevivência para os menos afortunados que vivem a margem da exclusão capitalista e a educação pode ser um meio para este fim, pois como bem afirma Paulo Freire “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, ou seja, precisamos educar para transformar.

Dentro deste contexto, a prática da economia solidária funcionará como meio de superação do sistema capitalista, uma vez que na economia solidária não existem ganhadores ou perdedores, todos trabalham de forma coletiva por um mesmo objetivo, o bem viver daqueles que nela estão envolvidos. A educação por sua vez irá enfrentar o desafio pedagógico de educar para a cooperação buscando formar pessoas capacitadas para a prática da economia solidária.

Para isso faz-se necessário uma nova formação cultural diferente da formação adquirida no capitalismo, neste sentido Gadotti (2009, p. 33) afirma que

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. [...] Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável.

Então quando falamos em economia solidária, falamos não só em um novo meio de produzir, falamos em mudança não só de atitude, mas, primeiramente de comportamento, de pensamento que envolve valores e princípios. Neste sentido trata-se do surgimento não só de um novo meio de produção e geração de renda, mas principalmente da formação de um novo modelo de sociedade, sobre este modelo Gadotti (2009, p. 41) diz que

Precisamos aprender com nossos próprios erros e acertos. Sem dúvida, a economia solidária é um embrião de uma nova sociedade, como forma típica de um modo de produção, antagônica ao modo de produção capitalista. [...] Enquanto no primeiro modelo predominava o planejamento centralizado no poder de estado, no segundo predomina a descentralização, a participação e a concertação. A economia solidária não é apenas um projeto de uma nova economia, mas de uma nova sociedade.

Esse modelo de uma “nova sociedade” idealizado pelos que defendem a economia solidária, só será possível mediante uma formação cultural que irá estabelecer conseqüentemente uma mudança cultural, como foi colocado por Gadotti anteriormente. Neste sentido, a educação enquanto prática pedagógica e política mediará esse processo de mudança.

A economia solidária se dá como uma forma de união de saberes, habilidades e experiência de trabalhadores que não tiveram oportunidades em empresas capitalistas e até mesmo que tem esta oportunidade, mas não querem continuar como alvo de exploração.

Apesar de a economia solidária se apresentar como uma saída para superar o capitalismo, gerando renda para os que estão à margem da sua exclusão, faz-se necessário destacar que não se trata de um processo muito simples, existem alguns fatores que influenciam no desenvolvimento da economia solidária que dificultam o mesmo.

Nos empreendimentos solidários geralmente faltam pessoas com visão de autogestão, o que vem comprometer o desenvolvimento do empreendimento. Para a efetivação da economia solidária faz-se necessário o desafio pedagógico de uma reeducação coletiva, na qual a cada membro do grupo deverá ser passada outra visão de funcionamento da economia de mercado, além da necessidade de desenvolver um relacionamento cooperativo entre sócios para que assim possa alcançar resultados positivos, além disso, ainda temos a falta de recursos para capital de giro e linhas de crédito para a manutenção da empresa autogestionária, existe também uma resistência à cultura da cooperação, lideranças centralizadoras, tendência à reprodução do modelo de emprego (cada um com seu salário independente da produção) (SINGER, 2005).

Todos esses fatores influenciam no desenvolvimento do empreendimento solidário, porém, este pode ter sucesso quando bem entendido e desenvolvido como empresa autogestora superando o capitalismo, uma vez que a autogestão busca devolver ao trabalhador aquilo que o capitalismo tomou com a exploração do trabalho.

Os empreendimentos autogeridos se apresentam como uma indústria de transformação que busca reduzir o desemprego e as falências, porém estas empresas geralmente são formadas por pessoas sem patrimônio e com pouco estudo, por outro lado apresentam uma eficiência econômica na qual se visa não só a rentabilidade da empresa como também os benefícios sociais que esta pode trazer, além disso, uma vez donos os trabalhadores tem mais incentivo para produzir gerando o sucesso comercial.

A prática da economia solidária requer antes uma formação para tal e, esta formação exige uma mudança de conceitos de economia, mudança de pensamento e atitudes, de comportamento que está fortemente ligado ao indivíduo enquanto pessoa e a sociedade de modo geral.

Para formar pessoas envolvidas em empreendimentos solidários, é necessário em primeiro lugar, despertar no público alvo que são os trabalhadores e trabalhadoras, os desempregados, os que de uma forma ou de outra são excluídos pelo sistema capitalista, entre estes os sujeitos da modalidade de ensino EJA, um desejo de mudança, um despertar para uma nova realidade, uma vontade de superar a opressão e escrever uma nova história para suas vidas. Isto pode se dar fazendo-os conhecer as possibilidades da economia solidária.

Em segundo lugar a formação de pessoas para empreendimentos solidários requer uma formação para a cooperação, para a autogestão de empreendimentos, uma formação para a produção de um mercado solidário e o desenvolvimento de um novo modelo de sociedade que busca a sustentabilidade, consequentemente.

Para a efetivação da economia solidária a grande massa faz-se necessário o desafio pedagógico de uma reeducação coletiva na qual a cada membro do grupo deverá ser passada outra visão de funcionamento da economia de mercado além da necessidade de desenvolver um relacionamento cooperativo entre sócios, buscando resultados positivos com a economia solidária (SINGER, 2005).

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, para atender as necessidades dos sujeitos desta modalidade de ensino, é importante que além de trabalhar com os conteúdos do conhecimento científico, o professor traga assuntos do cotidiano para incentivar o aluno a refletir sobre sua vida para assim tentar desenvolver competências técnicas e profissionais tendo assim maiores chances de interação no meio social. Sendo assim, a EJA precisa casar trabalho e educação para atender as condições de vida e trabalho dos seus educandos que tem como

ocupação principal garantir o sustento seu e de sua família, seja de forma integral ou complementar (ARRUDA, 2005).

Dentro deste contexto a economia solidária desenvolve uma estreita relação com a educação de jovens e adultos quando vem proporcionar para os educandos a oportunidade de por meio de seus conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolver projetos de cooperativismo para garantir o seu sustento e de sua família, quando capacita para a autogestão e o cooperativismo, como afirma Arruda (2005, p. 37)

A economia solidária promove a educação não como fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Chamo-a de educação da práxis. Essa educação identifica-se pelas práticas conscientes da cooperação e da solidariedade no modo de ensinar e aprender e também nas relações entre educandos, entre esses e os educadores e entre os educadores [...].

Sendo assim a relação entre economia solidária e EJA existe quando a ECOSOL pode proporcionar ao educando da EJA a oportunidade de se colocar no mercado de trabalho a partir de um empreendimento solidário e humano desenvolvendo a capacidade para sua transformação econômica e social.

Nessa perspectiva, a educação de forma geral é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão e enquanto pessoa seja no campo profissional ou social. Pois é através da educação que o indivíduo torna-se uma pessoa crítica, um ser ativo e capaz de intervir na sociedade fazendo parte do contexto cultural-sócio-histórico em que está inserido.

Portanto, a economia solidária aliada a EJA vem consolidar-se com esta função da educação escolar buscando a promoção do indivíduo e igualdade também no campo do trabalho através da reciprocidade entre os mesmos contribuindo para uma educação que tem como papel a construção do ser humano enquanto ser social e individual, ou seja, enquanto cidadão e enquanto pessoa e o professor por sua vez será o mediador dessa ação educativa.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

Os sujeitos entrevistados nos deram uma caracterização do aluno da EJA enfatizando sua contextualização sócia econômica, além de destacar opiniões a respeito dos desafios pedagógicos para o professor da EJA em prol de uma formação mais efetiva e significativa para o educando.

Na primeira questão que discutia a caracterização dos alunos da EJA o Educador 1 diz que os educandos da EJA “são alunos que não tiveram oportunidade de estudar quando eram mais jovens, tiveram que trabalhar pra ajudar aos pais e agora estão tendo a oportunidade de vir pra escola”, a partir dessa afirmação temos a hipótese de que a sua educação que é um direito foi roubada em consequência da sua condição social.

Para o Educador 2 “o aluno da EJA geralmente é um cidadão que trabalha ... quer fazer o curso da EJA pra melhorar sua qualidade de vida, da sua família e também ter condições de crescer no trabalho dele”. Analisando a fala do educador 2 podemos supor que este caracteriza o aluno da EJA como um cidadão que tem em sua principal motivação para o estudo o fator “trabalho” o que vem confirmar a afirmação de Fernandes (2002, p. 56) que vem dizer

O acesso ao saber ler, escrever e contar está diretamente associado, por um lado, à busca de melhores condições de sobrevivência material, orientado para uma significação político-concreta, destacando-se mais enfaticamente a categoria “trabalho”.

Enquanto que para alguns o fator trabalho é algo positivo para a motivação do aluno da EJA para outros este pode ser um empecilho para os estudos quando vem dificultar a presença do aluno na escola, pois o mesmo em virtude do seu emprego acaba não comparecendo as aulas por estar trabalhando ou até mesmo muito cansado sem condições físicas de estudar, como afirma o Educador 3, “isso acaba dificultando a sua presença na sala de aula, sua motivação porque ele já chega de certa forma cansado do seu dia a dia de trabalho... isso acaba prejudicando de certa forma o seu desempenho”.

Ao serem questionados sobre a importância de relacionar os conteúdos trabalhados em sala com a realidade de vida dos educandos, os sujeitos entrevistados destacam que esta se dá quando a articulação “realidade do aluno e conteúdo trabalhado” pode colaborar com a preparação desse aluno para concursos públicos que é um dos motivos pelos quais os educandos vêm procurar o ensino da EJA, “eu tenho vários alunos frequentando a EJA para fazer concurso, de auxiliar de serviço, de pedreiro, então eu sempre busco trabalhar conteúdos que vá servir pra eles ingressarem no concurso” (Educador 1).

Essa relação entre conteúdos trabalhados e o cotidiano do aluno de acordo com a visão do Educador 2 é possível constatar que vem possibilitar uma melhor preparação do educando para o mercado de trabalho pois “trabalhando os conteúdos de acordo com o que ele vive, no trabalho, nos dias atuais então agente vai preparar o aluno pra que ele possa no mercado de trabalho atuar melhor, crescer dentro do trabalho dele como pessoa, como cidadão”. Essa relação conteúdo e vivências dos alunos também se configura como motivação para os mesmos como foi expresso na fala do Educador 3 “é muito importante até pra motivá-los, pena que a EJA não tenha material pra isso, esse é um dos entraves, teríamos que ter material que assimilasse a realidade, o regionalismo com os conteúdos trabalhados em sala de aula, isso eu acredito que daria uma maior motivação aos alunos”. Articular conteúdos trabalhados em sala com o cotidiano dos alunos é sem dúvida promissora para uma melhor apreensão do conhecimento por parte dos mesmos, porém, isso exige condições materiais que muitas vezes não estão ao alcance dos professores, se tornando um entrave para o bom desenvolvimento de sua prática pedagógica.

Ao analisar as falas dos sujeitos pesquisados quando questionamos sobre como iniciar o ensino sobre economia solidária entre os sujeitos da EJA a fim de possibilitar seu desenvolvimento no mercado de trabalho, podemos observar que os mesmos não tem ainda uma aproximação com esse novo termo “economia solidária”, uma vez que só veio compreenderam quando feita uma relação entre economia solidária e cooperativismo, só então fizeram a articulação entre EJA e economia solidária. Neste sentido o Educador 2 diz “quando você falou aí em economia solidária aí agora eu me lembrei que é justamente isso daí, todo mundo trabalhando, todo mundo junto, unido sem aquela estória de patrão, então a EJA ela trabalha justamente isso, ... solidariedade, harmonia, respeito ao outro, pra aquela estória acabar com o preconceito, qualquer tipo de preconceito, pra que se humanize o trabalhador”.

Nesse sentido, a igualdade de condições é um princípio que deve ser levado em consideração, sobretudo na formação em economia solidária, pois esta se baseia na ajuda mútua, na reciprocidade e na igualdade de condições – exigência de todo diálogo verdadeiro – entre educador e educando (GADOTTI, 2009).

Sobre as possibilidades de iniciar o estudo da economia solidária entre os alunos da EJA para seu desenvolvimento no mercado de trabalho o Educador 3 afirma que “teriam várias possibilidades, uma é ver a realidade de cada um, onde ele está inserido e em cima dessa realidade começar elaborar um projeto que culminasse com a identidade de cada um, ... porque uma escola aqui no bairro São Francisco já uma realidade muito diferente de uma escola em outro bairro, ... eu acho que tem inúmeras possibilidades agora pra isso tem que estudar ponto a ponto, caso a caso”. Aparentemente os demais entrevistados não compreendem o que é a economia solidária e por isso não expressaram opiniões sobre como iniciar o estudo da economia solidária entre os educandos da EJA.

Nesse sentido é interessante ressaltar o pensamento de Gadotti de que “a educação que se pretende está comprometida assim, com um projeto de mudança de vida a ser assumida como luta coletiva de educadores, educandos, comunidade e poder público” (1996, p. 108), ou seja, a economia solidária pode ser possível na EJA, porém, não é um desafio somente para o professor desta modalidade de ensino e sim de todos que nela estão envolvidos, principalmente o apoio do poder público que é de onde pode vir verbas necessárias para a efetivação deste projeto.

No sentido de articular trabalho e educação na EJA na perspectiva da economia solidária, ao serem questionados sobre os principais desafios do educador para tal, os sujeitos entrevistados em virtude de aparentemente não compreender o que é a economia solidária não responderam a questão, porém, apontaram alguns problemas existentes na EJA para os quais trouxeram os desafios do professor. Nesse sentido, colocaram como desafio principal vencer o problema da evasão na educação de jovens e adultos isto foi exposto na fala do Educador 3 quando diz “o principal desafio não só do professor, mas de toda escola em si é manter o aluno em sala, a evasão na EJA é o pior problema da EJA, quando matriculam 30 40 alunos e só vem 10, só frequenta 5 no final do ano você termina com 2, 3, 4 então eu acho que o maior desafio é combater a evasão na EJA”. Nesta situação temos a suposição de que articular trabalho e educação na EJA para o desenvolvimento de uma economia solidária não é prioritário para este momento, existem outras questões mais importantes como, por exemplo, identificar o que tem afastado os alunos da escola.

Ao analisar a fala do educador 1 podemos supor que para o mesmo o principal desafio seria despertar a conscientização do aluno para a importância do estudo no desenvolvimento das suas habilidades pois segundo o mesmo o desafio pedagógico seria “mostrar a realidade do trabalho e da importância também do estudo pra que ele desenvolva suas habilidades, então o desafio eu acho assim, é só a conscientização, pra que ele desperte as habilidades que ele tenha, pra que no futuro terminando o curso eles possam abrir seu próprio negócio”. Analisando esta fala é possível ainda a suposição de que o estudo na EJA poderia promover a autonomia do trabalhador, porém não de forma solidária, pois quando o educador traz em sua fala a expressão “seu próprio negócio” deixa subentendido uma formação para o empreendedorismo e não para uma economia solidária.

As análises empreendidas demonstram ainda a hipótese de que outro desafio pedagógico para o professor em prol de articular trabalho e educação na EJA por uma economia solidária seria o de vencer o individualismo entre a própria classe de professores “vivemos num sistema político, numa sociedade em que cada um fica querendo vencer, querendo lutar pra crescer e não existe essa ideia de se ajudar ao outro pra se ajudar, então é cada um por si, então o mestre, o professor da EJA ele já vem com certa dificuldade” (Educador 2).

Outro desafio pedagógico pressuposto na fala do educador 2 é o de desenvolver o espírito de união entre os alunos da EJA “é saber se adaptar a essa nova realidade da educação de jovens e adultos,... de se ajudar ao outro de se unir de dá as mãos, então no início é muito difícil para o professor, mas depois ele começa a perceber que essa é a melhor saída, ele começa a fazer trabalhos em grupo procurando unir os alunos, procurando fazer com que o aluno valorize o colega, e valorizando o colega, ajudando o colega ele também vai se ajudar, porque se o colega crescer na mesma cooperativa que ele trabalha ele também vai crescer”.

Neste sentido, o desafio supracitado na fala do educador 2 vem concordar com a função educativa da economia solidária apontada por Gadotti quando afirma que “economia solidária, como uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência, tem um componente educativo extraordinário. A educação para a cooperação...” (2009, p.35). Com isso podemos entender que a questão de desenvolver uma economia solidária entre os sujeitos da educação de jovens e adultos como também entre os cidadãos de modo geral é algo que vai além da escolarização. Nesse sentido, não se trata apenas de oferecer cursos e sim da construção de valores, de uma cultura juntos (GADOTTI, 2009).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que registramos no decorrer desta pesquisa podemos concluir que a economia solidária enquanto “sistema de produção e reprodução da existência humana” é uma realidade muito distante da que vivemos um tema ainda pouco conhecido e discutido entre os sujeitos entrevistados neste estudo e que tem ainda um grande caminho a ser percorrido pelos que nela acreditam e muitos desafios a serem vencidos até a sua efetivação entre os sujeitos da educação de jovens e adultos.

A partir das análises empreendidas podemos observar que aparentemente os entrevistados não compreendem o que é a economia solidária e por isso não expressaram opiniões sobre como iniciar o estudo da economia solidária entre os educandos da EJA, porém, nos trazem um olhar reflexivo sobre os problemas enfrentados por eles nesta modalidade de ensino.

Infelizmente constatamos que discutir economia solidária, formar para a cooperação não é a necessidade mais urgente na educação de jovens e adultos, existem outras prioridades que merecem atenção como, por exemplo, o problema da evasão nesta modalidade de ensino. Além do mais ficou evidente a desunião entre os próprios educadores da EJA devendo essa formação para a cooperação iniciar entre estes, pois como poderão promover a solidariedade entre os educandos se os próprios educadores não praticam a solidariedade entre si?

Analisando esta fala é possível ainda a suposição de que o estudo na EJA poderia promover a autonomia do trabalhador, porém não de forma solidária, pois quando o educador traz em sua fala a expressão “seu próprio negócio” deixa subentendido à formação para o empreendedorismo e não para uma economia solidária. Podemos perceber ainda que faltam recursos para trabalhar de forma construtiva com os alunos da educação de jovens e adultos, sendo este um grande entrave para a efetivação de qualquer projeto educativo seja ele em prol da economia solidária ou de outro direcionamento.

Em síntese este estudo teve a intenção de contribuir com a discussão de dois eixos temáticos: educação de jovens e adultos e economia solidária, vindo a desencadear algumas reflexões acerca do trabalho com a EJA intercalado a economia solidária o que não pareceu possível para breve, porém, não se pode afirmar que seja algo irrealizável. Portanto, pesquisar configura em uma constante luta por dias melhores, pessoas melhores, um futuro que traga a história de uma sociedade cada vez mais igualitária que será escrita a partir das atitudes de cada ser humano.

## 5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Inep/MEC. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2004.

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de Jovens e Adultos: pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1998.

GADOTTI, M. (org)... [et al]. Brasil Ministério da Educação e do Desporto. **Educação de Jovens e Adultos - A Experiência do MOVA-SP/** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.

GADOTTI, M. Educar para a cooperação. *In: Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

SINGER, P. Economia Solidária como ato pedagógico. *In: Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Sonia M. Portella Kruppa, organização. Brasília: Inep, 2005.

RIBEIRO, V. M. M. (org)...[*et al*]. Breve Histórico da educação de jovens e Adultos no Brasil. *In: Proposta curricular para o 1º segmento de ensino fundamental*. MEC. São Paulo/Brasília, 1997.

# A empregabilidade dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos

*Jaerly Dias Rolim de Lima  
Dorgival Gonçalves Fernandes*

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma investigação sobre a empregabilidade dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos da Escola de Ensino Fundamental Vicente Felizardo Vieira, localizada no Distrito Felizardo na cidade de Ipaumirim-CE, realizada a partir de coleta de dados, através de um questionário aplicado a alguns ex-alunos da referida modalidade de ensino.

Cumpramos ressaltar que fui professora durante alguns anos em turmas de ensino fundamental da EJA e percebi que muitas vezes os alunos não se sentem motivados nem preparados para dar continuidade aos estudos, ingressar no ensino médio e, posteriormente, no mundo do trabalho. Pude perceber isso a partir de declarações dos próprios educandos, pois os mesmos afirmavam com frequência que iam parar de estudar e não iam dar continuidade aos estudos.

Sabemos que o mercado de trabalho na sociedade atual exige pessoas cada vez mais qualificadas, haja vista que atualmente estão sendo desenvolvidas novas tecnologias e novas formas de organizar a produção. Essas novas tecnologias e sistemas organizacionais exigem trabalhadores mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas.

Assim, interessei-me por esse tema porque sei que a intenção da EJA é de inserir seus alunos na sociedade de modo que participem de forma efetiva e consciente do meio em que vivem, buscando uma qualificação de trabalho, com intenção de elevar sua qualidade de vida, de sua família e também de seu meio social. Diante disso, inquietou-me saber se essas intenções estão sendo realmente cumpridas nas salas de aula e se contribuí de alguma forma para o desenvolvimento pessoal, profissional, na qualificação para o trabalho e por consequência, na melhoria das condições de vida.

O presente trabalho realiza-se de modo a analisar os dados gerados a partir da aplicação de um questionário aos alunos egressos da EJA da escola já mencionada anteriormente. Pretende-se investigar se ao concluir o ensino fundamental, esses discentes dão continuidade aos estudos, ingressando no ensino médio e buscando posteriormente uma qualificação profissional, para que possam inserir-se no mercado de trabalho e, principalmente a empregabilidade desses jovens após o término do ensino fundamental. Pretende-se investigar ainda, qual a condição atual desses alunos como trabalhadores: Se estão empregados; Qual a área de atuação; Qual a função exercida por eles e Qual a média de salário.

Essa pesquisa é relevante para que possamos constatar se os alunos egressos da educação de jovens e adultos estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho e se os preceitos que embasam a EJA estão sendo cumpridos, uma vez que, uma das questões principais adotadas por esta modalidade de ensino é a sua relação com o trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A educação popular

Considerando que a escola ensina conhecimentos necessários para cada momento da vida e para a formação ética, social e profissional cabe atribuir a ela um importante e funda-

mental papel no progresso e desenvolvimento da sociedade, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento cultural do ser humano. A escola é o lugar onde acontecem os trabalhos humanos envolvidos com o ato de ensinar e aprender. Entretanto, estas práticas de ensino aprendizagem podem acontecer em outros ambientes, levando em considerações as múltiplas pedagogias sociais realizadas no cotidiano da vida e no saber fora da escola.

Tal afirmativa é baseada em Demerval Saviani (2000) que distingue em seu discurso a pedagogia escolar, como sendo a noção de cultura relacionada a tudo que o homem produz e constrói.

A educação popular está vinculada a organizações não-governamentais, movimentos sociais e nos programas de políticas educacionais de alguns municípios e estados. Brandão (2008) afirma que podemos encontrar quatro posturas visíveis a respeito da educação popular: a primeira é daqueles que a consideram como uma educação anarquista, ou seja, confusa e desordenada; a segunda é daqueles que reconhecem a importância cultural para a educação popular, porém, estes acreditam que ela está estabelecida muito mais no campo dos movimentos sociais do que no da educação; a terceira remete a um período em que a educação popular se encontrava limitada a experiências que só se expandiam em programas de alfabetização das classes trabalhadoras, na maioria das vezes buscando associar-se a projetos de ação comunitária, sendo esta uma proposta pouco resistente e bastante idealizada; a quarta é daqueles que acreditam que a educação popular tenha uma história mais produtiva e diversificada, sendo ela entendida como a sequência de ideias e propostas do vínculo entre a ação cultural e a prática política e tendo seu público alvo considerado como pessoas emergentes em um processo e não como pessoas que foram beneficiados fora do tempo.

A respeito da educação popular, Brandão afirma que ela

[...] pretende associar o ser a pessoas do povo, a uma educação que pergunta a essas pessoas quem elas são. Ou seja, uma educação aberta para ouvir o que elas têm a dizer sobre como desejam ser; em qual mundo querem viver; em qual mundo da vida social estão dispostos a serem preparados para preservar, criar ou transformar (2008, p. 44)

Neste sentido podemos perceber uma educação que busca a criação de pessoas capazes de aprender a conhecer e compreender a sua própria realidade e o mundo em que vivem, participando de forma democrática da cidadania. Tentando promover práticas educativas libertadoras, para o desenvolvimento de sujeitos capazes de construir a si próprio, sendo assim os protagonistas das mudanças sociais e políticas que a sociedade requer.

Um trabalho de educação de jovens e adultos assume um perfil de educação popular tanto em seus pressupostos quanto em suas práticas didáticas e essa educação é destinada a grupos de trabalhadores formados por pessoas pobres, subempregadas e de pessoas excluídas do mercado de trabalho.

A educação popular é definida por alguns como uma forma de tentar instaurar uma alternativa socialista à sociedade capitalista e opressora, e por outros como um instrumento cultural capaz de elevar a qualidade de vida das pessoas excluídas.

Hoje em dia a maioria das empresas já tomou consciência de que pessoal qualificado, competente, educado e treinado é essencial para a eficácia da produção e o andamento dos negócios. Por este motivo algumas empresas têm se preocupado, investido e até mesmo intervindo em proposta de educação, pois são conscientes dos benefícios que podem contribuir para a estrutura empresarial.

Um dos pontos que caracterizam o capitalismo é que a pessoa é assimilada pelo sujeito produtivo, onde se atribui a ele um valor de produtor de bens e serviços e o que passa a importar não é a sociedade onde vive e sim o mercado onde se produz. Todavia, a educação popular volta-se a essas pessoas como humanos, no sentido de garantir direitos de participar de decisões sobre sua vida e o futuro da sociedade da qual fazem parte, incentivando-o a compreender

o que se passa em sua volta, questionando de forma crítica, e sendo preparados para preservar, criar ou transformar. Para o mundo dos negócios o cidadão é considerado um ser que deve exercer força de trabalho e atuar no mercado.

Se as empresas estão interessadas em investir em educação é fácil imaginar que estas procurem criar ou incentivar educação escolar voltada para desenvolver nas pessoas sentimentos de competitividade e individualidade fazendo com que estas busquem a realização de suas vidas no alcance do sucesso. A educação popular, porém, deseja fazer diferente, de forma que não criem vocações e identidades regidas por um princípio mal pensado, sendo contra as práticas associadas ao trabalho e ao capital, nas quais pessoas são submetidas a uma lógica de troca de bens e serviços. A principal motivação da educação deve ser o de criar um outro tipo de vida social, mais justa, humana, igualitária, e livre e solidária.

Desse modo, é importante ressaltar o que diz Garcés (2009 p. 89) sobre educação popular.

A Educação Popular deve ser concebida como um componente das dinâmicas dos movimentos sociais, componente que colabora nos processos de autoconsciência individual e coletiva; reforça os processos de autonomia e criação cultural; favorece o desenvolvimento de iniciativas que formulam e recriam permanentemente 'o público' e, no meio destes processos, favorece também 'o salto' da diversidade em direção aos processos inéditos e democráticos da unidade de nossos povos.

A respeito disso Paulo Freire (1981) faz a seguinte reflexão: “Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”.

A Educação Popular representou um papel muito importante nesse contexto, pois esteve sempre a buscar caminhos e métodos para o desenvolvimento de uma consciência crítica. E, segundo Mahmías (2009), buscou desenvolver uma consciência planetária, na perspectiva de que o mundo é uno, todos vivemos nele e, portanto, como cidadãos do mesmo mundo, temos direitos, deveres e responsabilidades compartilhadas.

## **2.2 Educação de Jovens e Adultos: Um breve olhar**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica que está destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, seja pela oferta irregular de vagas, pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Em julho de 1997 a UNESCO realizou em Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos – Confintea, em que 1.500 representantes de 170 países assumiram compromissos perante o direito dos cidadãos de todo o planeta à aprendizagem ao longo da vida, concebida para além da escolarização ou da educação formal, incluindo as situações informais de aprendizagem presentes nas sociedades contemporâneas, marcadas pela forte presença da escrita, dos meios de informação e comunicação (PIERRO, 2008 p. 17)

Aprovada na V Conferência Internacional de Educação de Adultos, a Declaração de Hamburgo imputou à EJA o desenvolvimento de uma educação que procure estimular a autonomia e o sentido de responsabilidade dos indivíduos para que tenham capacidade de enfrentar as diversas transformações por qual passa a sociedade atual, por intermédio de uma cultura de liberdade, paz, democracia, onde todos os cidadãos possam participar de forma consciente, criativa e democrática. Foi aprovada ainda, na mesma conferência a Agenda para o Futuro

(UNESCO, 1997), que junto com a Declaração de Hamburgo “sistematizaram e divulgaram os conceitos de educação continuada ao longo da vida e de necessidades de aprendizagem, calcados nas perspectivas da cooperação e da solidariedade internacionais para um novo conceito da educação para adultos”.

A economia solidária é uma questão de grande importância para a educação de jovens e adultos, pois ela é uma forma de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Entretanto, é necessário que haja uma formação cultural e uma reformulação de pensamentos para que a economia solidária possa desenvolver-se de forma efetiva, haja vista que as pessoas estão condicionadas a um sistema cruel de exploração, competitividade e egoísmo. Por esse motivo, pode-se considerar que para que a prática da economia solidária possa acontecer é preciso que aconteça uma mudança cultural com relação a essas práticas associadas ao trabalho para que o desenvolvimento dos ideais solidários possam ser efetivados. Nesse contexto, a economia solidária aparece como peça fundamental, para esse desenvolvimento, pois ela preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, além disso, possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, ecológica e cultural.

Mesmo diante de amplas discussões nacionais e internacionais, nem todos os princípios abordados nas conferências realizadas com o intuito de fomentar políticas sobre a EJA foram cumpridos, houve falhas dos governos no que diz respeito aos investimentos e por consequência, os objetivos e finalidades acarretados à EJA não foram cumpridos.

Pierro explicita que a UNESCO realizou, seis anos depois da V Confinteia, um balanço para avaliar o desenvolvimento da educação de jovens e adultos durante esse espaço de tempo. Para tanto, ela afirma que:

O balanço da educação de adultos realizado na ocasião, sintetizado no Chamado à ação e à responsabilização, não foi otimista. Em quase todos os países houve redução do financiamento público para a aprendizagem dos adultos, em grande medida decorrente da prioridade concedida por agências internacionais (como o Banco Mundial) e governos nacionais à educação primária das crianças e adolescentes. O potencial de contribuição da educação de adultos à solução dos conflitos globais, ao combate à pobreza, à redução da violência, à preservação do meio ambiente e à prevenção da AIDS não tem sido adequadamente aproveitado (2008, p. 18)

Com o intuito de melhorar a educação de jovens e adultos, o Brasil aprovou e implementou planos e programas de alfabetização, qualificação profissional e educação em direitos humanos. Entretanto, muitas vezes esses programas são desarticulados e não atingem o seu objetivo.

Na maioria das vezes, as campanhas de educação de jovens e adultos buscam apenas a alfabetização inicial, mas não basta fazer somente isso, é necessário ter uma alfabetização de qualidade e a consolidação dessa alfabetização com a continuidade dos estudos, proporcionando a esses educandos ingressarem em níveis mais elevados de escolarização.

Desde os tempos mais remotos a educação é tratada como sendo de grande importância para o desenvolvimento da sociedade, inclusive a educação destinada às pessoas adultas. Pois já no período colonial brasileiro havia prática educativa, uma vez que os religiosos Jesuítas exerciam sua prática missionária com a intenção de catequizar os índios. Mais tarde, além de difundir o evangelho, os educadores tiveram como objetivo instrumentalizar a população ensinando-a a ler e escrever, bem como ensinar os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial. De início essa prática educativa destinava-se aos índios e posteriormente aos escravos, mais adiante, encarregaram-se de uma educação para os colonizadores

e seus filhos, com a intenção de que os trabalhadores pudessem exercer atividades exigidas pelo Estado.

A legislação brasileira sempre se mostrou preocupada com a questão da educação. A prova disso é que nas várias Constituições que o Brasil já teve, há sempre presente o referido tema. A educação de jovens e adultos, entretanto, só veio ganhar espaço nas leis nacionais alguns anos mais tarde.

A primeira constituição brasileira foi aprovada em 1824. Dois anos depois da Independência do Brasil, nessa oportunidade, Dom Pedro I convoca uma assembleia Geral Constituinte e Legislativa para discutir o texto da constituição. Em seu discurso inaugural já tratou da temática da educação, afirmando que seria necessária uma legislação especial para disciplinar a matéria.

Em 1891 foi aprovada a segunda constituição brasileira. Logo após a Proclamação da República foi eleita uma Assembleia Constituinte, que passou a discutir o projeto constitucional. No que diz respeito à educação, o texto dessa Constituição distinguiu a competência legislativa da União e dos Estados.

A Constituição de 1934 estabelecia medidas para assegurar uma política nacional de educação, como a incumbência à União de traçar as diretrizes da educação e fixar o PNE (Plano Nacional da Educação). O PNE indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

A Constituição seguinte foi a de 1937. Nesta, efetivou a afirmação de que aos que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar às instituições públicas de ensino a possibilidade de receber uma educação de qualidade. Instalou ainda o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas.

Na Constituição de 1946 foi aprovado o ensino primário obrigatório e gratuito a partir dos sete anos e para os que iniciarem depois dessa idade poderiam ser formadas classes especiais ou cursos supletivos.

Em 1967 foi promulgada a 6ª Constituição brasileira. Nesse período, com o intuito de erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Essa erradicação do analfabetismo estava prevista para acontecer em dez anos. Passados esses dez anos, o censo divulgado pelo IBGE mostrou que essa meta não foi cumprida. O MOBRAL passou por diversas modificações, desde os seus objetivos iniciais, ampliando suas áreas de atuação, como educação comunitária e até mesmo a educação de crianças.

Logo após o MOBRAL, foi implantado o ensino supletivo, com o objetivo de escolarizar o maior número de pessoas possíveis, para satisfazer às necessidades do mercado de trabalho da sociedade da época, um mercado competitivo, com exigência de escolarização e formação em níveis cada vez mais elevados.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA, 2004, p. 40).

A última Constituição promulgada foi em 1988 que vislumbra de forma ampla e completa a questão da educação no país inclusive com relação à educação de jovens e adultos. A referida constituição dispensa vários artigos sobre essa temática, dentre eles os seguintes:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade de ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A educação de jovens e adultos foi contemplada nessa nova constituição de forma abrangente e clara, articulando-a com temas relacionados ao trabalho e à cidadania, o que culminou no progresso e na melhoria da proposta educacional da EJA.

Nas últimas décadas o Brasil tem conseguido significativos avanços no campo da educação, entretanto ainda há muito a ser feito, principalmente no que diz respeito à educação de jovens e adultos, pois hoje ainda permanece em números elevados o índice de analfabetos no país. Tendo consciência desses dados e da necessidade de melhoria do ensino da EJA, o Ministério da Educação (MEC) vem investindo em projetos e ações destinadas a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa, para que possam ingressar na escola e concluir a educação básica. Uma das estratégias do MEC é o apoio as secretarias de educação municipais e estaduais, como também as empresas privadas e outras instituições por meio do Programa Brasil alfabetizado, lançado em 2003, pelo Governo Federal. O principal objetivo do Brasil Alfabetizado é a inclusão educacional, pelo caminho da verdadeira e efetiva alfabetização de jovens e adultos que não tiveram acesso à leitura e a escrita, com a intenção de promover e instalar a perspectiva do direito à educação, como sendo de todos, começando o caminho de continuidade no nível do ensino fundamental.

Com relação a esse programa, é importante ressaltar as palavras de Henriques e Ireland (2008, p. 353): “O Programa pretende, assim, ser um portal de entrada à cidadania, articulado diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos e promovendo a acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida”.

Podemos destacar que a educação de jovens e adultos passou por grandes mudanças, e sem dúvida, por enormes melhorias até chegar aos dias atuais. Todavia, faz-se necessário estar sempre buscando novos caminhos na procura da total erradicação do analfabetismo na nossa sociedade e a garantia da educação como direito de todos e como direito humano indispensável.

### **2.3 Um desafio à Educação de Jovens e Adultos: A formação e a prática docente do professor**

Uma das maiores dificuldades encontradas pelo professor da EJA é a falta de cursos de formação específica que os oriente a trabalhar nessa área, pois essa modalidade requer uma atenção diferente, uma vez que os alunos requerem um ensino especial. O trabalho com pessoas jovens e adultas exige do professor, além da formação inicial que deveria ser em nível de graduação, a formação continuada, entendida como a capacitação em serviço, representada pela realização de cursos de suplência e atualização dos conteúdos curriculares de ensino. O professor de EJA necessita dominar técnicas e metodologias capazes de, não somente adentrar o universo dos educandos, como também de fazê-los compreender que sua busca por concluir os estudos é recompensável. Neste sentido, o principal objetivo da Educação de Jovens e

Adultos é auxiliar cada indivíduo a tornar-se tudo aquilo que tem capacidade para ser. Neste processo educativo, o professor assume a relevante função de atuar como mediador entre o conhecimento e seus educandos.

Com a devida licença que se permite ao artista, na EJA há que dar uma atenção muito especial às experiências que esse tipo de educando (a) carrega em seu devir. Seu corpo e sua alma estão marcados por sonhos, desejos, conquistas, fracassos, tentativas e desistências (BARCELOS, 2007, p. 167)

Os educandos da EJA normalmente são pessoas que têm muitas experiências, principalmente se tratando dos adultos, têm conhecimento de mundo. O professor precisa dar atenção especial a esse tipo de vivência. Além de tudo, essas pessoas passaram muito tempo longe da sala de aula, trabalham o dia inteiro, chegam à escola cansados, desestimulados e o professor tem que tentar superar todos esses obstáculos, sendo esta uma tarefa árdua. A formação docente constitui-se, então, uma necessidade para o bom desempenho da prática educativa. E no que tange ao trabalho com a EJA, a formação docente aparece como uma premissa para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, é necessário possibilitar ao professor a capacidade de refletir sobre sua atuação profissional, objetivando entender a forma como se apresentam os problemas do ensino-aprendizagem, pois na EJA há uma diversidade de situações problemáticas relacionadas ao contexto social, político e econômico no qual estão inseridos os problemas da prática pedagógica em si.

Segundo Barcelos (2007, p. 175),

A nossa formação como educadores (as) passa, necessariamente, pelo nosso cotidiano. Ela – a formação docente – está intimamente ligada aos nossos costumes, hábitos, conceitos, preconceitos. Tem muito que ver com nossas representações e com o imaginário social vigente. Enfim, formação e experiência são irmãos inseparáveis.

A formação do professor está diretamente ligada às suas experiências e às diversas situações vividas no seu cotidiano. Cabe a ele saber articular essas experiências com suas práticas e com conhecimentos formais adquiridos ao longo da sua vida docente. Nessa perspectiva, Perrenoud (2002, p. 23) afirma que “é preciso combater essa dicotomia e afirmar que a formação é uma só, teórica e prática ao mesmo tempo, assim como reflexiva, crítica e criadora de identidade”.

É importante que o professor conheça seus alunos, saiba enxergar as dificuldades, os medos, os problemas, as angústias. Assim, cabe a ele muito mais do que o domínio dos conteúdos constantes na matriz curricular, mas saber como engendrar tais conteúdos em sua prática, de modo que os educandos compreendam sua pertinência e tornem-se capazes de, pouco a pouco, construir os conhecimentos necessários não somente à sua progressão escolar como também à sua formação humana.

## **2.4 Empregabilidade**

Diante de um mundo moderno que ao longo dos anos vem absorvendo novas tendências nas formas de trabalho, alicerçadas no profissionalismo, inovação, liderança, capacidade intelectual e nível de formação educacional, é que se vislumbra a obrigação de se estabelecer uma carreira escolar.

Todos os níveis profissionais passaram a exigir uma carga educacional-escolar por mínima que seja. Fato este que remota aos tempos modernos, com ênfase para o movimento ocorrido nos últimos 25 anos por meio da aquisição de direitos e regulamentação de garantias estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

Hoje, o poder público em suas mais variadas esferas, opta pela contratação de pessoal por meio de concursos e seleções públicas. Todos os profissionais que são contratados devem ser detentores de conhecimentos escolares. Sempre existirá um nível de graduação para aferir a qualidade mínima permissiva para determinada função.

Serviços que outrora eram renegados a analfabetos e pessoas sem instrução já não existem mais, todas as funções públicas tem que ser preenchidas por pessoas habilitadas, ou seja, com formação escolar.

A iniciativa privada não apresenta divergência do setor público, ao buscar mão de obra esta sempre se pauta primeiramente pela qualificação educacional, escolar, escolhe sempre os mais instruídos educacionalmente.

O quadro de empregabilidade preliminarmente apresentado tem como fundamento a busca pelo conhecimento técnico, conhecimento este que se absorve nos bancos escolares. Nesta perspectiva, vislumbra-se que é requisito essencial para a imersão no mercado de trabalho a educação formal, estruturada no sistema educacional vigente.

Antenado com a tendência empregatícia, que molda o mundo atual, os governantes nos últimos anos passaram a demonstrar atenção especial à parcela social composta por jovens e adultos que não adquiriram na época correta o conhecimento técnico escolar. Em que pese à criação de movimentos educacionais destinados a este segmento desde 1967 (MOBRAL), conforme já apresentado, apenas nas últimas três décadas é que o projeto de educação de jovens e adultos vem se consolidando com um meio de inserir junto ao mercado profissional do novo século pessoas até então renegadas.

Em meio a todo este contexto histórico-cultural é que apreciamos o estudo de jovens e adultos como um meio de transmitir cidadania, uma visão necessária e inclusiva que permite um novo rol de possibilidades. As contribuições que programas como a EJA vêm apresentando para um novo estilo de vida que abrange tanto as relações familiares chegando até os meios de produção são imensuráveis, as possibilidades que se abrem após a iniciação na vida educacional são as mais variadas possíveis.

A qualificação profissional incorporado por meio da educação presta auxílio para que aquele jovem ou adulto que deseja o seu emprego, que busca sua colocação profissional, ou para aquele que esteja empregado tenha a tendência de continuar, tenha seu emprego preservado e ainda permite uma recolocação profissional para aquele que já estava inserido. A educação renova as esperanças, cria as oportunidades e instrumentaliza oportunidades.

O permissivo social e o legado humanístico oriundo do abraço a educação, assim como as garantias conquistadas pela apresentação, manutenção ou recolocação no mercado profissional fazem com os novos horizontes agregados pelo saber educacional tenham fundamental relevância na empregabilidade dos jovens e adultos que vislumbraram o mundo orientado pelas escolas, leituras e experiências educacionais ofertadas pelos programas destinados à educação de jovens e adultos.

## **2.5 A relevância da relação existente entre Educação de Jovens e Adultos e trabalho nas práticas curriculares**

A modalidade de educação de jovens e adultos tem a intenção de preparar seus alunos para ingressar no mundo do trabalho, e por isso é importante que seus currículos venham atender a essas necessidades, até por que o mercado de trabalho de hoje está cada vez mais exigente. Sobre essa questão Scocuglia afirma que “a educação de jovens e adultos (EJA) tem recebido nas últimas décadas a atenção em todo o mundo em função das mudanças nos processos de trabalho.” (SCOCUGLIA, 2010 p. 17)

Os alunos da EJA são geralmente de grupos sociais em situação de exclusão, desse modo, os enfoques das análises dessa modalidade escolar visam à melhoria das condições de

vida da população excluída e perspectivas de inclusão, na tentativa de contemplar as questões do mundo do trabalho. Diante disso, baseado em Scocuglia é importante ressaltar que nos dias atuais aconteceram discussões sobre a relação do mercado de trabalho, suas modificações e a educação de jovens e adultos, incluindo as novas tecnologias, formação das competências e das atitudes para a inclusão produtiva, processos de globalização e desigualdade social. Com relação a essa questão, Macedo (2008, p. 21) resalta que “a discussão de educação e trabalho tem defendido um currículo comum associado às novas competências necessárias ao trabalho no mundo contemporâneo”.

O mundo do trabalho requer muitas análises e pesquisas, pois nos dias atuais ocorreram enormes mudanças sob o impacto da globalização e estamos passando por uma revolução tecnológica que está alterando profundamente as formas de trabalho. Nos métodos globalizados o que interessa é oferecer resposta a problemas ou questões que a realidade coloca, tentando mobilizar os alunos a chegarem ao conhecimento de temas que lhes interessem, ajudando-os a resolver alguns problemas do meio social ou para realizar algum tipo de construção. Além disso, o mercado de trabalho da sociedade atual exige trabalhadores mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em equipe.

Podemos perceber a relevância do tema trabalho na educação de jovens e adultos, uma vez que esta busca justamente a aplicação de uma educação capaz de contribuir para a formação de homens e mulheres que tenham consciência social, responsabilidade e tornem-se aptos ao mercado de trabalho que exige cada vez mais das pessoas. De forma que possam produzir e desfrutar de conhecimentos, bens e valores, tendo inclusive uma visão crítica do mundo, além de desenvolver conceitos e habilidades que os ajudem a compreender a realidade em que vivem, para que possam desenvolver participação em seu meio, contribuindo para a melhoria da qualidade de sua vida e ainda do contexto social em que estão inseridos.

Animar o debate em torno da questão curricular na modalidade de jovens e adultos é primordial para o desenvolvimento e o cumprimento principalmente dos objetivos dessa modalidade, haja vista que através dessa prática pode-se oferecer subsídios que orientem a formação de professores nessa área.

Nos dias atuais entende-se por currículo o conjunto de práticas educacionais, como metodologias, formas, avaliações, organizações, conteúdos, metas, ideias, enfim, tudo que envolve a prática pedagógica, exercendo a função de controlar essa prática. Ele deixou de ser visto, segundo Oliveira (2008, p.12) apenas como “conjunto de conteúdos programáticos estabelecidos para as disciplinas e séries escolares”. Neste, ainda segundo a autora citada,

[...] podemos considerar as tendências que observamos nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelos professores que atuam na área como novidades curriculares produzidas a partir do cotidiano das salas de aula e, com isso, desenvolver estudos sobre currículo, não apenas a partir das realidades das práticas curriculares desenvolvidas nas nossas classes.

É necessário que a elaboração dos currículos baseiem-se nas práticas cotidianas das salas de aula e tentem adequar-se a realidade de cada escola, pois há uma diversidade muito grande em termos culturais e nos deparamos com realidades distintas, sejam com escolas, estruturas, ambientes ou alunos. É importante também a interação de conteúdos em áreas diversas sempre relacionando-os com uma formação voltada para atender as necessidades do público alvo da EJA, que, como já foi dito é de inseri-los na sociedade de modo que participem de forma efetiva e consciente do meio em que vivem, buscando ainda uma qualificação de trabalho, com intenção de elevar sua qualidade de vida, de sua família e até mesmo de seu meio social.

Sabe-se que o público alvo dessa modalidade é geralmente pessoas de baixo padrão social e situação econômica precária que acabam sendo marginalizados pela sociedade e é de

suma importância que essas pessoas adquiram meios de viver de forma digna exercendo seu papel de cidadão, inclusive contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento da sociedade. Isso poderia acontecer com uma qualificação profissional e conseqüentemente a aquisição de um trabalho.

Sobre esta questão Scocuglia (2010, p. 22) afirma que:

[...] as reflexões acerca dessa temática têm enfatizado a dimensão particular do trabalho na EJA, ou seja, a melhoria das condições de vida da população excluída e perspectivas de inclusão. Destacam-se o ‘trabalho como princípio educativo’ e seus antecedentes históricos, especialmente quanto à superação da teoria do capital humano com o devido reconhecimento dos níveis de pauperização da população e a necessária vinculação da formação educacional com a produção.

O trabalho pode ser visto como meio através do qual cada um dá sua contribuição por tudo que recebe dos demais, fazendo com que a pessoa sinta-se importante, pois na medida em que exerce um trabalho, está exercendo também uma função dentro do seu meio, podendo contribuir para a qualidade do mesmo. Essa questão é bastante relevante nessa modalidade escolar, pois segundo Ribeiro et al (2001), um aspecto fundamental as inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho é o fortalecimento da auto estima, a afirmação de sua identidade como cidadãos de direitos e como seres produtivos, criativos e intelectualmente capazes.

A partir dessas considerações podemos perceber que o currículo está intimamente ligado à cultura, uma vez que as explicações do parágrafo anterior são imposições culturais as quais absorvemos ao longo de nossa existência e que foram apresentando-se dessa forma, no entanto isso não significa dizer que essas concepções estejam prontas e acabadas, pois como afirma Silva (1996) “a cultura não é vista como um conjunto inerte e estático de valores e conhecimentos a serem transmitidos de forma não-problemática a uma nova geração, nem ela existe de forma unitária e homogenia.”

Nesse entendimento o currículo torna-se um espaço democrático, em que são propostas atividades que visem à adequação do contexto escolar à realidade de cada escola, buscando incorporar de forma dinâmica elementos do cotidiano do educandos à sua prática em sala de aula.

Por fim, cumpre ressaltar que o tema trabalho está sempre presente nas práticas pedagógicas da EJA, sendo ele, portanto, um tema de bastante relevância para essa modalidade de ensino. Tendo em vista que o currículo propõe normatizar e regulamentar a atividade pedagógica, é necessário que essa temática seja abordada e enfatizada nos currículos formais de forma mais ampla, contribuindo seriamente no processo ensino-aprendizagem. Pois, dentre outros objetivos da EJA está o de ampliar a inserção de seus educandos no mundo do trabalho, fazendo com que tornem-se agentes de transformação da sociedade em que vivem e reconheçam que a educação é o instrumento fundamental de desenvolvimento pessoal, profissional e social.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi realizada na perspectiva qualitativa, assumindo-se nesta um caráter descritivo e analítico. Realizamo-la com os alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos da Escola de Ensino Fundamental Vicente Felizardo Vieira, que se localiza no Distrito Felizardo, na cidade de Ipaumirim-CE.

O município de Ipaumirim conta com quatro escolas de ensino fundamental, entretanto, em apenas duas há educação de jovens e adultos.

Na escola onde foi realizada a pesquisa, o ensino da EJA é apenas noturno, contando com três turmas: EJA I – correspondente a primeira fase do ensino fundamental (1º à 5º ano); EJA II – correspondente a segunda fase do ensino fundamental (6º à 7º ano) e EJA III – correspondente também a segunda fase do ensino fundamental (8º e 9º ano).

Os professores da escola pesquisada têm formação específica na sua área de atuação, mas não contam com cursos de formação ou similares para contribuir na sua prática de ensino da EJA. A escola recebe apenas livros didáticos destinados aos discentes da EJA, com conteúdos específicos para esse público e com algumas orientações para os professores.

Foram aplicados questionários a 09 alunos, todos residentes no município e que concluíram o ensino fundamental na escola já mencionada anteriormente. A amostra investigada contou com um grupo de alunos composto por pessoas com idade entre 19 e 38 anos.

A investigação aconteceu por meio da aplicação de um questionário aos alunos que possibilitasse o conhecimento de vários itens, tais como: sexo, etnia, idade, escolaridade, inclusive a escolaridade dos pais, empregabilidade, entre outros.

As perguntas do questionário aplicado estão relacionadas ao perfil social dos jovens, suas perspectivas e suas relações com o trabalho. As questões são as seguintes: Até que série você estudou? Por que procurou a EJA? Se não continuo estudando, por que isso aconteceu? Atualmente está fazendo algum curso? Qual? Qual a escolaridade dos seus pais? Está trabalhando no momento? Qual a sua ocupação? Qual a sua renda mensal?

#### **4 A EMPREGABILIDADE: NOÇÃO E PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES EGRESSES DA EJA**

Os dados coletados e as nossas análises sobre estes nos apontam certa precariedade no que tange à relação estudo na EJA e empregabilidade, considerando-se que entre os sujeitos pesquisados há trabalhadores com renda de R\$ 150,00 e entre estes o que mais ganham, seu salário chega a apenas R\$ 600,00.

No tocante ao perfil sócio-educacional destes sujeitos temos a seguinte situação. Entre os respondentes, a predominância do público feminino, assumindo a seguinte configuração: 07 do sexo feminino e 02 do sexo masculino.

Quanto à etnia/cor, 03 se declaram brancos e 07 se declaram pardos.

O grupo de respondentes, em sua maioria, apresenta como um destaque bastante significativo, a continuidade nos estudos, pois os egressos cursaram ou estão cursando o ensino médio, o que pode culminar, posteriormente na aquisição de um trabalho, uma vez que, atualmente para pessoas com pouca escolaridade torna-se mais difícil conseguir um emprego. Assim, em relação ao grau de escolaridade, percebemos um bom desenvolvimento, haja vista que dos 09 egressos, 03 concluíram o Ensino Médio, 03 concluíram o Ensino Fundamental e 03 continuam estudando, cursando o 1º ano do Ensino Médio.

Há também os que continuam estudando realizando cursos profissionalizantes, o que vem a caracterizar um ponto importante, pois alguns alunos, ao afirmarem estar fazendo cursos profissionalizantes, mostram que eles têm consciência da necessidade e da importância da qualificação profissional para inserir-se no mercado de trabalho.

Entre os ex-alunos que concluíram o Ensino Fundamental e que pararam de estudar, alegaram os seguintes motivos para a interrupção do seu processo de escolarização: “Tive que viajar e morar fora por algum tempo para trabalhar e ajudar a família”, parou de estudar “Por preguiça e falta de interesse, outro parou de estudar “porque tem filhos pequenos e não tem tempo para estudar”. Desse modo, para a minoria dos respondes que afirmou não ter concluído os estudos e nem ter dado continuidade aos mesmos, os principais motivos são, em geral, referentes às condições financeiras e à necessidade de trabalhar para o sustento da família. Ainda para a não conclusão do ensino fundamental, um aluno salientou a gravidez precoce e o casamento como motivo fundamental. Outro aluno afirmou ser a falta de vontade de estudar, o desinteresse e a preguiça para justificar os motivos pelos quais não deu continuidade aos estudos. Assim, podemos constatar que seus motivos, na maioria das vezes, se encontram para além da sua vontade pessoal e relacionam-se a fatores extra-escolares.

É importante ressaltar um fator constatado na pesquisa que merece destaque. Os alunos que responderam ao questionário possuem uma trajetória escolar marcada pela pouca escolaridade dos pais, neste caso, 04 deles têm mãe analfabeta, e 03 têm pai analfabeto. Apenas 01 tem mãe com Ensino Médio Completo. A maioria, os pais cursaram até a 5ª série do Ensino Fundamental. No caso, podemos constatar que a escolarização paterna e materna não se faz estímulo direcionado para a conclusão da educação Básica dos ex-alunos aqui analisados.

No que tange a empregabilidade desses egressos, cumpre ressaltar que a maioria deles afirmou estar trabalhando. Dos 09 sujeitos, apenas 03 estão sem trabalho. Todavia, todos estejam em trabalhos informais, sem direitos trabalhistas e com baixos salários. O que nos remete a pensar sobre a situação de instabilidade desses jovens frente ao mundo de trabalho. É relevante ressaltar, mediante estas respostas, que os discentes buscam à EJA em uma procura de certificação escolar, o que teoricamente o colocaria no mercado de trabalho formal tendo os seus direitos trabalhistas assegurados e uma renda razoável que lhe dariam uma vida mais digna e, com isso, conquistar o seu lugar de cidadão ativo na sociedade, possibilitando a esse sujeito o resgate da sua autoestima e passando a ser visto como um cidadão comum.

Infelizmente, ao observamos as falas dos sujeitos estudados aqui, verifica-se que há duas frustrações relacionadas à questão da EJA e a sua função de preparar para o mercado de trabalho e para a cidadania. Em primeiro lugar podemos destacar a natureza das ocupações desses sujeitos no mercado de trabalho, pois além de estarem inseridos em atividades informais que demandam pouca escolaridade, o grau alcançado, seja o Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Completo parecem assim soçobrar com as habilidades, competências e saberes escolares teoricamente adquiridas nesses níveis de escolarização.

As atividades desempenhadas por esses sujeitos são: diaristas, babás, empacotadores. Do mesmo modo se colocam a natureza dos cursos profissionalizantes nos quais os sujeitos se encontram estudando: Manicure e cabeleireira, exceto o de técnico em informática que requer uma gama de saberes escolares mais condizentes com o grau escolar desses sujeitos.

Assim sendo, e também considerando que a renda recebida por eles não chega sequer a um salário mínimo integral, fica patente que a confiança, ou simplesmente, a esperança, depositada por esses sujeitos na escolarização aprendida na EJA, que culmina com conclusão dos estudos e sua certificação ajudem na entrada no mundo do trabalho e ainda lhe proporcione melhores condições de vida não foram concretizadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ver os documentos da EJA, pode-se constatar que a finalidade dessa modalidade de ensino é inserir seus alunos na sociedade para que participem de modo efetivo e consciente do meio em que vivem, buscando uma qualificação para o trabalho, e a melhoria da qualidade de sua vida.

Desse modo, é importante ressaltar que diante da pesquisa realizada foi possível verificar até que ponto a educação de jovens e adultos contribuiu para elevar a qualidade de vida e de que forma contribuiu para a empregabilidade dos sujeitos pesquisados. Os próprios discentes afirmaram que em relação aos empregos que possuem hoje, o ensino da EJA não contribuiu de maneira efetiva, no entanto foi por causa desse ensino, que alguns alunos sentiram-se motivados a dar continuidade aos estudos, ingressando no ensino médio e posteriormente ingressar em cursos profissionalizantes. Podendo dessa forma, conseguir melhores empregos e elevar sua qualidade de vida.

A EJA promove a inserção escolar e aponta a esses sujeitos oportunidades no mercado de trabalho. Todavia, em muitos casos, os resultados mais significativos dizem respeito ao aumento da escolaridade do que da efetiva inserção desses alunos no mercado de trabalho. Principalmente no mercado de trabalho formal.

Ao fazer um perfil do egresso da educação de jovens e adultos vemos pessoas com vontade e motivação para aprender e que valorizam a escola, considerando-a como um lugar de construção de saberes, além disso, são sujeitos detentores de uma vasta experiência e de saberes adquiridos através de suas próprias vivências.

Os egressos em sua maioria avaliam positivamente a oportunidade de voltar a estudar e por consequência os conhecimentos adquiridos, bem como o aumento de escolaridade. Alguns mostram-se satisfeitos ainda com relação a inserção no mercado de trabalho; outros, mesmo não correspondendo totalmente as suas expectativas, consideram válida a experiência escolar.

Por fim, com relação à educação, cabe aqui mencionar que ela tem um papel decisivo na sociedade, pois é dela que provém a responsabilidade de transformações individuais e sociais. É através da educação que as pessoas transformam-se, podendo tornar-se capazes de analisar, raciocinar, interagir, para poder criar, aperfeiçoar, criticar. Só assim poderão ser sujeitos emancipados, verdadeiros cidadãos, capazes de ver o mundo e decidir pelo que é melhor; capazes de rejeitar as imposições do sistema, que os submetem à condição de exclusão; capazes de enfrentar as dificuldades e construir uma nova realidade, para si e para os demais indivíduos a sua volta.

## 6 REFERÊNCIAS

BARCELOS, V. **Formação de Professores(as) para Educação de Jovens e Adultos: Cada Menestrel com seu Parangolé.** – uma alternativa metodológica e antropofágica em educação ambiental. Erechim, SIGEA – 2007.

BRANDÃO, C. R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. *In*: MACHADO, M. M. (Org). **Formação de educadores de jovens a adultos: II Seminário Nacional.** Brasília: MEC/SECADQ/UNESCO, 2008. p. 17-56.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular.** 3ª edição. Brasiliense, 1989.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCÉS, M. D. Educação Popular e movimentos sociais. *In*: PONTUAL, Pedro e IRELAND, T. **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** – Brasília: MEC, UNESCO, 2009.

HENRIQUES, R.; IRELAND, T. A política de educação de jovens e adultos no governo Lula. *In*: VÓVIO, Cláudia. Lemos. e IRELAND, Timothy Denis. **Construção Coletiva: contribuições à Educação de Jovens e adultos.** 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

MACEDO, E. Que queremos dizer com educação para cidadania? *In*: LOPES, Alice Cassimiro e outros. Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FAPERI, 2008.

MAHMÍAS, M. T. Os desafios da educação popular frente à diversidade e à exclusão. *In*: PONTUAL, Pedro e IRELAND, Timothy. **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** – Brasília: MEC, UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, I. B. Tendências recentes dos estudos e das práticas curriculares. *In*: VÓVIO, Cláudia. Lemos e IRELAND, Timothy Denis. **Construção Coletiva: contribuições à Educação de Jovens e adultos.** 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. **As competências para ensinar no século XXI.** Porto Alegre: Atmed, 2002.

PIERRO, M. C. D. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. *In*: VÓVIO, Cláudia. Lemos. e IRELAND, Timothy Denis. **Construção Coletiva: contribuições à Educação de Jovens e adultos**. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

RIBEIRO, V. M. M. *et al.* **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SCOCUGLIA, A. C.; PRESTES, E. T. **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos: possibilidades e contribuições ao debate – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.**

SILVA. T. T. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo e agenda para o futuro: V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Hamburgo, Alemanha, 1997**. Lisboa: UNESCO, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1997.

# A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras: considerações docentes

*Janildo da Silva Lourenço  
Dorgival Gonçalves Fernandes*

## 1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é uma realidade no sistema educacional brasileiro. Neste nos deparamos com elevado número de discentes desmotivados, desinteressados e que por motivos diversos se evadem da Educação de Jovens e Adultos. É desta problemática que partimos em busca de respostas que expliquem essa adversidade, pois se faz necessário observar e investigar quais as questões que levam esses alunos a se evadirem da sala de aula, recusando os saberes ministrados pelos professores, e porque depois de tanto tempo retornaram à escola, e agora por uma combinação de fatores, desistem da escola mais uma vez, tendo o agravante de que já são desistentes de outras épocas ou anos, ou até mesmo vem de repetências de outras series regulares.

Diversos estudos (AQUINO, 1997; LIMA, 2004) apontam que a evasão escolar é uma problemática existente na maioria das escolas brasileiras, onde todo o sistema educacional brasileiro passa ou convive com essa questão de difícil solução. Assim, professores, gestores e coordenadores têm buscado soluções para conter esse afastamento dos discentes, por assim constatar que diariamente nossas salas de aula pelo Brasil adentro, cada vez mais se encontram vazias. Nessa ótica, uma pesquisa pode contribuir para por luz a essa problemática e favorecer soluções.

A educação é um dever e um direito adquirido, devendo ser garantido pelos governos. Assim cita a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205 do capítulo III): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, asseverando assim que a educação é um direito de todos e desse modo, deve-se traçar caminhos em busca de um trabalho digno e da cidadania plena e ativa.

Ainda em seu Art. 206, a Constituição referida enfatiza que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “I – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”.

No tocante aos direitos adquiridos por todos/as os/os brasileiros/as em relação à educação, podemos citar também a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 93994/96), Seção V (Educação de Jovens e Adultos), que em seu Art. 37 afirma: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Em seu § 1º, diz ainda a LDB: “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Assevera também, no § 2º: “O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”. E ainda diz, no § 3º que, “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, no formado regulamentado”.

A evasão escolar atrapalha e impede o exercício efetivo desse direito, certo e garantido na forma da Lei, ou seja, o exercício do direito à educação no tocante à Educação de Jovens e adultos. De acordo com estudiosos desta modalidade, a evasão é um problema que vai no caminho contrário a esse direito, dificultando o aprendizado dos saberes direcionados e necessários aos alunos, dificultando assim a sua formação para tornar-se cidadão pleno.

Toda essa gama de direitos legalmente adquiridos demonstra a preocupação dos governos e de diversos setores da sociedade civil com a educação, pelo menos no plano do discurso, afirmando assim que a permanência dos alunos na escola para que realizem a sua aprendizagem se faz necessária e é relevante para todos e para a nação.

Diante do exposto, se faz importante averiguar quais as causas que encaminham nossos alunos a se evadirem das salas de aula da educação de jovens e adultos (EJA). Para buscar respostas para tal questão, consideramos importante entender as percepções dos docentes da referida modalidade de ensino que, em sua experiência como educadores, lidam ano a ano com essa evasão. Assim, buscamos junto a esses educadores identificar quais seriam os fatores escolares e extraescolares que dificultam a permanência dos discentes nas escolas da educação de jovens e adultos, acreditando que tais educadores possam sugerir caminhos a serem adotados tendo em vista possíveis soluções, tanto por si como por parte da gestão da escola e demais sujeitos envolvidos com a EJA, na busca de potencializar alternativas frente ao problema da evasão escolar na EJA.

Entendendo que a evasão escolar tem muitas facetas e se direciona de acordo com o contexto escolar existente, assentando-se sobre questões sociais, políticas e econômicas, acreditamos necessário se fazer um apurado e alargado estudo sobre o que substancia a verdadeira situação existente quanto à evasão escolar para que se possam direcionar as buscas por soluções para essa questão existente na quase totalidade das escolas de EJA. Assim, formulamos os seguintes objetivos para este estudo:

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

De acordo com o estudo desenvolvido por MEKSENAS (1998, p.98) sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos, o autor aponta que: “obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário”.

A evasão escolar, que é uma questão nacional, vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas, que nela não permanecem, conforme salienta Queiroz (2011, p. 02), constituindo potencialmente o público da EJA, acessando essa modalidade de ensino já com a vivência da evasão escolar e do fracasso escolar.

Este, segundo Arroyo (1991:21), resulta das “diferenças de classe”, e são elas que “marcam” o fracasso escolar nas camadas populares:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

Na visão de Arroyo (1997, p.23), na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual

precisa estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador. A o abordarmos a temática da evasão escolar na educação de jovens e adultos, nos deparamos com o enfrentamento de uma problemática de difícil solução, mas que já é considerada “comum”, “naturalizada” por alguns docentes desta modalidade de ensino, afinal, encontramos essa problemática em quase todas as escolas brasileiras, e na educação de Jovens e Adultos assume patamares muito elevados. Portanto, encontramos alunos que passam por toda uma jornada de trabalho diário, e ao chegarem às salas de aula já se encontram cansados e desmotivados, essa situação atinge praticamente todas as salas de EJA e produz desconforto entre os docentes.

A abordagem que fazemos aqui se refere aos meios para se garantir uma educação de qualidade para todos e à postura dos discentes, pensando-se no que é possível fazer para que estes se sintam atraídos a permanecerem na instituição de ensino, haja vista que “a escola está aberta a quase todos, mas não garantem a sua continuidade e sua qualidade” (SCOCUGLIA, 1997: 101). Ou seja, a escola é gratuita e tem o papel social de levar escolarização aos que não a tem ou ainda não concluíram os seus “estudos”, que é o objetivo da EJA. Esta está aberta à sociedade, mas os alunos têm que se sintem atraídos por ela. Como conseguir que os discentes permaneçam nas salas de aulas? Qual seria o papel do professor e de gestores nesse objetivo comum e real a todos os docentes, que é abrandar a evasão escolar?

Os ambientes de ensino têm que ser agradáveis, onde os alunos se sintam bem, confortáveis e encorajados a voltar sempre mais uma vez, ou seja, um ambiente prazeroso e de criatividade, um lugar fecundo para a ação e relação entre docentes e discentes, pois a evasão escolar é um problema de natureza social e histórica, ela afeta, sobretudo, as camadas populares que necessitam substituir a escola por outras atividades relacionadas a própria sobrevivência (LIMA, 2004, p.45).

Na concepção de Scoz (2009, p.81) a evasão escolar se dá desde as séries iniciais, quando a criança sofre algum grande trauma, por exemplo, a separação dos pais, fracasso escolar, pobreza material entre outros motivos de natureza intensa. Esses são os principais motivos que favorecem a evasão escolar. A problemática da evasão escolar no contexto atual brasileiro se constitui bem mais presente, visto que em épocas remotas a escola parecia ser mais excludente, embora hoje ainda permaneça.

O problema da repetência escolar e da evasão no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores, tais como: familiar, social, cultural, político e econômico, mas também escolar, haja vista que na escola há muitos professores que têm contribuído cada dia para o agravamento deste problema, desenvolvendo uma prática didática ultrapassada e estabelecendo relações entre professor e alunos de modo vertical e autoritário. Azevedo (2011, p.05) e Digiácomo (2011, p. 01) alegam que a evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao cúmulo de admitirem a matrícula de um número bastante elevado de alunos por turma, muito mais do que o adequado, já contando com a “desistência” de muitos ao longo do ano letivo.

Segundo Arroyo (2001), o imaginário escolar e docente aparentou aceitar com muita tranquilidade o fracasso escolar traduzido por aprendizagem ineficiente e evasão escolar como fator social e cultural, se eximindo de toda e qualquer responsabilidade. Contudo, na última década, essa tranquilidade toma outra característica, isto é: a dúvida sobre a legitimidade do fracasso escolar atribuída à cultura social e política, segregadora e excludente; ou se a escola ingenuamente não reproduz essa mesma sociedade contribuindo para que os alunos continuem excluídos da sociedade.

Oliveira (2001) exemplifica a situação da evasão escolar na EJA, indicando como uma das causas institucionais “o desencontro entre a escola e os alunos [...]”. Este se caracteriza por

questões de aprendizagem e pela própria organização da escola, que funciona dentro de um contexto próprio, que deve ser conhecido por toda a comunidade escolar. Desse modo, no interior da escola a linguagem escolar concorre como a maior dificuldade à aprendizagem, sendo considerada maior até mesmo do que o próprio conteúdo.

Vários autores, a exemplo de Oliveira (2001) e Arroyo (2001), indicam as raízes históricas e sociais ligadas ao abandono escolar e, por consequência, a existência de um grande número de analfabetos, de analfabetos funcionais e de sujeitos que apesar de terem concluído os graus da escolaridade média detêm alguma disfunção no ato de ler ou de escrever, mas são considerados alfabetizados e ou devidamente escolarizados nos índices de pesquisa. Os autores indicam as raízes históricas e as condições de vida das camadas mais populares como produtoras e consequência do abandono da vida escolar, para manter a sobrevivência própria e de seus familiares.

As salas de aulas precisam deixar de ser um ambiente hostil para o estudante e serem transformadas em ambientes saudáveis, onde os alunos possam interagir entre si e reagir às indagações dos professores, sem pressões, encontrando-se com seus colegas, dividindo anseios e preocupações com o presente e com futuro. As salas de aulas têm que propiciar o aprendizado de todas as formas, como também a interação entre os sujeitos envolvidos nessa empreitada: professores, alunos, gestores, auxiliares, todo o corpo integrante da escola. Só em um ambiente onde os alunos se sintam bem, haverão de retornar no dia seguinte para a próxima aula.

É mister salientar que existem autores que em relação à evasão escolar apontam os fatores externos que a produzem, e outros indicam os fatores internos à escola, ou seja, aqueles pontos que influenciam o aluno a permanecer ou evadir-se na escola estão intimamente ligados ao ambiente interno escolar e à instituição escola.

Entre os autores que explicam a evasão escolar através de fatores internos podemos encontrar Bourdieu e Passeron (1975), Cunha (1997), Aquino (1997). Conforme Bourdieu e Passeron (1975, p.12)

A escola desconsidera o capital cultural de seus estudantes da classe pobre, sendo o professor responsabilizado pela evasão e pelo fracasso escolar do aluno, ou seja, os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade lingüística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros.

Segundo Cunha (1997:29), a responsabilização da criança pelo seu fracasso na escola tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal que fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade de classe, e também tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável “pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social”.

Diante dessas constatações, o poder que o professor tem nas mãos para lutar contra as adversidades é a preocupação com a evasão escolar, traduzida na prática pedagógica centrada exclusivamente no conhecimento, nas metodologias e recursos pedagógicos empregados para a sua transmissão e apropriação pelos estudantes, já que essa seria a característica e a função específica da escola. Isto implica em assegurar conhecimentos teóricos escolares aos alunos envolvendo a educação nos seus fundamentos e procedimentos didáticos como próprios desta instituição e do trabalho docente em sala de aula, trabalhando sem a interferência das outras áreas da ciência que também explicam os fenômenos educacionais, sendo estes aceitos sem discussão pela sociedade e até pela comunidade escolar (AQUINO, 1997).

Neste caso, imputar ao professor individualmente todos os defeitos da educação é tão injusto quanto livrá-lo de toda responsabilidade, assim é interessante mencionar nessa reflexão que o professor deve proporcionar a todos os seus alunos informações, fornecendo-lhes material cultural relevante que responda aos objetivos e conteúdos da série correspondente,

que seja apropriada, que esteja adaptada à suas possibilidades e possa, portanto, ser compreendida por seus alunos, individualmente (AQUINO, 1997).

Cunha (1997) expressa a ideia de que a escola é responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às categorias pobres da população, explicando teoricamente o caráter reprodutor desta instituição compreendida como aparelho ideológico de Estado.

Conforme destaca Ferreira (2011, p. 03), são diversas as causas da evasão escolar. Levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira: Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, em número insuficiente, ausência de motivação etc.; Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez etc.; Pais/responsáveis: não cumprimento de o pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc.; Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues etc.

A análise da problemática da evasão escolar nos revela alguns pontos tanto externos como internos de caráter relevante para o entendimento dessa problemática. Poderiam elencar como fatores externos e internos: respectivamente, de fora para dentro: 1) a família é considerada a base do aluno, e a mais importante formação, pois vem da base e se encontra na aprendizagem diária do discente, ou seja, a sua estrutura familiar, o seu pilar de educação ou o seu modelo; 2) as desigualdades sociais advindas da sua condição econômica e o meio em que vive e se relaciona; 3) o seu trabalho ou condições de sobrevivência para existir ou sobreviver, onde se encontra incrustado no item anterior; 4) suas condições de moradia e de acesso aos programas governamentais existentes ou não na sua comunidade etc. E de caráter internos ligados à instituição escolar: 1) a própria escola e sua metodologia; 2) a linguagem do professor para com seus alunos, o próprio projeto político pedagógico da escola, entre outros.

Como a evasão escolar é complexa e envolve variados fatores, se faz necessário avaliar o contexto estudado e analisar suas ocorrências e consequências para podermos encaminhar soluções que venham erradicá-la ou amenizá-la, propiciando assim uma melhor aprendizagem e formação dos discentes inseridos nesta modalidade de educação.

### **3 METODOLOGIA**

Quanto à metodologia adotada, esta pesquisa teve caráter qualitativo, adotando-se como base de dados um estudo de campo. Para tanto, elaboramos um levantamento do número de escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos no Município de Cajazeiras - PB, e o número de professores atuantes nesta modalidade de ensino na rede municipal. Para proceder à coleta de dados, utilizamos como instrumento a entrevista estruturada aplicada a uma amostra de 05 professores, que lecionam na EJA.

Tomamos como critério de escolha para compor a amostra os professores que se dispunham a participar das entrevistas. Selecionamos cinco professores. Destes, três lecionavam respectivamente em duas escolas da EJA. São as seguintes as escolas municipais nas quais funciona a educação de jovens e adultos no período noturno: E. M. E. I. F do BAIRRO VILA NOVA (1º segmento), E. M. E. I. F DO BAIRRO ROMUALDO ROLIM (1º segmento), E. M. E. I. F da AVENIDA COMANDANTE VITAL ROLIM (2º segmento), E. M. E. I. F BAIRRO SÃO FRANCISCO (1º segmento) e o CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA A CRIANÇA da AVENIDA JOCA CLAUDINO (2º segmento).

As entrevistas foram gravadas em áudio com a autorização dos entrevistados. Para realizá-las, elaboramos um conjunto de perguntas para, a partir das quais, podermos entender as condições de trabalho que são impostas aos professores, o que interferem na vida educacional dos seus alunos e identificar as causas que motivam a desistência dos discentes, isto é, a evasão escolar. Neste sentido, foram formuladas as seguintes perguntas:

- 1 - Considerando a sua experiência como educador (a), como você percebe a questão da evasão escolar na EJA?
- 2 - Quais seriam os fatores escolares e extraescolares que dificultam a permanência dos alunos da EJA na escola?
- 3 - Há procedimentos por parte dos professores para combater a evasão escolar na EJA?
- 4 - Há por parte da gestão da escola preocupação com a questão da Evasão na EJA?
- 5 - Na condição de professor (a), o que você sugere para superar o problema da Evasão na EJA?

#### 4 ANÁLISES DOS DADOS

Para elaborar as suas respostas, os professores analisaram a questão segundo a sua experiência enquanto docentes e responderam sobre a problemática da evasão escolar de acordo como o problema se configura no seu ambiente de trabalho e na sua prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos:

Entre os cinco professores entrevistados sobre a questão de como eles percebem a evasão em sua escola, estes reconhecem a existência do problema da evasão escolar, como afirma o professor (E) e ainda no que diz respeito à direção e toda a coordenação da educação de jovens e adultos, reconhecem que a solução do problema não é fácil e depende da união entre todos os envolvidos nessa empreitada:

“Reconheço que o problema da evasão existe, e é um problema que temos de difícil solução”. (Professor E).

A evasão é configurada em diversos aspectos, com predominância ao que diz respeito aos alunos. Neste caso, pelo que é expresso nas falas dos professores, a solução ou mesmo um pressuposto de encaminhamento em busca de solução para esse problema requer muitas atitudes a serem tomadas, tanto por parte dos professores, como também por parte dos alunos. Os professores enfatizam ainda a condição socioeconômica dos alunos como fator principal de sua desistência da escola, e intrínseco a isso, a falta de interesse, a desmotivação para com a escola, o desânimo total dos alunos, e a falta de objetivo, como assinalam os professores A e C:

“A evasão é um problema complexo que envolve vários fatores: familiares, econômicos e sociais, e os alunos se encontram muito desinteressados e desmotivados com a escola”. (Professor A).

“A evasão tem diversos fatores: o desinteresse, a falta de ânimo, sem objetivo de futuro”. (Professor C).

De tanto conviverem com este fenômeno, foi-nos possível também encontrar entre os professores a naturalização da evasão, o que vem a ser preocupante, haja vista que a naturalização efetivamente criará acomodação por parte do educador, inibindo tomadas de decisões em prol da resolução do problema. Um dos professores entrevistados salienta que a evasão é um fato comum na EJA, pois todos os anos matriculam-se um grande número de alunos, e cada semestre terminado na escola, perde-se pelo menos a metade desses alunos:

“Ao longo da minha experiência com o professor vejo a evasão escolar como um fato comum, que já faz parte da própria educação brasileira, pois se inicia uma turma com trinta ou quarenta alunos, e a desistência chega a quarenta ou cinquenta por cento”. (Professor B).

Ao considerarem a importância dos estudos para a concretização de um futuro decente e cidadão, a evasão coloca-se como uma grande preocupação docente, destacando-se a importância da conclusão da vida escolar para a ascensão do aluno na vida profissional e pessoal:

“A evasão escolar é grande e preocupante, pois são alunos que precisam concluir a vida escolar para conseguir êxito na sua condição de vida”. (Professor D).

Segundo os professores, referente a quais seriam os fatores escolares e extraescolares que dificultam a permanência dos alunos no seu processo de escolarização, os docentes afirmam o peso do fator social:

“O fator social dentro do contexto é um fator importante, a questão do trabalho, o emprego em si, ou mesmo um bico, são fatores que influenciam no abandono da escola” (Professor A).

De acordo com os professores a falta de interesse, drogas, namoro, a desestruturação familiar, como também as características socioculturais da comunidade onde o discente reside e a sua jornada de trabalho são fatores externos à escola que, segundo os professores, influenciam bastante nessa evasão da EJA.

“Os fatores são muitos, os professores participarem de capacitações e têm conhecimento da verdadeira realidade dos discentes, e qual seriam as condições socioeconômicas dos alunos” (Professor E).

Segundo os professores, a dificuldade não se encontra apenas nos fatores externos, e sim também naqueles ligados à escola e aos procedimentos do sistema de ensino adotados pela escola, ou seja, a falta de diálogo entre professor e aluno, a falta de objetivo do aluno nos saberes ministrados pelos professores, a não capacitação dos professores, e a inexistência de projetos atrativos dentro da escola.

A evasão escolar tem várias causas, e acontecem porque o aluno não tem motivação para ir à escola, pois ele não percebe na escola um objetivo que possa proporcionar uma melhor condição de vida, principalmente financeira. Segundo o professor B, “o discente não encontra na escola um objetivo concreto e futuro, que possa promover uma ascensão profissional e consequentemente pessoal, e na sua convivência em comunidade”.

Segundo a explanação dos professores, tanto o fator social como os fatores escolares influenciam os alunos à evasão escolar, mas enfatizam em maior número os fatores sociais, ou seja, aqueles ligados ao aluno e a sua estrutura familiar e em comunidade, afirmando que o caráter de iniciativa deve partir principalmente do discente.

Sobre quais seriam os procedimentos adotados pelos professores para combater a evasão escolar na EJA, os docentes afirmaram como principal alternativa, a realização de aulas dinâmicas, como também uma maior atenção aos discentes. Ou seja, “Elaborar aulas mais dinâmicas, vídeos motivacionais, conscientizar sobre uma melhor perspectiva de vida” (Professor C).

Sendo assim, os professores responderam que procediam com aulas motivacionais, incentivos junto ao aluno para que não abandone a sala de aula e também afirmando sobre a importância da escola, exaltando assim a “Motivação aos alunos e ao estudo, e procurar conteúdos que estejam de acordo com a realidade dos discentes” (Professor A), como também “incentivando para que não abandonem a escola e conscientizando-os sobre a importância da mesma, como também tendo uma merenda escolar mais elaborada” (Professor D).

Os professores responderam que cada professor age de forma a encorajar os alunos a continuarem na vida escolar, em prol de um futuro “melhor”, principalmente os professores que assumem a profissão com compromisso profissional e político. Nesta perspectiva, “A grande maioria dos professores age de forma a incentivar os alunos, ou seja, aqueles professores que trabalham por vocação” (Professor E).

Os procedimentos adotados pelos docentes para conter a evasão encontram-se sem ligação com as demais escolas e com os docentes das referidas instituições e com a gestão escolar, dificultando assim uma ação conjunta de combate à evasão na EJA. Assim, através das afirmações dos docentes, encontram-se tentativas de soluções ainda descentradas e desencontradas, ou mesmo isoladas, de caráter pessoal e até mesmo utópico, pois nas falas dos docentes entrevistados não se vislumbra encaminhamentos interligados entre os professores e entre estes e a gestão escolar no que diz respeito à evasão na EJA.

Por outro lado, a EJA é vista como uma modalidade de educação que ainda está se firmando e passa por reformulações, assim como o professor dessa modalidade, que “se encontra de mãos atadas, e às vezes não sabe o que fazer para conter essa evasão” (Professor B).

Neste sentido, em relação aos procedimentos adotados pelos professores para combater a evasão escolar na EJA, perguntamos-lhes sobre as preocupações por parte da gestão da escola com a problemática na EJA sobre a evasão escolar:

De acordo com os professores A e C, a gestão da escola procura assegurar o funcionamento diário da escola como um todo, como também se preocupa constantemente com o grande número de alunos desistentes, e com a quantidade de alunos em si, em consequência que a escola venha a fechar por falta de alunos.

A escola mantém o pleno funcionamento normal, atribuído a ela como instituição, também há uma preocupação interna com o número de alunos em prol do não fechamento das turmas em si, existe uma preocupação da gestão para com a evasão escolar, pois é um fato comum e corriqueiro que as turmas comecem em maior número, e venham terminar com as salas vazias.

As afirmações dos professores demonstram a preocupação em obter um grande número de alunos e para que estes permaneçam na escola, haja vista assegurar o funcionamento escolar da EJA, e evitar que no período de recesso do meio do ano ocorra um grande número de desistência de alunos. “A gestão procura incentivar o aluno para permanecer na escola, com adequações na merenda escolar, nos fardamentos, e com diálogos com os professores” (Professor D). Também há um procedimento de incentivo para o aluno não se evadir em função do IDEB da escola e do censo escolar, como cita o professor E: “Com certeza, há uma preocupação com o IDEB da escola e com o censo, como também do que vamos obter de êxito dos alunos, de conseguir fazer com que eles se esforcem e aprendam ao máximo, e assim se sintam bem”.

Todavia, parece haver certa omissão por parte da gestão das escolas, pois para que acontecesse efetivamente o combate à evasão escolar ou mesmo um encaminhamento de solução por parte da gestão da escola, esta necessitaria investigar porque ocorre a evasão escolar. Porém, não é bem isto que acontece. “Deste fato nunca obtive conhecimento, o aluno faz a sua matrícula e abandona a escola, mas a gestão não procura se informar qual a causa dessa desistência, e no ano seguinte, ocorre o mesmo procedimento” (Professor B).

Segundo este professor, a gestão escolar promove um grande número de matrículas já prevendo um grande número de desistência, pelos mais variados motivos, ou seja, a gestão reconhece o problema da evasão e até mesmo faz manobras para amenizá-la, mas não age efetivamente em prol de solucionar ou mesmo interligar entre os professores procedimentos no sentido de combater a evasão escolar na EJA.

Na condição de educador da Educação de Jovens e Adultos, como também de acordo com as práticas pedagógicas adotadas, e os procedimentos da escola, interrogamos os professores sobre quais seriam as sugestões por parte destes para superar a evasão escolar na EJA.

Na maioria das afirmações encontradas, os professores responderam que a obtenção de uma bolsa destinada aos alunos, com um valor financeiro por parte dos governos em parceria com o Estado e Município seria uma forma de incentivar os discentes a frequentarem as aulas na EJA. Deste modo, se incentivaria os alunos a não abandonarem a sala de aula e não terem que trabalhar tanto para a sua sobrevivência e de sua família. Nas palavras do professor E, “os próprios alunos indagam sobre a disponibilidade de uma bolsa como forma de incentivo, isso fortaleceria a permanência dos mesmos na escola”.

Para o professor A, “o governo federal, estadual e municipal em parceria deveria oferecer uma bolsa de auxílio para que os alunos permaneçam na escola, ou mesmo uma cesta básica”.

Entendemos que seria necessário não só uma bolsa - auxílio para os alunos como incentivo de permanência, mas também um acompanhamento desse ato. Mas mais importante

do que isto, “é preciso que escola ofereça ao aluno o que ele veio buscar na escola, por exemplo, uma capacitação para que ele possa se qualificar no seu trabalho, ou ainda uma melhor condição escolar, para que ele possa prosseguir nos seus estudos” (Professor B).

Nesta perspectiva, os professores advogam por uma capacitação destinada aos alunos com caráter profissionalizante por meio de realização de oficinas, reflexões e dinâmicas sobre o mercado de trabalho e sobre a própria realidade dos mesmos, e o que assinala o professor D, dizendo também que se deveria dar ainda melhores condições de trabalho para os professores, pois eles são a mola principal da empreitada educacional. Diz este: “oficinas mensais organizadas pelos professores sobre o mercado de trabalho, oficinas de reflexão e de dinâmicas de trabalho”.

Os referidos professores defendem uma qualificação profissional para os discentes, em área técnica e acompanhada pela referida escola, assim como uma forma de estágio até que os alunos concluam a modalidade educacional, e ao término da EJA, possam trilhar por caminhos profissionais, conseguindo assim certa autonomia e ascensão econômica e pessoal. Desta forma haveria uma ligação entre as escolas e os professores da modalidade de ensino.

“Nesse caso haveria um programa a ser seguido a fim de padronizar e incentivar o procedimento na EJA, como por exemplo, cursos técnicos para a qualificação profissional dos alunos, é preciso que a escola ofereça oportunidade e ofereça ao aluno o que ele veio buscar” (Professor C).

A referida investigação demonstra que as escolas da educação de jovens e adultos ainda passam por adequações e estão em constante mudança, ainda não tem um caráter definido, e cada escola procede da forma que julga ser o correto, não se encontra um modelo definido ou uma forma padrão de atuação, os professores em suas explanações demonstram almejar algo melhor para si e para seus alunos, indicam a falta de capacitação direcionada para a EJA, como também um maior incentivo e cuidado com os alunos dessa modalidade. Assim a gestão funciona de forma independente as demais escolas, e os alunos no início do ano formam um grande número de matrícula, mas logo após o primeiro semestre mais de cinquenta por cento desse total se evadem, referenciando desta forma que a escola os atrai de imediato, por uma atenção à retomada da vida escolar, mas não encontram objetivo e nem ligação com a sua realidade própria, conseqüentemente, acabam se evadindo por desinteresse, pelo cansaço da jornada de trabalho, pela não profissionalização, pela falta de incentivo de seus professores, pela falta de conexão entre a escola e a sua vida em comunidade etc.

As causas são muitas para explicar a evasão escolar, mas a solução tem que partir principalmente de uma união e uma parceria entre docentes, alunos e escola em prol de uma educação de qualidade que busque entender e valorizar as práticas discentes e docentes em sua totalidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação brasileira passa por adequações e reformulações a todo instante, mas a principal adequação seria a boa formação e boas condições de trabalho da mola propulsora do processo de escolarização, que é o professor e a sua forma de atuação na realidade educacional vigente. Nesta realidade, o professor em uma grande maioria se encontra desmotivado, mal remunerado e desinteressado pela sua profissão. Nessa ótica um grande número age como se estivesse a atuar imparcialmente a tudo que acontece ao seu redor, ignorando as novidades que estão a serviço da docência, tais como: as descobertas das tecnologias, os laboratórios, bem como os novos meios de ensinar e de aprender na contemporaneidade, como é o caso do ensino a distancia e o uso da internet, favorecendo assim a um grande numero de evasão escolar na EJA. Mas diferentemente dos docentes pesquisados e em suas explanações, os docentes demonstraram estarem sempre dispostos a ajudar e a encaminhar os discentes, e encoraja-los a permanecer na escola e concluírem seus estudos.

Portanto os discentes se encontram em um paralelo, continuar seus estudos ou desistir e permanecer no mesmo ambiente de convivência e de realidade tanto pessoal como profissional, Ou seja, os alunos da Educação de Jovens e Adultos decidem continuar seus estudos ou a vida escolar para garantir uma melhor ascensão profissional, sua e de seus familiares, ou mesmo progredir em algum caminho, mas esbarram na insegurança de não obtenção de garantia de resultado dessa empreitada a enfrentar, assim os discentes na grande maioria das vezes são levados pela situação, pois necessitam trabalhar para seu sustento e de sua família.

A educação de jovens e adultos se dá de forma adversa, na sua grande maioria em um ambiente noturno, com alunos cansados da jornada de trabalho tanto profissional como doméstica, os professores encontram discentes desmotivados e desacreditados no sistema educacional, no ensino, ou seja, não acreditam que tal ação de sua parte e de seu professor possa de alguma forma, mudar a realidade de sua vida, como também da comunidade onde habita. Encontramos não só jovens e adultos como também Idosos que na sua grande maioria já cumpriram com as suas obrigações familiares, e retornam para concluir a vida escolar e conseguirem se alfabetizar, e o que se encontra é uma modalidade de ensino chamada EJAI (educação de jovens, adultos e idosos), ou seja, uma reunião de variadas pessoas e anseios diferenciados numa mesma sala, onde o professor tem que se desdobrar para conseguir reunir todos em um mesmo objetivo a ser trilhado e proporcionar aprendizagem mediante tanta diversidade de pessoas e de perspectivas.

A evasão escolar tem muitas causas possíveis a serem analisadas, e as mais prováveis e indicadas pelos professores da rede municipal de ensino da cidade de cajazeiras não são diferentes das encontradas Brasil a fora. Desta maneira podemos encontrar respectivamente em caráter de relevância: a jornada de trabalho, a falta de estrutura familiar, o envolvimento com drogas, a falta de interesse em sala de aula, e por último a falta de incentivo dos professores e de sua gestão escolar, enfatizando assim o caráter do professor de indicar que primeiro a culpabilidade vem do aluno e em segundo plano a escola e seu corpo docente teriam alguma responsabilidade.

Em caráter de fatores intraescolares os professores elencaram principalmente a falta de diálogo entre o professor e o seu aluno, como também a falta de capacitação do referido professor como causa dessa evasão, e entre os fatores extraescolares estão à jornada de trabalho do aluno em prol de sua família e de si, ou seja, da própria sobrevivência.

Os professores indicaram como medidas para sanar o problema da evasão escolar e suas causas: a falta de capacitação dos professores, a falta de cuidado com os alunos dessa modalidade, seja por parte dos professores, como também da gestão escolar, acomodando-se assim ao modo atual de funcionamento “normal” da escola e os procedimentos padrões adotados por esta instituição. Agindo pedagógica e politicamente como se a evasão escolar já fizesse parte da rotina da escola e do sistema educacional municipal, naturalizando-a, indicando assim que o problema existe e é de difícil solução. Mas, as respostas, para além de analisadas, precisam ser problematizadas na esfera pública a fim de nos encaminharmos para uma solução plausível.

Mesmo sabendo que os alunos da EJA, por serem de camadas populares convivem em periferias, com pais de baixa instrução escolar, em moradias precárias, nenhum saneamento básico, que convivem na sua grande maioria em bairros superlotados, distantes da escola, que são alunos e alunas que até por falta de incentivo de seus pais ou responsáveis, que não conseguiram “vencer” na vida através da escolaridade, que se veem distantes da realidade da escola e sem saber e poder para encaminhá-los para outra realidade que não seja aquela da sua comunidade em si; mesmo considerando que alguns autores indicam que a principal causa da evasão escolar seja atribuída a fatores externos à escola, não se pode e nem se deve isentar de responsabilidade a escola, os professores e gestores para resolver o problema da evasão escolar.

Nesta perspectiva, a partir da realização desta pesquisa, pudemos observar e analisar que os encaminhamentos em direção à solução da problemática da evasão escolar brasileira, presente na maioria das escolas, e que já é vista como normal por alguns docentes da moda-

lidade de ensino da EJA precisa começar de dentro para fora da escola, ou seja, a escola e o professor, com atitudes de valorização e de incentivo quanto à permanência desses alunos nas referidas salas de aula, estabelecendo a ligação, a ponte entre a escola e a comunidade existente, precisa produzir caminhos e soluções para assegurar a escolarização dos educandos em função do futuro de uma vida Cidadã e profissional destes.

É oportuno ainda afirmar que não só o professor e a escola podem contribuir para a solução da problemática da evasão escolar, mas a união de governos e sociedade civil em prol dessa solução será necessária. Neste caso, é preciso contar com o interesse e disposição da escola e do seu corpo integrante (gestores, professores, alunos, pais), dos governantes e da comunidade em geral para se buscar a entrada, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, pois isto se configura como um objetivo comum que beneficiará a todos os envolvidos na trajetória educacional brasileira.

## 6 REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão. AQUINO, J. G. (Org.). *In: Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.

ARROYO, M. G. *Da Escola carente à Escola possível*. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.)

ARROYO, M. G. Prefácio. In: PARO, V. H. *In: Reprovação escolar: renúncia à Educação*. 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2001.

AZEVEDO, F. V. M. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”**. Disponível em: [www.websserver.falnatal.com.br](http://www.websserver.falnatal.com.br). Acesso em: 18/09/2013.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394/96**. 5ª. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados. 2010. Disponível em: [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br). Acesso em 23/08/2013.

CUNHA, L. A. Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão à exclusão. *In: Reunião Anual da Anped*, 20, 1997, Caxambu.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**. Disponível em: [www.mp.ba.gov.br](http://www.mp.ba.gov.br). Acesso em: 17/09/2013.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão Escolar**. Disponível em: [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em 16/09/2013.

LIMA, I. M. M. Construindo caminhos para amenizar a evasão no ensino noturno. *In: SILVA, José Barbosa da (Org.) Retratos na parede: saberes docentes em educação de jovens e adultos*. João Pessoa, PB. Textoarte editora, 2004. p. 41-47.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Alunas e alunos da EJA**. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *In*: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação Educativa; Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 15-44.

QUEIROZ, L. D. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar**: para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em 14/08/2013.

SCOCUGLIA, A. NETO, J. F. **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: Universitária/UFPB. 1999.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. 16<sup>a</sup>. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, A. A. **Evasão escolar no ensino médio**: velhos ou novos dilemas? Disponível em: [www.essentiaeditora.iff.edu.br](http://www.essentiaeditora.iff.edu.br). Acesso em 14/08/2013.

# A formação do professor da EJA numa perspectiva de Economia Solidária

*Valcira Catarina de Melo  
Edinaura Almeida de Araújo*

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de jovens e adultos no Brasil enfrenta inúmeras dificuldades. Apesar dos esforços, das teorias e das políticas educacionais, o sistema educacional continua voltado para números, priorizando o ensino extremamente técnico e negligenciando a efetiva aprendizagem do aluno, o que se reflete em dificuldades que se fazem sentir em diversas fases da aprendizagem. As escolas e os professores se tornam alvos constantemente das críticas, apontados como responsáveis pelos problemas da educação, tornando sua prática um desafio que impõe um constante questionamento e a revisão de conceitos, bem como a adaptação de sua prática aos diferentes contextos sociais.

No processo de ensino para jovens e adultos é necessário entender que esse público pertence a grupos sociais de baixo poder econômico, em muitos casos provenientes do meio rural ou da periferia urbana, que frequenta a escola de maneira irregular. A maior parte dos jovens e adultos não alfabetizados possui em comum a pobreza, que coloca grande parte dos educandos no patamar da sobrevivência, limitando o acesso econômico, social e cultural. Outro fator agravante para o aproveitamento escolar, muitas vezes provocando a repetência e a evasão, é que esses jovens e adultos geralmente são trabalhadores ou desejam trabalhar (RIBAS e SOARES, 2012).

Educar jovens e adultos, através da modalidade de ensino denominada (EJA) Educação de Jovens e Adultos implica conhecer a realidade vivenciada por cada educando e inserir-se nas características da linguagem do grupo, fazendo-se compreender e proporcionando experiências realmente significativas para o aluno.

No processo de formação, o aluno que se tornará professor deve compreender que seu objetivo não é transferir um conhecimento pronto, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. O educador tem hoje uma importância decisiva para as mudanças sociais, inclusive econômicas.

Sabe-se que o educador que trabalha com Educação de Jovens e Adultos geralmente não possui formação adequada para atuar nesta modalidade de ensino e não recebe atenção suficiente nos cursos de formação. Os educadores da EJA também estão ausentes de boa parte dos debates em torno das políticas públicas centradas na questão das relações entre escola e sociedade. Ocorre, assim, uma crescente descaracterização dos cursos de formação. Os professores da EJA convivem ainda com a falta de livros e com a pouca contribuição das universidades, no que concerne às questões de ensino e formação para o trabalho docente (RIBAS e SOARES, 2012; GATTI, 1997).

Assim, é necessário articular conhecimentos e propostas que promovam uma educação com vistas à inclusão. Nesse sentido, a economia solidária vinculada à modalidade de ensino EJA pode contribuir para a construção de uma sociedade melhor, difundindo as informações e o direito à educação. No âmbito Federal, as articulações com iniciativas no campo da Educação de Jovens e Adultos têm sido concentradas no Ministério da Educação, coordenadas através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC.

Os valores e princípios que norteiam o conceito de economia solidária representam uma alternativa viável do ponto de vista socioeconômico, pois aborda os temas numa perspectiva igualitária, haja vista a influência do mundo capitalista moderno.

Tendo em vista as considerações apresentadas acerca das variáveis envolvidas na Educação de Jovens e Adultos, com destaque para a formação do professor, especificamente voltada para o desenvolvimento de novas habilidades, esse trabalho objetiva principalmente analisar a formação do professor da EJA numa perspectiva de economia solidária, com base nos assuntos que diversos autores oferecem sobre o tema em questão e em estudo de campo, com pesquisa realizada junto a professores que atuam na EJA, em uma escola pública municipal na cidade de Ipaumirim-Ceará.

O interesse por essa pesquisa partiu do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos, através de questionamentos e relatos de alguns alunos que atuam como professores na EJA em escolas públicas.

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário, como objetivo de conhecer a percepção dos professores acerca de Educação de Jovens e Adultos, identificando as dificuldades de atuação na EJA, bem como analisar os processos formativos para atuar com jovens e adultos, e a importância como esses profissionais percebem a formação continuada e a educação voltada para a perspectiva da economia solidária.

## **2 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DA EJA NUMA PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **2.1 Um breve percurso da EJA**

A análise da história da educação de jovens e adultos no Brasil pressupõe o conhecimento de alguns acontecimentos marcantes. Na década de 30 o Brasil estava passando por vários desafios, entre eles a industrialização e o êxodo rural que contribuíram para que as pessoas migrassem para a cidade, surgindo, assim, o fenômeno da superpopulação urbana, ou seja, urbanização desordenada.

Com as indústrias nasce também a classe operária no Brasil, composta em seu início em boa parte por imigrantes que viam a leitura e a escrita como habilidades necessárias. Através deles ainda nos primórdios do século XX, surgiram as primeiras escolas destinadas aos adultos, partidárias ou sindicais, tanto anarquistas quanto socialistas. Na época, a presença de um contingente populacional discriminado se fazia muito presente no país, e não havia uma política que se preocupasse com a situação (RIBEIRO, 2001).

Algumas mudanças na educação começarão a acontecer em meados do século XX resultado das mudanças econômicas que trouxeram modificações também na política educacional brasileira, incluindo a escolarização dos adultos como uma das preocupações do país.

Essas mudanças trouxeram novos contornos ao modo de produção capitalista [...] Passou-se a exigir o desenvolvimento de capacidades intelectuais que permitissem ao trabalhador conhecer as diferentes etapas da produção, ou seja, o domínio de conhecimentos mais complexos que vão além da dimensão técnica. [...] Isso implicou em um aumento no nível de escolaridade do trabalhador, pois apenas a escolaridade fundamental já não seria suficiente para este manter-se em um mercado em constantes mudanças. Passa a ser necessária uma formação geral que contemple não apenas conhecimentos técnicos subordinados ao saber fazer, mais também ao saber ser (LIMA, 2008, p. 3).

De acordo com o recenseamento de 1940, 55% da população brasileira maior de dezoito anos era analfabeta. O analfabetismo era apontado como indicador do atraso dos países e como causa da pobreza no terceiro mundo. Isso justificava a proposição de campanhas de combate ao analfabetismo através das quais se acreditava poder resolver o problema da marginalidade e os atrasos nacionais, colocando o país nos trilhos do progresso.

O analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social, e cultural do país. Essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal identificado psicológico e socialmente com a criança. (RIBEIRO, 2001, p. 20)

Em 1945, foi criada a UNESCO, que se dedicou a estimular a realização de programas nacionais de educação de adultos analfabetos nas regiões mais atrasadas do mundo. Seu objetivo era o de promover o desenvolvimento de comunidades, para a qual a alfabetização era apenas uma das habilidades apontadas como necessárias ao desenvolvimento humano. A ação educativa proposta pela UNESCO foi chamada de Educação Fundamental, que seria constituída de conteúdos amplos e flexíveis que, numa conjuntura de pós-guerra, objetivava promover a paz e a justiça social (UNESCO/MEC, 2004).

Através dessa visão, o analfabeto no que se refere aos jovens e adultos, é visto a partir de uma nova ótica. Sejam jovens ou adultos, foram valorizados e reconhecidos como indivíduos capazes de produzir, desenvolvendo a sua capacidade intelectual e, assim, trabalhando para atingir os seus objetivos em comunhão com o convívio social.

Configura-se, assim, um novo marco conceitual para a educação das pessoas jovens e adultas, que valoriza processos de aprendizagem formais e informais, escolares ou extra-escolares, o que requer, de um lado, investigação, registro e sistematização dos saberes tradicionais e estilos de aprendizagem peculiares aos grupos populares e, de outro, o desenvolvimento de sistemas de avaliação e certificação mediante os quais sejam reconhecidas as competências adquiridas no trabalho e nas variadas práticas socioculturais (MEC/UNESCO, 2004, p. 88).

Para fortalecer essa crença do homem analfabeto, valorizando a capacidade de transformar sua própria história, surge o método de alfabetização e conscientização de Paulo Freire, que lança uma tarefa muito especial para os educadores da EJA. Para esse educador, o ponto de partida para educação deve ser a realidade concreta dos indivíduos. Dessa forma, o processo de conscientização deveria interferir no sistema vigente que produzia a disparidade e desigualdade social. Segundo Freire (1980) é necessário à conscientização para a libertação de um grupo majoritário massificado, ou seja, é preciso fazer com que os alunos sejam atores de suas próprias vidas. Dessa forma, ele afirma que: “a conscientização é um compromisso histórico. É também uma consciência histórica, é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1980, p. 26).

O método de Paulo Freire foi de fundamental importância para que as pessoas analfabetas excluídas da sociedade pudessem lutar pelos seus direitos, porém, tornou-se uma ameaça para a política daqueles que procuravam manter a desigualdade social. Assim, em 1964 com o golpe militar, os programas de alfabetização e de educação popular foram esquecidos e deixados de lado. Além disso, os defensores dos métodos educacionais que visavam conscientizar o povo para lutar pela liberdade foram perseguidos e exilados nesse período de ditadura (RIBEIRO, 2001).

Na época ditatorial, a educação perde o seu caráter de liberdade para transformar-se numa maneira de moldar os indivíduos, seguindo as regras estabelecidas pelo regime ditatorial. Nessa época é criado o (MOBRAL) Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Foi mais uma tentativa do Estado brasileiro, primeiro em forma de campanha e depois com estrutura de fundação, de lidar com a tensão social promovida pela negação histórica da educação para as classes populares e de atender a orientações da UNESCO (SAMPAIO, 2009, p. 21).

Assim, o trabalho de alfabetização de jovens e adultos prosseguiu através do MOBRAL. Nele a educação não consegue trabalhar nem desenvolver o senso crítico, muito menos fazer do aluno um ser político e pensante. Esse movimento de alfabetização preocupava-se em fazer os jovens e adultos capazes de ler, decodificar as letras, não se interessando pelo conteúdo existente no que se lia. Nesse sentido:

O MOBRAL propunha-se a alfabetização a partir de palavras chave retirada da vida simples do povo, mas a mensagem a elas associadas apelava sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna (RIBEIRO, 2001, p. 25).

De acordo com o autor, esse processo educativo não sintetizava as necessidades dos sujeitos. Percebe-se nessa fala que a preocupação era atender as necessidades advindas com as mudanças e implementação de novas relações de trabalho na indústria nascente. No contexto da época muitas atividades, principalmente as educativas, estavam sujeitas ao controle do regime.

Sampaio (2009) menciona que os resultados do MOBRAL foram bastante insatisfatórios, e estavam relacionados principalmente à falta de continuidade de estudos para os alfabetizados. O MOBRAL foi extinto em 1985, sendo substituído pela Fundação Educar, que também foi extinta em 1990.

Nos anos 90 vários desafios surgem para a educação de jovens e adultos no Brasil, entre eles, podem mencionar como principais: a carência de material didático, a ausência de estudos mais profundos acerca da alfabetização de jovens e adultos, a falta de acompanhamento, as políticas públicas para solucionar a problemática e outros. Assim, é lançada a sociedade brasileira uma proposta para a educação de jovens e adultos:

Garantir a esse segmento social que vem sendo marginalizado nas esferas sócio-econômicas e educacionais, um acesso à cultura letrada que lhe possibilite uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura (RIBEIRO, 2001 p. 34).

A autora expressa à necessidade de viabilizar uma educação que insira o cidadão e a cidadã no mundo do trabalho sem que este perca sua capacidade de criar, interagir e modificar uma realidade que os reprime.

Nesse sentido, as Reflexões acerca da EJA impõem uma leitura e compreensão de como essa modalidade de ensino se organiza, bem como suas funções num processo de reintegração, socialização e transformação dos sujeitos. Os documentos oficiais apresentam os objetivos e as diretrizes essenciais para que seja efetivada de forma coerente e significativa. Segundo as diretrizes curriculares nacionais para a EJA, essa modalidade deve desempenhar três funções.

A Função Reparadora não implica em compensar o tempo, pois não se refere apenas ao atraso de jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade, mais também ao reconhecimento da igualdade antológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Assim, a função reparadora significa “não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado [...]. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento”.

Assim, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas dos alunos jovens e adultos.

Outra função importante nesse processo educativo é a equalizadora. Esse tipo de função da EJA destaca-se pela sua importância no tocante à inserção dos sujeitos na sociedade. A Função Equalizadora está relacionada à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e

nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. A Função Equalizadora tem por objetivo oferecer cobertura a “trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais, como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional [...] deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas”.

Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem suas habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Por último, destaca-se como função importante a Qualificadora. Vivemos um momento de grandes mudanças de caráter econômico, cultural e social, o que exige dos sujeitos habilidades intelectuais e técnicas para interagir com um mercado de trabalho cada vez mais exigente de pessoas preparadas para bem exercer suas funções. A Função Qualificadora refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano. Esta função é tida como permanente da EJA e “é o próprio sentido da EJA. [...] Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade”.

## **2.2 A contribuição da EJA para o ingresso no mercado de trabalho**

A Educação de Jovens e Adultos deve contribuir para que esse público consiga uma formação que lhes permita um lugar no mercado de trabalho, pois só assim estará exercendo a sua cidadania e sua emancipação como ser humano digno e autônomo. Nessa perspectiva, Arruda (2006) faz algumas considerações em relação à contribuição da economia solidária no processo de inclusão social e geração de emprego e renda para as classes desfavorecidas, destacando que:

A economia solidária é: uma economia centrada no ser humano situada no seu meio natural e, portanto, subordinada a política da partilha e a ética da sustentabilidade da vida. Um meio de geração de trabalho e renda para gente excluída do mercado capitalista (...) um caminho de emancipação do trabalho humano das cadeias da mera sobrevivência material e da relação social assalariada ou precarizada. (ARRUDA, 2006, p. 04).

Segundo o autor, a economia solidária é considerada um meio de melhoria para as pessoas mais desfavorecidas quem tem poucas condições financeiras e uma baixa escolaridade está excluído do mundo do trabalho.

Muitos alunos retornaram à EJA para recuperar o tempo que ficaram fora da sala de aula, alguns voltaram à escola para garantir uma formação que lhes proporcione um lugar reconhecido na sociedade e no mercado de trabalho. Em estudos realizados com alunos da EJA, constata-se que:

[...] os alunos depositam na educação a esperança de mudar sua condição socioeconômica quando estabelecem uma relação direta entre estudo, qualificação, trabalho e emprego. Por outro lado, percebem que as experiências adquiridas no cotidiano de trabalho e mesmo de vida são descartadas pelo mercado de trabalho que exige níveis mais elevados de escolarização, mesmo para funções tidas como simples (HIDALGO, 2007, p. 138, apud LIMA FILHO, 2008, p.125).

A educação de jovens e adultos necessita de implementação de políticas de ação que dê condições para que os educadores desenvolvam práticas educativas significativas que possam

ajudá-los a desenvolver suas capacidades e assim poder atingir seus objetivos como cidadãos de direito.

### 2.3 A economia solidária e sua contribuição para EJA

A economia solidária é considerada como uma forma de produção com alternativa de superação ao capitalismo. Ela foi concebida como modo de produção que prioriza o trabalho coletivo dos meios sociais de produção, a união de cooperativas e associações (SINGER, 2005).

Nas empresas capitalistas, quando não se é dono dos meios de produção, é necessário vender a sua mão de obra para garantir a sobrevivência. Nestas empresas, todos os esforços dos trabalhadores vão para um mesmo fim, aumentar o lucro dos proprietários. É justamente esse modo de produção que diferencia da economia solidária que vê a forma de produção dos trabalhadores sem propriedades subalternas. Ela visa um trabalho coletivo onde todos são donos e exercem direitos iguais. Assim:

Na empresa capitalista, todos os esforços dos trabalhadores dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar o lucro dos donos. Por isso as relações de produção nesse tipo de empresa tendem a ser autoritária (...). Nas empresas solidárias, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, tem os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. (SINGER, 2005, p. 15)

Para desenvolver um empreendimento sustentável autogerido é necessário que todos os responsáveis estejam preparados, qualificados para atender os avanços e problemas sugeridos. Todo esse processo de desenvolvimento solidário está relacionado a uma mudança cultural, a qual envolve os princípios e valores das pessoas, sendo responsável pelo sucesso ou fracasso do empreendimento (GADOTTI, 2009).

Nas empresas solidárias, os trabalhadores têm um trabalho diferenciado das empresas capitalistas. A empresa solidária trabalha de forma coletiva, cooperativa e nunca competitiva, como a visão capitalista. Nesse sentido, percebe-se uma mudança cultural entre ambas. Para aplicar as práticas de economia solidária de forma cooperativa e participativa nos empreendimentos solidários é necessário que toda equipe passe por uma mudança de cultura, ou seja, para as pessoas serem desligadas do sistema capitalista e inseridas na economia solidária, pois elas precisam mudar a visão de mundo em relação ao convívio social e econômico. Nesse sentido:

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável (GADOTTI, 2009, p. 33).

Segundo Gadotti, essa mudança de comportamento se dá através de formação. As pessoas envolvidas em empreendimentos econômicos solidários precisam passar por uma formação não só específica, mas de conscientização e solidariedade. Assim:

A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com mentalidade capitalista (GADOTTI, 2009, p.35).

Percebe-se que a economia solidária está ligada a educação para a cooperação, essa formação se dá pela prática, e é necessário praticar para adquirir conhecimento e resultado. É

importante frisar que nessa formação prática, seja de caráter democrático ou coletivo, todos os envolvidos passam por uma transformação em coletivo. Assim:

A prática da economia exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas (...) essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê resultados almejados (SINGER, 2005 Apud GADOTTI, 2009, p. 15).

Num sistema solidário a autogestão é parte fundamental para o andamento dos empreendimentos. Para uma empresa solidária ser autogeridos precisa-se da união dos grupos, a cooperação e solidariedade uns com os outros. Nesse sentido, os empreendimentos autogeridos são resultados de boa organização dos grupos e, a boa qualidade desses empreendimentos é apontada por Gadotti (2009) como forma de ação coletiva.

Para formar as pessoas envolvidas com empreendimentos solidários é necessária a contribuição de políticas públicas para o andamento dos negócios. Essas políticas contribuem com a participação em cursos de incentivos, capacitação técnica e outros. Assim:

Política pública que tem por objetivo concretizar estas vantagens potenciais começam a surgir nas esferas municipais e estaduais. Tais políticas enfatizam aspectos como o trabalho em rede, incentivos ao comércio solidário, formação e capacitação técnicas dos trabalhadores e crédito (TAUÍLE e DEBACO, 2002, p. 64).

É importante que essa formação com empreendimentos solidários comece pelas escolas. O professor tem a tarefa de preparar os educandos desde cedo a descobrirem a importância dos negócios, preparando-os através de atividades grupais, envolvendo-os em várias formas de comercialização, empreendimentos que despertam a curiosidade e interesse pela economia solidária e venham futuramente ajudá-los a ingressar no mercado de trabalho como futuros empreendedores do seu próprio negócio.

## **2.4 Um olhar sobre a formação do professor da EJA**

A formação do educador dos jovens e adultos é uma das principais problemáticas que preocupa estudiosos. A formação docente é um fator determinante para o bom andamento do processo educativo. A educação do século XXI passa por várias exigências em relação ao ensino. As instituições educativas têm o papel de preparar os jovens para o mundo do trabalho, exigindo deles competências a serem desenvolvidas como: pensar e criar soluções (PIMENTA, 2002). Neste sentido:

As demandas atuais exigem que a escola ofereça aos alunos sólida formação cultural e competências técnicas, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam adaptação e permanência no mercado de trabalho, como também a formação de cidadãos críticos e reflexivos, que possam exercer sua cidadania ajudando na construção de uma sociedade mais justa (MACEDO, 2008, p.28).

Nesse sentido, significa dizer que a escola é considerada lugar de transformação, que através dela, o cidadão constrói o seu direito à cidadania. Partindo desse pressuposto, a formação docente contribui para o andamento desse processo educativo.

O trabalho docente na EJA requer mais que os domínios dos conteúdos curriculares. O profissional dessa modalidade de ensino precisa levar em consideração para sua prática educativa e experiência de vida o que este público trás em sua bagagem (FREIRE, 2004). Nesse sentido, Velter (2005) esclarece que o educador da EJA deve adequar no seu conteúdo em sala

de aula as experiências dos alunos e acrescenta que essas habilidades do professor para lidar com essa situação deverão ser contempladas nos cursos de formação.

A formação para professores é um direito amparado por lei, que possibilita a preparação desses profissionais, viabilizando o desenvolvimento de sua prática pedagógica com eficácia. Segundo Velter (2005), existem muitas pesquisas que enfocam a formação de professores, mais se tratando de jovens e adultos essa demanda ainda é insuficiente. Segundo a autora, as universidades têm se preocupado como também colaborado com a formação profissional docente. Mas em relação à formação do educador da EJA, as instituições de ensino superior têm se esforçado pouco para abordar nos currículos a necessidade de formação para esses profissionais.

Percebe-se que essa modalidade de ensino ainda é exclusiva de formação. Partindo desse pressuposto, Barcelos (2007, p. 170) afirma: “As pesquisas e estudos sobre a formação dos profissionais da educação que atuaram na educação de jovens e adultos se fazem não só necessárias como urgentes”.

Os professores reaparecem no século XXI, como peça fundamental na aprendizagem dos alunos, como também no processo de inclusão. O educador dessa modalidade de ensino precisa estar preparado na construção do conhecimento de seus alunos, como também contribuir para que este público consiga uma formação que garanta alcançar um posto no mercado de trabalho.

Nessa concepção, a educação em sua relação com o mundo do trabalho, seja básica, profissional ou tecnológica, não pode ser reduzida à mesma formação para profissões ou para determinadas práticas e trabalho específico, senão um processo de formação integral do ser humano, cidadão e trabalhador, direito social inalienável e base de autodeterminação do sujeito no contexto dos complexos processos produtivos que caracterizam as sociedades contemporâneas (LIMA FILHO, 2008, p. 121).

Assim, estará exercendo de forma digna a sua cidadania. Nesse sentido entende-se que a cidadania está relacionada à autonomia do sujeito. Esses pressupostos apresentados são direitos, reconhecidos por lei. É obrigação de o Estado fazer valer o ensino da EJA (BRASIL/MEC, 1996, apud CAPUCHO, 2012).

Os educadores da educação de jovens e adultos ainda se constituem em grande maioria em professores improvisados que não passaram por uma formação específica e continuada. Sua indicação para atuar ainda carrega as marcas da política ultrapassada arraigada na sociedade. Esses profissionais apresentam dificuldades para desenvolver o trabalho pedagógico voltado para a diversidade e no intuito de atender as demandas e peculiaridades desse público.

Cada vez mais se faz necessária a busca de interlocução entre os participantes da comunidade educativa. A formação de professores passa, nos tempos atuais de pós-modernidade, por um momento muito rico quanto às diversidades e pluralidades de diálogos que podem ser estabelecidos. Esta diversidade e pluralidade, que em muitos casos são vistas como um perigo, ao contrário, são uma excelente oportunidade para ampliarmos o repertório de conhecimentos e de saberes sobre o fazer educativo (BARCELOS, 2010, p. 26).

Muitos professores dessa modalidade de ensino culpam seus alunos pela desistência e pela não aprendizagem e falta de interesse, mas a verdade é que essas dificuldades estão relacionadas a prática pedagógica desses profissionais que não tiveram uma formação voltada para atender da sociedade. A maioria dos profissionais dessa modalidade de ensino tem formação inicial, enquanto outros nem formação inicial possuem; têm apenas o ensino médio. Alguns desses profissionais estão na EJA por questões políticas, ou seja, são colocados por indicações de alguém. Assim:

Os professores que trabalham na EJA, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular. Deve-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração dos docentes. São elementos fundamentais tanto a profissionalização quanto a formação adequada dos professores de jovens e adultos. Não se obterá ensino de qualidade sem corpo docente qualitativamente preparado para o exercício de suas funções e muito menos, com precária situação no que respeita a remuneração e condições de trabalho (GADOTTI, 2011, p. 145).

Questões apontadas por Gadotti (2011) incluem a precarização e as péssimas condições de salário dos professores. A remuneração comumente é uma bolsa que pelo seu valor irrisório não motiva a preparação e muito menos uma atuação condizente com as propostas emanadas da esfera governamental. E, conseqüentemente, por ser disponibilizada para sujeitos sem afinidades com a causa, torna-se instrumento de manipulação da política partidária.

O ensino de educação de jovens e adultos ainda sofre a discriminação por parte da sociedade, escola e governantes. Os educadores para essa modalidade não são escolhidos pela competência e por terem formação; são colocados sem nenhum critério. No ensino regular, os professores em sua maioria são capacitados, tem formação inicial e recebem formação constante para desenvolver sua prática pedagógica. Na EJA, esses profissionais não são capacitados, nem passam por formação. Eles tendem a adquirir sua formação através de suas experiências culturais, profissionais e do cotidiano escolar (BARCELOS, 2010).

É necessário que seja oferecida formação ao educador da EJA e que essa formação esteja direcionada principalmente à prática pedagógica desses profissionais. Entende-se que o trabalho de formação e prática deve está próximo da realidade escolar e dos problemas sentidos pelos professores, cuidando das especificidades dos sujeitos envolvidos.

A formação é uma prática de conhecimento e todo conhecimento nasce com uma pergunta. A pergunta é o primeiro passo do conhecimento. As perguntas surgem na ação, em sua grande maioria. Tentar responder a perguntas antes que elas surjam na cabeça do alfabetizador é, no mínimo, pouco racional. No entanto, é isto que acontece nas formações que antecedem à ação. Temos, então, o absurdo de responder a perguntas não formuladas e depois, quando elas aparecem, não ter um momento de formação para respondê-las (GADOTTI, 2011, p. 95).

Nesse sentido, é necessário que se faça uma reflexão sobre esses cursos de formação. Será que eles estão atendendo as necessidades dessa modalidade de ensino? Nos cursos de formação, a preocupação é introduzir os educadores nas teorias e discursos. É preciso que esses cursos de formação continuada estejam direcionados às práticas em sala de aula, que levem em consideração as experiências e saberes desses profissionais. Nesse sentido:

O saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles com a sua experiência de vida e com a sua historia profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, por isso é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente. (TARDIF, 2002 Apud BARCELOS, 2010, p. 25).

Assim, atualmente, o professor para atuar na educação de jovens e adultos precisa ter uma bagagem específica de saberes e competências. O educador de jovens e adultos precisa de formação que venha prepará-lo para que possa sozinho construir bons métodos fundamentados numa teoria pedagógica sólida, suficientes para ajudá-lo na organização dos trabalhos e práticas em sala. Dessa forma:

O reconhecimento de uma competência não passa apenas pela identificação de situações a serem controladas de problemas a serem resolvidos [...] mas também pela explicitação dos saberes, das capacidades [...] todos esses recursos não provêm da formação inicial e nem mesmo da continuada. Alguns deles são construídos ao longo da prática – “os saberes de experiências [...]” (PERRENOUD, 2002, p.19).

No século XXI o professor tem que ser acima de tudo orientador, facilitador e mediador do conhecimento e da aprendizagem. Com todos esses avanços da modernidade, o professor da EJA precisa estar preparado para auxiliar os alunos a serem inclusos nessa sociedade capitalista e tecnológica. Para tanto, esse educador precisa acima de tudo ser competente, crítico, reflexível e pesquisador e estar apto para atender as necessidades desses indivíduos nessa sociedade contemporânea.

### **3 METODOLOGIA**

Esse trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo com o propósito de investigar o processo de formação dos educadores da EJA e a prática pedagógica voltada para a economia solidária. Para a consecução desse estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa com aplicação de questionário, com o intuito de analisar a formação desse educador, a sua preparação para desenvolver a ação docente na EJA, como também investigar se esse educador que atende ao público jovem e adulto trabalha em sala de aula com práticas voltadas para a economia solidária e o ingresso desses alunos no mercado de trabalho.

A pesquisa em tela foi desenvolvida em uma escola pública de ensino fundamental, na modalidade de ensino da EJA, na cidade de Ipaumirim – CE. A escola conta com um número de 817 alunos. A estrutura da escola conta com doze salas de aula, uma secretaria, uma sala de informática, uma sala de educação especial (AEE), uma sala de professores, uma sala de leitura, uma quadra poliesportiva, uma cantina, um almoxarifado e um depósito de merenda escolar.

Na escola funcionam quatro turmas da EJA, no período noturno, com um número de 140 alunos e oito professores. A pesquisa foi desenvolvida com cinco (5) educadores do 1º e 2º segmento da EJA. O primeiro segmento compreende o 1º, 2º e 3º ano da EJA I. A EJA II compreende o 4º e 5º ano do 1º segmento. A EJA III e IV compreende o 5º ao 9º ano do 2º segmento.

A escolha do questionário como método da pesquisa se deu pelo fato de buscar bons resultados do estudo. Sabendo-se que o sujeito de estudo é o professor, ninguém melhor que ele para explicar o seu trabalho desenvolvido na EJA.

A aplicação do questionário foi um meio para investigar a atuação desses profissionais, pois através das respostas foi possível conhecer a trajetória desses educadores em seu trabalho com esse público, enfrentando as precárias condições de trabalho oferecidas, como: a falta de material didático específico e a falta de formação e capacitação, entre outros.

### **4 ANALISANDO OS RESULTADOS**

Como forma de compreender as vivências e experiências dos educadores da EJA busca-se através da pesquisa campo identificar como se dar a formação continuada, bem como sua visão sobre o processo de ensino. Assim, através das respostas dos questionários será possível uma leitura da realidade em que vivem. O questionário continha nove questões objetivas e foi aplicado a cinco professoras do primeiro e segundo segmento do ensino fundamental de educação de jovens e adultos. Os participantes serão identificados com as letras A, B, C, D, E, uma forma de manter o sigilo de sua identidade.

Inicialmente foi abordado o tempo de atuação na EJA, das cinco entrevistadas quatro atuam apenas seis meses, e uma a mais de um ano, com atividades distribuídas nas disciplinas

de língua portuguesa, matemática, história, geografia, religião e artes. Observa-se que o tempo de atuação dos professores com o público de jovens e adultos ainda é curto.

O segundo item do questionário buscou saber se os professores já haviam participado de curso de formação continuada na EJA e se compreendiam sua importância para o trabalho em sala de aula. Todos os professores responderam que não possuem curso de formação na área da EJA, mas reconheceram a importância para o trabalho: A professora A destaca que: “será uma grande oportunidade, quando poderia está adquirindo conhecimentos para assim aprimorar em sala de aula”. A professora B destaca: “Qualquer curso de formação só vem acrescentar, somar conhecimento” e a professora E diz: “A formação continuada é de grande importância para o educador desenvolver sua prática pedagógica voltada para esse público, pois esse educador deve estar preparado para lidar com essa modalidade de ensino no qual ele nunca atuou”. As professoras C e D não responderam a referida questão.

Conforme Barcelos (2010), a formação está intimamente relacionada à experiência. A formação dos professores, assim, passa necessariamente pelo cotidiano desses profissionais, influenciando e sofrendo influências dos “costumes, hábitos, conceitos e preconceitos, bem como com as representações individuais e com o imaginário social vigente” Barcelos, (2010, p. 30).

O terceiro item do questionário buscou conhecer a experiência vivenciada por cada um dos educadores como professor (a) da EJA, na concepção da professora A:

É um grande desafio, uma luta considerada constante, quando nos deparamos diante do alunado buscando um desejo de curiosidade em vivenciar as novas experiências, passando a escola a ser um espaço de trocas de saberes e conhecimentos, mas também um espaço de socialização, pensando e observando dessa maneira e até gratificante, agora por outro lado temos a falta de compromisso, não digo nem compromisso, mas a desmotivação quando alguns acreditam que não possam ter êxito nessa jornada escolar.

A professora B destaca:

Pelo pouco tempo de experiência, pude observar que o público da EJA pertence a dois extremos bem distintos. De um lado temos alunos que realmente querem aprender e estão atrás de recuperar o tempo perdido. Do outro lado estão os alunos que saíram de seguidas reprovações e desejam mesmo é só o certificado.

A professora C afirma com relação à experiência que: “é positiva, porque as pessoas que estão em sala querem melhorar sua relação com a sociedade”. A professora D destaca:

Apesar de ser recente, mas é de grande relevância saber lidar com pessoas que regres- sam aos estudos na idade adulta, muitas vezes após anos afastados da escola ou mes- mo daqueles adultos que já formaram sua visão de mundo pelas experiências vividas e que têm suas crenças e valores já construídos. E eu como professora, trabalho com a realidade da turma estabelecendo o exercício do diálogo, e com isso a interação de professor e aluno teve um avanço de caminharmos juntos numa perspectiva de me- lhorar o processo de ensino aprendizagem.

E finalizando essa questão destaca-se a opinião da professora E, “É uma experiência muito boa, a qual gosto muito. Aprendemos com esses alunos coisas que não são ensinadas nas formações. Eles trazem uma formação adquirida na sua vida cotidiana que são as experiências que não temos”.

É através da prática docente que o professor se aproxima da realidade do dia a dia dos alunos em sala de aula, na escola e fora dela, compreendendo realmente o que é ser professor,

pois professor não é simplesmente aquele que explica conteúdos e aplica atividades orais e escritas, mas aquele que vai, além disso, procurando conhecer cada aluno que compõem a sua turma, construindo, a partir da história de vida de cada um de seus alunos a abordagem mais adequada para favorecer a aprendizagem.

O item seguinte do questionário solicitou aos educadores descrever o papel do professor da EJA no processo educativo dos alunos, obtendo as seguintes respostas, para a professora A:

O papel que possa garantir sucesso é ter sensibilidade para atuar como mediador entre a realidade do cotidiano e os saberes difundidos no espaço escolar, estimulando assim uma aprendizagem que conheça os problemas enfrentados por eles, ou seja, tem que existir um elo entre professor e aluno.

Professora B destaca que:

O papel desse educador é ainda mais complexo, haja vista que eles não escondem que o único interesse é simplesmente pelo certificado. Ao professor cabe especialmente explorar histórias reais que demonstrem que estudar faz parte de um processo cansativo e até repetitivo às vezes, mas que tem um retorno positivo.

Para a professora C: “O papel do educador é incentivar os alunos para que atinjam os seus objetivos”. E a professora D diz:

Neste contexto, o professor da EJA deve estar preparado para lidar com essas diversas experiências trazidas pelo educando e usá-las a seu favor e transformá-las em conhecimentos significativos, formando cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

E a professora E acrescenta:

O educador da EJA tem que ser dinâmico compreensivo e criativo. Deve criar certo vínculo para lidar com esses jovens e adultos. Precisa ser motivador na construção da prática para que esses alunos não se sintam cansados e desmotivados, vindo a evadir da sala de aula.

Conforme as respostas das professoras são possíveis perceber que a criatividade, empatia, flexibilidade e dinamicidade são algumas dentre muitas características fundamentais para um bom trabalho em sala. Nesse sentido:

Os alunos não precisam de guias espirituais, nem de catequizadores. Eles se constroem encontrando pessoas confiáveis, que não se limitam a dar aulas, mas que se apresentam como seres humanos complexos e como atores sociais que encarnam interesses, paixões, dúvidas, engajamentos, atores que se debatem, como todo mundo, com o sentido da vida e com as vicissitudes da condição humana. (PERRENOUD, 2005, p.138)

Ao questionar acerca do perfil ideal para o educador de jovens e adultos, obtêm-se respostas idênticas das professoras. A professora A afirma que:

Além de ser preparado, capacitado e levar consigo a flexibilidade de entender que quem está ali são pessoas que não tiveram oportunidade de adquirir um conhecimento no momento certo, visando aquele momento de um tempo desperdiçado.

Para a professora B: “O perfil ideal para esse educador deve ser jovem com espírito de jovem, atenciosos com os assuntos que cause de fato interesse nos alunos”. Para a professora C: “Um professor dinâmico, que entenda o lado do aluno, ou seja, aceite”. A professora D:

O papel do professor se constitui ao longo de sua carreira. A EJA possui especificidades que precisam ser respeitadas. Portanto, percebo a dificuldade em delimitar um perfil. Tendo em vista a necessidade que a profissão docente exige. “Pois estamos em uma sociedade cada vez mais complexa e exigente”.

Para a professora E: “Um educador jovem, pesquisador, criativo e motivador, que busque aulas diferenciadas ou vivenciadas”.

As respostas possuem em comum a interpretação de que o professor deve conhecer a realidade de seus alunos, pois só assim será possível criar experiências significativas e possibilitar a construção de conhecimentos.

Barcelos (2010) afirma que uma importante vantagem de partir da realidade dos educandos no processo educativo consiste em oferecer aos alunos oportunidades de se tornarem sujeitos do próprio conhecimento e da atuação na sociedade. Com isso, rompe-se com a ideia de que alguém faz o outro aprender, ou seja, em sala de aula, o professor é o que tem conhecimento, enquanto os alunos estão lá para receber esse conhecimento pronto. A Educação de Jovens e Adultos “tem o compromisso de estar permanentemente atenta às mudanças que acontecem na sociedade” (p. 53). (corrigir)

A sociedade atual exige cada vez mais do profissional docente uma atuação mais integrada e voltada para a realidade social dos alunos. As novas competências exigem do profissional não somente o conhecimento acadêmico, mas a capacidade de realizar um trabalho eficiente e significativo para a aprendizagem dos alunos.

A pergunta de número seis (6) do questionário indagou como se dá o processo didático pela ação docente na EJA, para a qual foram obtidas as seguintes respostas: A professora A diz: “É abordar o processo de ensino aprendizagem da realidade vivida pelos alunos, considerando sua diversidade social e porque não dizer cultural, a fim de termos esse ensino mais acessível e conseqüentemente significativo”. Para a professora B: “Muito semelhante ao processo do fundamental II, com o agravante de que na prática mesmo, dispomos de menos tempo”. A C diz: “Se dá através da participação, interação dos alunos nas atividades desenvolvidas. Planejar é importante, mas a visão do professor na sua sala é que faz a diferença”. Para a professora D:

O planejamento é uma necessidade constante em todas as áreas da atividade humana. Sendo assim, o professor constrói a valorização do diálogo como princípio educativo, estabelecendo uma relação professor-aluno e é um importante pilar na formação do educando.

E a professora E resume o processo didático com uma frase: “Deve conhecer na interação com o outro”.

O professor que trabalha com Jovens e Adultos na modalidade de ensino EJA precisa oferecer aos educandos oportunidades de desenvolver habilidades próprias para buscar o conhecimento, atuando juntamente com o professor como sujeitos na construção do saber. O educador deve se conscientizar da importância dos conhecimentos que esse público traz de suas experiências do cotidiano.

Para uma atuação efetivamente voltada para a autonomia do educando, o profissional docente que atua na EJA precisa se colocar como sujeito que busca o conhecimento, que se dispõe a explorar novas habilidades no seu trabalho e na capacidade dos educandos, devendo exemplificar sua condição na prática cotidiana.

O item de número sete (7) do questionário solicitou aos educadores que enumerassem os desafios enfrentados no ensino na modalidade EJA. Para a professora A:

O primeiro grande desafio é lidar com um grupo de alunos com diferentes graus de conhecimentos, ou seja, não estando no mesmo padrão de ensino assim tem que elaborar diferentes métodos de ensino. Outro é a falta de compromisso, quando falamos de assiduidade, e o mais lamentável é vivenciar alunos mesmo em sala de aula não querer aproveitar o tempo perdido mudando o rumo dos que estão ali para aprender.

A professora B destaca:

O principal desafio é sem dúvida convencer o aluno da EJA, que o estudo vai melhorar de alguma forma a sua vida. E esse desafio se torna até frustrante quando você (educador) ouve do aluno que, “fulano e sicrano nem estudaram nada e tem o salário melhor que o do professor” e outros ainda dizem ,olha professora a senhora devia era ensinar como é que a gente faz pra ganhar dinheiro, concluindo, o maior desafio é fazer esse aluno despertar para o poder que o conhecimento nos dá.

Para a professora C: “São vários os desafios, um deles está na deficiência intelectual dos alunos”.

E para a professora D:

Falta de investimento do governo na educação de jovens e adultos, dos alunos em cumprir as normas da escola, dificuldade de envolvimento dos pais de alunos na escola, dificuldade de trabalhar com os mais jovens que tem uma visão diferenciada dos mais adultos, muitas vezes atrapalhando o raciocínio dos mesmos que retornam à escola com o objetivo de resgatar o tempo perdido.

A professora E aponta como maior desafio a evasão, em sua resposta ela diz: “Um dos maiores desafios que enfrento na EJA é a evasão. Por causa do cansaço do trabalho esse público acaba evadindo”.

É possível perceber, a partir dos comentários dos professores no item acima, que os esforços concentram-se em “mudar” o aluno, ou seja, moldar a sua percepção, muitas vezes desconsiderando as experiências vivenciadas pelos educandos. Muitas vezes, é atribuída ao educando a culpa pelo fracasso escolar.

De fato, são muitos os desafios enfrentados atualmente pela escola e pelos professores no trabalho com jovens e adultos. Entretanto, um dos mais importantes desafios na EJA, segundo Barcelos (2010, p.46) é a formação continuada dos docentes, “que têm como finalidade contribuir para diminuir as debilidades da formação inicial dos (as) professores”.

Nas respostas anteriores, os professores afirmaram atuar na modalidade EJA há cerca de seis meses e não possuir formação específica para trabalhar com jovens e adultos, o que pode contribuir para uma interpretação errônea dos objetivos educacionais junto a esse público e desencadear o uso de metodologias de ensino ineficientes.

O item seguinte indagou as professoras se elas trabalham com os alunos da EJA na perspectiva da prática de economia solidária. As respostas divergem. A professora A diz: “Não, mas no mesmo tempo sim, na forma do qual eles possam imaginar, satisfazer o que é socializar uma preocupação com o semelhante”. B diz que não trabalha a C responde que sim e acrescenta:

Sim, pratico a economia do trabalho mostrando os valores do comércio, o ingresso nesse sistema, mostrando os valores, os desafios, os seus conhecimentos de mundo, as boas ou más experiências. O aluno da EJA não tem perspectivas de trabalhar em

comércio, sua perspectiva é adquirir um diploma de ensino médio, talvez uma faculdade, o futuro trabalho desse público acontecerá por conta própria, fazendo doces, salgados, costurando ou bordando. Brasil é assim!

A professora D respondeu que não trabalha e a E disse: “Sim, o próprio livro didático adaptado pela escola trás conteúdos que abordam o assunto”.

As respostas dos professores demonstram que esses profissionais, na maior parte, desconhecem ou não se preocupam com a educação voltada para a prática da economia solidária.

O papel do educador da EJA no desenvolvimento de uma economia solidária é de grande importância, pois esse profissional tem a responsabilidade de trabalhar em direção a uma educação libertadora, e prepará-los no propósito de conquistarem o direito a cidadania, e ingressarem no mercado de trabalho e no mundo globalizado.

O último item do questionário buscou conhecer como os professores trabalham a escolarização com ênfase na geração de trabalho e renda. A professora A afirmou que: “Mostrando que não adianta só analisar, entender é preciso sintetizar quando na verdade o aprender e colocar em prática para fazer valer a aprendizagem adquirida que além do aluno passar a ser crítico, mais também criativo”. A professora B foi categórica respondendo: “Não somos treinados para desenvolver esse conteúdo em nossas disciplinas”. A professora C analisou da seguinte forma:

Vivemos no mundo hoje globalizado, por mais que você queira ou ache que a globalização é besteira, você tem que está informado de tudo que está acontecendo no mundo, porque tudo que acontecer nele de bom ou ruim afetará aqui nossa cidade. Não existe mais eu ou você, o mundo todo agora somos nós. Ou nós fazemos ou nos ferramos. Trabalho com meus alunos nessa visão, orientando-os e mostrando como funciona o sistema capitalista do Brasil.

A professora D foi direta “Preparando para o mercado de trabalho e que eles (alunos) sintam-se sujeitos ativos e participativos, podendo crescer na cultura, no social e no âmbito econômico”. E a E destacou: “Através do incentivo na busca por um trabalho que gere emprego e renda. Busco da melhor forma orientá-los e conscientizá-los sobre a importância da escola e do ensino para a conquista”.

A partir das respostas dos professores ao último item do questionário, conclui-se que esses profissionais colocam a educação, junto a seus alunos, como diferencial competitivo no mundo globalizado, buscando conscientizar os jovens e adultos da complexidade da sociedade atual e da importância do conhecimento para despertar em cada um seu potencial para trilhar trajetórias profissionais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola no processo de ensino-aprendizagem tem como tarefa oferecer aos alunos subsídios que lhes permitam, além da aquisição de habilidades, o desenvolvimento de crenças mais positivas em relação às suas próprias capacidades de realização.

Cabe ao educador, interagir com os educandos, orientando sua aprendizagem e atendendo de forma adequada às suas necessidades. O docente da EJA elabora metodologias de trabalho que favorecem o desenvolvimento da capacidade de aprender, considerando as particularidades do público formado por Jovens e Adultos.

A busca pela melhoria da qualidade do ensino deve ser uma constante na vida dos educadores. Partindo desta concepção, entende-se que repensar a ação docente é um desafio cotidiano, principalmente quando se almeja formar um aluno cidadão, consciente, crítico, ético, criativo e atuante na sociedade em que vive. Esse desafio se intensifica diante das rápidas e profundas transformações nos mais variados setores da vida contemporânea.

O profissional docente também deve zelar por sua formação continuada, buscando assim ferramentas atuais para desempenhar seu trabalho de forma eficiente. No entanto, um dos maiores desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos é a formação continuada dos professores.

Assim, percebe-se que a formação especificamente voltada para a atuação na EJA ainda é negligenciada de forma que os profissionais que atuam nessa área sofrem com a carência de políticas educacionais que priorizem a formação continuada.

Dessa forma, faz-se necessário uma qualificação dos profissionais envolvidos neste processo de ensino, com formação continuada de qualidade, que deve ser oferecida através de políticas educacionais que priorizem a atuação do professor da EJA, uma vez que a educação continuada favorece a melhoria da qualidade do ensino.

O estudo de campo realizado com os professores investigados em torno da sua formação docente e a prática voltada para economia solidária contribuiu muito para o meu trabalho final no curso de especialização em educação de jovens e adultos.

Essa pesquisa mostrou grande dificuldade dessas educadoras da EJA para desenvolver com esse público uma prática emancipadora, voltada para economia solidária e o mundo do trabalho. A falta de formação e capacitação é um dos problemas apontado pelos educadores para desenvolver esse trabalho.

A partir dessa conclusão, têm-se algumas considerações no sentido de recomendação para melhorar o trabalho dessas educadoras em sala de aula. Aponta-se para a responsabilidade dos governos estadual e municipal, para que ofereçam formações, cursos de capacitações na EJA, recursos para que essas professoras possam refletir sobre sua teoria e criar estratégias para modificar ou melhorar sua prática.

Assim, pretendo como especialista em ECOSOL estar contribuindo para educação brasileira, em especial a de Ipaumirim-ce, pois tentarei dar subsídios aos professores para que busquem inovações na sua prática docente, incentivando para o crescimento de sua formação voltada para uma prática educativa que contribua para o ensino desse público, com o propósito de educá-los na conquista ao direito a cidadania e o ingresso no mundo da globalização e do trabalho.

## 6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **Estratégias de Formação no campo da Economia dos setores populares**. Seminário Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação. Universidade Católica de Salvador e CAPINA – Dezembro de 2006.

BARCELOS, V. **Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos**. – 4<sup>a</sup> Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CAPUCHO, V. **Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. – São Paulo: Cortez, 2012. – Coleção educação em direitos humanos.

FREIRE, P. (1980). Fazer a escola conhecendo a vida. In: FREIRE, p.; NOGUEIRA, A.; MAZZA, D. **Fazer escola conhecendo a vida**. Campinas, SP – Papirus, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

GADOTTI, M. Educar para a cooperação. In: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. – São Paulo: editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GATTI, B. **A formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

LIMA FILHO, D. L. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. *In*: MACHADO, M. M. (Org). **Formação de educadores de jovens e adultos**. – Brasília: SECAD/MEC, UNES-  
CO, 2008.

LIMA, A. M. **A Educação profissional de nível técnico em Belém/PA**. Revista Científica da UFPA – Belém – PA, Brasil, 2008.

MACEDO, E. Que queremos dizer com educação para a cidadania? *In*: LOPES, Alice Cassimiro e outros. **Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, FAPERI, 2008.

PERRENOUD, P. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PERRENOUD, P. A formação dos professores no século XXI. *In*: PERRENOUD, Ph.; GATHER, T. M.; MACEDO, L.; MACHADO, N. J.; ALLESSANDRINI, C. D. **As Competências para Ensinar no Século XXI**. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, p. 11-33, 2002.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. – São Paulo: Cortez, 2002. – Coleção Docência em Formação.

RIBAS, M. S.; SOARES, S. T. **Formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Universidade de Caxias do Sul, RS, 2012.

RIBEIRO, V. M. M. (Coord. e texto final). **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento**. – São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SAMPAIO, M. N. **Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, vol. 5, nº 7, p. 13-27, jul./dez. 2009.

SCOCUGLIA, A. C. A. Educação de Jovens e Adultos na História do tempo presente. *In*: DINIZ, A. V. S.; SCOCUGLIA, A. C.; PRESTES, E. T. (Organizadores). **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos: possibilidades e contribuições ao debate**. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portello (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos: INEP**, p. 13-20, 2005.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil – A viabilidade econômica das empresas geridas por trabalhadores**. VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, 2002.

UNESCO. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. – Brasília: UNESCO, MEC, 2004.

VELTER, E. **Educação de Jovens e Adultos do Programa da UNIGRAN: um olhar sobre a formação do educador, resgatando o perfil do professor-pesquisador**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Centro Universitário da Grande Dourados, Dourados – MS, 2005.

# A leitura e a escrita: meios para o desenvolvimento da Economia Solidária na EJA

*Zenilda Abrantes de Souza  
Risomar Alves dos Santos*

## 1 INTRODUÇÃO

O processo que compreende a construção de conhecimentos transformando-os em experiências é uma das propostas da Economia Solidária, mas traz alguns pressupostos que acabam por excluir os trabalhadores dotados destes saberes, em face da maneira como o sistema capitalista tem impregnado os meios de produção, ou seja, acabam por transformar o homem em parte dos produtos e da mercadoria. Nesse contexto, torna-se fundamental que a Economia Solidária possa galgar meios de se realizar efetivamente para atender as camadas menos favorecidas, que buscam na educação vencer os desafios colocados nessa caminhada. Assim, a Economia Solidária tem primado por uma reeducação das classes subalternas, de forma coletiva e não individualizada, oportunizando a todos, um mesmo nível para aprender e apreender suas próprias concepções, acerca do processo mercadológico, que toma conta do desenvolvimento socioeconômico, nas sociedades.

Partindo desse entendimento, a Economia Solidária tem buscado a construção de novos modelos, novas ideologias no mercado de trabalho, bem como, a inovação do modo como às sociedades são concebidas e produzidas, em seu contexto cultural, econômico, político e social. (KRUPPA, 2005).

No entanto, o interesse por esse tema surgiu da experiência como professora da EJA e por verificar que os alunos apresentam dificuldades para desenvolver a leitura e a escrita. Senti que o desinteresse dos alunos pode ocorrer também pela falta de motivação que apresentam, sendo preciso que haja nas turmas da EJA um maior incentivo para aquisição da leitura e da escrita, favorecendo aos educandos sucesso na vida escolar, como também em seu cotidiano.

Baseada no exposto acima e nos conhecimentos a que tive acesso referente à economia solidária e a necessidade que vejo entre os educandos da EJA de, a partir dos estudos, obterem condições de superarem as dificuldades relacionadas a falta de oportunidade no mercado de trabalho, percebo ainda a necessidade de desenvolver uma prática de leitura e escrita que possa motivar os alunos, a partir do seu processo de compreensão, para que sejam capazes de tornarem-se cidadãos críticos, reflexivos, com a competência de futuramente serem empreendedores solidários.

Assim, após as inquietações colocadas, esse estudo procurou entender como a leitura e a escrita pode levar os alunos da EJA a desenvolverem empreendimentos solidários, bem como buscou perceber como a aquisição da leitura e da escrita na EJA possibilita o desenvolvimento da economia solidária para os alunos; além de analisar como a aquisição da leitura e da escrita poderá motivar esses alunos para desenvolverem empreendimentos solidários.

## 2 A LEITURA E A ESCRITA COMO MEIOS DE CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A leitura e a escrita são atos importantes no cotidiano de uma pessoa, na sociedade contemporânea. São atividades fundamentais desenvolvidas pela escola e seguem no dia a dia de cada um, pois, a maioria do que se aprende na vida é conseguido através da leitura. Desse modo, a prática de leitura e da escrita nas salas de aula da EJA tem se apresentado distante de ações que promovam a formação de leitores críticos e participativos, com competência para

compreenderem o que leem e produzirem textos coerentes sobre o que leram. ,

Atualmente, na EJA muito se discute a respeito das dificuldades existentes com relação à prática de leitura e a incompreensão do que se lê. Todavia, para se encontrar caminhos que facilitem aos educandos da EJA a conquista do ato de ler e escrever, de forma significativa, é necessário que o ensino na EJA proponha uma maior interação com os aspectos sociais que fazem parte das relações de cidadãos, inseridos no processo de desenvolvimento socioeconômico, buscando alcançar uma melhor condição de vida.

Percebemos que a escola atual tem buscado combater o analfabetismo, desenvolvendo valores éticos e morais harmonizados aos conteúdos escolares, ou seja, dando sentido às disciplinas, que levam ao conhecimento, pois entendemos que a leitura é o melhor remédio para sanar problemas na educação. Percebemos também que para dar mais sentido as disciplinas escolares é importante levar o aluno a refletir sobre as possibilidades que o conhecimento pode lhe proporcionar, incluindo obter maiores oportunidades no mercado de trabalho, sendo esta uma motivação para aprender a ler e a escrever, como afirma Fernandes (2002, p. 56)

Nas representações sociais dos alfabetizandos e alfabetizadoras, para além do elemento emancipação política, o acesso ao saber ler, escrever e contar está diretamente associado, por um lado, a busca de melhores condições de sobrevivência material, orientado para uma significação prático-concreta, destacando-se mais enfaticamente a categoria “trabalho”.

Baseado no exposto acima, sendo a categoria trabalho um incentivo para o aluno da EJA estudar, podemos afirmar que uma formação que leve os alunos a interessarem-se pela economia solidária virá aumentar suas oportunidades de sobrevivência, pois o mesmo poderá participar de cooperativas desenvolvendo empreendimentos solidários, possibilitando mais estabilidade financeira( ARRUDA,2005).

Sendo assim, a economia solidária vem promover uma formação para a autogestão e o cooperativismo, formando empreendedores solidários e nesta perspectiva, a leitura e escrita pode ser um meio para a aquisição do conhecimento necessário a esta formação. Nesse sentido, o ensino da leitura e da escrita deve ser visto como oportunidade de desenvolvimento e colocado em prática dentro das salas de aula, uma vez que muitos alunos não têm outra oportunidade de manter contato com bons materiais de leitura fora desse espaço, como não tem pessoas que os incentivem a ler, nem a escrever. Desta forma, é importante que as leituras sejam voltadas para a realidade dos alunos como também da sociedade de modo geral, incentivando-os a fazerem uma reflexão das mesmas. Daí a escola deve assumir este papel para que forme leitores críticos, capazes de fazer uso da leitura e da escrita para melhorar o seu cotidiano.

Com a efetiva prática da leitura e da escrita, alunos da EJA poderão desenvolver melhor suas capacidades e habilidades para futuramente poderem vir a realizar empreendimentos solidários como forma de superação do desemprego (PERINI, 2005). Assim, podemos observar que a Educação de Jovens e Adultos desenvolve uma prática de leitura complicada, pois os alunos dessa modalidade de ensino em sua maioria são aqueles jovens ou adultos que voltam à escola com o pensamento negativo, de que não tem mais idade para aprender, por não ter obtido êxito no ensino regular e ainda por, muitas vezes, precisarem trabalhar para ajudar no sustento da família. Assim, muitos educandos vão à escola sem estímulo para obter conhecimentos e poder ingressar no meio produtivo. . Colaborando com esse pensamento, Oliveira (2008, p. 192) descreve

As pessoas que dominam menos o vocabulário dependem mais do contexto para compreender o sentido das palavras. Com isso prestam mais atenção as palavras individuais e menos ao contexto. No melhor dos casos, mesmo quando conseguem compreender o texto, seu esforço é maior [...].

Isso leva a compreender que para tratar da construção da leitura com alunos que apresentam restrição limitada para com o vocabulário, o professor deve dispor de métodos que possibilitem as mais variadas atividades de leitura, que partilhe do cotidiano dos alunos, das suas vivências e experiências. Assim, a leitura neste contexto deve partir da realidade do aluno, que serão oportunizados a discutirem e debaterem temas nos quais estão acostumados a vivenciar.

Nesse caso, os procedimentos citados acima servirão de mecanismos incentivadores, uma vez que os alunos da EJA se disporão de forma mais espontânea a participarem das atividades de leitura e escrita propostas, pois tratarão de temas que fazem parte do seu conhecimento.

Neste sentido, necessário se faz que o docente da EJA tenha empenho e comprometimento efetivos para poder trazer para a sala de aula palavras e contextos que tenham significado para os alunos, ou seja, que valorizem os seus saberes preexistentes, uma vez que, esses conhecimentos prévios estarão integrando o seu processo de ensino e aprendizagem (FREIRE, 1996).

Desta forma, o docente poderá resgatar, por exemplo, as histórias que seus educandos conhecem e que costumam contar para os filhos ou para outras pessoas e também as que ouviram contar por pessoas mais vividas. Os temas que poderão ser inseridos no contexto da sala de aula e que fazem parte do cotidiano dos alunos da EJA apresentam grande diversidade, o docente só precisa buscar explorá-los em favor de sua prática (RANGEL, 2005).

Os aspectos relacionados às questões sociais, políticas e econômicas serão fáceis de serem explorados e não fogem da realidade de nenhum indivíduo que, apreendendo estes aspectos poderá repensar a importância que a EJA tem diante do seu desenvolvimento, o qual poderá ocorrer através da economia solidária e, conseqüentemente, alterar a sua condição como cidadão.

Neste sentido, é possível vislumbrar que a economia solidária pode ser vista como uma saída para motivar o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois com a ECOSOL estes educandos terão a oportunidade de superar sua condição de vida, tornando-se gestores competentes de empreendimentos cooperativos, como afirma Arruda (2005, p. 37):

A economia solidária promove a educação não como um fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

Vendo na Economia Solidária essa possibilidade de “desenvolvimento pessoal, comunitário e social” surge então a indagação: Como motivar o jovem ou adulto da EJA para a prática da leitura e escrita em prol do desenvolvimento de uma economia solidária?

Vivemos em uma sociedade que passa a todo o momento por grandes transformações, sobretudo tecnológicas e obtém a todo instante informação com muita rapidez, daí a necessidade de mostrar ao ser humano como viver melhor no meio social em que está inserido, para que desenvolva suas habilidades, acompanhando as mudanças ocorridas no tempo.

É preciso pensar em uma educação que vise à melhoria das condições de vida de todos os sujeitos sociais para que possam ter dignidade e assim tornem-se pessoas capazes de transformar o meio em que vivem, podendo fazer parte dessa sociedade conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de exercer sua cidadania e viver felizes.

Neste sentido, a aquisição da leitura e da escrita em prol do desenvolvimento da economia solidária é fundamental, podendo ser entendida como uma saída para aqueles que foram excluídos do mercado de trabalho, pois na economia solidária as pessoas formam grupos para gerir seu próprio negócio e neste empreendimento todos participam dos lucros e das despesas e buscam a superação do desemprego (SINGER 2005).

Portanto, nós educadores comprometidos com o nosso trabalho e com os alunos, percebendo-os como sujeitos capazes, temos a possibilidade de incentivá-los para o desenvolvimento de empreendimentos solidários como possibilidade de superar o desemprego e garantir renda para as suas necessidades.

## **2.1 A Economia Solidária no contexto socioeducacional da EJA**

A economia solidária, apresenta valores e princípios que são relativos às possibilidades de interação do indivíduo no contexto social e econômico, bem como, no seu processo educativo, tendo em vista tratar-se de um modelo no qual vinculam-se as perspectivas sócio organizacionais e econômicas para a promoção da igualdade nas relações de poder, no sistema capitalista, que vem atuando ao longo de muitos anos, criando disparidade entre as classes sociais dominantes e dominadas. Porém, por meio de uma efetiva educação é possível haver a superação destas desigualdades, proporcionando às pessoas uma vida melhor, em que se valorize o ser humano em detrimento do capital (KRUPPA, 2005).

Nesse contexto, a economia solidária envolvida com a modalidade (EJA) contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida, difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educandos, passando a considerá-los como sujeitos plenos de culturas e conhecimentos, com diferentes percursos e projetos formativos, conforme a afirma Gadotti (apud Singer, 2005 p. 11-13) “[...] A Economia Solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para outra sociedade, e isto nos permite formulá-la como nós desejamos”.

Dessa forma, ao inserir na sala de aulas os valores e os princípios da economia solidária, se está rompendo com antigos paradigmas compensatórios para atuar de forma mais deliberada acerca de uma melhor compreensão de que a EJA pode influenciar na vida social e econômica das pessoas com ela envolvidas, uma vez que, os antigos paradigmas ofuscavam uma visão mais clara sobre as diversidades e pluralidades entre os indivíduos, ou seja, deixavam de visualizar os conhecimentos prévios do alunado, quando o correto seria buscar esses conhecimentos, as suas vivências, o seu contexto cultural e as motivações que lhes impulsionam para a concretização dos seus projetos de vida (MOLL, 2004).

Por essa ótica, a promoção do diálogo entre o que se aprende na escola e as vivências dos indivíduos devem prescindir de qualquer outra forma de atuação docente, o que não significa ignorar outras possibilidades ou restringir a formação de jovens e adultos aos conhecimentos já adquiridos previamente, mas sim, dispor de mais uma ferramenta que proporcione instrumentalizar a inserção do sujeito, de forma mais efetiva, na promoção de novos saberes que o possibilite ingressar no mercado de trabalho, assim como, nas práticas culturais da sociedade urbana letrada (DI PIERRO, 2008).

A ação transformadora que se espera da economia solidária no contexto da EJA vem a reafirmar que a escola é determinante no processo de construção da leitura e da escrita, podendo e devendo para tanto, se tornar mediadora desse processo, transcendendo suas experiências e estabelecendo uma ação crítico reflexiva dos contextos sociais atuais, levando-os a participar de forma efetiva e direta da re (construção) de uma consciência societária e do seu próprio papel frente às relações humanas, sendo, portanto, o caminho para a implementação dos projetos pessoais e coletivos da sociedade, num futuro próximo (TIRIBA e PICANÇO, 2004).

Assim, a EJA como uma das mediadoras de conhecimentos deve manter uma aproximação dialógica com a economia solidária e a partir de então, ser capaz de contribuir de forma significativa e eficiente para a qualificação dos cidadãos, enquanto sujeitos críticos, reflexivos, interventores, autônomos, solidários e capazes de cumprir com o papel de agentes transformadores dos aspectos, sociais, culturais, econômicos, políticos e naturais. A esse respeito Singer

(2005, p. 112) entende que a Economia Solidária vem se tornar no contexto das lutas sociais e trabalhistas, mais um instrumento a favor destas manifestações em prol da geração de emprego e renda, contra as desigualdades sociais e a exclusão social, ao afirmar que

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente [...]

Segundo esse autor, a Economia Solidária se insere num contexto amplo dos movimentos populares e passa a ser uma alternativa de superação das exclusões promovidas pelo sistema capitalista, indo além, retoma as discussões em torno das questões inerentes ao trabalho como pressuposto indispensável para o homem, uma vez que, o trabalho é a essência da sobrevivência do ser humano, por isso, não pode ser tratada como escopo de alienação. Desse modo, a Economia Solidária, segundo Ribeiro (2002, p 65) diz respeito

A uma ferramenta de luta das camadas menos favorecidas contra a precarização da vida no trabalho – inclui-se tudo o que está ligado a má qualidade, como condições salubres de trabalho, condições ambientais, financeiras e humanística -, e da exclusão social que foi permeada a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da efervescência das inovações técnico-científicas, como por exemplo, a inserção da robótica e da computação nos meios de produção, reduzindo bastante a mão-de-obra e até mesmo desvalorizando-a.

Assim podemos dizer que a economia solidária enquanto “ferramenta de luta contra a precarização da vida no trabalho” acima citada, pode trazer melhores condições de enfrentamento dessa reestruturação capitalista, sendo a ECOSOL uma alternativa de economia baseada na coletividade dos meios de produção para geração de renda e do compartilhamento de habilidades dos sócios cooperativos.

Para Tiriba e Picanço (2004), a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo, mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre capital e trabalho. A Economia Solidária nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

Portanto, a economia solidária está ligada não só a valores econômicos, mas principalmente a valores humanos de práticas solidárias que podem ser construídos através da formação, envolvendo assim uma mudança cultural que está relacionada com valores e princípios que direcionam o comportamento humano (GADOTTI, 2009).

### **3 ANÁLISE DOS DADOS**

Neste capítulo são analisados o posicionamento dos participantes da pesquisa em relação à aquisição da leitura e da escrita na EJA e como esse processo poderá modificar as suas vidas, através do surgimento de propostas de economia solidária e do reconhecimento da educação para o desenvolvimento humano.

Quando procuramos saber junto aos participantes da pesquisa *qual a importância do estudo para a sua vida*, todos responderam sempre reconhecendo a importância dessa ação, como representado na fala

“É importante para arrumar um emprego” (educando 6); “é muito importante para agente aprender mais e poder ensinar aos filhos” (Educando 5); “é muito importante porque sem o estudo não somos nada” (Educando 1); “é importante para tudo, porque quando agente estuda abre portas para tudo” (Educando 3)

Conforme as falas acima, podemos observar que para estes o estudo tem relação direta com os fatores econômicos, o ingresso no mercado do trabalho e a manutenção de uma aprendizagem que servirá para conduzir o ensinamento dos filhos. O significado que estes sujeitos dão para o aprender a ler, escrever e contar, estão ligados ao seu objetivo maior que é o de poder adquirir meios de sobrevivência material o que está diretamente ligado a categoria trabalho (FERNANDES, 2002).

A educação, na maioria das vezes, promove nos sujeitos nela envolvidos uma consciência social e política, visando à melhoria da qualidade de vida, bem como das relações interpessoais que se travam no ambiente escolar e na sociedade, em geral. Assim, o desafio da educação é criar nos educandos um espírito investigativo coletivo, capaz de envolver a todos em processos de desvelamento do mundo, como também para buscar caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. (KRUPPA, 2005).

Com relação à pergunta *o que o motivou a estudar na EJA* os participantes se posicionaram da seguinte maneira

“Por que termina os estudos mais rápido” (Educando 6); “È uma hora boa porque a noite é melhor e fiquei pensando eu sem estudar, eu vou estudar para poder eu aprender” (Educando 5); “Faltava muita aprendizagem eu não sabia ler e escrever eu queria aprender” (Educando 2); “Uma vez que escutei uma piada, quando perguntei um endereço e a pessoa me disse: em pleno século 20 e você não sabe ler? (Educando 4).

Pelo exposto nas falas, percebemos que a aprendizagem é um fator preponderante para que as pessoas busquem estudar, uma vez que acreditam poder aprender e a escolha da EJA se dá por ser um caminho mais curto e por propiciar conhecimentos. Podemos perceber ainda na fala do educando 4 um desabafo sobre a discriminação que o analfabeto enfrenta, ficando subentendido que foi justamente no enfrentamento do preconceito social que o mesmo encontrou motivação para estudar. Alguns diante dessa situação sentem-se não só motivados como obrigados a procurar a escola para se alfabetizarem, unindo a necessidade com o desejo de satisfação pessoal, como afirma Fernandes (2002, p. 70)

E, assim, seguem em frente, tentando driblar os complexos, os preconceitos e a estigmatização social que a sua condição de analfabeto lhes confere. Porém, como nem só de pão e de trabalho vive o homem esse sentimento de culpa, vergonha e inveja terminam, [...] servindo-lhes de significativos elementos para também lhes motivar, incentivar, e, até de certa forma, obrigá-los a procurarem a escola noturna para se alfabetizarem, ancorando assim a sua busca por escolarização no desejo e na necessidade de desenvolvimento pessoal, de aceitação social que lhe estimulam a irem à escola depois de um dia pesado de trabalho [...].

Nesse sentido, a educação de jovens e adultos vem possibilitar não só a inserção no mercado de trabalho como também promove a construção da identidade dos seus educandos para que possam ser inseridos no meio social, interagindo de forma mais significativa, sentindo-se assim mais valorizados.

Interrogados quanto à *forma que a EJA tem contribuído para melhorar o seu dia a dia*, os participantes se posicionaram enfatizando que

“Não está muito bom ainda porque não terminei ainda” (Educando 1); “No dia melhorou porque tem professor bom, tem lanche” (Educando 2); “Melhorou porque quando os meus filhos chega em casa da escola eu já sei ensinar as tarefas de casa” (Educando 3); “Na leitura, que já me ajudou muito a melhorar” (Educando 4); “Ensina muitas coisas porque ativa a mente da gente, acho muito bom porque melhora nos meus conhecimentos” (Educando 5); “Me sinto melhor estudando, porque vai ser bom pra mim (Educando 6).

Mediante o observado nas falas, os participantes fazem referência às melhorias ocorridas no seu dia a dia ao descreverem que a EJA tem possibilitado ampliar seus conhecimentos, lhes proporcionando mais leituras e enriquecimento cultural, tendo em vista já poder participar da vida educacional dos seus filhos, ajudando-os com as tarefas escolares e também por possibilitar aos mesmos uma mente mais aberta aos fatos e acontecimentos relacionados com a sua vida.

Não há dúvidas de que a EJA tem possibilitado uma gama de oportunidades para os seus educandos, principalmente, por se tratar de uma clientela adulta que nunca ou pouco frequentou a escola, mas que a partir do seu ingresso nessa modalidade de ensino, os aspectos de leitura e escrita têm melhorado significativamente, contribuindo para a abertura de novas possibilidades de âmbito educacional e profissional.

Indagados quanto ao *que esperam conquistar após concluir os seus estudos na EJA*, os participantes responderam

“Ao terminar eu quero trabalhar e comprar uma casa para mim e dar o melhor para minha mãe” (Educando 6); “O que eu quero é só aprender porque para trabalhar eu não tenho paciência, quero trabalhar para mim mesmo” (Educando 5); “Eu queria ser policial, mas era quando eu era jovem, hoje em dia espero achar um serviço bom” (Educando 4); “Espero que quando aparecer um concurso eu possa fazer e poder trabalhar para ajudar o meu esposo” (Educando 3); “O meu plano ao terminar é ser carreteiro. (Educando 2); “Fazer algum concurso” (Educando 1).

Em face das respostas apresentadas pelos participantes, podemos notar que é praticamente unanimidade o desejo de ao concluir os estudos poder arrumar um trabalho para ajudar na economia familiar, a respeito disso Fernandes (2002, p. 56) afirma

“Nas representações sociais dos alfabetizandos e alfabetizadoras, para além do elemento emancipação política, o acesso ao saber ler, escrever e contar está diretamente associado, por um lado, à busca de melhores condições de sobrevivência material, orientado para uma significação político-concreta, destacando-se mais enfaticamente a categoria “trabalho” [...] a aprendizagem da leitura e da escrita associa-se a busca de Desenvolvimento social” de condições que lhes garantam ou permitam uma melhor “aceitação pessoal”, desenvolvendo a partir dessa modalidade de aprendizagem, comportamentos que denotem “grandeza pessoal” e “prestígio social”, tais como “ser uma pessoa educada”, “ser uma pessoa que sabe se comunicar bem”, ser uma pessoa que sabe respeitar os outros.

Ao indagarmos os participantes sobre *o que mudou em suas vidas após terem aprendido a ler e a escrever*, obtivemos as seguintes respostas.

Estou mais inteligente e sabendo melhor as coisas” (Educando 6); “Ficou melhor, ficou diferente, porque escutei muito a minha avó dizer que quem não sabia ler era cego e eu falava que não, só que quando eu aprendi eu vi que era verdade não saber ler é ser cego” (Educando 4); “Muita coisa porque quando a gente sabe ler sabe preencher uma ficha é muito bom” (Educando 3); “Eu aprendi mais coisas novas que agente

aprende”(Educando 2); “Melhora em tudo, pois precisamos da leitura em tudo que vamos fazer” (Educando1); “Mudou muita coisa, porque quando agente não sabe fica se humilhando ... ensina mais como agente se educa.” (educando 5).

A partir das falas transcritas acima, notamos que para os participantes, aprender a ler e escrever é muito significativo para suas vidas, por permitir ver com mais clareza as coisas que antes não conseguiam visualizar. A leitura e a escrita possibilitam que as pessoas possam adquirir novos conhecimentos, compreender as informações que são passadas e interagir com maior intensidade nas relações sociais e no meio em que estão inseridas, nesse aspecto, afirma Cagliari (1995, p. 148). “A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”.

Os participantes dessa pesquisa foram convidados a responder sobre *o que é uma cooperativa* e responderam “*É uma coisa que ajuda as pessoas*” (Educando 1); “*É uma associação*” (Educando 2); “*Uma cooperativa é muita gente junta lutando pelos seus direitos*” (Educando 4).

Outros três participantes (Educandos 3,5 e 6) responderam que não sabiam o que significava uma cooperativa. Já contextualizando as falas dos que responderam o questionamento sabendo do seu significado, podemos perceber que não há um conhecimento claro por parte dos mesmos sobre o que venha a ser uma cooperativa, assim como os seus fins.

O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (GAWLAK; RATZKE, 2001).

O último questionamento procurou saber junto aos participantes do estudo *de que forma a leitura e a escrita contribui para a sua vida financeira*. A esse respeito, os participantes responderam da seguinte maneira

“Ainda não me ajudou, pois ainda não estou trabalhando” (Educando 1); Melhorou porque aprendi a mexer em banco é importante para saber onde agente está porque tudo precisa leitura” (Educando 2); “Assim porque vai arrumar um emprego e poder ajudar em casa. (Educando 3); “Por que eu sabendo ler vai me ajudar melhor a fazer as minhas vendas” (Educando 4); “Saber ler e escrever é bom para ajudar você a resolver as coisas”(Educando 5); “Muitas coisas ajudou” (Educando 6).

Em conformidade com as falas acima, podemos observar que ainda não aconteceram mudanças específicas em termos financeiros, mas essa aprendizagem já dá uma demonstração de que é possível melhorar a vida financeira a partir do momento em que a leitura e a escrita são apreendidas, pois facilitará na execução de tarefas do dia a dia das pessoas e o objetivo de alcançar um trabalho remunerado, passa a ser somente uma questão de tempo, pois, a aquisição da leitura e da escrita favorece essa oportunidade, com maior clareza, como por exemplo, poder fazer movimentação financeira e, melhorar a interação com as pessoas.

A leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos tem sua origem na prática de leitura. A leitura e a escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas e se modificam mutuamente no processo de letramento, a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de traços da oralidade nos textos

escritos) (GADOTTI, 2001). Ou seja, a leitura e a escrita são práticas que permitem ao aluno construir seus conhecimentos sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para realizá-los, compreendendo as circunstâncias do uso da escrita.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho sobre leitura e escrita na educação de jovens e adultos para o desenvolvimento da economia solidária, foi possível perceber o quanto o estudo é importante no dia a dia dos alunos dessa modalidade de ensino e que há uma necessidade de aprender a ler e a escrever para, a partir do aprendido, interagir no meio em que vivem, fazendo parte da sociedade e desenvolvendo suas habilidades para uma mudança de vida.

A partir das análises desenvolvidas ficou evidente a necessidade de um incentivo nas salas de aula da EJA para que os alunos passem a interagir com o mundo da leitura e da escrita, de forma que ao desenvolverem essas habilidades possam estar se integrando ao meio social em que se inserem, almejando uma vida mais promissora.

Foi possível constatar que além do fator “trabalho” como motivação para o ingresso ou retorno aos estudos, os alunos participantes tem também como motivos para buscar a modalidade da EJA, a necessidade de concluir seus estudos em menos tempo que no ensino regular, principalmente para aqueles mais jovens.

A educação de jovens e adultos é um importante meio de superação das desigualdades sociais para os que frequentam esta modalidade de ensino, quando vem possibilitar aos indivíduos com ela envolvidos, maiores oportunidades de competir no mercado de trabalho, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os educandos e seus familiares.

Por fim, este estudo trouxe a percepção de que o desenvolvimento da economia solidária entre os alunos da educação de jovens e adultos, através do desenvolvimento da leitura e da escrita, ainda é uma realidade distante, primeiramente porque os sujeitos entrevistados não entendem exatamente o que é economia solidária e entre eles não existe o hábito da solidariedade, da cooperação, e em segundo lugar, a maioria estuda almejando uma melhor qualidade de vida, geralmente de forma individual e quando falam em beneficiar alguém, são os familiares mais próximos.

Portanto, a busca por uma economia solidária entre os sujeitos da educação de jovens e adultos a partir da leitura e escrita, ainda se mostra distante da realidade atual desses educandos, pois não temos conhecimento de nenhum projeto de educação desenvolvido neste sentido. Acredito que seja possível consolidar economia solidária e EJA entre seus educandos em virtude da necessidade de geração de renda para a manutenção de vida própria e da sua família, porém é preciso que existam políticas públicas voltadas para este objetivo. Contudo, a educação de modo geral é importante para que os educandos possam desenvolver suas habilidades com mais autonomia e com isso se apoderar da leitura e escrita para melhor desenvolver suas atitudes de intervenção no mundo, sendo crítico e participativo, pois a educação é o meio mais favorável de melhorar suas condições de vida.

#### 5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Inep/MEC. Brasília, DF, 2005.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1995.

DI PIERRO, M. C. (coord.) **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

- FERNANDES, D. G. **Alfabetização de Jovens e Adultos: pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **Educação de jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Instituto Paulo Freire).
- GADOTTI, M. Educar para a cooperação. *In: Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -(Educação popular)
- GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor**. 2. ed. Curitiba: Ocepar, 2001.
- KRUPPA, S. M. P. (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.
- MOLL, J. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. *In: MOLL, Jaqueline (Org.). Educação de Jovens e Adultos*. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 9-17.
- OLIVEIRA, M. K. de. **Jovens e Adultos como sujeitos do conhecimento e aprendizagem**. São Paulo: Ação Educativa, 2008.
- PERINI, M. A leitura funcional e a dupla função do texto didático. *In: ZILBERMAN, R.; SILVA, E.T. Leitura – perspectivas interdisciplinares*. 5.ed., São Paulo: Ática, 2005.
- RANGEL, J. N. M. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- RIBEIRO, M. Formação Cooperativa e Educação Escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem. *In: VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). Educação em Movimento na Luta pela Terra*. Santa Catarina: NUP, 2002. p. 91-110.
- SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.
- TIRIBA, L.; PICANÇO, I. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. *In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs.). Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2004. p. 19-32.

# A leitura na EJA e suas contribuições para o desenvolvimento do educando numa perspectiva de Economia Solidária

*Maria Elinoélia Mangueira Rolim  
Hercília Maria Fernandes*

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho analisa a leitura na EJA e suas contribuições para o desenvolvimento do educando numa perspectiva de economia solidária. Para realizá-lo, desenvolveu-se, em agosto de 2013, uma pesquisa em campo que buscou investigar como sucede o ensino da leitura em uma escola pública municipal, verificando como os alunos utilizam a leitura no seu dia a dia, e de que forma se realiza o trabalho do professor para que os educandos desenvolvam o gosto pela leitura numa perspectiva de valorizar o seu conhecimento de mundo.

Acredita-se que, através da leitura, o ser humano consegue transportar-se para o desconhecido, decifrar os sentimentos e emoções que os cercam. Pode então vivenciar experiências que propiciem conhecimentos significativos que contribua em seu processo de aprendizagem. Assim, ofertando a devida importância ao ato de ler, os sujeitos alcançam competências necessárias para uma vida de qualidade.

A investigação, feita em abordagem qualitativa, foi desenvolvida em uma Escola da rede municipal do Distrito Felizardo, município de Ipaumirim, no Estado do Ceará. Os sujeitos da pesquisa correspondem a uma professora e 10 alunos dos 6º e 7º Anos, do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos, como possibilidade de revelar a compreensão dos alunos sobre a leitura, a fim de refletir sobre os recursos de linguagem que são utilizados pelo professor e entender de que forma a prática docente incentiva os alunos a desenvolverem as suas leituras de mundo, da palavra e de tudo que os cerca.

Assim, os procedimentos de pesquisa envolveram pesquisa bibliográfica, observação da prática docente em sala de aula e coleta de dados por meio de questionários, que comportam questões objetivas e subjetivas direcionadas aos alunos e entrevista junto ao professor. A opção pelo questionário como instrumento de coleta de dados justifica-se por ser uma técnica de coleta ágil, que facilita a familiarização com o universo a ser estudado. Após a aplicação do questionário, foi possível realizar a análise dos dados com base nos autores estudados, a fim de verificar como se efetiva o processo de leitura em uma turma de EJA e que contribuições esta prática pode trazer para que ocorra uma concepção de economia solidária.

A Educação de Jovens e Adultos, na contemporaneidade, evidencia uma prática emancipatória com um projeto democrático de sociedade. Segundo a Proposta Curricular para o 2º Segmento da EJA, do Ministério da Educação (BRASIL, 2002), a EJA apresenta as seguintes funções: reparadora, equalizadora e qualificadora, a fim de estabelecer conhecimentos da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano ter acesso ao bem real, oferecendo novas inserções no mundo do trabalho e na vida social (BRASIL; 2002, p. 18 ).

Nesse sentido, a leitura é um requisito necessário para emancipação social e promoção da cidadania e um instrumento chave para alcançar as competências necessárias a uma vida de qualidade, produtiva e com realização. Brandão (2008), partindo de uma perspectiva freireana, reflete que:

[...] ensinar a pessoa a ler é apenas o primeiro passo de um ensino sem fim do 'ler seu mundo'. Habilitar atores produtivos em termos de trabalho é apenas uma primeira ou segunda estação de uma viagem que deságua na formação do sujeito político, do cotidiano do bairro à história de seu tempo. (BRANDÃO, 2008, p. 44).

É necessário trabalhar o potencial e a linguagem dos alunos, para que eles saibam adequar suas falas aos contextos diários, para compreender a língua escrita e o uso das diferentes formas em que ela se apresenta, tornando-se um mecanismo de participação social. Assim, entende-se ser um dever das instituições de ensino, igualmente dos professores, propiciar aos educandos momentos que possam despertar o gosto pela leitura. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações para atender as necessidades de aprendizagens específicas de alunos jovens e adultos.

Tendo em vista essas convicções, e almejando analisar a leitura e suas contribuições para uma concepção de economia solidária na EJA, o trabalho monográfico comporta três capítulos em que se discute o ato de ler, a leitura e o desenvolvimento histórico da EJA no Brasil; a leitura e o papel do educador para que ocorra uma concepção de economia solidária na EJA, e, por fim, a análise dos dados obtidos com a pesquisa realizada em campo.

Feitos os percursos, espera-se que o trabalho, então considerado um estudo preliminar, possa mover reflexões sobre a importância da leitura no processo de formação de jovens e adultos, de modo a possibilitar outras pesquisas tecidas em torno das contribuições da leitura para o desenvolvimento de uma economia solidária, cujos preceitos não desarticulam conhecimento escolar e educação para a vida.

## **2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A LEITURA NA EJA**

O estímulo à leitura aguça o potencial cognitivo e criativo do aluno, promove um desenvolvimento do vocabulário, favorece oportunidade de crescer enquanto sujeito, garantindo sua emancipação no mundo competitivo e globalizado que se vive atualmente. Os alunos jovens e adultos possuem diversidades de conhecimentos que precisam se expandir. Para tanto, é necessário uma ação educativa que tenha o objetivo de trabalhar esses alunos em uma perspectiva de melhorar enquanto sujeitos para o exercício da prática social.

À luz de pensamento expresso por Maria Helena Martins (1994), considera-se que:

Quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos, a partir das situações que a realidade impõe e da nossa atuação nela; quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que se nos apresentam – aí então estamos procedendo leituras, as quais nos habilitam basicamente a ler tudo e qualquer coisa. (MARTINS, 1994, p.17).

A leitura é um processo em que o leitor aprende a desenvolver suas habilidades com o uso da própria leitura de modo significativo. Ao receber informação escrita, ele utiliza estratégias para compreender o que leu e, através disso, refaz o seu pensamento e usa esse conhecimento em sua prática social. O envolvimento do leitor com a informação do texto é necessária para que ele ative seu conhecimento de mundo, mas é preciso aperfeiçoar este saber, e este processo se efetiva na escola com ajuda do professor, “orientador”, que irá contribuir para um melhor desempenho sobre a importância da leitura. A compreensão do ato de ler depende da capacidade cognitiva, de organizações de ideias, de análise e conhecimento específico sobre características de determinados textos ou gêneros literários. Como afirma Freire (2008)

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura daquela linguagem e realidades se prende dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2008, p. 11).

É fundamental que o educador, ao iniciar uma atividade de leitura em sala de aula, antes do aluno concentrar-se em atribuir sentidos a cada uma das partes do texto, explore a

ativação do conhecimento prévio do aluno na intenção de instigar a curiosidade em relação ao assunto a ser tratado. Essa preparação certamente irá contribuir na compreensão do que se está lendo. Enquanto mediador da leitura, o docente precisa desenvolver métodos que satisfaçam a necessidade básica do indivíduo em aperfeiçoar a leitura, escrita ou oral.

O ato de ler implica e pressupõe habilidade como ler com fluência, quando o aluno identifica palavras, frases ou textos automaticamente sem esforço, com velocidade tem mais facilidade de compreender melhor o que leu. É preciso priorizar a leitura na escola como ferramenta importante na construção do saber. Assim, a escola necessita realizar projetos de leitura direcionados às turmas da EJA, com a finalidade de instruir os educandos acerca de vários textos práticos do cotidiano, mostrando o valor significativo do que se apresenta próximo a eles. Para tanto, é necessário, igualmente, que os professores que integram a EJA tenham consciência de que o trabalho com a linguagem não é responsabilidade apenas do professor de português. Este último considerado, muitas vezes, como único responsável pela construção da competência leitora. O trabalho com a linguagem consiste responsabilidade de todos que fazem parte do corpo docente, pois não se supera uma dificuldade ou uma crise com ações isoladas.

A Educação de Jovens e Adultos parte do princípio de uma educação para a cidadania em uma concepção de igualdade não mais de um mundo competitivo, mais sim solidário. Pensando como o jovem e adulto aprendem e para quem aprendem, esta educação tem recebido atenção e diferentes olhares em função das mudanças que ocorrem no meio social, tecnológico e no trabalho. A EJA, atualmente, não é concebida como um presente nem um favor, como antes viam a legislação e as políticas educacionais. Não deve, portanto, oferecer apenas vagas para os alunos, mas um ensino de qualidade com professores capazes de dinamizar suas ações no âmbito escolar.

As práticas de leitura e escrita na modalidade de EJA, à luz do que propõe KLEIMEN (2000), são introduzidas como “capacidades ou competências” que devem ser desenvolvidas até chegar a uma competência ideal: “a de leitor proficiente”. Estes itens se apresentam de elevada importância para o processo de aprendizagem dos educandos que, em sua maioria, ingressam na modalidade de ensino EJA com dificuldade na leitura e na escrita. Segundo Scocuglia (2010, p. 19):

De início, a ideia era de que o ensino da leitura e da escrita deveria partir do entendimento da língua como uma transposição da linguagem oral, onde a escrita seria autônoma, alheia ao mundo social, traduzia uma visão mecânica de aprendizagem. Esta concepção condicionou os métodos à apresentação de fonemas ou sílabas, aprendidas através da pronúncia e cópia.

Em resultados apresentados pelo Ministério da educação (BRASIL, 2002), na Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (2º segmento), constata-se que, na prática pedagógica de professores em diferentes regiões do país, a base pertinente para o ensino de língua portuguesa é voltada mais para o caráter normativo e prescritivo da gramática do que para aspectos descritivos da língua. O que preocupa é o fato desses alunos, na sua maioria, possuírem hábitos de linguagem diferentes da imagem idealizada da língua estabelecida pelas gramáticas. Quando, na realidade, o curso de língua portuguesa deve privilegiar questões pertinentes à linguagem, que é fundamental para o desenvolvimento do aluno, principalmente no âmbito da leitura e produções textuais. Os alunos da EJA possuem especificidades como motivações, experiências, expectativas, que devem ser consideradas pelo professor.

## 2.1 Breve histórico da EJA no Brasil

A educação de jovens e adultos no Brasil remonta aos tempos coloniais, quando religiosos exerciam uma ação educativa missionária com adultos. Sob forte influência europeia

a Constituição Brasileira de 1924 formalizou a garantia de uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Tal definição foi sendo semeada e se tornou presente nas sucessivas constituições brasileiras. (BRASIL, 2002, p13).

Em 1940, o sistema público de educação elementar já havia criado as primeiras escolas para jovens e adultos. Nesta época, o governo via o analfabetismo como um mal que devia ser erradicado em nome do desenvolvimento nacional. Muitos “intelectuais” viam os analfabetos como sujeitos marginalizados, incapazes de atuarem na sociedade em favor do bem comum. Seguindo esta concepção, o governo brasileiro, em 1947, criou a Campanha de Educação de Adultos que visava a alfabetização, o ensino primário e a capacitação profissional de adultos. Para tanto, o Ministério da educação produziu o primeiro material voltado para EJA, cartilha chamada Primeiro Guia de Leitura, que foi utilizado por pouco tempo. No final da década de 1950 a cartilha foi extinta por fortes críticas, sobretudo de que o material não se adequava à realidade dos alunos, além de não propor um projeto de educação continuada.

A transformação na Educação de jovens e adultos começou a se manifestar no final da década de 50 em que a referência principal foi a do educador Paulo Freire, que propôs uma reformulação pedagógica do ensino de adultos, destacando a importância da participação do povo na vida pública, partindo do universo cultural de cada um, onde os educadores devem trabalhar leitura e escrita a partir da realidade dos alunos. Essa nova maneira de ensinar de forma mais interativa e responsável ficou conhecida como educação popular. Nesta época entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contribuíram para a ampliação da Educação Popular, e a erradicação do analfabetismo se voltou para a conscientização dos cidadãos como sujeitos capazes em função da transformação de sua realidade. (BRASIL, 2000)

Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de alfabetização, que previa a disseminação, por todo Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Com a chegada do regime militar, a educação popular passou a ser reprimida, pois o governo considerava uma ameaça à ordem pública. Apesar da repressão sofrida, algumas entidades espalhadas pelo Brasil continuaram promovendo a educação popular. Com a persistência do analfabetismo, o governo militar promoveu, entre 1965 e 1971, a expansão da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), entidade educacional dirigida pelos evangélicos, surgida no Recife para ensinar analfabetos.

Em 1967, o governo federal organizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com início de uma nova campanha de alfabetização e educação continuada para jovens e adultos. Em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/71), foi implantado o ensino supletivo. Assim, a fim de atender todos os alunos e os egressos do Mobral, o MEC promove a implantação dos Centros de Ensino Supletivo. O Mobral se desenvolveu com ações diversificadas em todo território nacional até os anos 80. Posteriormente, surge o Programa de Educação Integrada (PEI), para dar continuidade ao ensino do Mobral, dando assim oportunidades para aqueles que não terminaram o 1º grau na idade regular.

## **2.2 Leitura e economia solidária**

Economia solidária é uma prática de solidariedade no campo econômico, que visa a existência de interesses e objetivos comuns de um grupo. Segundo Singer (2001), a economia solidária caracteriza-se pela união, coletividade, cooperação e associativismo quando os meios de produção se concentram em poucas mãos, a fim de construir uma nova cultura para um trabalho emancipado em uma alternativa de desenvolvimento sustentável, colocando-se como via de superação do capitalismo aos que têm necessidade de relacionar-se com o mercado de trabalho: “A economia solidária pode ser pensada como um modelo de produção ideado para superar o capitalismo” (SINGER, 2001, p. 15-17).

Assim sendo, surge a necessidade de mudanças culturais para uma nova realidade que só a formação pode estabelecer, onde o trabalhador social precisa refletir e conscientizar-se das mudanças que ocorrem em uma estrutura social. Os homens, por sua vez, estão condicionados a novas realidades, mas nem todos estão sujeitos a estas. Para um empreendimento solidário de autogestão fluir, o grupo precisa de conhecimentos. Assim, entende-se que a leitura é uma ferramenta importante para se construir uma concepção de economia solidária a fim de desempenhar bem o trabalho solidário e coletivo. Nas palavras de Gadotti (2009, p. 36):

A economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigência de todo diálogo verdadeiro – entre educador e educando, deve ser levado em conta sobretudo na formação em economia solidária.

Para compreender o conceito de economia solidária é necessário conhecimento e um dos aspectos fundamentais é a leitura. A leitura colabora para compreender e adaptar-se a nova realidade que compete no mercado de trabalho atual em um mundo globalizado em que o vínculo empregatício encontra-se fragilizado, dando margem para as práticas da economia solidária em que o trabalho é solidário, associativo, coletivo e autogestionário, com base em iniciativas que se traduzem em atividades de geração de renda, visando o bem estar do grupo envolvido, dando possibilidade para superar a exclusão social. Esta é uma atividade em que muitos têm condições de efetuar-la pelo seu conhecimento de mundo, suas experiências de vidas. Porém, falta formação para os sujeitos aperfeiçoarem e colocarem em prática. Esta é uma realidade histórico-cultural humana criada pelo homem e que pode ser transformada por ele em um processo paulatino.

Para formar pessoas envolvidas com empreendimento solidário de autogestão faz-se necessária uma ação educativa voltada para esta área, que traduza conhecimentos específicos com o objetivo de mostrar às pessoas que existem formas de trabalho humano como: ser, saber, criar e fazer em que o grupo tem autonomia para optar. O que falta, muitas vezes, é uma ação determinada e formação adequada para que os sujeitos coloquem em prática tais conhecimentos.

### **2.3 O perfil do educador de eja para que ocorra uma economia solidária**

Como deve ser o perfil do educador da EJA na atualidade, para que ocorra uma economia solidária? Esta educação, que apresenta um perfil popular em seus pressupostos e em suas práticas didáticas, se realiza em número bastante considerável de entidades e pessoas, tendo em vista um projeto vigente com ações destinadas ao seu público de forma democrática, mas na realidade carente de noções de empreendimentos solidários e sustentabilidade.

Desse modo, acredita-se que o educador da EJA precisa conhecer fundamentos pautados na “concepção libertadora de educação e na concepção socioconstrutivista do conhecimento”. Muitas vezes, sugestões de autores estabelecidas no manual do livro didático, que podem ajudar na prática diária do professor, são descartadas ou não interessa ao leitor. Poucas ou quase não se têm formações continuadas nesta área. No entanto, é necessário conhecer os valores, conceitos e habilidades que facilitem os alunos a compreenderem a realidade, inserindo-os no ambiente escolar de forma mais conscientes e participativos, estimulando-os a buscarem fontes de sobrevivência em empreendimentos solidários motivando-os sempre ao trabalho consciente e permanente.

Buscar conhecer um pouco o vocabulário do grupo que se está trabalhando, as práticas sociais que o envolve, o conhecimento de mundo e a realidade que enfrenta no dia a dia para estar em sala de aula, facilita de alguma forma o trabalho do professor. Segundo esclarece Paulo Freire (2008):

[...] o educador, como quem sabe, precisa reconhecer, primeiro, nos educandos em processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados, segundo, reconhecer que o conhecimento não é um dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado a ser transferido por quem o adquiriu a quem ainda não o possui. (FREIRE, 2008, p. 28).

Ainda é comum se encontrar profissionais da educação resistentes às mudanças e que valorizam seus próprios conhecimentos. Mesmo tendo uma formação para realizar tal trabalho, eles tendem a constituir, mediante suas práticas pedagógicas, seus próprios conceitos e suas identidades profissionais. A educação precisa ter como meta a formação de cidadãos críticos para atuarem na sociedade do conhecimento, da competitividade no mercado de trabalho, da evolução tecnológica e das mudanças no contexto social. De acordo com Barcelos (2002, p. 175-176):

No trabalho educativo com jovens e adultos há que se levar em consideração estas questões históricas, políticas, econômica. Enfim, culturais. Ou faz essa escuta ou teremos muitas dificuldades em reconhecer que o envolvimento dos educandos(as) - tanto jovens como adultos - se dará com mais facilidade se o processo de alfabetização partir de situações familiares desses educandos.

A formação docente deve estimular o professor a perspectivas críticas e reflexivas que facilitem a autonomia do seu aluno no investimento pessoal ou profissional, desempenhando um papel de formador que encoraje os formandos para enfrentar desafios no processo educativo com as novas demandas que ocorrem no contexto social atual. Por essa razão, torna-se indispensável no processo de ensino-aprendizagem a intencionalidade, a criatividade, a interdisciplinaridade na prática docente. Na medida em que o professor busca a inesgotável capacidade de saber-fazer e saber-ser, desenvolve competências para construção do indivíduo no campo educacional. Nesta área, considera-se que existem muitas lacunas que precisam ser preenchidas para obtenção de um modelo de educação condizente com a realidade atual, ainda há muito a ser feito.

Mesmo nas universidades será que as informações transmitidas garantem a preparação profissional do educando? O mundo sofre mudanças e as universidades também fazem parte dessas mudanças. Por isso, precisam avançar na construção de conhecimentos necessários para a formação do homem. A formação continuada é uma importante ferramenta para desenvolver a competência profissional de quem valoriza e prioriza o saber. Executar a tarefa de formação organizada é inovar, recriar, planejar no sentido de desenvolver saberes reflexivos.

A realidade dos empreendimentos solidários em nosso país ainda é precária. Esta educação que, parte dos saberes e da prática dos educandos, segundo pesquisas feitas pelos SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com a participação do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), ainda está em etapa inicial e muitos são os fatores envolvidos neste processo para que pessoas tornem-se autônomas, requer esforços, trabalho bem fundamentado. E muitos dos nossos educandos não têm apropriação do saber acumulado, não visam objetivos para estes fins. Muitas vezes falta incentivo, uma habilitação ou mesmo capacitação para efetivarem uma ação solidária que torne-os indivíduos emancipados (ARRUDA, 2006).

A educação provê meios para as pessoas gerirem o próprio desenvolvimento no campo da economia dos setores populares. Entretanto, os envolvidos com empreendimentos solidários estão tão ligados com a luta pela sobrevivência que não encontram tempo para participarem de cursos de formação. Entende-se, no entanto, que cada ser humano sendo cooperativo e solidário se preocupa com o bem estar do outro. Há uma necessidade dos profissionais da educação estarem ampliando seus conhecimentos no que diz respeito à educação solidária, tema ainda novo para muitas instituições de ensino. É preciso dar um pontapé inicial às escolas

que, até então, não pensam tais organizações ou cooperações. Segundo Marcos Arruda (2006, p. 11):

O horizonte dessa formação, porém é grandioso. Trata-se de motivar, estimular os educandos para a luta por duas grandes metas: uma, a superação do sistema de propriedade excludente dos bens produtivos e pelo da sua posse compartilhada; a outra, a democratização dos ganhos da produtividade. No sistema da propriedade excludente, quem se apropria destes ganhos são os donos do capital a medida que substituem trabalho humano por máquinas cada vez mais inteligentes.

É de fundamental importância a formação para a economia dos setores populares, que é centrada no ser humano como forma de gerar trabalho e renda para aqueles que ainda não têm uma estabilidade profissional, é um caminho para a democratização, trabalha com ações que visam a união do grupo, fortalecendo ainda mais a economia. Na atualidade, o perfil do professor da EJA para que ocorra uma economia solidária, deve articular o ser humano aos elementos da natureza e da sociedade (ARRUDA, 2006).

A educação, ontem e hoje, realiza um importante papel na formação cidadã. É, sem dúvida, o norte para as pessoas ascenderem profissionalmente. Os sujeitos educandos capazes de interagirem no vínculo social de forma críticos e participativos, contemplando uma educação de qualidade, expressando força de vontade, terão menos dificuldades para realizarem tarefas lhes confiadas, a partir de um trabalho com estudo de viabilidade econômica que precisa conhecer a atividade que quer implantar, pensar, prever aspectos etc., desenvolvendo mais habilidades.

### **3 METODOLOGIA: A PRÁTICA DE LEITURA EM TURMA DA EJA**

Este trabalho, desenvolvido em análise qualitativa, em um plano aberto e flexivo, buscou analisar, a partir de estudos teóricos, da observação e da aplicação de questionários e entrevista, a leitura em uma turma de EJA e suas contribuições para uma economia solidária. Pesquisa realizada em sala de aula no turno noturno, com a participação de 10 alunos da EJA, do 2º segmento, em uma escola de ensino fundamental do município de Ipaumirim, no Estado do Ceará. A referida escola funciona os três turnos e atende turmas do 1º ao 9º Ano, do ensino fundamental.

Para conhecimento do trabalho docente, realizou-se uma entrevista com a professora da disciplina “língua portuguesa”, que atua como docente na instituição visitada há dois anos, em duas turmas de EJA denominadas EJA II (6º e 7º) e EJA III (8º e 9º). A docente é graduada em Letras, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campos Cajazeiras.

Ao observar a prática da professora realizada em sala de aula em agosto de 2013, em duas aulas consecutivas, cada uma com duração de 45 minutos, verificou-se que ela demonstra domínio no conteúdo apresentado na disciplina língua portuguesa. Abordou um texto intitulado Em código, gênero textual crônica. A docente iniciou a aula realizando a frequência, em seguida pediu aos alunos que lessem o texto de forma silenciosa e, posteriormente, indagou os alunos sobre o assunto principal do texto que acabaram de ler. 5 (cinco) dos educandos observados responderam que não entenderam nada. 2 (dois) afirmaram que leram, mas não entenderam o tema principal. Apenas 3 (três) foram coerentes com as suas afirmações.

Com essas respostas, entende-se que os educandos leem, mas não compreendem o que leem. Segundo a Proposta Curricular para a EJA, do 2º Segmento do ensino fundamental:

Não se trata de abandonar o ensino dos conteúdos relativos aos padrões da escrita, mas de privilegiar um ensino reflexivo, que permita compreender o funcionamento da língua como instrumento de expressão, e não apenas como memorização de regras (muitas vezes anacrônicas). (BRASIL, 2002, p. 69).

É necessário, antes de iniciar leitura em sala de aula, que os alunos tenham objetivos a serem alcançados, como, por exemplo, a criação de outro texto baseado na ideia do autor lido. Dessa forma, a prática poderá dissertá-los a uma atenção maior no momento da leitura. Já advertia Paulo Freire (2008, p. 17):

[...] A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Nesta parte do trabalho, apresenta-se os dados obtidos a partir do questionário aplicado com os alunos da EJA, do 2º segmento (6º e 7º ano), sobre a leitura e suas contribuições para uma economia solidária. E a entrevista feita com a professora da turma abordando o mesmo tema. As respostas do questionário se colocam como uma possibilidade de análise na visão dos alunos sobre a leitura e economia solidária.

Ao indagar aos alunos sobre o seu entendimento da leitura, 6 (seis) dos educandos responderam que o ato de ler significa entender o sentido do que está escrito. Essa ideia apresentada por este grupo é relevante. Para eles, o fato de entender a escrita de um determinado texto já constitui uma afirmação sobre o que é leitura. De acordo com Lopes (1998, p. 81): “A leitura, por ser um objeto de interesse comum a diferentes disciplinas do saber científico, constitui-se questões e tema para múltiplas abordagens e possibilidades de troca, numa perspectiva interdisciplinar”.

Desses alunos, 3 (três) responderam que ler é juntar as letras e pronunciar as palavras. Essas respostas indicam que estes alunos demonstram falta de clareza sobre o que seja a leitura. A noção deles ainda é limitada, revelando pouco conhecimento sobre o ato de ler, considerando que a aprendizagem da leitura não termina quando o aluno decodifica os sinais. Este é o momento em que se inicia uma nova fase no desenvolvimento do processo de leitura, ou seja, ter acesso ao universo dos saberes integrado a uma formação que permita conhecer o mundo.

A leitura é, antes de tudo, um objeto de conquista. Assim, crianças e jovens precisam aprender a ler, não apenas a escrita das palavras, mas o sentido do que as palavras comunicam. A leitura requer um grande esforço e compreensão do texto, o que implica uma leitura do mundo. Nessa direção de entendimento, Martins (1994, p. 23) afirma que: “Ler significa inteirar-se do mundo sendo também uma forma de conquistar autonomia, de deixar de ‘ler pelos olhos de outrem’”.

Um percentual mínimo, ou seja, 1 (um) dos alunos respondeu que ler é conhecer um mundo desconhecido. Essa resposta indica que, para estes alunos, o ato de ler corresponde a conhecer um mundo novo, o antes desconhecido. Aumenta o contato com o mundo e com as experiências de vida possíveis à compreensão das coisas.

As leituras numa sociedade global e letrada, de relações cada vez mais complexas permeadas pelo código escrito, é uma competência de fundamental importância, por isso aqueles que formam leitores desempenham um importante papel na sociedade do conhecimento. Ler é tornar-se capaz de compreender o mundo, e a partir de então compreender-se como indivíduo na sociedade. De acordo com Zilbermann (1998, p. 12):

A leitura associa-se desde o seu aparecimento à difusão da escrita, à fixação do texto na matéria livro (ou numa forma similar a essa), à alfabetização do indivíduo, de preferência na fase infantil ou juvenil da sua vida, e a adoção de um comportamento mais pessoal e menos dependente dos valores tradicionais e coletivos.

Ao questionar aos alunos por que a leitura é necessária, 3 (três) deles responderam que é preciso recuperar o tempo perdido nos estudos e seguir em frente. Esses alunos compreendem que a leitura é necessária para recuperar os anos de estudos que foram deixados para trás, mesmo estando fora da faixa etária poderão continuar os estudos. Para eles, o fato de ler influi para que avancem e recuperem o tempo escolar que foi perdido.

Desses alunos, 2 (dois) responderam que a leitura é necessária para não se tornarem um adulto analfabeto, pois sabem que são muitas as dificuldades que um adulto analfabeto enfrenta na realidade atual. Saber ler é essencial para atuarem enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Essa resposta indica que os alunos reconhecem que a leitura é essencial para a vida de cada um e que a pessoa, quando adulta, não seja analfabeta.

Apenas 2 (dois) alunos responderam que a leitura é necessária para se estar informado. Na visão desses alunos, é preciso estar atento às mudanças que ocorrem, e, para conseguir alguma coisa na vida, é preciso saber ler. Aprender a ler significa também ler o mundo, oferecer sentidos a ele. Nesse sentido, Martins (1994) diz que:

O ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente entre o leitor e o que é lido. (MARTINS, 1994, p. 30).

Ainda sobre a mesma questão, 2 (dois) dos alunos responderam que a leitura é necessária, pois faz conhecer as coisas por outro ângulo. Esses alunos, talvez por serem adultos, entendem que a leitura abre caminhos para novos ideais e possibilita ser alguém. Dos alunos participantes, somente 1 (um) demonstrou acreditar que a leitura é necessária para a compreensão de tudo que o cerca. Sabe-se que ler é um hábito que se adquire ao longo da vida e faz parte de cada um. Como afirma Freire (2008, p. 29): “A sua leitura do real, contudo, não pode ser a repetição mecanicamente memorizada da nossa maneira de ler o real”.

Ao questionar aos alunos sobre o que significa ler bem, 7 (sete) alunos responderam que é compreender o que leu. Sobre o mesmo item, 3 (três) responderam que ler bem significa ter condições para responder as atividades corretamente. Sabe-se que não é tão simples gostar de ler, quem não adquiriu o hábito pela leitura quando criança encontra maiores dificuldades. Ler não é um ato mecânico, pelo contrário, deve ser algo prazeroso.

Ao perguntar aos alunos para que serve a leitura na escola, 5 (cinco) afirmaram que na escola a leitura serve para responder as atividades e fazer as provas. 4 (quatro) respondem que serve para aprender os conteúdos e apenas 1 (um) afirmou que a leitura na escola serve para obter informações gerais.

Sobre como os alunos realizam as leituras em sua sala de aula, 5 (cinco) respondem que as leituras são realizadas de forma compartilhada. Essa resposta indica que os discentes participam dessas leituras. 2 (dois) dos participantes disseram que a leitura em sala de aula é realizada apenas pelos alunos. Ainda sobre a questão, 3 (três) dos educandos disseram que a leitura em sala realiza-se apenas pelo professor. Dessa forma, a escola deve proporcionar aos alunos um ambiente rico em livros, revistas, folhetos etc., para despertar a curiosidade dos educandos em fazer diversas leituras.

Acerca dos tipos de textos que os alunos costumam ler na escola, 5 (cinco) responderam que os textos que leem na sala de aula são textos informativos. Essa resposta indica que esses alunos não conseguem identificar os diferentes tipos e gêneros textuais, pois em sala de aula, segundo se observou, eles tem acesso a vários textos. Apenas 2 (dois) alunos responderam que leem na sala de aula textos poéticos. Esse conhecimento é restrito, pois esses alunos têm acesso não apenas a esse tipo de texto. Dos discentes, 3 (três) afirmaram que leem vários textos sugeridos no livro didático.

O livro didático é também um depósito dos conteúdos escolares elencados. Por seu intermédio, em muitos casos, são passados os conhecimentos e as técnicas considerados fun-

damentais de uma sociedade em determinada época. Assim, o livro didático é portador de textos que auxiliam, ou podem auxiliar, o domínio da leitura nos diversos níveis de escolarização, serve para ampliar informações, veiculando e divulgando, com uma linguagem mais acessível.

Ao indagar aos alunos como avaliam a sua própria leitura, somente 3 (três) reconheceram que precisam melhorar, leem pouco e não entendem tudo que leem. 2 (dois) dos participantes dizem ler corretamente, obedecendo a pontuação. Apenas 1 (um) afirmou ler pouco, só o básico, e sugerido pelo professor, não é um bom leitor. Ainda sobre essa questão, 4 educandos consideraram-se leitor razoável, nem tão bom nem ruim, mas dominam as atividades propostas pelo orientador em sala de aula.

Em relação à prática pedagógica docente, indagou-se aos alunos como eles avaliam a prática do professor de língua portuguesa: comunica-se com precisão e clareza nas atividades de leitura em sala de aula? Todos os alunos participantes da pesquisa afirmaram que é um bom professor, sabe transmitir os conteúdos com clareza, mostra segurança em relação ao que faz, incentivando-os a continuarem estudando.

Ao questionar aos alunos se sentem dificuldades para desenvolverem o hábito pela leitura foi possível obter as seguintes respostas: 5 (cinco) disseram ter pouca dificuldade de leitura; 2 (dois) afirmaram ler e entender perfeitamente o que está lendo; e, outros 3 (três) concluem dizendo que não têm dificuldades para ler, leem rapidamente.

A rapidez na leitura relaciona-se diretamente com a facilidade de compreensão do texto. É necessário que o leitor estabeleça ligações entre os elementos presentes no texto e entre outros elementos não linguísticos. O leitor deve integrar as informações, buscando um sentido global para o texto.

Em relação à professora entrevistada, a mesma atuando como professor de língua portuguesa em turma de EJA, não se impôs à responder a entrevista. Mostrou interesse em contribuir com sua concepção em relação ao desenvolvimento da leitura na turma em que ministra suas aulas. Ao questionar sobre seu objetivo em relação ao ensino de leitura na EJA, a docente afirma que: a EJA atende um público que por algum motivo não conseguiu ingressar no ensino regular, por isso tem um objetivo ao procurar esta modalidade de ensino, pois o ensino da leitura é extremamente importante para esses alunos, já que estão fora de faixa etária, compreendem as mudanças que ocorrem para tornarem-se cidadãos críticos e conscientes da realidade em que estão inseridos, sendo possível por meio da leitura.

Em relação à participação dos discentes na leitura, a docente considera regular a maior parte. Dependendo do grau de complexidade da leitura, os alunos conseguem fazer a interpretação. Com relação ao processo de interação professor-aluno, eles procuram interagir com o que está sendo discutido e até trazem os seus conhecimentos cotidianos para fazer um paralelo.

O livro adotado, em específico, é um livro didático interdisciplinar. Embora a docente busque outros paradidáticos, segundo argumentou, nenhum tem veiculação com os fundamentos e práticas voltados à economia solidária. Os alunos em questão enfrentam dificuldades que estão associadas à leitura, à compreensão e à interpretação de textos.

A professora afirmou, ainda, em seus depoimentos, trabalhar todos os tipos de textos e gêneros textuais em sala de aula, objetivando induzir os alunos a outras vivências textuais, pois as produções que realizam, segundo a docente, não são satisfatórias, consideradas ruins. Os recursos que utiliza para ministrar as aulas são recursos audiovisuais, livros, materiais de Xerox, entre outros; variam dependendo do conteúdo abordado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo de leitura dos alunos da EJA e suas contribuições para o desenvolvimento do educando numa perspectiva de economia solidária, considera-se que a leitura faz parte da vida dos alunos observados na pesquisa. Porém, entende-se que não é um hábito

e nem consiste uma prática realizada de forma prazerosa e significativa. Os alunos não consideram a leitura como algo transformador em sala de aula, demonstram muitas dificuldades, principalmente no ato de ler e compreender.

Na busca para averiguar que conhecimentos os alunos têm sobre economia solidária, sobretudo se as práticas de leitura se vinculam aos seus princípios, conclui-se que os educandos não têm conhecimentos do assunto. Os conteúdos abordados no livro didático adotado pela escola e paradidáticos utilizados pelo professor não apresentam relações com o tema.

Diante da pesquisa realizada, considera-se que os alunos realizam pouca leitura se resumo apenas as sugeridas pelo professor. Mesmo não tendo muitos recursos, o trabalho do professor busca desenvolver nos alunos uma concepção de formação crítica para a realidade atual. No entanto, para que a formação crítica dos educando seja de fato construída, é preciso que os objetivos de ensino de EJA sejam revistos. E, especialmente, que os alunos consigam interpretar textos relevantes ao entendimento do seu cotidiano, visando um desenvolvimento pessoal e profissional que articule, parafraseando Freire (2008), a leitura de mundo à leitura da palavra, e vice-versa.

## 6 REFERÊNCIAS

- BARCELOS, V. **Formação de professores (as) para a Educação de Jovens e Adultos: Cada Menestrel com seu Parangolé.** 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5º a 8º série: introdução/Secretaria de Educação Fundamental, 2002.**
- BRANDÃO, C. R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. *In*: MACHADO, M. M. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos: II Seminário Nacional.** Brasília; MEC/SECAD, Unesco, 2008. p.17-56.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** 49 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GADOTTI, M. **Economia Solidária Como Práxis Pedagógica.** Ed, L- editora e livraria, Instituto Paulo Freire São Paulo, 2009.
- KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Orgs). **O ensino e a formação do professor de alfabetização de adultos.** Porto Alegre: Artmed, 2000
- MARTINS, M. H. **O que é leitura.** 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SINGER, P. **Aprender Economia.** 20. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SCOCUGLIA, A. C. **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos possibilidades e contribuições ao debate.** Adriana valeria S. Diniz, Emilia Trindade Prestes – (org). João Pessoa editora universitária da UFPB, 2010.
- ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. **Leitura: Perspectivas interdisciplinares.** 4a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

# A relação do aluno da EJA do sistema de ensino público de Cajazeiras-PB com a disciplina de História: realidade e perspectivas

*Djalma Luiz do Nascimento Dantas  
Débia Suênia da Silva Sousa*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa mostrar de que forma os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio em Cajazeiras-PB veem disciplina de História e qual a importância para seus currículos. A História tem como papel fundamental formar em sua essência cidadãos críticos e atuantes na sociedade em que vivem, mas de que forma esses valores são transmitidos? Tal papel da História que está presente nos PCN's é aplicado na realidade?

Tal interesse surgiu no início do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, vinculada a Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- PB, quando me foi apresentada a real essência da Economia Solidária, pois, as dúvidas sobre a eficiência de tal aspecto da educação intrigavam. Mesmo sem experiência de trabalhar com jovens e adultos, ainda aos 17 anos recém formado no Ensino Médio, fui convidado a lecionar em EJA na cidade de Puxinanã/PB (2004-2005) por um político local, onde residia com meus pais. Mesmo sem ter formação e experiência, o único requisito utilizado era ser correligionário do mesmo, o que já me certificava a dar aulas, em que a única exigência era que ensinasse aos discentes, a assinar o nome. Tal experiência hoje para mim inaceitável pelo descaso à esta modalidade de ensino, entendimento este, só adquirido no Curso de Especialização, ressaltando que hoje mesmo graduado não recebi quaisquer encaminhamento da academia para trabalhar em EJA, o que me fez voltar os olhares para a área de ensino que atuo; o ensino de História.

Dando ênfase ao aluno e ensino de História, esta enquanto disciplina sempre esteve presente em todos os processos educacionais, ao longo da história da educação no Brasil, como apresentaremos, enfocando a Educação de Jovens e Adultos, e sua relação com a economia solidária na construção de cidadãos conscientes e capazes de entender a sociedade capitalista, capazes de buscar alternativas, através do ensino de História, para quem sabe caminharem analogamente à realidade, e a marginalização do ensino e da sociedade individualista, que exclui e oprime aqueles que não oportunizaram uma educação e economia solidária.

O trabalho inicia com a apresentação da educação pública em EJA em Cajazeiras-PB, através do estudo do aluno com questionamentos sobre o tema proposto, e observação das aulas de História no ensino fundamental e médio em duas escolas públicas da cidade. Fazendo um estudo teórico a respeito da disciplina História ensinada no Brasil desde a sua implantação no Colégio Pedro II, seus desenvolvimentos dentro de reformas educacionais que buscaram e buscam os interesses das elites, enaltecendo a Educação de Jovens e Adultos, conceitos e métodos até a contemporaneidade. Tendo a disciplina História como norteadora de uma concepção solidária, colocamos os PCN's do ensino de História suas teorias e orientações, estes apresentam-se com princípios solidários na teoria como importante e essencial, nas práticas distorcidas no seu fazer real.

Para entendermos, apresentaremos uma análise sobre a realidade do ensino de História em EJA na cidade de Cajazeiras, a visão do aluno e o ato de ensinar nesta modalidade de ensino, no qual as informações coletadas possibilitaram uma compreensão da real situação do ensino de História em EJA, sendo possível detectar no final do trabalho um leque de possibilidades, para o futuro ainda utópico de um ensino em EJA efetivamente libertador.

## 2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS: O ENSINO DE HISTÓRIA

Partindo da perspectiva de Bittencourt (2004), percebeu-se a importância do ato de ensinar e aprender, na medida em que as disciplinas interferem na formação moral e intelectual dos indivíduos. Quando houve a possibilidade de estudar em uma Pós Graduação, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, despertou então o uma preocupação, pois, mesmo tendo a licenciatura plena em História, esta não forneceu qualquer tipo de conhecimento para essa modalidade de ensino, em especial na questão do ensino de História como agente de formação e transformação, numa ideologia solidária e cooperativista, contrapondo-se a sociedade capitalista vigente.

Neste olhar, parte-se ao conhecimento de uma pedagogia completamente nova, que a formação acadêmica positivista não costuma permitir recepção às teorias freireanas com bons olhos, porém não irei questionar Paulo Freire, por não reconhecê-lo na minha prática docente, mesmo reconhecendo seu papel fundamental na construção de uma Pedagogia própria para Educação de Jovens e Adultos- EJA. Despertam várias inquietações, tais como se a disciplina de História vem sendo trabalhada em sala de aula em turmas de EJA? Será possível a disciplina História ser um agente de transformação em favor do desenvolvimento de uma cultura solidária nesta modalidade de ensino?

Interrogações manifestam-se na elaboração dos planos de trabalho, fazendo-se a seguinte pergunta: Como a disciplina de História é vista por alunos da EJA? A disciplina é importante e eficaz para alunos e professor, na construção diária de um conhecimento histórico? Quais as concepções dos alunos em EJA desta disciplina? Questionam os conteúdos ensinados, apontam suas dificuldades encontradas por muitos que trabalham o dia inteiro, e tem que estudar no horário em que seria seu descanso? A pedagogia freireana que se apresenta Libertadora para alguns acadêmicos, é nova, principalmente os que obtêm formação nas ciências distantes a Pedagogia, como a Matemática, a Física, Geografia, a própria História, entre outras, porém, apresenta-se como modelo a ser seguido. Existe na prática a efetivação dos princípios freireanos no ensino de história nessa categoria e para esses alunos? Diante de tais interrogações, despertou-se para o saber de como está sendo feita a educação destes jovens adultos, de que maneira estão sendo guiados pelos caminhos historiográficos? Por sabermos que professores em maioria não tiveram formação adequada para esse nível de escolarização.

Como é possível transmitir um conhecimento que instigue alunos especialmente para a disciplina História em meios tão adversos? Como através desta mesma disciplina é possível implementar uma ideologia solidária? Se é que estes alunos sabem ao menos o que é solidariedade, e que juntos podem formar fontes de mútua ajuda afim de uma melhora à sua qualidade de vida. Inquietações instigantes, que levaram à este estudo sistemático e desafiador, uma vez que a falta de formação não permite que possamos exercer em condições confortáveis, tratar desta nova maneira apresentada de ensinar, posterior à graduação aparece nova, intrigante e desafiadora. As disciplinas como formadoras de profissionais quando acadêmicas não são apresentadas no seu tempo hábil, cabendo agora buscar por excelência em mais um campo na área escolhida para vida profissional.

O mais importante a destacar ou encontrar nessa pesquisa, são meios que possibilitem a realização profissional, no reconhecimento dos alunos que fazem todos os esforços à serem recompensados, só sabendo como estes alunos da EJA enxergam a disciplina História, saber-se-á encontrar os meios da efetivação do amor pela educação, na disciplina que é a mãe de todas as outras, na medida em que não se faz qualquer estudo científico sem os seus estudos históricos de desenvolvimento, pois há possibilidade de demonstrar o papel de encaminhar a formação de bons cidadãos atuantes e reconhecedores do seu papel fundamental na construção de uma História do sujeito histórico ou social cada vez melhor.

Portanto, para realização de uma formação cidadã, acredita-se que o objeto a ser estudado possa trazer ao aluno da EJA uma importância singular, pois, embora tenha-se a impres-

são que se reconheçam como marginalizados, passem a ver na disciplina de História uma ponte para seu reconhecimento como verdadeiros agentes de transformação social, podendo analisar e discutir exemplos e fatos históricos a fim de mudarem sua realidade social ou educacional. Ciente que para essa transformação o professor exerce papel fundamental de mediador.

Voltando os olhares para o ensino da disciplina de História e sua efetivação em sala de aula, parte-se do pressuposto do entendimento dos seguintes questionamentos: O que é uma disciplina escolar? E qual o papel da disciplina História nas turmas de EJA? Estes são saberes fundamentais no fazer docente. Uma vez que as disciplinas escolares muitas vezes são vistas como meras pontes de vulgarização dos conhecimentos acadêmicos. Porém, ressaltamos que nem sempre o estudo da História esteve presente nos currículos de todas as séries do ensino elementar, nesta perspectiva compreendendo a polêmica concepção de disciplina escolar como fonte de conhecimento autônomo, entenderemos como o aprender História é visto por alunos em sala de aula. Se apegando as concepções da historiadora Bittencourt em sua reflexão, quando diz:

A História e outras disciplinas escolares, [...] têm, nas últimas décadas feito parte do cotidiano de milhares de alunos e professores de tal forma, que acabamos de achar natural essa organização curricular e essa maneira de 'ser da escola' (2004, p.34).

Como sabemos, o fazer historiográfico se confunde com o ato de ensinar, a percepção que muitos de nós acadêmicos criamos é que cabe a escola o papel de ser apenas a transmissora de um conhecimento, que nada mais é que a vulgarização do verdadeiro produto acadêmico, como responsável pela construção do conhecimento a ser repassado para as escolas elementares, cabendo ao professor nessas modalidades de ensino ser apenas uma ponte de transmissão do conhecimento já produzido e inquestionável. Ora, é papel das disciplinas escolares moldarem cidadãos críticos e atuantes! Que no modelo de ensino atual não oportuniza os alunos a se veem como construtores de uma História a qual deveriam fazer parte! Ao explicar a polêmica a respeito do conhecimento e do verdadeiro sentido das disciplinas escolares Bittencourt (2004, p. 38) aponta para a questão que [...] disciplinas escolares devem ser analisadas como parte integrante da Cultura Escolar<sup>1</sup>, para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral da sociedade [...], ao sabermos o emprego da disciplina na escola, principalmente a História como fonte de estudos na construção de um conhecimento nos alunos da EJA

Tendo a própria historiografia como conhecimento feito das entranhas da própria História no momento vivido, pela sociedade que observa acontecimentos vividos, por outras sociedades humanas no passado, reflete-as e muitas vezes transformam a sociedade atual.

O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender a realidade. A Historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou [...] Dessa maneira, o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos de História para efeito de nossas proposições [...] Conhecimento histórico é que resulta do processo limitativo de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação daquele objeto, vindo a Historiografia a ser a análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e do seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica (LAPA, 1981, p. 8-9).

---

<sup>1</sup> É um fascinante termo moderno, usado na discussão dos problemas correntes e em temáticas escolares. A cultura escolar é, também, mencionada nas relações entre reforma escolar, inovações pedagógicas, autonomia e desenvolvimento das escolas. (SANFELICE, 2007, p. 64).

Como referencial teórico *de que e como fazer* a disciplina escolar, em meio a educação solidária a que prefere-se entender como ideologia, já que pretende-se na pesquisa utilizar a escola e a disciplina História como ponte de saberes na formação destas ideias, em alunos que depois da pesquisa poderão quem sabe acender a luz da razão, e partirem para colocar em prática, e com suas finalidades específicas cabendo a escola cumprir seu papel na sociedade moderna de formação humanística de cidadãos.

A escola é importante destacar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não (BITTENCOURT, 2004, p.42).

A escola sempre esteve na ênfase de grau para a ascensão social, só através dela é que podemos ou não mudar nossa condição social, ou mantê-la de acordo com o interesse principalmente dos grupos dominantes do governo no que deve ser ensinado. As disciplinas escolares sempre tiveram papel fundamental na construção da “sociedade que queremos”, sendo por muito tempo voltada para um ensino erudito, que mantinha as divisões sociais de uma elite intelectual no seu sentido humanista e readaptando-se no século XIX, nesta mesma época adquiriu novos traços, na necessidade de formar mão de obra qualificada para a indústria, seguindo os passos de uma sociedade capitalista, consumista e que depende de assalariados, em meio à busca incessante de escolarização.

O ensino de História no nosso país vem passando por inúmeras transformações no seu fazer, desde que houve sua implementação no Brasil Império em 1837 no Colégio Dom Pedro II, localizada no Rio de Janeiro, a época capital do Império, no qual voltamos a questão da construção de uma História junto com um plano de formação da identidade nacional, tendo índios, negros e brancos, como a base da heterogeneidade e formação do povo brasileiro. O que muitos autores abordam com “genealogia nacional”, na construção da nossa história que não sai de uma Universidade, mas da escola de ensino secundário citada acima. Embora a educação tenha sido elitista é possível implementar uma educação solidária? E como essa educação pode ser vista por alunos que não se enquadram neste perfil? Interrogações que posteriormente serão respondidas.

Partindo do pressuposto que as escolas no Brasil hoje integram um ensino voltado para a formação do cidadão, é preciso ressaltar que no passado a História enquanto disciplina escolar estava voltada para a formação de homens pacatos que deveriam aceitar as implementações de uma elite dominante, e a eles cabiam apenas a perspectiva de trabalharem conduzidos por estes grupos, que monopolizavam o poder e os currículos escolares a seu favor. Este ensino erudito, voltado para as elites manteve-se nos currículos e na escola padrão no Colégio Dom Pedro II até 1931, a autora Kátia Abud (2004) afirma também que embora várias reformas tivessem norteado os currículos escolares, só com a criação do Ministério da Educação no referido ano, o ensino de História do Brasil ganhou força, com o aumento da sua carga horária aumentada junto com o nacionalismo e o autoritarismo da época, fruto dos interesses de Vargas, na sua autopromoção enquanto pai dos pobres, até os primeiros anos da década de 40 com a implementação da Reforma Capanema.

Não podendo deixar de elencar a Educação de Jovens e Adultos iniciou-se no Brasil, sem a efetiva atenção do governo, e que anarquistas trabalhadores das nascentes indústrias brasileiras encaminharam uma campanha de alfabetização de operários, uma vez que a alfabetização é símbolo de cidadania, na formação político e patriótico que encontrou resistência:

Esse projeto de ensino de homogeneização da cultura histórica foi, entretanto, polêmico, havendo alguns educadores e historiadores que se opuseram a uma história

exclusiva da elite branca, com os olhos voltados para a Europa e para a evocação de uma mestiçagem que seguia passiva o rumo dos acontecimentos (BITTENCOURT, 2004, p.65).

Assim a autora se volta para o que vem a chamar de “educação popular”, para os setores das classes trabalhadoras em horários e currículos diferenciados, liderados por grupos anarquistas que questionavam as elites em busca de direitos trabalhistas em várias cidades, montando escolas modernas inspiradas na pedagogia do espanhol Francisco Guardia. Bittencourt (2004), afirma ainda que o ensino de História processado no ano de 1930, está voltado também para a construção de nossas tradições e se contrapôs a formação de heróis nacionais, vindos a partir dos interesses elitistas, que embora tenham sofrido com o enrijecimento do sistema escolar, pela criação do Ministério da Educação, possibilitou aos trabalhadores a integração nos exames de admissão nos cursos ginasiais, embora Bittencourt (2004) não aborde como esses alunos foram admitidos em escolas no mesmo horário de trabalho.

Como percebemos ao longo dos tempos, a disciplina de História vem passando por inúmeras transformações no seu fazer, chegando à contemporaneidade como inúmeras inovações nas atuais propostas curriculares, seguindo a temática do mundo capitalista em que estamos inseridos. Embora o ensino tenha voltado a ter sua importância perdida, quando foi implementada às disciplinas como ciências sociais, no ensino elementar, enfocaremos o olhar nas séries iniciais da “educação popular” baseados nos ensinamentos de Paulo Freire, que se opõe aos conteúdos de valorização das elites, por muitos anos presente nos currículos, desde o Brasil Império até a Ditadura Militar, defendendo ao que Freire chama de conteúdos significativos.

Estes incorporam parte do conteúdo tradicional mais enfatizam temas capazes de proporcionar uma leitura do mundo social, econômico e cultural das camadas populares, para que os conteúdos possam se transformar em instrumentos de ação políticas no processo de democratização do País. (BITTENCOURT, 2004, p.105).

Nestes termos, Bittencourt (2004) mostra que a escola enquanto conteudista tem que atentar para uma nova realidade, na construção de seres pensantes e atuantes no cenário democrático do país. Na época das oligarquias, a democracia presente no voto de cabresto levou muitos coronéis a “alfabetizar” seus trabalhadores para obter deles o de mais precioso: a soberania do voto, se bem que ainda hoje sabemos que assinar o nome é prerrogativa de alfabetização, mas não de formação do cidadão que:

Há, pois, um entendimento explícito e não mais oculto de que a escola não é o ‘lugar’ onde os alunos são alfabetizados ou obtém informações de maneira sistemática pelas disciplinas escolares, mas também a instituição em que se aprendem conteúdos sociais e culturais associados a comportamentos, valores e ideários políticos. (BITTENCOURT, 2004, p.106).

Dentre esse processo de formação do cidadão em todas as modalidades de ensino fixa-se o olhar para o ensino do EJA, em que é preciso destacar também o papel do professor na construção do conhecimento autônomo, respeitando as novas tecnologias e até tirando vantagens delas na metodologia de ensino, observando o meio cultural e social a qual a sua turma está inserida.

Embora conheçamos a realidade das lamentações dos professores com relação a salário, ao estado de que não cumpre seu papel, e não poder se atualizar por trabalhar vários horários para garantir sua sobrevivência, resultando na desmotivação, acaba muitas vezes por não fazer um bom trabalho, o que vai interferir efetivamente na aprendizagem de alunos, que não conseguem enxergar no professor de História um modelo de bom cidadão, ainda mais ele

que tem a função de inspirar o senso crítico e o conhecimento de mundo dos alunos enquanto sujeitos históricos na sociedade atual.

Um professor mal preparado e desmotivado não consegue dar boas aulas nem com melhor dos livros, ao passo que um bom professor pode até aproveitar-se de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre seus alunos (PINSKY; PINSKY, 2008, p.22).

Embora o papel do professor seja importante na elaboração de meios que motivem seus alunos, é óbvio que no mundo moderno o professor também deseja melhores salários e melhor qualidade de vida, é comum encontrarmos ex-alunos que tornaram-se médicos, advogados entre outras profissões de maior reconhecimento social, dirigindo os seus carros de luxo, enquanto aquele que lhe promoveu a “cidadania”, permanece no ponto de ônibus esperando o próximo coletivo, não acredita-se que o professor sozinho seja capaz de mudar a própria realidade, nem a de seus alunos em tais condições de valorização de sua profissão, mesmo em tom de desabafo não refuta-se aos desgostos dos profissionais da educação, mas como estes podem transformar-se em “heróis” mesmo em péssimas condições de trabalho, estimulando alunos a esquecerem os meios modernos de informação rápida, do individualismo e induzi-los ao reconhecimento do passado na leitura de livros, muitos deles visto como cansativos, principalmente se enfocarmos nosso olhar para alunos na EJA, que trabalham o dia inteiro e recrutam forças à ir em busca do conhecimento em meio:

As grandes mudanças políticas e econômicas ocorridas no final do século XX causaram muita perplexidade entre professores e estudantes de História em geral, criando, em certos círculos, atitudes de ceticismo com relação ao próprio conhecimento histórico, o valor do ensino de História nas escolas e seu potencial transformador (PINSKY; PINSKY, 2008, p.17).

Portanto, é preciso entender como esse processo de formação do conhecimento histórico entre alunos na EJA é visto, e pensado como transformador da realidade social ao qual estão incluídos, e até que ponto o ensino da História é transmitido, recriado e reelaborado por alunos que lutam nesta dialética marxista em acender de classe em busca de melhor qualidade de vida, sendo agentes de sua própria história que se transplanta da sala para o cotidiano destes indivíduos.

Ao parar nas interrogações propostas na elaboração deste estudo, percebeu-se a necessidade de analisarmos as transformações no mundo moderno, dando ênfase principalmente ao âmbito das relações de trabalho, observando o desenvolvimento irreversível do capitalismo excludente e marginalizador, que infelizmente derrota os socialistas utópicos da Revolução Bolcheviques na Rússia do início do século XX. Estes, pensaram e educaram uma população corporativista e cooperativista, os quais os meios de produção e a força de trabalho se uniam em favor das massas sem exploração do trabalho.

Com o triunfo do capitalismo, como infiltrar na mentalidade dos indivíduos contemporâneos os sentimentos esquecidos diante a necessidade de sobrevivência? Dos que só tem a força de trabalho a oferecer, e não tem tempo para pensar na solidariedade e união entre trabalhadores. Desafio maior é: Como um educador pode semear a solidariedade na formação de empreendimentos solidários, em meio a uma sociedade individualista?

A disciplina de História pode ser uma ponte para a formação de bons cidadãos e principalmente de esclarecimentos críticos em alunos da EJA, dando esclarecimento para alunos que hoje não sentem-se capazes de lutar por melhores condições de vida, se rendendo a sociedade capitalista. Neste ponto enraíza-se os estudos na percepção da possível falta de ideologia solidária entre professores e alunos, que através deste trabalho, possamos perceber os seus papéis

de transformadores sociais e agentes unidos na educação e na sociedade que estão inseridos; sendo um caminho necessário e possível para transformação na mentalidade dos jovens e adultos, atendidos pelo ensino que se propõe neste trabalho.

## **2.1 A disciplina História como norteadora de uma concepção solidária**

Sem pretensões de fazer um estudo sistemático a respeito do ensino de história no Brasil, seus efeitos problemas e paradigmas, para que possamos entender o papel da disciplina como formadora de cidadãos solidários e aptos a prática da autogestão, se faz necessário estabelecer relação do seu ensino aos interesses das classes dominantes, durante longos anos e governos, em utilizá-la como instrumento de dominação das massas, que imbuídos de uma nova cultura, e ideologia solidária, possam praticar a extinção do opressor, defendida por Paulo Freire.

Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca (1987, p.37).

Ao entendermos que a disciplina História sempre esteve presente nos manuais educacionais, sendo responsável pela formação social dos cidadãos, o seu ensino, na prática atende aos interesses dos governantes (Igreja Católica, burguesia e outros).

Estes encaminham as diretrizes educacionais de acordo com seus desejos de dominação das massas, colocando-a em evidência ou retirando-a sutilmente para atender os interesses das elites capitalistas.

Seguindo os questionamentos empregados sobre a solidariedade e autogestão, a História, enquanto disciplina escolar pode e deve ter papel fundamental na construção de uma ideologia solidária. No entanto, esta não é colocada em prática, embora apareça nas competências no atual PCN do ensino Fundamental e Médio, em que os alunos devem:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (BRASIL, 1998, p.07).

Estas concepções presentes nas entranhas da “educação solidária” não são praticadas, mesmo estando presentes nas teóricas competências e habilidades dos PCN’S. Sabemos que a História ensinada ainda nos aparece de cunho positivista, ao apresentar os grandes heróis, a Europa como centro de todo conhecimento produzido, além de capitalista, é uma antagônica realidade, aparece os PCN’s pregando a solidariedade e cooperação, e esse mesmo Estado atribui no final das séries elementares exames em que só os melhores vencem, enaltecendo não a solidariedade e sim a competitividade e individualismo. Deveria sim, trazer reciprocidade na ajuda mútua e no desenvolvimento humano, na construção de uma cultura coletiva utilizando as palavras de Gadotti (2009). No entanto continuamos com a prática de enaltecimento dos grupos dominantes, não distantes do primeiro modelo educacional de história implantado no Brasil no momento de sua independência, em detrimento dos outros que por um motivo ou por outro não alcançam os objetivos traçados não por ele, mas pelo próprio sistema.

Mesmo em pleno século XXI, em meio às novas tecnologias e práticas metodológicas a disciplina História, ainda é vista e praticada da mesma forma desde a sua implantação no século XIX, para alunos que devem se moldar as determinações e interesses dos governos vigentes, seja na exclusão promovida pelo ensino técnico, voltado ao mercado de trabalho ou pela sim-

ples construção de uma história de “admiração ao dominador”, ele um governante, um burguês ou até mesmo líder religioso.

Realizando um breve olhar sobre a História ensinada é perceptível que, ela é condicionada a dominação das massas, em que ganha e perde-se importância de acordo com as épocas e ideologias dominantes, embora nos últimos anos tenha-se rendido eloquentemente ao capitalismo. Por muitos a História enquanto disciplina, é tida como uma disciplina chata e desmotivadora, não por menos os métodos mnemônicos, a utilização da sua aprendizagem na construção de uma “moral cívica” de amor à pátria e aos governantes, são utilizados desde os primeiros anos de o seu fazer historiográfico no Brasil, tendo papel fundamental na construção de uma identidade nacional, e exaltação dos chefes políticos, além da forte presença da religiosidade católica na formação dos cidadãos brasileiros, no período imperial em que as massas deveriam ser educadas em favor da elite monárquica dominante, como abordado por Bittencourt (2004).

Voltando para um novo momento histórico nas últimas décadas do século XIX, o Brasil naquele momento viveria uma perspectiva democrática, com a instalação do republicanismo. No entanto, ao contrário de todos os países republicanos a exemplo dos EUA, e a antiga América Espanhola, estes com modelo democrático, assim tornaram-se devido a maciça participação popular, talvez por consequência de uma educação liberal, o que não ocorreu no Brasil, país culturalmente escravocrata e elitista que propôs ao restante da população a ignorância política e social. Aqui, a educação sempre esteve presente como fator de dominação. Não muito diferente de hoje, o Brasil chega ao republicanismo rompendo com o ideário monárquico, tendo um país que “não tem povo, tem público” utilizando as célebres palavras de Lima Barreto para expressar a falta de educação política naquele momento histórico e que parece se perpetuar na contemporaneidade onde as redes sociais e os jogos eletrônicos, são utilizados como entretenimento e passa tempo enquanto os bons livros estão nas estantes das bibliotecas, não sendo utilizados na formação crítica de muitos estudantes, que apenas assistem os acontecimentos políticos no nosso país, sem nos refutamos aos que não tem acesso a educação e aos que tem de forma marginalizada. Mais uma vez a disciplina História, é utilizada em favor dos interesses dominantes no seu fazer educacional formando cidadãos republicanos e, tendo como missão ensinar as “tradições nacionais” em favor do “despertar patriótico”.

Para a maioria dos educadores que concordavam das classes populares, a história a ser ensinada, desde o primeiro ano escolar, aos trabalhadores livres que emergiram em substituição aos escravos deveria inculcar determinados valores à hierarquia, de modo que a Nação pudesse chegar ao progresso, modernizando-se segundo o modelo dos países europeus (BITTENCOURT, 2004, p 64).

Fruto de uma cultura de dominação europeia, os próprios líderes políticos brasileiros se viam na necessidade de dominação cultural eurocêntrica, que deveria ser mantida em favor da ordem, em um país onde a educação das massas voltou-se a “alfabetização do voto” para manutenção de “cidadão” inculto e dependente destes responsáveis por conduzir o país ao desenvolvimento. Cabendo a história a formação de um sentimento patriótico, e não crítico na população brasileira que deveria seguir passiva a dominação. Segundo Horn e Germinari (2009) o conhecimento se dá de maneira hierárquica, por processos que levam a dominação tanto política, cultural e social, em níveis de poderes hierarquizantes pelos que tem o domínio do conhecimento e poder político, na elaboração de currículos interessados na manutenção desta estratificação social, principalmente na escola reprodutora destes padrões culturais hegemônicos, estes ainda permanecem na contemporaneidade, devem ser combatidos por uma educação de ideologia solidária.

Seguindo com pleno entusiasmo as modificação e lutas contra as oligarquias, que dominavam não apenas o governo, mas a forma de viver em censurar o desenvolvimento intelectual do povo brasileiro, a Revolução de 1930 representa para a história um marco de rompi-

mento político. Este, infelizmente não ideológico. As mudanças que poderiam levar a ascensão do povo, por sua vez substituem apenas as oligarquias no poder privilegiado, aprisionam as massas a seu favor. O projeto desenvolvimentista fica apenas no âmbito econômico, na manutenção dos opressores e oprimidos do crescimento industrial na formação de operários e não intelectuais. Nos refere ao foco do nosso estudo, a disciplina História ganha importância com as reformas educacionais de 1931 com Francisco Campos e a Capanema de 1942. Segundo a historiadora Selva Guimarães Fonseca (1995), a história ensinada tinha que formar mão de obra para a indústria, além de indivíduos que enaltecem o governo Vargas como líder e herói das massas trabalhadoras, mantendo uma educação eurocêntrica, ilegítima, porém dominante. Em nenhum instante leva os trabalhadores à uma formação solidária de autogestão apenas de submissão que perdurou por todos os governos populistas e seus modelos educacionais.

Os programas posteriores à queda de Vargas e a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira(4.024/61) não conseguiram fugir da concepção pragmática, que pretendia formar nos cidadão moldes dos interesses do Estado.[...] A LDB representou também a secundarização das chamadas humanidades. Produto da Americanização do currículo num contexto histórico no qual a industrialização buscava mão de obra para essa mesma indústria (ABUD, 2004, p. 39).

No “nacional-desenvolvimentismo” apresentado por Juscelino Kubiteschek, nos anos 1960, para se ter um exemplo a educação não poderia ficar de fora dessa nova realidade, apresentada como caminho ao liberalismo industrial, tinha como meta a formação de mão de obra qualificada para as fábricas (urbana industrial), não só exclui o homem do campo desses novos modelos para o Brasil, como reduz a carga horária da História ensinada, esta não preparava enquanto disciplina para a nova realidade do Brasil, por isso não tinha “importância” nesse novo modelo de educação à época. Para atender as demandas burguesas, em meio à resistência operária, constrói uma discrepância na educação da elite e das massas trabalhadoras, em favor de um populismo em defesa do desenvolvimento. A custa da desalienação das massas, segundo Sanfelice (2007).

Ainda mais preocupante, foi o caminho seguido pelo ensino de História nas escolas e a perda de sua importância nos anos de Ditadura Militar, no qual tanto nos níveis acadêmicos quanto nas escolas, a disciplina História se apresentou como uma ameaça ao estado de ordem, defendido pelos militares na formação de cidadão críticos e atuantes. Os autores Horn e Germinari (2009) apontam para a reforma educacional de 1971, como responsável por tornar a disciplina História descaracterizada a fim de atender os interesses do militares, ao diminuir a tempo de formação dos professores em cursos de licenciatura rápidos, transformando o ensino de História em mero componente dos Estudos Sociais, ensinados com os estudos de Moral Cívica, segundo Fonseca (1995), nesse momento o professor de História deixa de ser um agente pensante para ser apenas um transmissor de uma disciplina que não forma cidadãos pensantes, o que seria um risco para o estado vigente.

O fim da Ditadura militar deveria levar o ensino de História a outro patamar, e função social na construção de uma identidade de nação, que vence um estado de opressão política, infelizmente entrega a outro ainda mais cruel vestido de liberal, o capitalista. Uma vez que a educação brasileira passa a servir a lógica de mercado, não ocorre diferentemente com o ensino de história, em meio a debates sobre currículo e métodos para a nova realidade política do Brasil. Segundo Bittencourt nesse novo momento vivido.

À sociedade, cabe a difícil tarefa de ser educada para competir e viver de acordo com a lógica do mercado, que exige domínios mais amplos do ‘conhecimento’. Para esse modelo capitalista criou-se uma ‘sociedade do conhecimento’ [...] individualizada e competitivamente nas relações de trabalho. (2004, p. 101-102).

O capitalismo nos parece como um processo imutável e vencedor, tanto nas relações econômicas, educacionais e sociais. No entanto, não podemos nos conformar com a visão de único caminho possível. Montar sociedades solidárias em todos os seus âmbitos nos parece impossível, mas temos que vê-la como um caminho possível, para amenização das desigualdades sociais e exploração do sistema atual, através do trabalho associado estimulado pela a educação brasileira.

Dando enfoque principal ao ensino de História na EJA, modalidade de ensino presente em todo contexto escolar e educacional brasileiro apresentado até aqui, embora na maioria das vezes implicitamente. Vítima do desejo grupos dominantes, a História enquanto disciplina nesta modalidade hoje tem novas funções e desafios, talvez pelo novo olhar que o PCN 2000 coloca sobre esta modalidade de ensino, na perspectiva que dá aqueles que foram excluídos do processo educacional na idade (faixa etária) estabelecida pelo MEC:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 2000, p. 34).

Embora sendo obrigatoriedade, o ensino de História na EJA cumpre seu papel estabelecido na construção de seres pensantes, com uma educação que rompe os princípios capitalistas e implementa um educação humanizada proposta por Paulo Freire na Pedagogia do oprimido? A História ensinada na EJA cumpre seu papel na formação de cidadão críticos e solidários?

Os PCN's afirmam também a especificidade do conhecimento histórico que é produzido e que circula no espaço escolar, âmbito em que resulta da reelaboração de muitos saberes, constituindo o que se chama de saber histórico escolar. Produto do diálogo entre muitos interlocutores e muitas fontes, o saber histórico escolar é permanentemente reconstruído a partir de objetivos sociais, didáticos e pedagógicos. (BRASIL, 1998, p. 109).

Partindo da reflexão, a saber: o ensino de História na EJA na contemporaneidade vem disponibilizando uma educação humanizada? Tem olhado as características individuais dos alunos, seu reconhecimento enquanto ser histórico e social na sua comunidade? O ensino de História na EJA faz apenas um resumo de conteúdos apresentados como em todas as modalidades de ensino de maneira periodizada e eurocêntrica não relacionada ao cotidiano do aluno? A História ensinada obedece apenas a necessidade capitalista de gerar trabalhadores, que tem a escola como fonte de conhecimento mínimo para atender ao sistema capitalista em condições subalternas, que nada tem de relação com a solidariedade defendida pelos PCN's? Tais inquietações levaram a procurar entender a real situação do ensino de História na EJA na cidade de Cajazeiras- PB, que só serão respondidas na análise a seguir.

### **3 O CAMINHO METODOLÓGICO E OBSERVAÇÃO**

É com intuito de responder os questionamentos apresentados, que para tal estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica como fonte principal e estudo de campo.

O Estudo de Caso é um dos tipos de pesquisa qualitativa que vem conquistando crescente aceitação na área da educação. É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. (RODRIGO, 2009, p. 09).

Assim, teve-se como instrumentos de coleta de dados, questionários e observação. Nesse sentido, foi desenvolvido um questionário com 6 (seis) indagações dissertativas, que tinha como objetivo principal detectar as possíveis falhas do ensino de História e apontar os caminhos para o êxito, além de observações de aulas de História em Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

Como o estudo de caso é bastante utilizado hoje em dia, fez-se uso dos seus recursos bastante interessantes, para que se possa compreender de uma forma mais homogênea a docência na EJA, bem como as principais características dos educandos, os desafios e as dificuldades que se encontram nesse nível da educação básica dando ênfase ao olhares dos alunos para a disciplina História. Com base nos conhecimentos, formação profissional, prática docente e suas responsabilidades quanto à suas vivências como discentes, além de discussões acerca das dificuldades pelas quais passam o educando, que são propostas do estudo de caso.

Temos o aluno como alvo, e intenção de todo processo educacional do contexto histórico escolar no Brasil. Utilizando-se de uma pesquisa exploratória, como fonte de dados, por ser um meio eficaz na obtenção de informações, capaz de responder as inquietações que levaram a construção do presente trabalho desenvolvido dos dias 02 à 13 de setembro de 2013 no turno noturno, nas instituições E. E. F. M. Professor Manoel Mangueira de Lima, (denominada E1) abrigando as modalidades de Ensino Médio em EJA e da E. E. F. Dom Moisés Coelho (denominada E2) que abriga as modalidades de ensino fundamental em EJA, foi possível colher informações analisando as concepções dos alunos, através do desenvolvimento de questionário do ensino médio EJA em uma turma, e do fundamental EJA em outra respectivamente.

A Escola E1 conta com 56 alunos matriculados nas três séries do Ensino Médio em EJA, 48% dos alunos são do sexo masculino e 52% alunas do sexo feminino, ambos com média de idade de 20 anos. Na escola E2 estão matriculados 95 alunos em EJA sendo que 28 alunos não foram estudados pela pesquisa, pois tratam-se de alunos da 1ª fase, ou seja, séries iniciais; voltamos os nossos olhares para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em EJA, estando nesse grupo matriculados 67 discentes dos quais 58% alunas do sexo feminino e 42% masculino. Os discentes pesquisados não foram identificados nominalmente no ato da resolução dos questionários e/ou conclusão dos dados, para evitar constrangimentos. Sendo assim, os sujeitos foram denominados aleatoriamente pela maneira que responderam os questionamentos apresentados na coleta de dados, em ordem crescente iniciando pelo discente 01 ao número 07, respectivamente nome e número caracterizam cada aluno.

#### **4 ANÁLISE DA HISTÓRIA ENSINADA EM ESCOLAS PÚBLICAS NA MODALIDADE EJA DE ENSINO EM CAJAZEIRAS-PB**

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 1996, p. 16).

A situação encontrada durante a realização do trabalho é no mínimo preocupante, pela evasão escolar e a falta de interesse dos alunos na participação das atividades escolares. Muitos recusaram a responder a pesquisa, além do número reduzido de alunos na escola E1 no momento do estudo tornando os dados mínimos, porém suficientes para mostrar o caos no ensino de História na EJA na rede estadual no município de Cajazeiras-PB. O questionário contava com seis (06) questões subjetivas (Ver questionário em apêndice), em que os alunos não precisavam identificar-se, mencionando apenas a série e a instituição para identificá-los, utilizar-se-á numeração de acordo com respostas obtidas em ordem crescente.

Um fato importante a ser mencionado, é que no momento da pesquisa na aplicação do questionário, os professores de História em ambas as escolas não estavam presentes, não sendo possível uma conversa inicial com os mesmos, como o foco do estudo são os discentes, isto não foi empecilho para realização do trabalho. Haviam na E2 trinta (30) alunos, destes, quatro (04) recusarão participar da pesquisa. Foram ouvidos vinte seis (26) discentes do 6º ao 9º ano EJA Na escola E1, foram entrevistados apenas nove (09) alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Médio EJA, que foram encontrados nos corredores da escola, uma vez que não houve aula, pois, o professor que ministraria as aulas nos primeiros horários, liberou as turmas alegando ser “sexta feira” e no dia seguinte feriado nacional. Todas as respostas dos (das) discentes serão transcritas sem correção para mostrar as essências destes educandos em suas idéias. As análises e discussões dos dados serão realizadas no final da apresentação dos resultados obtidos.

Os questionamentos partiram inicialmente sobre qual a concepção dos alunos sobre a disciplina História. Na E1 e E2 para grande maioria dos discentes o ensino de História foi atribuído como o estudo do passado no aprendizado dos antepassados, sem uma argumentação convincente sobre o verdadeiro papel dela na construção de um conhecimento, capaz de uma relação com seu cotidiano. Interessante ressaltar que uma parcela considerável não sabia, ou resumiram a disciplina como “boa.” Nas argumentações dos alunos destacamos as mais contundentes e reflexivas, o discente 1 da E1 responde da seguinte maneira: “muito bom pois nos ajuda ate mais no conhecimento do passado” da E2 temos a seguinte argumentação do discente 2. “eu penso que a disciplina muito interessante e muito boa ajuda agente saber mais sobre a história do nosso mundo”.

O segundo questionamento partiu da relevância em saber dos discentes qual a verdadeira importância de aprender-se história na EJA. Na E1 as respostas se resumiram a disciplina com importância apenas no cenário escolar, embora alguns não souberam responder qual a importância de aprender história. Em um único caso na E1 o discente 3 atribui “a importância de estudar história não só na EJA como no normal é que aprendemos muitas coisas sobre o Brasil”. Na escola E2 destacamos a seguinte resposta do discente 4: “É importante que nós da EJA fique preparado para nosso conhecimentos”.

Os discentes também foram perguntados sobre seus posicionamentos, a respeito de como vêem a relação entre o trabalho e a educação. Na E1 os discentes não apresentaram relação objetiva. Em um único caso o aluno (a) fez relação que só com capacitação obteria uma vaga no mercado, utilizando as seguintes argumentações do discente 3 “Hoje em dia temos que ter estudos para termos um trabalho melhor por isso que tem tudo a ver com a educação”. Na escola E2 de Ensino Fundamental, as repostas na grande maioria foram de total desconhecimento na relação entre trabalho e educação, sobressaindo à maioria, destacamos duas respostas interessantes na questão; o discente 5 diz “educar nos faz necessário para conseguir um trabalho digno” e o discente 6 relata: “porque no futuro se profissionaliza e tem seu cargo de trabalho”.

Quando perguntados sobre as diferenças entre educação e trabalho associado, os discentes da escola E1 na maioria não souberam responder nem argumentaram sobre, nenhum deles sabia o que era trabalho associado. Destacando as seguintes respostas do discente 1 “educação você educa trabalho você ensinar”. Na E2 o mesmo cenário repetiu-se destacando a se-

guinte resposta do discente 5, “porque você aprende a dividir o trabalho pra fazer com outro colega”

Os alunos também foram perguntados se sabiam o que era economia solidária e autogestão, nenhum dos alunos em ambas as escolas obteve êxito. Na E1 nenhum aluno respondeu saber do que se tratava à resposta frequente foi “não sei”, na E2 alunos do Ensino Fundamental o discente 2 respondeu: “Não mais queria saber” e a seguinte resposta do discente 7 “é você economizar, e ajudar a quem precisa.”

Concluindo os questionamentos, os discentes foram indagados a responder se nas aulas de história eram discutidos os problemas da sociedade atual, na E1 a grande maioria disse “sim” sem nenhuma outra argumentação sobre o assunto, ressaltando que o discente 1 respondeu utilizando esta argumentação: “Não, mais com se comporta de maneira pessada”.

Diante dos dados recolhidos e apresentados fica claro a dificuldade do ensino em EJA, principalmente, para a disciplina de História, mostrando a falta de uma educação libertadora defendida por Freire pra essa modalidade de ensino.

Nas observações feitas nos quatro primeiros dias do mês de setembro do corrente ano nas aulas de História, sendo observado uma aula por turma do 6º ao 9º fundamental na E2 em EJA, e do 1º ao 3º ano do ensino médio em EJA na E1, posteriormente, a obtenção dos dados do questionário apresentado acima, as aulas de História em ambas as escolas, apresenta-se no seu fazer de maneira vulgarizada, e ainda mais reduzidos os conteúdos apresentados às turmas das séries elementares da escolarização normal.

Em ambas as escolas estudadas os alunos da EJA não possuíam material didático, os professores escreveram o conteúdo das aulas resumidamente, todos os conceitos dos conteúdos, nos quais os alunos transcreveram para o caderno o que estava no quadro. As aulas em todas as turmas ocorreram de maneira expositiva, destacando o esforço de um único professor em tentar contextualizar os conteúdos ministrados, porém sem muitas participações dos alunos com questionamentos. Algo presente em todas as aulas, e a quantidade reduzida de alunos.

A utilização de “métodos mnemônicos” utilizando o conceito de Bittencourt (2004), são ainda uma constante nas aulas de História, e são inclusive solicitadas pelos alunos, no final de todas as aulas foi elaborado um questionário, que foi respondido da mesma maneira que estava no quadro. Impressionante um aluno do 3º ano EJA no momento do questionário disse: “Professor já escreveu demais, desse jeito não dá pra ir muito longe, assim eu não aprendo”. Uma inquietação que mostra as limitações deste aluno, incentivada pelos próprios professores que simplificam resumindo ao máximo os conteúdos apresentados, como observados em todas as aulas, vulgarizando ainda mais os conhecimentos entre a academia e a escola, não sendo capazes de criar uma educação efetivamente solidária e cidadã como pretendido pelos PCN’s citados anteriormente.

Dando ênfase à turma do 3º ano nível médio em EJA na E1, que coincidentemente estava estudando o conteúdo Revolução Russa, marco na história do desenvolvimento de modelos solidários e de autogestão, oportunamente enxergamos com entusiasmo a possibilidade de surgirem questionamentos sobre as ideias de solidariedade apresentadas na contextualização do professor, e conseqüentemente apontar para desconstrução da hipótese levantada. No entanto, a aula se deteve a mero relato dos fatos históricos, e a solidariedade só apresentou-se na divisão de grupos para responder os exercícios propostos pelo professor em sala de aula.

Dos professores estudados, só um da E1 (não revelando sua identidade para evitar possível constrangimento para com os colegas) se disponibilizou a um diálogo aberto sobre como enxergava sua prática docente e suas concepções sobre o ensino de História na EJA, dando ênfase a seu olhar para os seus discentes na modalidade de ensino estudado. A princípio partimos dos mesmos questionamentos que foram feitos aos alunos, o docente foi muito claro ao enfatizar segundo ele as limitações dos alunos em EJA, de aprendizagem e, principalmente por suas baixas estimas. Embora enalteça a busca pelo conhecimento, os que abandonam o

seu descanso vem porque realmente querem, segundo o professor, a dificuldade está na falta de material, e na maneira de facilitar ao máximo os conteúdos resumidamente. Muitos alunos veem motivados pela emoção e na primeira dificuldade constantemente, desistem havendo por conta disso uma grande evasão escolar, “tentam mais não conseguem aprender” segundo ele, ainda mais se tratando da disciplina História, que requer muita leitura e muitos deles não estão dispostos a isso.

Tema central deste trabalho é a ideologia solidária na percepção do trabalho e da solidariedade. O professor é enfático em dizer que apenas transmite o que os currículos determinam e como o nível dos alunos é baixo não consegue sequer alcançar 50% dos conteúdos propostos nas suas turmas, pelo plano de curso da disciplina. Não sabia e não possui nenhuma concepção sobre Economia Solidária e Educação Popular nem obteve formação para ensinar na EJA, simplesmente completava sua carga horária nestas aulas no período noturno. Assim como o relato do aluno da E2, apresentado anteriormente que diz: que não sabia mais gostaria de saber, o docente faz o mesmo questionamento apontando como um caminho possível e ideal, porém distante da realidade vivida por ele.

Segundo o professor hoje o ensino de História, e todo sistema educacional brasileiro, está voltado a atender o mercado e a busca por uma vaga nas universidades. Os alunos da EJA não “tem perspectivas de ir longe” nesta modalidade de ensino, e que esta economia solidária é um caminho ideal, porém os currículos atuais não permitem, pois, o ensino está voltado para o mercado de trabalho. Acrescenta que é preciso para tal desenvolvimento educacional, efetivamente existir uma mudança nos currículos não só de história, mas de todas as disciplinas juntas, a fim de montar essa educação apresentada nesta pesquisa.

Embora as E1 e E2 tenham níveis diferentes uma em ensino médio e a outra em ensino fundamental respectivamente, a forma que os professores apresentaram os conteúdos foi feita de maneira expositiva, tanto no quadro quanto nas falas dos professores. Quando perguntados sobre a relação entre trabalho e educação, na grande maioria não sabiam e os que responderam viram a educação como “trampolim”, pra adentrar no mercado de trabalho, capitalista e excludente, que não promove a autonomia. A História que deveria contribuir para o seu conhecimento e formação crítica enquanto indivíduo, não lhe apresentada. Para Gadotti (2009) esta falta de formação não oportuniza o indivíduo em viver a solidariedade, em contra partida favorece o sistema capitalista, como apresentado pelo(a) aluno(a) 3 em sua fala quanto a relação de trabalho e educação associada, este diz que “estudar é muito bom, mais os dois ao mesmo tempo não combina mais ajuda muito trabalhar”.

A educação transmitida não favorece a solidariedade e nem tão pouco faz que os jovens e adultos, percebam que a educação é para aqueles que não precisam trabalhar, embora a escola seja necessária para uma colocação no mercado de trabalho como única saída para a sobrevivência. Novamente, parece que nos encontramos frente a um paradoxo que aponta, por um lado, para a cidadania e, por outro, para uma participação no trabalho e no consumo que se dá no plano individual.

Os dados apresentados apontam que a disciplina História vem sendo ensinada como mera transmissão de acontecimentos do passado, mantendo uma História linear e eurocêntrica como mostram os estudos de Bittencourt (2004), que nada tem de relacionado com o contexto atual, colocando os indivíduos à margem do processo histórico. Embora na proposta dos objetivos para o ensino de História em EJA, elaborados pelo MEC, enaltecem o ensino humanizado principalmente nesta disciplina tão importante para a formação do cidadão, apresentado nos textos teóricos do Estado.

Nessa perspectiva, tais professores certamente debatem com seus alunos a ideia de que a História não se limita a estudar o passado: pode contribuir para o entendimento e a análise de temas ligados ao presente, assim como para refletir criticamente sobre perspectivas futuras da sociedade. A tendência à reformulação das práticas do ensino

de História foi reforçada com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, nos quais se ressalta que o conhecimento histórico é um campo de pesquisa e produção de saber em permanente debate, ainda distante de um consenso. (BRASIL, 2000, p. 109).

Infelizmente, as práticas tradicionais de dominação das massas continuam sendo repassadas aos alunos sem um debate que construa uma concepção cidadã. Os alunos estudados veem a disciplina como algo distante, que não representa nada fora do âmbito escolar, sendo totalmente externo a vida e cotidiano deles dificultando a experiência que rompam com o modo tradicional do ensino de História. A História ensinada na EJA, nada se diferencia da que é ensinada no ensino regular, deixando claro que seus currículos e conteúdos estudados são os mesmos, referentes às séries de ambas as modalidades de ensino, porém diferencia-se no seu fazer; rompendo com a própria essência da prática libertadora que deveria ser colocada em evidência nessa modalidade de ensino, como apontados por Selva Guimarães (1995), na obra *Caminhos da História Ensinada*, ficando claro no relato de um(a) aluna(o) 3 da E1: “a importância de estudar história não só na EJA como no normal é que aprendemos muitas coisas sobre o Brasil”. Nada de solidariedade e formação cidadã é encontrada no cotidiano da EJA.

Há proposta de ensino inovador colocado pelo MEC (2009, p.110) na EJA que “O ensino de História tem muito a contribuir para o resgate dos valores humanísticos que vêm sendo desvalorizados no contexto atual das sociedades capitalistas.” Estes valores humanísticos não são apresentados para os alunos estudados, uma vez que quando perguntados sobre a relação entre trabalho e educação na grande maioria não sabiam e os que responderam viram a educação como alternativa, para adentrar no mercado de trabalho, em condições desfavoráveis, a “falta de estudos” só oportuniza trabalhos, com funções que não requerem qualificação, “famosos peões” subalternos aos empregadores, o importante está inserido no mercado de trabalho em garantir no mínimo o salário para a sua sobrevivência; esta visão não promove a autonomia. A educação transmitida não favorece a solidariedade e nem tão pouco aos jovens e adultos, percebe-se que a educação é para aqueles que não precisam trabalhar, embora a escola seja necessária para uma colocação no mercado de trabalho como única saída para a sobrevivência. Novamente, parece que nos encontramos frente a um paradoxo que aponta, por um lado, para a cidadania e, por outro, para uma participação no trabalho e no consumo que se dá no plano individual.

Outro dado preocupante em relação a questões relevantes aos problemas da sociedade atual, é que notadamente houve uma grande contradição quanto à efetiva realização de discussões sobre o tema nas aulas de História, muitos alunos responderam sim e na mesma série outros discentes responderam não. Tornando difícil entender se há verdadeiramente uma pedagogia com objetivos sociais e reconstrução de saberes históricos e de senso comum ou apenas comentários sem relação direta com a aprendizagem da História, nem tão pouco apareceu um debate construtivo da realidade social nas aulas observadas, apenas aulas que ditavam conteúdos curriculares sem nexos ao dia a dia dos discentes estudados.

Se apegando aos estudos de Novaes e Castro (2012), um dos pontos centrais do nosso estudo era saber qual a influência desses temas atuais discutidos em sala de aula como sustentabilidade, desemprego e meio ambiente, as concepções de ensino de História na EJA sua relação com ideologia solidária, tema presente na construção desta modalidade de ensino e seu papel libertador apresentado por Freire na atualidade, influenciado talvez pelas ideias de Rousseau no século XVIII que já falava da educação pela e para a libertação.

Estes deveriam aparecer nos planos e nas aulas da EJA para aqueles alunos que foram excluídos do processo educacional no tempo determinado pelo MEC, e que tem a modalidade de ensino como uma alternativa para o conhecimento e reconhecimento do indivíduo de maneira individual e coletiva.

Quando perguntados sobre o que são economia solidária e autogestão todos os alunos pesquisados incluindo o professor ouvido, afirmaram não ter conhecimento do que seria. O

que demonstra que o ensino de História apresentado na EJA não é feito de maneira inovadora à proposta Freireana, e sim como uma condutora de conhecimento pronto nos livros, inexistentes nas aulas e transcritos resumidamente no quadro negro à serem copiados pelos alunos em seus cadernos. Talvez, a causa desta falta de conhecimento sobre o tema seja fruto da não formação dos docentes que atuam nesta modalidade de ensino, isto relatado também pelo professor ouvido. Uma vez que sustentabilidade e solidariedade estão distantes, ou não são vistos como importantes ou, não saíram das muralhas acadêmicas na construção de uma nova sociedade.

A História ensinada aos jovens e adultos pesquisados, infelizmente não dá margem para constatação de qualquer relação entre a história ensinada e ideologia solidária, e seu papel na formação política dos excluídos pelo sistema capitalista, não oportunizando aos discentes da EJA a discussão de um caminho possível, para uma nova sociedade antagônica ao sistema dominante, com o desenvolvimento humano alinhado a uma “cultura solidária” defendida por Nascimento (1980).

Desta forma não possibilita a mediação entre qualquer nova maneira de pensar a sociedade por estar voltado, a ensinar e pensar no passado como demonstrados na pesquisa, o aluno quando oportunizado passa a pensar e querer experimentar, isso que nos inspira embora de maneira utópica em pensar que a economia solidária é um caminho possível, como uma semente plantada pela própria pesquisa, quando o aluno(a) da E2 se vê perante o novo, quando perguntado sobre o que é economia solidária e autogestão e sem saber a resposta, explica com uma curiosidade motivante “ Não sei, mais queria saber”. Este talvez seja o real sentido deste estudo, possibilitar o diálogo sobre o novo na Educação de Jovens e Adultos.

Com graus muito variáveis da vida comunitária do cotidiano das ‘gentes comuns’, aquilo a que damos o nome de *educação* foi aos poucos sendo constituído como um sistema de trocas agenciadas de frações restritas do saber, através do ofício profissional de especialistas em *saber e ensinar a saber* [...] Assim, a educação como prática em si mesma e a escola como lugar físico do seu exercício representam um desdobramento do processo de expropriação do poder comunitário sobre a totalidade do saber necessário. (BRANDÃO, 1986.a, p.16).

Nesta perspectiva percebemos que os questionários e o diálogo do professor nos apontam para uma falta de concepção solidária esquecida ao longo do tempo e do percurso do ensino e aprendizagem. A história ensinada deve voltar-se hoje quem sabe a utilizar os ensinamentos do paleolítico, para montar ou remontar a solidariedade apresentada em outros momentos da história, em que a vida do grupo era mais importante que a vida do indivíduo.

A transmissão de conhecimento sempre esteve e estará presente na história da humanidade, como característica da própria essência humana, nas mais distintas sociedades a cultura produzida em seu tempo foi responsável pela construção de paradigmas, que se transformaram ao longo das experiências humanas; no decorrer da sua existência, ainda mais acentuados na contemporaneidade, a exclusão capitalista pode dar lugar quem sabe através do ensino de história a ser realizado em EJA, como ponto de partida à caminho de uma ideologia solidária. O ato de repassar conhecimento das primeiras sociedades humanas na pré-história, feito de maneira solidária para ajuda mútua de todos do grupo, foi essencial para permanecermos vivos; uma vez que na cadeia alimentar em meio aos climas hostis das florestas, a espécie humana não passava de presa, foi preciso solidariedade e altruísmo, para possibilitar a vitória dos hominídeos, que hoje não lutam mais contra o meio ambiente para sua sobrevivência.

Este mesmo ideal que ressurge na humanidade nos primeiros anos do século XIX, como as ideias práticas e teóricas de Leville e Owen apresentadas por Aguiar (2002), dentro de um novo cenário que surge de marginalização em meio a Revolução Industrial, como pensamento de contra mão da nova exploração do homem em meio ao trabalho assalariado, partindo

da reciprocidade os homens em “empreendimentos solidários” em que uns ajudem os outros na construção de sua liberdade, e sustentabilidade, com empreendimentos cooperativos. Nesta visão já no século XIX, lutava-se como na pré-história pela sobrevivência coletiva, segundo Marcia de Paula Leite (2009) que também destaca a importância na educação para mudar esse quadro utilizando das ideias de Singer (2000) que:

acredita no poder da desalienação que a própria prática autogestionária confere a seus trabalhadores, assim como no poder de uma educação crítica e desalienante contra a degenerescência que pode ocorrer pela acomodação (p. 158).

Daí a importância do ensino de história em EJA apresentar novas possibilidades àquelas que marginalizados, não devem se acomodar e aprendendo uma história crítica possam mudar a própria realidade, trabalhando em cooperação, utilizando o capitalismo a seu favor como defendia Owen ainda no século XIX. Uma educação moral num esforço à criação de um novo mundo solidário e cooperativo, com reforma no ensino com estes princípios para acabar com os males da sociedade, segundo apresentado pela autora Cristina Aguiar (2002). Tais princípios podem ser introduzidos nos conteúdos escolares nas turmas de EJA, no mesmo contexto do ensino da Revolução Industrial por exemplo, promover a desalienação em nome da formação do cidadão crítico e solidário na contra mão do ensino capitalista.

Na contemporaneidade a necessidade de sobrevivência parte de uma luta do homem contra o próprio homem, utilizando da dialética marxista, as transformações do modo de vida levaram a luta para uma nova floresta ainda mais cruel do que a enfrentada por nossos ancestrais mais longínquos, a perigosa, excludente e marginal floresta capitalista.

O papel da história enquanto disciplina, parte do pressuposto que a educação e a formação do cidadão são responsáveis pela transmissão do conhecimento produzido ontem e hoje, está feita no âmbito da sociedade, seja pela família e amigos. A escola na nossa sociedade é a principal formadora de homens sociáveis críticos e autônomos, não podendo mais se prender ao conhecimento erudito, construído como forma de dominação pela sociedade capitalista ainda dominante, como responsável por uma possível transformação no meio social, encontramos o principal agente responsável por mudanças na mentalidade dos homens. O ensino de História deve cumprir esse papel de buscar no passado soluções, para as mazelas atuais que podem ser amenizadas com uma educação solidária, principalmente em EJA pelas problemáticas apresentadas na pesquisa.

Formação e Educação Solidária – O termo *formação*, que significa dar forma, pode também ser entendido como colocar na forma. Prefiro em *educação cooperativa*, ou *educação solidária*, para referir-me a uma educação que visa contribuir para o empoderamento e a emancipação dos participantes. Trata-se da educação que parte dos saberes e da prática dos educandos (ARRUDA, 2006, p.08).

Nestes termos fica claro o papel da disciplina de história, dessa modalidade de ensino, tem uma importância inquestionável na destruição de paradigmas que levaram o homem a viver pensando no outro como inimigo, ou submisso aos que detém ora, o saber, ora o poder dos meios de sobrevivência em um mundo capitalista. Ensinar História é promover a solidariedade, tomando o cuidado em reconhecer as habilidades, capacidades e talentos, de homens e mulheres que para sobrevivência não viram a educação e o saber mais como prioridade, e por muitas vezes ao estudarem na EJA vistos como incapazes.

Utilizando as ideias de Singer, Arruda e dos caminhos apresentados pelos próprios PCN's, a respeito da solidariedade e incorporando-os com os saberes do senso comum, ao ensinamentos históricos, contudo, adaptando-os a realidade de cada comunidade escolar, promover um conhecimento solidário, um espírito empreendedor, na reciprocidade coletiva, na

construção de uma nova identidade social contra o sistema atual, libertação e fim da opressão, assegurando alta estima na contra mão capitalista, fazendo-os compreender que há este outro caminho possível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo observando a temática da educação solidária, voltada para o ensino de história em EJA, apresentada como utopia em meio a um sistema capitalista, fica claro que é papel da educação, em todos os seus âmbitos, ter a preocupação em formar “alunos cidadãos”, como objetivo principal de todo processo de aprendizagem, seja este conhecimento histórico ou social. Ao professor cabe o papel de mediador da aprendizagem em História, foco central deste estudo com ênfase em Economia Solidária.

A realidade encontrada nas escolas públicas estudadas é desanimadora, frente ao ensino de História, não por se tratar de algo fácil a ser mudado de imediato impossível, porém, se implantado não pode ser de caráter efêmero e sim permanente à educação que se construiu ao longo do tempo se fez dominadora e excludente, característica marcante da humanidade e de toda história de nosso país, precisando ser combatida pela economia e educação solidária. Principalmente quando nos voltamos aos caminhos da história ensinada na EJA no Brasil, enfatizando a realidade estudada no ensino público em EJA de Cajazeiras-PB, em que os alunos e a própria disciplina História, recebem os modelos construídos pelo Estado dominante nos seus conteúdos a serem ensinados, e aprendidos a seu favor, apresentadas até então.

Este estudo apresenta não o novo, mas comprova o que muitos especialistas da educação já refletiam, não se trata de “arrombar uma porta aberta”, por muito já se saber que o Ensino na EJA enfrenta dificuldades no seu fazer, mas de buscar novas perspectivas, uma vez que como apresentada teoricamente a “educação popular,” traz as soluções à pedagogia do oprimido que apenas no papel não é capaz de libertar ninguém.

Pensar que os modelos educacionais se mostram lindos nas teorias acadêmicas, e do próprio governo, e aceitá-los como verdades quase absolutas que quase não se aplicam efetivamente, é continuar fadado ao mesmo comodismo de dominação da educação e sociedade atual, cujo o professor tem que ensinar o que determina , ou para não ser radical, como os PCN’s apresentam sugestões, nos percursos metodológicos a serem trabalhados em História na EJA de uma maneira reduzida e ainda mais vulgar, que tira dos discentes na prática o poder que a História tem de ser condutora da desalienação. Que a Economia Solidária-ECOSOL se torne realidade nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas tendo, quem sabe, a disciplina História como mestra deste novo processo, possível na Educação de Jovens e Adultos.

Tendo a interdisciplinaridade como fonte de instigar os alunos, colocando-os como seres pensantes e capazes de mudar sua realidade, unindo-se, para o desenvolvimento conjunto, na busca por formação e informação sendo estes responsáveis pela sua mudança de marginalizados, à condutores do seu desenvolvimento de vida, voltados para acender de empreendimentos conjuntos entre grupos, que tiraria estes indivíduos da exclusão social, e só com uma história ensinada na sua prática escolar preocupado em semear esta ideologia solidária, estes se sentiram prontos para vencer a falta de formação e com união para desenvolvimento de empreendimentos solidários podem se concretizar .

Nesta perspectiva, os empreendimentos solidários dependem de inúmeros fatores para o seu desenvolvimento, mais muitas vezes acabam esbarrando na falta de formação dos trabalhadores, professores alunos e principalmente a manipulação das massas pelo governo e burguesia, que ainda são entraves para esta efetiva libertação. É preciso traçar novas perspectivas na formação para a educação, e o ensino de história em EJA como uma ponte possível de capacitação e progresso dos empreendimentos solidários, a proposta de mudança na mentalidade capitalista está presente no sistema de ensino e na sociedade atual. Embora, os estudos

da disciplina História em EJA estejam ainda engatinhando, estes princípios podem gerar um caminho para uma nova história a ser ensinada, autônoma nas elaborações de currículos efetivamente solidários, não apenas como textos sem significado, como apresentados pelos professores e alunos ao estudados, os PCN's atuais de História na prática são apenas textos que não são transplantados para a realidade estudada.

Novos contextos no espaço escolar quem sabe direcionados, capazes de observar as necessidades de cada grupo no desenvolvimento de uma educação efetivamente solidária, produzindo quem sabe dentro das próprias instituições incubadoras de economia solidária, a fim de entender as necessidades dos seus educandos. Estimulando e ensinado a formarem cooperativas, como fizeram outras sociedades, que podem servir de modelo no espaço local, apresentar a capacidade individual do homem na reciprocidade para com o outro.

O presente trabalho pode não ter respondido todas as inquietações pertinentes ao que propôs, diante da complexidade que o ensino de História se apresenta no seu fazer, mesmo com um cenário preocupante sobre “as verdades” educacionais, que não aparecem em números nas estatísticas do governo. Que seja um ponto de partida, para estudos que possibilitem uma teoria não “utópica” e sim prática, demonstrada na fala do aluno da E2 que pretende aprender o que não sabe, ao ser instigado, que através deste trabalho possamos abrir um leque de possibilidades, pensar a educação e o ensino de História, embora ainda utópico, como um caminho possível nos rumos da ECOSOL e da educação popular concretizando efetivamente uma relação entre a ideologia solidária e a libertação do indivíduo, na sociedade atual e nas futuras, sonhar um novo mundo através da educação ainda é possível.

## 6 REFERÊNCIAS

ABUD, K. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.), **O saber histórico em sala de aula**. 9a. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

AGUIAR, C. S.; REIS, C. N. **As origens do Cooperativismo e o contraposto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Sociedade em Debate. Pelotas: 2002.

ARRUDA, M. **Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares**. Seminário: Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação. UCS e CAMPINA, 2006.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96**.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: história**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Pedagogia e Autogestão: Reflexões e Socialização da Experiência do Projeto CFES-CO**. Elaboração dos textos: NOVAES, Henrique Tahan; CASTRO, Mariana P. Brasília: Cáritas Brasileira, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. (Semtec/ MEC), 2000.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. 3. Tatuapé São Paulo – SP: ed. Brasiliense, 1986.

FONSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1987.

- FREIRE, P. **Na escola o que fazemos: uma reflexão interdisciplinar em Educação popular.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.
- GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- HORN, G. B.; GERMINARI, G. D. **O ensino de História e Seu Currículo.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LAPA, J. R. A. **Historiografia Brasileira Contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- LEITE, M. P. **A economia solidária e o trabalho associativo.** RBCS, vol.24: 2009.
- NASCIMENTO, C. **Autogestão da Economia Solidária.** Publicação de um coletivo de São Paulo: 1980.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. O que e como ensinar: por uma história prazerosa e consequente. *In:* KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula.** São Paulo, SP: Contexto, 2008.
- RODRIGO, J. **Estudo de caso: fundamentação teórica.** TRT 18ª Região – Tribunal Regional do Trabalho /Analista Judiciário – Área Administrativa. Brasília, DF: Vestcon, 2008. Disponível em: [www.vestcon.com.br](http://www.vestcon.com.br). Acesso em: 23/09/2013.
- SANFELICE, J. L. **O Manifesto Dos Educadores (1959) À Luz Da História.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, maio/ago. 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 20/08/2013.
- SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. *In:* Gabriel Kraychete, F. L.; Costa, B. (Org.), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

# As concepções dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos sobre Economia Solidária

*Maria Aparecida Pereira de Sousa  
Maria Janete de Lima*

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, e em especial daquelas que não tiveram instrução na idade adequada, permitindo que atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho, como a economia solidária.

A expressão melhor idade foi criada para mostrar que as pessoas após a idade adulta, podem e devem ter uma conduta de vitalidade, e de que a vida não acabou, mas que sempre é tempo inclusive de recomeçar ou mesmo de começar como, por exemplo, de iniciar um novo ciclo de suas vidas, com a oportunidade de estudar, e com uma nova visão de vida para começar com um empreendimento solidário, para que não fiquem com a sensação de que só jovem é que pode, ou tem chances de empreender, mas que ao contrário o adulto tem muito a contribuir com a sociedade, principalmente nos setores do empreendedorismo solidário.

Como objetivo geral deste estudo pretende-se analisar o surgimento dos empreendedores solidários oriundos da EJA. E objetivos específicos: caracterizar os alunos da EJA (perfil dos alunos da EJA), investigar quais as mudanças ocorridas na vida das pessoas que se alfabetizam na idade adulta na perspectiva de uma economia solidária, e identificar nos cursos de EJA o foco da economia solidária como promotora de autogestão.

O estudo se compõe de capítulo I contendo a fundamentação teórica resgate da economia solidária no Brasil. A evolução da civilização levou o ser humano a se adequar conforme o meio em que vivia, com isso em determinados momentos da história, foi se organizando, isto significa dizer que houve épocas em que a economia solidária decorreu em tribos, em clãs, em sociedades e instituições mais atuais. Mas todo o processo se deu com a fixação do homem no campo, acontecendo assim a intensificação da produção agrícola e com isso o processo de organização, surgindo então a atividade econômica centralizada na posse da terra.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção, que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe de propriedade subalterna. Ela envolve as dimensões sociais, econômica, política, ecológica e cultural, uma vez que além de gerar trabalho e renda, suas experiências se projetam no espaço público no qual estão inseridas. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção.

O Capítulo II se constitui da metodologia num estudo qualitativo tendo como instrumento de coletados de dados o questionário aplicado a alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos do 2º Segmento (6º ao 9º ano) da Escola Municipal Ensino Infantil e Ensino Fundamental Luiz Cartaxo Rolim. A coleta se deu através de visitas no local de trabalho dos alunos pesquisados. O roteiro foi constituído de 05 questões que abordaram o tema relacionado.

Por fim a conclusão onde apresentam-se o resultado das análises sobre as concepções dos educandos sobre economia solidária e os conceitos básicos que os mesmos tem sobre empreendedorismo e cooperativismo, como elementos da economia solidária. Acredita-se que o estudo pode se constituir numa contribuição significativa a práticas dos educadores de EJA.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Resgate da Economia Solidária no Brasil

A evolução da civilização levou o ser humano a se adequar conforme o meio em que vivia, com isso em determinados momentos da história, foi se organizando, isto significa dizer que houve épocas em que a economia solidária decorreu em tribos, em clãs, em sociedades e instituições mais atuais. Mas todo o processo se deu com a fixação do homem no campo, acontecendo assim a intensificação da produção agrícola e com isso o processo de organização, surgindo então a atividade econômica centralizada na posse da terra (AGUIAR, 2002). Essa atividade produtiva, inicialmente de subsistência, acabou gerando excedentes de produção, provocando o surgimento do mercado dos bens produzidos, utilizando, para tanto, o sistema de escambo e, posteriormente, a moeda foi instituída como meio de intermediação das trocas (AGUIAR, 2002. p,150).

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção, que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe de propriedade subalterna. Ela envolve as dimensões sociais, econômica, política, ecológica e cultural, uma vez que além de gerar trabalho e renda, suas experiências se projetam no espaço público no qual estão inseridas. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção.

Com a Revolução Industrial de 1760, a moeda que antes era a troca ou escambo foi transformada em capital. Com isso, a economia que antes era centralizada na posse da terra, passa a ser de acúmulo de bens individuais. O ser humano entendendo que com o processo histórico das sociedades, criaram várias organizações econômicas, com isso, surgiram a Economia Social como nos descreve (AGUIAR, 2002).

Nesse sentido, a Economia Social firma seus objetivos na solidariedade e na democracia, dando primazia à distribuição dos benefícios ao homem e ao trabalho sobre o capital. Impelida pelo ideário humanista e solidário, é formada por cidadãos livres, organizados através de empreendimentos de caráter econômico e social, com autogestão democrática, onde as relações sociais são a expressão mais forte da cooperação e da solidariedade. A partir do exposto, o foco central de análise a seguir será a origem e as definições dessa forma de organização econômica e os múltiplos matizes que assumiu ao longo do tempo, até se consolidar no que se convencionou chamar de Economia Popular Solidária (AGUIAR, 2002, p.150)

Suas primeiras ideias surgiram na Europa com grande ênfase na França e na Inglaterra, principais centros da cultura econômica do século XVI, tendo como precursor Plockboy, que

[...] idealizava uma associação muito semelhante às cooperativas integrais, que mais tarde foram criadas, ou seja, preconizava a união de famílias ou pequenos grupos econômicos, constituídos por agricultores, artesões, marinheiros e professores de artes e ciência [...] (AGUIAR E REIS, 2002. p151)

Foi Robert Owen que buscou combater o lucro e a concorrência uma vez que ambos são os responsáveis pelos males e injustiças sociais existentes na humanidade. Owen também defendeu a criação de uma sociedade comunista, que se daria através da organização de colônias cooperativas e tinham como objetivo o fim da propriedade privada dos meios de produção. Para isso ele contribuiu para a criação e organização de diversas cooperativas em meados do século XIX.

Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. Por isso a argumentação que envolve a Economia

Solidaria está baseada na concepção de que o trabalho é uma das formas de acontecimento da relação social, isto é, as atividades executadas pelo homem para satisfazer as suas necessidades são consideradas como trabalho.

A Economia Solidária se propõe a prática da solidariedade no campo econômico. Como ela visa a uma sociedade de iguais, sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem. Esse pressuposto tem comprovação empírica. Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma encarrega-se de uma parte diferente do trabalho, via de regra, produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando o trabalho por inteiro.

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado.

Os que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. Que a desigualdade é ruim e injusta e que ela só pode ser abolida pela prática da solidariedade entre os seres humanos.

A economia popular foi idealizada para se um contraposto do capitalismo. Paul Singer nos mostra a Economia Solidária como antítese do capitalismo. (SINGER 2000). A Economia Solidária pode ser pensada como um modo de produção ideado para superar o capitalismo. Sendo assim, para entender a lógica da primeira é preciso examinar a do último. A pedra de toque do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, mas não de qualquer meio de produção. Trata-se especificamente dos meios “sociais” de produção, ou seja, dos que só podem ser operados coletivamente (SINGER, 2000. p 13).

Segundo Paulo Freire “ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos.” E isso pode ser aplicado à educação voltada para a Economia solidária, uma vez que nela docentes e discentes são igualmente inexperientes. Sabe-se que a economia existe como instrumento para ajudar a população a se prover de bens e serviços de que necessita, por isso, durante toda história da humanidade o ser humano procurou construir alternativas de organização econômica, portanto, a economia solidária busca na solidariedade e na democracia fixar seus objetivos buscando uma autogestão democrática, pautada na cooperação e na solidariedade.

A educação, em sua natureza política propicia ao aluno o desenvolvimento de habilidades capazes de fazê-lo recriar o mundo e a si próprio. Assim quando pensamos a educação como instrumento capaz de libertar o homem das relações de opressão, no seu fazer pedagógico ela tem o compromisso político com a formação de sujeitos críticos e reflexivos, através da apropriação do conhecimento, tornando-se capaz de serem sujeitos históricos imbuídos de um espírito comprometido com a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a, porém, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados.

Nesse contexto temos a educação voltada para o crescimento da economia solidária entre os alunos da educação de jovens e adultos. Essa educação é definida como uma construção social, envolvendo uma diversidade de sujeitos e ações que levem ao desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política.

## 2.2 A Economia Solidária no Brasil

As primeiras experiências de cooperativas no modelo dos pioneiros ingleses, surgem no Brasil no final do século XIX, porém só a partir dos anos 1930 do século XX foi que o cooperativismo teve um crescimento significativo, embora inicialmente com sentido agrícola, beneficiando principalmente as elites econômicas da época.

Essa realidade só veio mudar a partir dos anos 1990 quando a Economia Solidária surge como forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal que vinha aniquilando na década de 1980 milhões de postos de trabalho, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público. Segundo Rabelo 2013.

Altas taxas de desemprego, crescimento do mercado informal, precarização das relações de trabalho e redução de direitos e garantias trabalhistas, são fatores que constituíram, nas três últimas décadas, a realidade mundial do mercado de trabalho e que foram decisivos para o desenvolvimento do Sistema de Economia Solidária no Brasil. (RABELO, 2013 p. 05)

O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra, com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais, críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

No mesmo sentido de gerar emprego e renda vários pesquisadores, sindicalistas, religiosos, entre outros, foram construindo mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos de pobres e desempregados. Surgem assim os grupos, organizações e movimentos sociais como: Cáritas e ONGs que promovem projetos alternativos comunitários.

No processo de desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, as universidades tiveram e ainda têm um papel fundamental. Esse papel ocorre através do incentivo à pesquisa sobre o tema e da incubação de empreendimentos solidários.

A Economia Solidária, nesse momento de sua história no Brasil, está sendo ensinada por educadores ou incubadores a praticantes, na sua maioria jovem é inexperiente que estão enfrentando a difícil tarefa de manter e desenvolver seus empreendimentos tecnologicamente atrasados e insuficientemente capitalizados. Isso se aplica tanto a empresas em recuperação como as cooperativas em assentamentos de reforma agrária, cooperativas de recicladores de resíduos sólidos, cooperativas de agricultores familiares e muitos outros. A efetividade desse ensino decorre provavelmente da estreita conexão entre seus fundamentos teóricos e sua aplicação prática.

Nos últimos anos vem crescendo o apoio dos governos municipais e estaduais aos empreendimentos cooperativistas. O número de programas relacionados à economia solidária vem crescendo rapidamente a exemplo dos bancos do povo, empreendedor popular solidário, centros populares de comercialização. Já em âmbito nacional o Governo Federal criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que foi vinculada ao Ministério do Trabalho.

## 2.3 A autogestão na Economia Solidária

A Economia Solidária é formada por diversos empreendimentos com atuação em quase todas as áreas da economia. Suas iniciativas são variadas que vão desde as cooperativas aos bancos populares, as organizações não governamentais e clubes comunitários de troca.

As cooperativas de produção são empreendimentos de homens e mulheres desempregados ou pobres que se organizam para produzir, tendo em vista não só adquirir renda, mas reintegrar-se a divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas. Essas cooperativas

[...] constitui um campo de trabalho que exige diferentes saberes e competências, atraindo profissionais de diversas áreas de atuação. Um campo de trabalho que, mesmo marcado em suas condições de emergência por processos de precarização da vida, tem apresentado vitalidade política frente aos reiterados procedimentos de ajuste e de extermínio que caracterizam as formas controle do sistema do capital, no contemporâneo. (AGUIAR, 2002, p 02)

Segundo Paul Singer (2000) os princípios organizativos da cooperativa de produção são posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões entre todos; destinação do excedente anual acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros ao mercado.

Como as iniciativas que compõem a economia Solidária são diversificadas, faz-se necessário entender que a autogestão é a característica primordial dos empreendimentos econômicos solidários. Ela é o eixo de compreensão da Economia Solidária, uma vez que a autogestão é a forma pela qual se podem pôr em prática os princípios ideológicos que norteiam a Economia Solidária, ela é a forma pela qual a empresa solidária deve se organizar. Isso significa que na Economia Solidária não existem mais patrões e empregados, mas associados e cooperados, onde os meios de produção pertencem a todos que trabalham no empreendimento. Porém, para que a autogestão aconteça de fato, é preciso que a democracia, a igualdade e a liberdade sejam garantidas a todos os integrantes do empreendimento.

A autogestão na Economia Solidária não é apenas uma modalidade técnica de organização e administração. Ela é um conjunto de práticas e saberes orientados por princípios e valores que deve ser realizada no conjunto das relações sócias constituindo num processo de emancipação coletiva.

No processo de aprendizagem a Economia Solidária não deve ser um fim em si mesmo. Ela deve estar voltada à autogestão, centrada numa concepção que tenha como base a pesquisa e o diálogo como método de construção do conhecimento. A economia deve ser objeto de aprendizagem na escola, sendo concebida como arte de gerir as diversas formas de empreender. Portanto a educação para autogestão deve ser um aprendizado para a igualdade e inclusão de todos.

## 2.4 Resgate da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A inserção das práticas propostas por Freire vai além da leitura, transcrição e escrita e sim, no foco do contexto sócio-político-educativo a que pertencem os que buscam ensinamentos, aprendizagem de conteúdos sistematizados pela escola. Mudanças significativas foram perceptíveis na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. O período foi marcado pelos conflitos entre Estado e

Movimentos Sociais, originários pelo atraso no repasse dos recursos e na defesa da autonomia dos movimentos na condução dos processos pedagógicos (FARIAS 2006, p. 16).

Remetendo-se a avaliar as práticas educativas e as mudanças alcançadas neste paradigma podemos citar: O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL permite compreender a fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, onde o grande interesse do Estado seria que os alunos soubessem apenas assinar o nome já que para votar precisaria apenas assinar o próprio nome, o MOBRAL estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas (BRASIL, 2013).

O Ensino Supletivo foi implantado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71. Nesta Lei um capítulo foi dedicado especificamente para a EJA. Em 1974 o Ministério da Educação e Cultura - MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos - CES, tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento (BRASIL, 2013).

Em 1985, o MOBRAL findou-se dando lugar à Fundação EDUCAR que apoiava tecnicamente e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes, nos anos 1980 difundiram-se várias pesquisas sobre a língua escrita que de certa forma refletiam na EJA, com a promulgação da constituição de 1988 o Estado amplia o seu dever com a Educação de jovens e adultos (BRASIL, 2013).

Na década de 1990 emergiram iniciativas em favor da Educação de Jovens e Adultos, o governo incumbiu também os municípios a se engajarem nesta política, ocorreram parcerias entre ONG's (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS), municípios, universidades, grupos informais populares, Fóruns Estaduais, Nacionais. Através destes movimentos a partir de 1997 a história da EJA começa a ser registrada no intitulado (BRASIL, 2013).

A EJA sendo mais bem compreendida aparece: “num primeiro momento, a preocupação com a educação de adultos, esteve intimamente relacionada com os interesses das elites políticas, preocupadas com os votos e com suas respectivas eleições. Num segundo momento, percebe-se a preocupação de educar para mudar as estruturas sociais, porém ainda predominava a relação de educação para o voto. Já no terceiro momento, a preocupação da educação com adultos passou a objetivar, predominantemente, as mudanças das estruturas sociais, a geração de uma ideologia de libertação (inspirada pelo nacional-desenvolvimentismo). O quarto momento, marcado pela ditadura militar, revela uma relação entre educação de adultos e a geração de uma ideologia voltada para a segurança e para o desenvolvimento, com ênfase na educação para a profissionalização, onde o mercado de trabalho é o objetivo último a ser alcançado no processo educacional. O quinto momento, caracterizado pelo processo de redemocratização do país, coloca no âmbito teórico a educação de jovens e adultos como um direito à cidadania, porém, na prática, a ideia permanece a mesma, ensinar o básico, gastando o mínimo, na perspectiva de atender as demandas do mercado globalizado; neste período é verificada uma forte influência dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, que através de uma política neocolonialista impõe um modelo de educação voltado ao desenvolvimento da economia mundial” (COSTA, 2009).

Para Camargo (2004) o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases 9394\96 como direito de todos os brasileiros, inclusive aqueles que a ele não tiveram acesso na idade apropriada. A LDB 9394\96 reforça essa obrigatoriedade ao afirmar que é dever dos pais, matricularem seus filhos menores no ensino fundamental. Nas últimas décadas, experimentamos melhora significativa em alguns indicadores educacionais, sobretudo quando se avalia o atendimento escolar.

Freire aplicou seu método em Recife, capital do Pernambuco, pela primeira vez. Ele incumbiu 05 alunos, 03 aprenderam a ler e escrever em 30 horas e os outros 02 desistiram antes

de terminar o curso. No prazo de 45 dias alfabetizaram-se 300 trabalhadores, João Goulart, presidente na época, chamou Paulo Freire para organizar uma Campanha Nacional de Alfabetização. Essa campanha tinha como objetivo alfabetizar 2 milhões de pessoas, em 20.000 círculos de cultura popular, e já contava com a participação da comunidade. Mas com o Golpe de 1964 toda essa mobilização social foi reprimida, Paulo Freire foi considerado subversivo, foi preso e depois exilado no Chile. No lugar deste grande projeto surgiu o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) uma iniciativa para a alfabetização que visava apenas o ensinar a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do ser humano. Projeto totalmente contrário ao ideal freiriano.

A grande “virada” das práticas pedagógicas aparece com as teorias de Freire que passa a compreender o indivíduo em sua totalidade e na importância de englobar aspectos sociais na educação, ressaltando os enlaces com a política e também com a ética. O educador passaria a ter uma melhor reciprocidade com os alunos, podendo possibilitar a expressão destes, o que favoreceria o curso das aulas e os professores estariam em processo de educação continuada.

Em Freire, os psicopedagogos e psicanalistas são, primeiramente, cognitivistas (porque se preocupam com a inteligência teórica ou moral, ou com a consciência como mediação da patologia), consciencialistas (enquanto não desenvolvem uma teoria dialógica, linguística), individualistas (enquanto se trata de uma relação do pedagogo individual com os educandos individualmente, embora em grupo), mas, principalmente ingênuos, enquanto não procuram transformar a realidade contextual nem promover uma consciência ético-crítica no educando – que é a empreitada educativa de Freire (2000, p. 45).

O estímulo à participação efetiva dos alunos a posição destes no ambiente escolar seria de grande diferença assim sendo “proponho e defendo uma pedagogia crítico dialógica, uma pedagogia da pergunta” (FREIRE, 2000, p. 83).

Paulo Freire conseguiu atrair os educadores, para uma nova visão mais comprometida com a sociedade e com o educando. O trabalho deixou de ser solitário para ter um cunho coletivo, demonstrando a necessidade de um movimento constante de repensar a prática exercida.

O MEC através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em articulação com os sistemas de ensino, implementar políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Diz Costa (2009) que para suprir a carência de políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos, o governo federal buscou nas parcerias entre universidades, municípios, organizações não governamentais e movimentos sociais, uma saída estratégica e paliativa para o problema. No mundo da aparência isso aparece como um movimento político e de fortalecimento da EJA, mas na essência não passa de uma forma barateada e descompromissada do governo promover falaciosamente uma educação de qualidade.

Há uma estreita relação entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, pois o interesse econômico da qualificação profissional move as políticas educacionais em foco no desenvolvimento econômico, como observamos com os autores aqui abordados.

Nascimento (1996) apresenta o resgate dos movimentos de educação na segunda metade da década de 1970, onde os diversos movimentos sociais brasileiros traziam a marca da democracia de base, da autonomia e mesmo da pedagogia da autogestão. No final, surge o movimento das greves de massa com amplo apoio dos diversos movimentos populares. Em conjunto com Centros de Educação Popular, os trabalhadores e vários movimentos sociais fun-

dam empresas autogeridas. Havia a necessidade de experimentar novas alternativas políticas e culturais, mas, sobretudo, formas de continuar a luta das oposições sindicais.

Esse novo instrumento de desenvolvimento econômico e social espalhou-se rapidamente para todos os continentes, sendo adotado por países de diferentes formas de organização política. Afirma Nascimento (1996) que para combater a hegemonia do individualismo selvagem implica construir uma cultura solidária, abrir-se, portanto, a um conjunto de novos sujeitos até então estranhos à cultura sindical. Esta abertura traz o confronto com culturas que não faziam parte do sindicalismo, mas que trazem novos valores e horizontes. Esta nova solidariedade porta novos valores para o sindicalismo, uma nova ética para configurar a identidade do sindicalismo do século XXI.

A evolução dos ideais associativos foi se manifestando em diferentes formas práticas e teóricas, algumas permitindo auxílios exteriores, outras buscando a ajuda - mútua, cada experiência visando à superação das dificuldades, enfrentando os ditames do sistema individualista que se constituíam cada vez mais excludentes (AGUIAR, 2002).

A democratização do país nos anos de 1980 fortaleceu, no movimento social brasileiro, um processo de discussão dirigido à questão da democratização no mundo do trabalho, a partir do qual, segundo Leite, (2009)

[...] trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos solidários. (LEITE, 2009).

A cooperativa deve também desempenhar a sua função de liderança social junto aos cooperados e junto à comunidade, através de políticas socioculturais, econômicas e educativas, a fim de promover o bem-estar da comunidade onde está inserida. Os ganhos dessa experiência, sócio/político/pedagógica, de curta duração, e apesar de toda repressão exercida pela ditadura, influenciou o que veio depois como abordagens educativas dos setores populares, fossem elas da iniciativa do Estado, ganhando espaço dentro das Universidades e dos sistemas de ensino em geral, ou das organizações de origens diversas, inclusive às que se inspiraram no movimento de renovação das Igrejas, cuja presença é indubitavelmente reconhecida no momento anterior e, mais fortemente, na etapa posterior à instauração da ditadura militar (BEZERRA et al, 2009). Difundia-se, então, outra leitura das condições socioeconômicas do país, agora de cunho estrutural, que começou a dar um novo sentido às lutas. Em consequência de todo esse deslocamento político, começam a se estreitar as alianças entre os movimentos e organizações dos trabalhadores urbanos e rurais e as plataformas nacionalistas fortalecidas pela conjuntura.

Assim, de acordo com Melo Neto (2013) a sociedade é a expressão do produto da união entre a natureza e o ser humano, realizando um naturalismo no próprio homem e um humanismo na própria natureza, constituindo-se como atitude profundamente pedagógica, podendo ser traduzida na educação popular.

Para o autor são processos educativos inseridos no desenvolvimento de empreendimentos solidários populares que conduzem para a conquista de valores éticos e morais e que fundamentam um instrumento de combate à exclusão social, em busca de ocupação, efetivada pelo trabalho e promovendo renda, a economia solidária popular. Esses processos educativos contribuem para a proposta deste tipo de economia cujo projeto é a reformulação do modo de produção e, também, das práticas pedagógicas que estarão direcionadas para o desvelamento do mundo para a transformação da realidade.

Uma das tendências que pode ser destacada por Brandão (2006) mais acentuadas dos programas tradicionais de educação de adultos é a chamada geral à participação comunitária. Esta participação – palavra-chave – quase sempre implica a aparência de um poder decisório

de representantes populares em momentos secundários de um trabalho de mediação, cujas pautas e metas são antecedentemente traçadas e, não raro, estão fora do controle até mesmo dos técnicos intermediários do programa. Em contrapartida, ainda que isto nem sempre se realize plenamente, a principal tendência da prática da educação popular, hoje, está na passagem de um modelo emergente de educação com ponto de referência em si mesmo, para uma prática cujo ponto de referência é os grupos populares, os movimentos sociais da comunidade, os movimentos populares de classe na comunidade. Enquanto para as variantes da educação de adultos o sentido do trabalho pedagógico é reverter o trabalho político do movimento popular em trabalho social de unidade local, para as variantes da educação popular o sentido do trabalho pedagógico é converter o trabalho social da comunidade em movimento orgânico de dimensão política.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Contextos da pesquisa**

A pesquisa teve como objeto de estudos os alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Ensino Infantil e Ensino Fundamental Luiz Cartaxo Rolim, que tem como entidade mantenedora o município, e esta localizada na zona urbana, Rua Jose Pedro Quirino, 460, Bairro da Esperança em Cajazeiras - PB. A escola foi fundada em 1974, e tem o nome em homenagem ao doador do terreno onde a instituição esta localizada. A estrutura física da instituição consta de: 7 (sete) salas de aulas, 1 (uma) cozinha, 1 (um) depósito, 1 (uma) biblioteca, 1 (uma) secretaria, 1 (uma) sala de informática e uma sala de AEE (Atendimento de Educação Especializado). A referida escola funciona nos três turnos; matutino, da Educação Infantil ao 4º ano do ensino fundamental, vespertino do 5º ano 9º ano do ensino fundamental, e no horário noturno a EJA 1º segmento do 1º do 5º ano do ensino fundamental.

A escola comporta 293 alunos distribuídos nos três turnos, com um quadro de 30 (trinta funcionários), sendo 17 professores e os demais no apoio administrativo.

#### **3.2 Os instrumentos de coleta de dados**

A metodologia utilizada neste trabalho se constitui de questionário aplicados a alunos egressos da EJA do 2º Segmento (6º ao 9º ano) com visita ao local de trabalho dos alunos pesquisados.

O questionário que consiste em uma técnica de investigação em que o investigado responde por escrito a um formulário. O roteiro foi constituído de 05 questões que abordaram o tema relacionado. Após a coleta foi realizada a análise dos dados com a finalidade de ampliar e promover resultados significativos referentes aos objetivos para esclarecer às indagações da pesquisa.

#### **3.3 Os sujeitos da pesquisa**

As pesquisas foram realizadas no período de agosto de 2013, com alunos egressos da Escola Municipal Ensino Infantil e Ensino Fundamental Luiz Cartaxo Rolim com um total de dez (10) sujeitos.

Os entrevistados encontram-se nas faixas etária de 23 a 42 anos, com a EJA 2º segmento completo (6º ao 9º ano) e ocupação profissional varia entre balconista, vendedor e vigilante entre outros.

Pelo histórico dos alunos mesmos percebemos que são pessoas que não estudaram na idade certa devido a vários fatores, alguns me relataram que moravam na zona rural e as esco-

las eram sempre em lugares distantes; outros que os pais achavam que não era preciso estudar que o trabalho valia mais do que estudo e ainda a falta de motivação dos pais, quando crianças não tiveram o incentivo deles para suas permanências na escola.

### 3.4 Análise dos dados da pesquisa

Nesse tópico faremos a análise dos dados coletados na pesquisa. Para preservar a identidade dos sujeitos usaremos as letras A, B,C,D,E,F,G,H,I e J quando nos referirmos aos mesmos. Esclarecemos ainda que faremos a transcrição literal das respostas dos entrevistados, respeitando as falas e pontuações, em seguida se procederam às análises dos conteúdos.

A primeira pergunta do questionário tem como objetivo o conhecimento dos entrevistados sobre o conceito do tema abordado Economia Solidária. Todos os entrevistados demonstraram não saber a definição, para isso foi preciso fazer uma breve explanação do tema e a partir de então cada entrevistado o conceituou a sua maneira.

O entrevistado D aponta a Economia Solidaria como sendo uma economia sem fins lucrativos, não entendendo o significado da palavra economia no contexto e diz:

Economia Solidaria faz parte de grupos sociais que lutam ou desenvolvem ações dentro da comunidade sem fins lucrativos.

O entrevistado J define Economia Solidaria como um processo social e nos diz:

É uma forma de fazer trabalho sem fins lucrativos pessoais, mas coletivo.

Encontramos elementos da definição acima no texto de Aguiar (2002), quando destaca a importância das experiências coletivas e suas diferentes formas. Desse modo, a evolução dos ideais associativos foi se manifestando em diferentes formas práticas e teóricas, algumas permitindo auxílios exteriores, outras buscando a ajuda - mútua, cada experiência visando à superação das dificuldades, enfrentando os ditames do sistema individualista que se constituíram cada vez mais excludentes.

O entrevistado H foi sucinto em sua resposta quando atesta: É quando o seu lucro se divide em seu grupo.

Os entrevistados C e E acreditam que Economia Solidária é uma economia assistencialista onde entendem que é uma economia voltada para pessoas carentes, e entendem que:

A Economia Solidária é uma forma utilizada para a distribuição de renda para a população carente, ou seja, a produção, consumo e distribuição. (ENTREVISTADO C).  
Economia Solidaria é um tipo de economia voltada para a melhoria de um grupo (dos mais carentes) (ENTREVISTADO E).

Encontramos elementos nas definições acima no texto de Rabelo (2013), destacando a inclusão das pessoas que vivem a margem da sociedade posicionando a economia solidária como alternativa de produção e autoemancipação, e nos diz:

Pode-se afirmar que, além de um modo de produção alternativo ao capitalismo, consiste em um processo de auto-emancipação e de inclusão econômica e integração social de parte significativa da população que se encontra à margem da sociedade. (RABELO, 2013,p. 10)

O entrevistado F conceituou Economia Solidária em sua essência quando afirma:

Economia Solidária é um tipo de cooperativa onde as rendas são divididas em partes iguais para todos.

O entrevistado I disse não ter uma grande percepção do tema Economia Solidária, mas conceituou da seguinte maneira:

Esse termo é de pouco conhecimento, mas o pouco que entendo está relacionado à atividade desenvolvida por um grupo de pessoas ou sócios no intuito de obter capital com a venda de produtos.

A segunda questão investiga se é abordado nas salas de aulas sobre Economia Solidária. O entrevistado C afirma e exemplifica: Sim, como por exemplo, de uma economia solidária na cidade de Cajazeiras temos a Cooperativa dos recicladores de lixo sólido.

Os entrevistados F e H afirmam que sim, mas com outra nomenclatura, afirmando, que não sabia que um tema se entrelaçava com o outro e descreve:

Já tinha ouvido falar muito em cooperativa, mas não sabia que Economia Solidária era a mesma coisa de Cooperativa (ENTREVISTADO F).

Eu já ouvi falar com outro nome como, por exemplo, Cooperativa (ENTREVISTADO H).

Os entrevistados D e I afirmam que não tinham conhecimento do assunto só agora a partir desta entrevista, e afirmam:

Praticamente a primeira vez (ENTREVISTADO I).

Não, ouvi falar agora com o entrevistador (ENTREVISTADO D).

A concepção de cultura é referenciada pelo autor Melo Neto (2013), nos remete às repostas dos entrevistados quando nos mostra a falta de informação sobre o tema trabalhado,

A cultura, nesses processos ditos de incubação, isto é, de preparação educativa para modificar as relações humanas em grupos voltados à produção, resgata o movimento como categoria teórica norteadora para a sua própria compreensão (MELO NETO, 2013, p.3).

A terceira questão procura destacar a importância da EJA e como refletiu na vida na profissional dos entrevistados.

Os entrevistados B e I entendem a contribuição que a EJA proporcionou em suas vidas ao atestar:

Após o término de estudo na EJA, eu senti o desejo de continuar os estudos, hoje estou terminando o curso de Geografia na UFCG (ENTREVISTADO C).

Sim, pois nos encontramos, ou melhor, nos sentimos pessoas confiantes e alfabetizados para enfrentar o mercado de trabalho mais oportunidades em nossa vida se conseguimos entrar nesse mercado (ENTREVISTADO I).

O entrevistado E chama a atenção para as mudanças e oportunidades profissionais que ocorreram após sua escolarização ao afirmar:

Após ter a oportunidade de estudar na EJA, consegui avançar para o 2º segmento (7º, 8º e 9º). Como melhorei a situação escolar tenho mais confiança no meu trabalho.

O entrevistado G destaca a importância de uma conclusão de curso e diz: Deixei de ser não escolarizado. Claro que sim, pois passei a ter um certificado de conclusão de curso.

Os entrevistados J e D destacam como foco não somente o profissional, mas também o intelectual quando nos diz:

Aprendi a buscar leituras voltadas para o que gosto de fazer, costurar e fazer artesanato (ENTREVISTADO J).

Houve mudanças tanto na vida pessoal, como profissional. Na minha vida profissional sim, descobri a importância da leitura em nossa vida (ENTREVISTADO D).

A quarta questão procura chamar a atenção para as cooperativas e identificar alunos oriundos da EJA que façam parte de alguma o entrevistado I nos diz que:

Sim, conheço um pequeno numero de pessoas que fizeram EJA e que realizam esse tipo de atividade, ou seja, passaram a realizar atividade de grupo com o intuito de obtenção de capital.

Os demais entrevistados afirmam não conhecer alunos oriundos da EJA que participem de cooperativas.

A quinta questão investiga a iniciativa dos alunos em criar cooperativas e em que atividades seriam estas cooperativas. Dos entrevistados as cooperativa que foram mais citadas foram de criatórios de peixes e doces como indicam os entrevistados E, I, F e A:

Sim seria uma cooperativa de trufas, pois tenho esse sonho (ENTREVISTADO F).

Uma cooperativa de doces ou fiação para fazer redes e panos (lençóis) (ENTREVISTADO A).

Sim, organizar um grupo para fazer criatórios de peixes (ENTREVISTADO E).

Sim de peixes, de queijo (produção) (ENTREVISTADO I).

O entrevistado C entendeu o foco da Economia Solidária e foi categórico ao afirmar:

Sim. Uma cooperativa para fabricar objetos de materiais reciclados. Ex; cadeiras.

O conhecimento de mundo e os sonhos que os entrevistados demonstram ter quanto ao engajamento em uma cooperativa também são reconhecidos pelo autor:

As experiências que constituem a Economia Popular Solidária se materializam através de cooperativas ou associações de trabalho. Os integrantes desses empreendimentos coletivos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos processos de trabalho (GOERCK, 2005 p.12).

O entrevistado G mostra que não compartilha dos ideais da Economia Solidária e diz: Acredito que não.

O entrevistado J nos da uma direção da maioria das cooperativas das pequenas cidades quando diz categórico: Sim de artesanato.

Os entrevistados responderam à questão de uma forma breve, afirmando que teriam a iniciativa de criar uma cooperativa. As respostas estão em consonância com a Aguiar (2006) que nos afirma, é nesse caminho que propomos incitar a vitalidade política que também se espreita no cotidiano de trabalho de técnicos/assessores e produtores que, por caminhos diferentes, têm se lançado ao desafio de constituir miríades de associações.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo permitiu também entender a grande importância do educador da EJA e o papel fundamental na vida desses alunos, pois cabe ao professor enquanto educador construir um pensamento crítico no seu alunado, tornando-os autônomos, ou seja, capazes de

pensar por conta própria e compreender um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

Para que de fato a Economia Solidária seja contextualizada na sala de aula, o empreendedorismo deve ser colocado como um processo natural que contribui para a ascensão social do ser humano, conseguindo contribuir para a construção de aprendizagens diversas. Essas atividades devem estar relacionadas a conteúdos estabelecidos, a construção de conhecimentos, e centrados nas necessidades de cada aluno e em suas habilidades para gerar uma Economia Solidária e tornar-se um empreendedor.

As práticas educativas e os conceitos básicos referentes a empreendedorismo não foram encontrados nos alunos da EJA, seria preciso mudar os conceitos referentes a essa modalidade, foram constituídas e modificadas a partir da construção histórica e social da humanidade, cada época constitui concepções diferentes a cerca da EJA. Essas concepções foram geradas em meio às lutas sociais para apontar novos caminhos que levassem a regulamentação por parte de políticas públicas, as quais são postas em prática nos dias atuais sem considerar o contexto em que se origina.

Os alunos pesquisados têm em sua grande maioria os mesmos perfis, vêm de famílias humildes. Em conversa informal constatamos que são pessoas que não estudaram na idade certa devido a vários fatores, alguns me relataram que moravam na zona rural e as escolas eram sempre em lugares distantes, outros que os pais achavam que não era preciso estudar que o trabalho valia mais do que estudo e ainda a falta de motivação dos pais, quando crianças não tiveram o incentivo deles para suas permanências na escola. Só na idade adulta resolveram estudar, alguns já sabiam ler e escrever, outros não sabiam nada.

Os alunos demonstraram certa resistência de falar de seus motivos, em estudarem só depois de adultos. Mas todos eles dizem, que para os filhos eles priorizam a escolaridade, não querem que seus filhos percam as oportunidades que a vida oferece às pessoas mais escolarizadas.

Para que de fato ocorram mudanças na vida dos alfabetizados pela EJA com relação à Economia Solidária é necessário uma efetivação da mesma em nossas escolas e como não existe, o alunado fica sem saber quando indagado sobre o assunto, é bem verdade que ocorreram mudanças na vida dessas pessoas, mas não na perspectiva de uma Economia Solidária, alguns nos relataram mudanças no trabalho, no intelectual, na vida pessoal, seu crescimento enquanto pessoa mesmo, mas não na perspectiva pesquisada.

Como já foi relatado em parágrafos anteriores, precisamos de políticas públicas que dêem sustentação a Economia Solidária, para que num futuro não muito distante tenhamos grandes empreendedores oriundos da EJA. Se como no parágrafo anterior já foi relatado, na modalidade de EJA não há incentivo para Economia Solidária, conseqüentemente não há escolarização promotora de autogestão. A prática dessa atividade desafiadora seria de responsabilidade dos educandos, mas de fato mesmo, não acontece, deixando muito a desejar.

O intuito deste trabalho não foi de encontrar respostas prontas, mas de pesquisar, refletir e estimular para que as políticas públicas reflitam e estimulem essas práticas que contribuíram para a formação de cidadãos, prontos para um mercado de trabalho que está à espera de pessoas preparadas em nossas instituições de ensino, precisamos apenas da boa vontade de nossos governantes.

Através deste estudo constatou-se que os alunos entrevistados, oriundos da EJA, demonstram o não conhecimento do assunto por esta pesquisa abordado, e a falta deste, pode deixar de beneficiar muitas famílias que poderiam estar gerindo alguma cooperativa e gerar renda e economia para nosso município.

Ao encaminharem-se possíveis conclusões, fica a certeza de que, o desenvolvimento desta pesquisa instiga aos nossos educadores, governantes como próximo passo para temos de fato uma Economia Solidária.

## 5 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C.S. **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Sociedade em Debate, Pelotas, 8(3)149-150 185, Dezembro/2002.
- AGUIAR, K. **Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação sustentabilidade e estratégias de formação**, promovido pela UCS AL/CAPINA; Salvador/BA. 2006.
- ARELARO, L. G. e KRUPPA, S. P. Educação de jovens e adultos. *In: Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007. P. 85-105.
- BRASIL. MEC - Ministério da Educação. **Histórico da EJA**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: jun. de 2013.
- BEZERRA, A. **Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação**, promovido pela UCS al/CAPINA; Salvador/BA. 2006.
- BEZERRA, *et al.* **Economia dos setores populares: pensamentos, ferramentas e questões**. Porto Alegre, 2009.
- BRANDAO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CAMARGO, R. B. de *et al.* **A qualidade na educação escolar: dimensões e indicadores em construção**. Papel preliminar, parte integrante da pesquisa Levantamento do custo-aluno-ano em escolas da educação básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade. Dez. 2004.
- COSTA, A.C.M. **Educação de jovens e adultos**. Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Educação.
- COSTA, A.C.M. **Anais do 6º Congresso de Pesquisa ensino e extensão**. Ciência e desenvolvimento regional de 27 a 30 de outubro de 2009. Acesso em maio de 2013.
- DUSSEL, E. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2000.
- FARIAS, A. M. Alfabetização e educação popular no contexto das políticas públicas. *In: Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, 1.2006, Pinhão. Anais...* Curitiba: SEED/PR, 2006. p. 14-21.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1997.
- FREIRE, P. **Educação aomo prática da liberdade**. 23.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. 4.ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- GOERCK, C. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005.
- ILHA, P.C da S. **A cooperativa como um elemento da capital social da comunidade**. Rev. FAE, Curitiba, v.11, n.2, p.25-34, jul./dez. 2008.
- LAKATOS, E M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LEITE, M. P. **A economia solidária e o trabalho associativo**. RBCS Vol. 24 nº 69 fevereiro/2009.
- MATOS, K. S. L. de. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito rocha, UECE, 2001.

MELO NETO, J. F. **Educação popular em economia solidária** –UFPB – Disponível em: [www.ufpa.br](http://www.ufpa.br). Acesso em: jun. de 2013.

NASCIMENTO. C. **Autogestão e economia solidária**. Boitempo Editorial SãoPaulo, 1996.

PORTELLA. S. M. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Portella Kruppa, organização. Brasília: Inep, 2005.

RABELO, D. B. **Transformações no Mundo do Trabalho: O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br). Acesso em: mai. de 2013.

ZANLUCA, J.C. **Como funcionam as cooperativas**. Disponível em: [www.portaldecontabilidade.com.br](http://www.portaldecontabilidade.com.br). Acesso em: mai. de 2013.

# Concepções sobre a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional na cidade de Cajazeiras-PB: enfoques na Economia Solidária

*Vanessa Freitas de Lira  
Edinaura Almeida de Araújo*

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação prisional vem ocupando, seja no campo educacional, seja no conjunto dos debates pertinentes à criminalidade e aos possíveis instrumentos de minimização de sua ampliação destacamos a pertinência do trabalho, um alto patamar de discussões.

Sabemos que, a grande maioria dos sistemas penitenciários brasileiros não dispõe de ações e projetos que buscam a recuperação e a reinserção dos presos à sociedade. O que assistimos diariamente nos jornais e noticiários são imagens de sistemas prisionais abarrotados sem estrutura e condições necessárias para a recuperação dos mesmos. O poder público não investe em políticas públicas e ações sociais que possam proporcionar aos detentos cursos profissionalizantes e atividades ocupacionais, com o intuito de preencher o tempo dos presos em momentos de aprendizagem.

É nesse cenário de incertezas que a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Sistema Prisional foi criada e implantada nos presídios brasileiros como uma tentativa de promover oportunidades para que esses jovens desprovidos de liberdade possam, ampliar seu mundo de conhecimento, potencializar suas capacidades e níveis de aprendizagem através da educação.

Há uma busca por alternativas que diminuam os altos índices de reincidências dos apenados em regime fechado, reintegrando-os plenamente à sociedade, após o cumprimento da pena, esta, fez com que os legisladores vissem na educação e na profissionalização, alternativas para atingirem esse objetivo, diminuindo essa chaga social. Para obterem êxito foi instituído através da Lei de Execuções Penais de 1984, que os estabelecimentos prisionais mantenham em seu interior, escolas ou núcleos educacionais, para que os detentos tenham acesso à escolarização, ficando a cargo de cada Estado através das secretarias da Educação e Justiça organizar sua estrutura dentro do sistema penitenciário.

Não podemos, contudo, fanatizar a educação e deixá-la para que por si mesma cumpra o papel, que está designado aos servidores do sistema carcerário, ou seja, reinserir o preso na sociedade de modo que este não volte a reincidir na prática delituosa de outrora. A educação pode em muito contribuir neste processo, e é isso que pretendemos demonstrar nesta oportunidade. Nosso emérito mestre Paulo Freire afirmou que,

(...) atribuir à educação, quer nesta campanha, quer em outra qualquer, quer em nenhuma campanha, mas atribuir à educação o poder de transformação do mundo, cedo ou tarde, leva a todos e todas que engrossem estas fileiras a uma enorme (...) eu diria que, em primeiro lugar, não sou eu quem nega a educação, estou apenas constatando a prática educativa, historicamente, como ela se dá. Em segundo lugar, a negação à que a educação se expõem é a melhor forma que ela tem de se afirmar. O que é que eu quero dizer com essa contradição? (...) A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. Ela não o é, precisamente porque poderia ser. E é exatamente essa contradição que explicita, que ilumina, que desvela a eficácia limitada da educação. O que quero dizer é que a educação é limitada, a educação sofre limites. (FREIRE, 2005, p. 97-98)

Neste trabalho, especificamente, quer-se apresentar uma discussão sobre a forma como a Educação de Jovens e Adultos vem se efetivando na Cadeia Pública Feminina da cidade de Cajazeiras – PB, bem como analisar as competências dos docentes que trabalham nessa modalidade de ensino. Também se propõe nesta discussão enfatizar a existência ou não de políticas públicas, projetos e ações sociais que visam a qualificação profissional dos presidiários, no intuito de promover uma melhor qualidade de vida tanto no período em que estão cumprindo a pena como uma reinserção social, qualificando-os, para desenvolverem atividades que os possibilite condições de uma vida digna.

Pretende-se sugerir neste trabalho a implantação de projetos com Ênfase na Economia Solidária no interior da Cadeia Feminina de Cajazeiras- PB, através da criação do Ateliê de Artes, em que poderão ser oferecidos diversos cursos profissionalizantes e onde poderão ser confeccionados muitos produtos que poderão ser comercializados na perspectiva de uma contribuição de desencadear uma melhor qualidade de vida a partir da venda e lucro dos produtos sanando as necessidades básicas.

Ações sociais contribuem, para a minimização da problemática da criminalidade e buscam uma maior reinserção das presidiárias no meio social, uma vez que a maioria delas saem sem perspectiva de futuro, devido a falta de políticas públicas dentro dos presídios. E assim logo, retornam ao mundo da criminalidade conseqüentemente, retornando para os sistemas prisionais.

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Discutir sobre a educação brasileira, e especificamente a Educação de Jovens e Adultos, implica compreensão de um processo educativo que teve suas raízes assentadas desde a época da colonização, e que ao longo dos séculos passou por diversas mudanças e inovações teóricas metodológicas, na busca de uma proposta de ensino que atendesse as necessidades e anseios da população. A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio, são sujeitos que por décadas tiveram seus direitos negados, enquadrando-se não como educação compensatória, mas como modalidade de ensino, capaz de proporcionar inclusão, socialização e desenvolvimento social, cultural e educativo.

É importante destacar a concepção ampliada de Educação de Jovens e Adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem. De acordo com a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente, pois como destaca Vieira:

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfa-

betização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhorias qualitativa de Ensino.

A constituição de 1934 não teve êxito, pois, Getúlio Vargas então presidente da república tornou-se um ditador através do golpe militar e criou um novo regime o qual chamou de: “Estado Novo”, sendo assim criava – se uma nova constituição escrita por Francisco Campos.

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. A educação pública foi criada com o objetivo de favorecer o Estado, uma população sem educação (educação para poucos) torna-se uma sociedade mais suscetível a aceitar tudo que lhe é imposto; logo, se entende que esta constituição não tinha interesse que o conhecimento crítico se propagasse, mas buscava favorecer o ensino profissionalizante, naquele momento era melhor capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias.

Um dos precursores em favor da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire, que sempre lutou pelo fim da educação elitista, Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade e da vivência dos educandos.

O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática. No processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo-se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Na época do regime militar, surge um movimento de alfabetização de jovens e adultos, na tentativa de erradicar o analfabetismo, o chamado MOBREAL. Esse método tinha como foco o ato de ler e escrever, essa metodologia assemelha-se a de Paulo Freire, com codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas, porém, não utilizava o diálogo como a proposta de Freire e não se preocupava com a formação crítica dos educandos.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (VIEIRA, 2004, p. 40).

Com a preocupação em educar os trabalhadores, durante muitos anos as escolas noturnas eram a única forma de alfabetizar após um dia árduo de serviço, e muitas dessas escolas na verdade eram grupos informais, onde poucos que já dominavam o ato de ler e escrever os transferia a outros. No começo do século XX com o desenvolvimento industrial é possível perceber uma lenta valorização da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O processo de industrialização gerou a necessidade de se ter mão de obra especializada, nesta época criou – se escolas para capacitar os jovens e adultos, devida a grande quantidade tomada as indústrias nos centros urbanos, a população da zona rural migrou para o centro urbano na expectativa de melhor qualidade de vida, ao chegarem nos centros urbanos surgia à necessidade de alfabetizar os trabalhadores e isso contribuiu para a criação destas escolas para adultos e adolescentes.

Apesar de, no fundo, ter o objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEEA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil (VIEIRA, 2004, p. 19-20).

A necessidade de aumentar a base eleitoral favoreceu o aumento das escolas de EJA, pois, o voto era apenas para homens alfabetizados. Na década de 40 o governo lançou a primeira campanha de Educação de adultos, tal evento propunha alfabetizar os analfabetos em três meses; dentre educadores, políticos e a sociedade em geral. Houve muitas críticas e também elogios a esta campanha. O que é nítido é que com esta campanha a EJA passou a ter uma estrutura mínima de atendimento.

## **2.1 Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional**

A questão da violência no panorama nacional atinge índices consideráveis. Diante disso aumenta a insegurança por parte da população, desse modo a prisão se configura como um ato de punição para aqueles que cometeram atos delituosos definidos por lei. A solução para amenizar a violência é encontrar maneiras de construir uma sociedade mais justa e, que ofereça condições de trabalho para o pleno exercício da cidadania.

No Brasil, existe uma estimativa preocupante referente à reincidência de presos, quando postos em liberdade cerca de 80% retornam ao mundo do crime, e retornam pelo fato de ao se encontrarem em liberdade, porém, sem recursos e/ou oportunidade de sobrevivência no meio social, cometem novos crimes. Nesse sentido, o Governo Federal em parceria com o Governo Estadual da Paraíba promove a inserção da Educação de Jovens e Adultos – EJA no ambiente prisional, com o intuito de criar oportunidades para que os presidiários possam estudar ou até mesmo concluir seus estudos e assim possam ser reinseridos no meio social, construindo novas oportunidades.

Nesse cenário educativo, o professor da EJA no sistema prisional pode contribuir para que o aluno sintam-se motivado a estudar e possa ampliar seus conhecimentos, suas habilidades e desenvolver seus potenciais. O docente precisa utilizar práticas didático-metodológicas que visem prender a atenção dos alunos e possam auxiliar nessa transformação dos mesmos. Além disso, é preciso salientar que o homem está inserido em um contexto social e, portanto, se o meio também é essencial para que o preso, no retorno ao convívio com a sociedade, passe a ter oportunidade de resgatar a sua dignidade.

A perda de identidade, e o processo de exclusão fazem com que muitas vezes o infrator não tenha consciência, de que é através da educação que o ser humano pode conquistar o seu espaço na sociedade. A prisão é um ambiente hostil, por isso as aulas do professor nessa modalidade, podem ser dificultadas pelo fato de alguns não apresentarem o interesse esperado. Como podemos observar em depoimentos, em que os presos afirmam que não adianta estudar, pois acreditam que não terão mais chances de conseguir um trabalho.

Somente os indivíduos que conseguem refletir sobre sua própria limitação são competentes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca na vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício transformador da realidade condicionante. É essa reflexão que liberta, que a educação exige de seu educador, em ambiente tão hostil, além do domínio das técnicas pedagógicas o profissional da educação precisa de coragem diante da possível violência ali presente. (FREIRE e GUIMARÃES, 1981, p. 56).

Como destaca os autores, os ambientes hostis exigem um educador comprometido e corajoso, pois, o aluno recluso possui peculiaridades que não estão presentes no aluno de outro local, existem inúmeras dificuldades: a primeira é o caso relevante do mesmo perder o contato

com o mundo fora do presídio, e o outro é o fato de o mesmo ter que se adaptar ao mundo da prisão. O princípio fundamental que deve ser cumprido pelo professor é que, a educação para o preso não é um privilégio, mas trata-se de um direito garantido pela Constituição Brasileira que em seu texto afirma no Art.205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.1).

Sabe-se que os desafios encontrados pelos professores da EJA são muitos e no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional a análise é mais complexa, pelo fato de se tratar de pessoas que estão em um ambiente prisional, para cumprir dívidas perante a justiça e serem reinseridos no convívio social. Para se compreender como ocorre a educação no sistema prisional é fundamental destacar questionamentos pertinentes e referentes ao contexto social vigente.

O Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP) institui a educação no âmbito do sistema prisional, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. O PEESP visa à promoção da reintegração social da pessoa que se encontra privada de liberdade, como também a integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução da pena. (DECRETO Nº 7.626, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011).

Os alunos do Presídio Padrão Regional de Cajazeiras - PB estão sujeitos a uma disciplina rigorosa, diferentemente dos alunos em ambientes escolares tradicionais, já que se encontram condicionados, e limitados à atividades específicas, acarretando dificuldades não comuns comparando com as demais instituições de ensino. A Educação de Jovens e Adultos - EJA nos presídios deve ser encarada como um desafio, em que o docente poderá trabalhar dentro de si as ideias de preconceito que são configuradas pelo imaginário social. Nesse contexto poderá despertar a oportunidade de desconstruir a imagem que se tem da figura do aluno em situações de reclusão.

## **2.2 Competências do professor da EJA no Sistema Prisional**

Uma tarefa fundamental do professor da EJA, é conhecer quais saberes e habilidades os alunos desenvolvem em função de seu trabalho, construindo a cidadania destes. Nesse contexto, é notório abordar que diante da conjuntura social vigente e do capitalista, enquanto professores, necessitamos desenvolver uma educação popular que atinja o aluno, para isso, a escola deve ser um espaço de sociabilidade, de transformação social e de construção de conhecimentos. Os conhecimentos devem ser fundamentados em uma dinâmica, pois temos conhecimento que muitas vezes este aluno vem cansado do trabalho, ou muitas vezes está desempregado, por não atender as exigências feitas pelo sistema capitalista, e por isso buscam o que acham necessário ao acréscimo do seu aprendizado. A sala de aula não é necessariamente na Escola, o momento de aprendizagem se dá independentemente na escola.

Nos últimos anos, a Educação de Jovens e Adultos tem sido alvo de debates, e neste, estão incluídas as preocupações em analisar as políticas econômicas para as classes que visam a implementação de uma economia solidária. Isto é, uma economia solidária que não pode ser vista unicamente como um movimento econômico, e sim como um movimento social que busque a melhoria de qualidade de vida da população. Em geral a questão a ser analisada é como o professor da EJA pode cumprir com essas exigências, auxiliando o desenvolvimento das habilidades adquiridas pelos alunos trabalhadores, que buscam na EJA um refúgio para alcançar as suas metas e atender os seus anseios sociais. Uma alternativa seria o trabalho coletivo, coo-

perado e solidário para que o aluno seja capaz de trabalhar com empreendimentos solidários na comunidade na qual está inserido.

Progredir não significa apenas adquirir novos conhecimentos. É abrir a própria consciência para as inovações que surgem diariamente e repensar a própria metodologia de ensino.

Conhecer a prática docente do professor que atua no campo específico da educação de jovens e adultos torna-se necessário também à compreensão específica deste tipo de ensino quanto à possibilidade de intervenções que objetivem uma educação de qualidade (acesso, permanência e aquisição de conhecimentos básicos à vida e ao trabalho (GUIDELLI, 1996, p. 13).

O professor que realmente quer estar atualizado deve discutir a didática que está sendo utilizada na Educação de Jovens e Adultos, na tentativa de melhor adequá-la às necessidades dos educandos, mudando-a sempre que necessário.

Nesse sentido, a formação do professor, atualmente tem sido uma temática bastante questionada. No tocante a Educação de Jovens e Adultos é preciso analisar de que maneira essa formação vem ocorrendo, assim como avaliar se os objetivos dessas capacitações vêm sendo alcançados pelas instituições formadoras. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que está inserida na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, e busca atender as pessoas que não tiveram acesso à educação básica na idade apropriada. Nesse contexto, o papel do professor enquanto agente transformador, é indispensável para a inserção dos alunos na escola.

A educação nunca será um processo neutro, diante dessa afirmação podemos analisar que o docente da EJA, especificamente em presídios, precisa abordar em sua metodologia de ensino um formato que envolva o aluno no processo de aprendizagem.

A conscientização da importância da EJA, enquanto formadora de cidadãos nos presídios, é uma tarefa importante tanto quanto à seleção dos conteúdos que são relevantes para mediar à aprendizagem, além de fazer com que os educandos acreditem no seu potencial para a construção de sua autonomia intelectual, independentemente de sua condição atual.

Como afirma Freire, (1987), não existe outra opção a não ser a prática pedagógica humanizada, em vez de suprimir os oprimidos deve se estabelecer uma relação dialógica permanente.

O professor, para tanto, precisa reconhecer a realidade da escola onde vai lecionar, assim como também tentar compreender as características dos alunos que a compõe. As limitações do ambiente prisional podem fazer com que, o docente não tenha unicamente a preocupação em trabalhar as dificuldades dos alunos, mas sim em sua própria segurança pessoal e o medo de sofrer pressão psicológica, conseqüentemente, trazendo reflexos na sua atuação. O docente, portanto, precisa demonstrar que não tem desprezo pelos alunos, essa ação reflete diretamente na relação professor-aluno, pois os alunos passarão a confiar mais nos professores e isso refletirá positivamente no processo de aprendizagem.

(...) compete ao professor, além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com autoconsciência crítica sua conduta e seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade. (PINTO, 2000, p. 113).

Portanto, o perfil do professor da Educação de Jovens e Adultos se enquadra em um agente solidário que está disposto a capacitar-se, assim como também a trabalhar com a coletividade e a realidade local, no qual os alunos jovens e adultos estão inseridos, sem desistirem diante as dificuldades e dos desafios que enfrentarão na jornada diária da sala de aula.

Segundo Freire (2002), a relação professor-aluno deve ser:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizados assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (FREIRE, 2002, p. 58).

Ser educador de modo geral, atualmente é ser mais do que um profissional precisa-se domínio de saberes práticos, assim como aprender a lidar com os alunos. Pesquisas comprovam que quando há em sala de aula uma relação afetiva, o aluno aprende com mais facilidade. A cooperação e a solidariedade são fatores que influenciam na aprendizagem do aluno. O professor não deve considerar que pelo fato do aluno da EJA ter passado algum tempo fora da escola ou não a ter na idade regular, ele não sabe nada. E sim, contextualizar e ensinar a partir dos conhecimentos por ele já adquiridos. Além disso, deve-se trabalhar a autoestima e conquistar o aluno valorizando o seu saber favorecendo a adultos e jovens, a construção de uma identidade com base na solidariedade e na cooperação.

### **2.3 A Economia Solidária no Sistema Prisional da cidade de Cajazeiras: limites e possibilidades**

Pode-se definir a Economia Solidária como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para sobreviver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no próprio bem e no dos outros.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Segundo Valmor Schiochet,

“Nesse contexto, a Economia Solidária surge, no âmbito da sociedade civil, como uma nova maneira de enfrentar a crise por meio da articulação entre os princípios políticos (voltados para a cidadania) e os princípios organizativos econômicos (votados para os processos produtivos e distributivos de bens e serviços).” (SCHIOCHET, 2012, p. 17-18).

Nessa perspectiva, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

De acordo com Valmor Schiochet (2011), a Economia Solidária aponta no Brasil na década de 1980 como uma forma de sanar ou até mesmo minimizar os efeitos da pobreza e da miséria que assolava os trabalhadores (as) e as comunidades pobres.

No Brasil, a Economia Solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos (as) trabalhadores (as) e as comunidades pobres mobilizadas socialmente frente a crise social provocada pela estagnação econômica a qual foram submetidas as sociedades periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. No entanto, a Economia Solidária ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível as potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos (as) trabalhadores (as) e comunidades empobrecidas a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório. (SCHIOCHET, 2011, p. 443-444).

### **3 METODOLOGIA**

Como fonte de pesquisa e análise foi feita uma coleta de dados junto a Diretora da Cadeia Feminina, as presas e professores. Foram elaborados questionários, com perguntas subjetivas e objetivas que abordam dados quantitativos e qualitativos acerca da educação no sistema prisional, sobre a economia solidária no interior da Cadeia Feminina como também as ações sociais ou projetos que são desenvolvidos na cadeia Pública Feminina / Albergue de Cajazeiras – PB. Tais perguntas foram feitas por meio de questionários que foram previamente agendados com professores, presidiárias e com a diretora da Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras – PB, para isso teve-se autorização judicial com intuito de obter informações que norteiam a pesquisa de campo e bibliográfica.

#### **3.1 Questionário com professores da EJA no Sistema Prisional: cadeia feminina/ albergue de Cajazeiras-PB**

O questionário foi aplicado com apenas uma docente do quadro de funcionários da Educação de Jovens e Adultos – EJA, do Presídio Padrão Regional de Cajazeiras uma vez que por implicações de cunho pessoal, outros docentes não quiseram ser ouvidos, entretanto, isto não foi empecilho para efetivação do trabalho, e foram obtidas informações referentes ao trabalho da mesma naquela unidade prisional.

A docente estudada leciona a disciplina Química e respondeu ao questionário proposto, argumentando inicialmente que, ao saber que fora designada para dar aulas naquele ambiente ficou um pouco temerosa pelo fato de adentrar em um presídio, e conviver com pessoas que de alguma forma estavam ali por causarem algum tipo de crime ou mal à sociedade. Segundo a professora entrevistada: “Com o passar do tempo fui me adaptando e percebendo que todas as pessoas têm alguma coisa para oferecer e hoje percebo que estou aprendendo muito mais que ensinando.”.

A mesma falou que o ambiente interno do presídio é muito complicado e a convivência é bastante difícil, existem regras que precisam ser cumpridas, há “punições” impostas entre eles. Por muitas vezes fiquei constrangida, respondeu a professora questionada, por presenciar alguns tipos de comportamento entre eles, mas na sala de aula são bastante respeitosos e cumprem as obrigações comuns como alunos do ensino regular.

Ao questionar se a formação acadêmica da professora possibilitou um preparo metodológico e didático para atuar na EJA, a docente respondeu que aprender a ensinar acontece não somente no meio acadêmico, e sim com as experiências e a reflexão de sua prática pedagógica, e preparo metodológico, que estão relacionados com a vivência em sala de aula e não somente com a formação acadêmica, que não diferencia os diversos tipos de alunos, principalmente em um ambiente heterogêneo e complexo. “O ato de ensinar é importante, pois, ainda acredito na educação e acho que de alguma forma posso contribuir para a sua concretização enquanto educadora”, complementou a professora. A educação é base para o desenvolvimento social e cultural para formar cidadãos capazes de lutar pelos seus direitos. Além disso, acrescentou a

entrevistada, ter ensinado em outros níveis de ensino, no entanto foi, a EJA lhe despertou um interesse maior.

No tocante aos Cursos de Formação Continuada para a EJA, foi informado que as capacitações contribuem de forma geral, não há especificidades nas áreas de atuações, portanto, é necessário que sejam aplicadas por disciplina ou modalidade de ensino para que, possam dar uma contribuição mais significativa para a formação profissional.

Dando continuidade, foi questionada como ocorria à relação entre o professor e os alunos do presídio. Os alunos do presídio são comuns, segundo o depoimento da professora, apresentam interesse em participar das aulas, até porque vivem ociosos e são beneficiados pela redução da pena. “Nosso relacionamento é de recíproco respeito, e nunca encontrei nenhuma dificuldade em aplicar minhas atividades”.

Uma questão relevante que foi abordada refere-se à contribuição do ensino para a conscientização ambiental, nos dias atuais. A professora relatou que a educação de modo geral, e não especificamente a disciplina Química, contribui para a formação cidadã do indivíduo e da forma como as questões sociais são abordadas com os alunos, “Tenho certeza da contribuição dos problemas ambientais e sociais vivenciados por eles e dessa forma refletir sobre a vida de cada um”.

A docente ainda destacou que os alunos que frequentaram as aulas regulares já estão bem desenvolvidos no processo de aprendizagem e estão o tempo todo incentivados a continuar os estudos. “Acredito que alguma coisa boa seja transmitida com o respeito, tolerância, companheirismo, consciência crítica e auto-avaliação. Existe em cada pessoa a possibilidade de novas experiências, e obstáculos que encontramos no nosso caminho, desse modo, cabe a cada um encarar e enfrentar os desafios”. Ela ainda reforçou que acredita e visualiza aquelas pessoas de um modo diferente, sem destacar os delitos que cometeram, mas de forma humana e acolhedora com interesse na história de vida de cada ser, sem fazer julgamentos nem críticas, pois o papel do professor é instruir e orientar para que se possa viver em um mundo melhor e mais justo.

### **3.2 Questionário com presidiárias da cadeia feminina/albergue de Cajazeiras-PB**

Para obter mais informações acerca do processo educativo em EJA no sistema prisional foi desenvolvido e aplicado um questionário com 03 alunos, houve dificuldade em abordá-los com tal questionário, estas foram justificadas por sentimentos, tal como o constrangimento, por este motivo o número reduzido na análise dos dados. As presidiárias serão identificadas como detenta A, detenta B e detenta C. As falas serão transcritas sem as devidas correções, para mostrar a essência das mesmas. Inicialmente o instrumento de coleta de dados apresentou o seguinte questionamento: Está matriculado (a) na Educação de Jovens e Adultos? Partes das alunas estão como ouvintes, pois não tem os documentos necessários para serem matriculadas, como também tem algumas que fizeram a sua matrícula no mês de maio esperando o início das aulas da alfabetização, entretanto, estão não são ministradas. A detenta A relatou: “Por que as minhas aulas são de quem não sabe lê, estou esperando até agora, me sinto motivada tenho muita vontade que as aulas comecem, tenho vontade de concluir meus estudos, não tenho nem documentos, e só acontecem as aulas do ensino fundamental II e do ensino médio”.

A segunda questão buscou saber se as detentas são motivadas a participarem das aulas ou participam pelo fato da remissão de pena, sabendo que a cada 12 horas de aula assistida o preso tem um dia de remissão, a resposta de todas as detentas foi que efetivamente sentiam prazer em assistirem as aulas, até porque levando em consideração todo o tempo de ociosidade que vivem gostam muito de tudo o que desenvolvem. Como relata a detenta B: “Eu me interessei mesmo pelo fato de terminar o ensino médio e ficar atualizada dentro dos Estudos, e estou aprendendo mesmo estou muito satisfeita”.

Percebe-se o empenho e o interesse de cada uma, são pessoas que permitem conceber que não tem nem noção do crime que cometeram, pois, percebe-se quão grande é a falta de formação ética, moral em suas vidas, ao dialogar com elas percebo a sede que tem em serem oportunizadas e recomeçarem, enfim, poder ser cidadãs.

A fala da detenta C faz refletir sobre o descaso das políticas públicas e da falta de humanidade, suas falas despertam preocupação, ela relatou que tem 6 filhos e que quando sua mãe viesse visitá-la iria pedir para providenciar seus documentos.

Podemos perceber que a detenta B tem uma habilidade fantástica em pintura sendo esta nata, pois, nunca fez nenhum curso, podendo ter a oportunidade de produzir telas e pinturas diversas.

Dando continuidade aos questionamentos foi indagado: Que contribuições a conclusão dos estudos dará para a sua vida intelectual e social? A detenta A respondeu: “Vai me ajudar em tudo, vou ter mais oportunidades e as pessoas vão me ver de outro jeito, porque aqui a gente não tem valor.” A resposta da detenta B destaca: “Eu vou ter oportunidade de trabalhar, ser uma pessoa boa e educada para as toda coisa boa que é o melhor que vai acontecer na minha vida”. Já a detenta C disse: “Eu acho que seria uma grande oportunidade para eu terminar e continuar para ter um bom êxito na vida”.

Um outro questionamento foi com relação a participação de projetos, como aulas de artesanato, de reciclagem, confecção de materiais ou outras ações sociais dentro do presídio. A detenta A relatou: “Tenho vontade de participar desses, pois tenho habilidade com estética e sei escovar cabelo, bordar, fazer pinturas e manicure. A detenta B relata: “Eu participei do curso de profissionais de beleza pelo SENAC e a coisa que eu mais gosto é de trabalhar e assistir todo curso, porque e bom pra mim”. A mesma afirma ter feito todo o curso mas não teve o direito de receber o certificado, pois não tinha documentos pessoais. A detenta C respondeu: “Tenho interesse em participar de projetos e cursos de informática, Artes e palestras porque gostaria de aprender a fazer algo que ainda não sei”.

Mais uma indagação foi feita as detentas: Se os produtos confeccionados são comercializados e destinados a um mercado consumidor. A resposta das detentas A, B e C foi unânime, pois os produtos que lá porventura sejam produzidos tem apenas a finalidade de ocupar o tempo das detentas e sanar a ociosidade das mesmas.

Dando continuidade com os questionamentos foi indagado: Quais as sugestões para a implantação de outros projetos dentro do presídio? As respostas das detentas A, B e C foram as mais variadas, a exemplo: curso de cabeleireira, pintura, bordado, artesanato, corte e costura, manicure, biscuit e outros.

Podemos perceber a imensa vontade das mesmas em participar de cursos de capacitação, para que possam ter a oportunidade de uma reinserção social. Chamando a atenção o relato a detenta B: “Qualquer projeto quero fazer, porque essa coisa seria muito bom, pois melhora, os nosso sonho será realizado e tenho muita habilidade de fazer. Tudo que eu sei fazer é cortar cabelo, escovar. fazer unha, sobrancelha, pranchar, tudo eu sei fazer. porque eu tenho arte. O meu sonho era fazer tudo que eu escrevi. eu aprendi muita coisa, e mudou minha vida que assim eu sou muito inteligente por que foi Deus que me ajudou eu ser essa pessoa. tão batalhadora e humilde...”

São depoimentos como esses, que fazem sentirmos motivados a contribuir na transformação social, almejando um mundo melhor com equidade de direitos e oportunidades para todos, percebendo que essa situação é resultado das políticas publicas mal elaboradas, beneficiando apenas a alguns e a grande maioria ficando a margem. E infelizmente, quando não se tem a oportunidade de participar do processo educativo os resultados são insuficientes como pudemos perceber ao longo desta pesquisa de campo.

### 3.3 Questionário com a diretora da cadeia pública feminina/albergue de Cajazeiras-PB

A entrevista com a Diretora da Cadeia feminina de Cajazeiras nos permitirá uma análise qualitativa e quantitativa no que se refere às presidiárias.

Inicialmente buscamos dados sobre a quantidade de detentas bem como os valores numéricos das detentas que estão em regime aberto e em regime semiaberto. A Diretora respondeu que são 35 mulheres no regime fechado, 09 mulheres no regime semiaberto e 01 mulher no regime aberto. Esta informação nos subsidiará no entendimento das questões de promoção das detentas.

Um questionamento foi feito no sentido de obter informações sobre a existência de Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino no sistema prisional, e quais são as turmas. A Diretora respondeu que sim, e que tem turmas de Ensino Fundamental I – Programa Brasil Alfabetizado, de Ensino Fundamental II e de Ensino Médio, sendo que a turma de Ensino Fundamental I deve ter início no mês de setembro. Também foi perguntado sobre o quantitativo de alunas matriculadas em cada modalidade de Ensino. A diretora respondeu que tem uma turma com 12 alunas matriculadas no Fundamental II e 5 alunas frequentando as aulas do Ensino Médio, totalizando 17 alunas matriculadas na Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional.

Dando sequência ao questionário, foi perguntado a diretora se tem presidiárias analfabetas, e a mesma respondeu que existem algumas que ainda são analfabetas, mas que as mesmas estão aguardando iniciar as aulas do programa Brasil Alfabetizado e assim concluir o Ensino Fundamental I.

Também foi questionado quanto ao número de evasão, e a diretora colocou que o número de evasão é elevado, os possíveis motivos são que a maioria são presas provisórias e há uma frequente rotatividade, como também falta interesse por parte das apenadas em participar dessa modalidade de ensino. Foi indagado se as alunas já fizeram provas do ENEM e a diretora respondeu que não, perguntei ainda quantas presas se inscreveram para o ENEM 2013, esta afirmou que nenhuma.

Foi perguntado também durante a aplicação do questionário há quanto tempo foi implantado no presídio a EJA no sistema prisional, ela respondeu o projeto é existente há mais de 20 anos, porém na cidade de Cajazeiras só foi implantado a partir do ano de 2012. A Diretora respondeu ainda que as alunas que frequentam as aulas tem direito a redução de pena de 12h.

Dando sequência ao questionário foi feita a seguinte indagação: Quais os critérios estabelecidos para inserção das presidiárias na educação prisional? A diretora respondeu que todas as apenadas são convidadas para participarem, há vagas.

As presidiárias que estão inseridas na EJA no Sistema Prisional apresentam algumas mudanças de comportamento? A diretora relata que em algumas ocorrem mudanças visíveis na educação um melhor comportamento.

Foi perguntado ainda se a EJA no Sistema Prisional prepara as presas para o mercado de trabalho, ela respondeu que sim, pois as mesmas conseguem concluir o ensino médio, o que possibilita a inserção no meio trabalhista. Questionou-se também se dentro do presídio feminino existe algum projeto de artesanato, de reciclagem ou outra ação social em que as presidiárias são envolvidas.

A resposta da diretora foi que são desenvolvidos projetos pela secretaria de administração penitenciária, através do setor de ressocialização, como por exemplo, curso de manicure.

E para finalizar questionou se existem outros projetos sociais desenvolvidos no interior da Cadeia Feminina e se são produzidos e comercializados outros materiais, ela respondeu que infelizmente não existem ações solidárias que contemplem projetos, associações ou cooperativas nas quais as presas possam se envolver e assim produzir materiais de artesanato para a venda e conseqüentemente para obtenção de uma qualificação profissional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho monográfico possibilitou fazer uma abordagem qualitativa acerca da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, o que contribui para a pesquisa dessa modalidade no campo educacional, ao permitir dialogar e investigar, através da observação, com a finalidade de uma construção teórica no que se diz respeito ao comportamento humano dos alunos que estão cumprindo penas, e dos docentes que lecionam naquele ambiente, assim como a relação dialógica existente entre professores/aluno/preso, buscando compreender seus anseios e limitações humanas, interpretações e ações significativas.

Analisar o cotidiano no ambiente da prisão, permitiu elencar elementos para reflexão acerca da realidade local, em que o professor irá adquirir a experiência de lecionar em uma sala de aula diferente, ao assumir o papel de educador para “reeducando” do sistema prisional. Nesse sentido ações simples, vivenciadas no espaço escolar refletem de forma diferente no início para o professor que vai lecionar na sala de aula do presídio, como a entrada no local, o impacto dos portões de ferro, o não conhecimento do espaço, a vivência dos alunos, a divisão das celas, a primeira impressão das imagens construídas desses sujeitos ali inseridos, além das dúvidas e anseios da nova realidade.

Essa conjuntura possibilitou a reflexão sobre algumas considerações quanto ao comportamento do professor, assim como a adaptação àquele ambiente. Partindo desse novo desafio o docente que vivencia esta modalidade de ensino/aprendizagem, junto ao sistema prisional, tem a chance de pensar e analisar sobre as suas práticas pedagógicas, além dos limites e possibilidades, mas não somente sobre sua profissão enquanto docente e sim a sua visão humanista, que muito contribui para o processo de reinserção dos presos à sociedade através desse formato de ensino/educação.

Os depoimentos coletados pelas presas faz-nos sentirnos motivados a contribuirmos na transformação social, almejando um mundo melhor com equidade de direitos e oportunidades para todos, percebendo que essa situação é resultado das políticas públicas mal elaboradas, beneficiando apenas a alguns e a grande maioria ficando a margem e infelizmente quando não se tem a oportunidade de participarem da educação.

Diante de tal situação, a proposta de desenvolver projetos no interior presídio é algo e necessário. Os detentos possuem habilidades artísticas visíveis que poderiam ser utilizadas para muito além da redução da ociosidade, mas para inserção no mercado de trabalho e as valorização do homem, enquanto cidadão, uma proposta torna-se possível através da economia solidária para a realidade do presídio regional. Há possibilidade de desenvolver-se um projeto e executá-lo por meio da implantação de um Ateliê de Artes no presídio, proporcionando aos presos à oportunidade de desenvolverem suas habilidades, competências e potencialidades através da participação em oficinas de artesanato, em que poderão confeccionar diversos produtos artesanais. A participação efetiva dos (as) presos (as) nas oficinas de artesanato proporcionará aos mesmos uma qualificação profissional para garantir uma rentabilidade e condições dignas de trabalho na sociedade.

Nas oficinas de artesanato poderão ser confeccionadas peças de crochê, esculturas, miniaturas de madeira, brinquedos e outros, utilizando materiais recicláveis como também poderão aprender as técnicas de pinturas em telas, pinturas em unhas, em cerâmica, em pratos, dentre outras. A culminância desses trabalhos poderá em momentos como a promoção e execução de uma feira solidária com os empresários da cidade de Cajazeiras, uma no intuito de adquirir fundos lucrativos para o presídio, almejando sanar algumas necessidades básicas das presas a exemplo de uma consulta que o SUS não custear, materiais de limpeza, de uso pessoal dentre outros, formando com isso um conselho para organização e sistematização do destino do uso desse dinheiro.

A inserção destes indivíduos na Economia Solidária, poderá motivá-los e garantir oportunidade de emprego no mercado de trabalho assim que retornar ao convívio no meio social. Podem formar uma cooperativa ou associação, e esta cooperativa poderá se tornar uma alternativa de geração de renda necessária para o sustento de suas famílias.

Uma vez que o peso do estigma de ser um egresso os impedem de conseguir um emprego no mercado de trabalho quando são reinseridos na sociedade, a Economia Solidária poderá permitir a esses egressos uma alternativa de geração de renda lícita garantindo aos egressos, oportunidades de trabalho e a melhoria da sua qualidade de vida.

A proposta de uma Educação Solidária tenta apresentar oportunidades de qualificação profissional, para aqueles que estão desprovidos de liberdade, na maioria das vezes sem perspectiva de futuro. O poder público também poderá dar sua parcela de contribuição buscando parcerias e mercado consumidor, como pessoas da sociedade civil e empresários que possam comprar os produtos de artesanato confeccionados dentro do presídio.

## 5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado (1988).
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96**.
- Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**: Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).
- DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. **Educação em serviços penitenciários**: Fundamentos de política e Diretrizes de Financiamento. Brasília: DEPEN/Ministério da Justiça, 2005.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 32ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2004. FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Sobre educação: diálogos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Educação e comunicação; v. 9)
- GUIDELLI, R. C. **A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos**: desacertos, tentativas, acertos. Dissertação (Mestrado). UFSCar. São Carlos, 1996.
- PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 Edição. São Paulo. Cortez, 2000.
- SCHIOCHET, V. Políticas Publicas de Economia Solidária: breve trajetórias e desafios. In: BENINI, E; *et al.* **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I**: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

# **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos: um estudo acerca da capacitação dos jovens para atuação em um modelo econômico alternativo**

*Cleidimar Dantas Batista  
Francisco das Chagas de Loiola Sousa*

## **1 INTRODUÇÃO**

Desde o advento da economia como ciência, as pessoas (sociedade) que compõem o modelo de produção capitalista são ensinadas a viver em um sistema no qual a base para a sobrevivência está na competição. A competitividade é um dos fatores que compõe o capitalismo. Daí, nesse processo, haverá sempre ganhadores e perdedores, estimulando assim a competição eminente nesse tipo de sociedade, uma vez que estão em jogo interesses opostos.

Vários são os desafios da educação, já que devemos preparar os cidadãos para viverem nesse modelo de sociedade. O papel dos professores, como sujeitos intelectuais formadores de opiniões, deve ser o de incentivar o aluno a se desenvolver, tomando consciência desse sistema econômico, político e social. Desse modo, tanto a escola como o professor têm a responsabilidade de educar politicamente os alunos, uma tarefa que vai além dos conteúdos programáticos da grade curricular obrigatória e da mera transmissão de conhecimentos. Daí, o professor tem um papel fundamental de ensinar valores significativos para a vida de seus alunos, de modo contextualizado, tendo em vista a necessidade socioeconômica do público com o qual trabalha diariamente (FREIRE, 2001).

Nesta perspectiva, o presente trabalho apresenta como objetivo principal analisar as possíveis formas em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode capacitar os seus participantes para que eles possam ser inseridos nesse modelo alternativo de vida, que é praticado pela Economia Solidária, através de experiências distintas realizadas em três escolas de diferentes regiões do Brasil.

Para tal intento, serão tomados para análise, na presente investigação, exemplos em que alunos da Educação de Jovens e Adultos são inseridos em programas baseados em um modelo de economia solidária. Os alunos são aqueles oriundos de três escolas municipais das regiões Sul, Nordeste e Sudeste. Esses alunos são, na maioria dos casos, das periferias desses lugares e não tiveram a oportunidade de estudar na idade escolar recomendada.

É importante ressaltar e justificar que não foi realizado nenhum trabalho investigativo na Cidade de Cajazeiras, em que o presente curso de Especialização foi oferecido, por não haver experiências da relação entre ECOSOL e EJA.

Atualmente, a importância das pesquisas nessa área se dá através da necessidade em alertar as pessoas mais desfavorecidas da sociedade, especialmente aquelas que não tiveram muita oportunidade no mercado de trabalho e são excluídas no sistema capitalista, de que eles podem se inserir em um modelo econômico alternativo baseado na maior igualdade de condições da produção de sua existência.

Assim, o desenvolvimento desse trabalho serve ainda como uma forma de agregação aos demais estudos e pesquisas realizados nessa área, em termos de literatura nacional.

Em relação aos procedimentos teóricos e metodológicos utilizados para a execução da presente monografia tivemos, a partir do mês de junho do ano de 2013, a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de fazer um levantamento dos dados existentes sobre a temática em questão. Posteriormente, analisamos, de modo mais específico, dados referentes às Escolas Municipais Arthur Ostermann, José de Santana e Antônio Marques Figueira, na sua modalidade EJA, em turno noturno.

Para o presente artigo, serão apresentados casos de sucessos na relação EJA-ECOSOL, nos quais os alunos foram direcionados para trabalhos envolvendo a economia solidária.

O presente trabalho se apresenta como um tipo de estudo exploratório, isso porque, sendo uma nova abordagem no campo da educação, busca compreender, na medida do possível, o campo investigativo da relação EJA e ECOSOL. Ou seja, um estudo dessa natureza tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito para algo que é considerado novo na literatura nacional.

Assim, apresentamos aqui uma pesquisa bibliográfica constituída principalmente de livros, dissertações, monografias e artigos a respeito do nosso objeto de estudo. Assim, a coleta das informações utilizadas neste trabalho privilegiou dados secundários, isto é, dados que já se encontravam disponíveis na literatura nacional, pois já foram objetos de análise. Contudo, procuraremos apresentar aqui outro olhar sobre esses dados, destacando os limites e as possibilidades desses programas quanto aos seus objetivos.

Para efeito didático, organizamos o presente artigo em três seções distintas, além da introdução e das considerações finais: a primeira seção refere-se à história da EJA no Brasil na qual se tratará a respeito dos seus aspectos históricos e conceituais; na segunda seção, por sua vez, é desenvolvida uma investigação bibliográfica, com o objetivo de apresentar os seus aspectos conceituais acerca do modelo de produção baseado na Economia Solidária; a terceira seção versará sobre a relação existente entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária. Aqui será desenvolvida uma reflexão sobre os estudos apresentados, nos quais procuraremos compreender as formas nas quais os jovens e adultos da EJA foram orientados a se inserirem na ECOSOL.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais do trabalho, trazendo as principais ideias e conclusões levantadas a partir do exposto no decorrer deste artigo, bem como as possíveis reflexões que poderão surgir para futuras investigações em outras oportunidades.

## **2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, a educação básica de adultos já escrevia seu lugar na história da educação no Brasil, mais precisamente a partir da década de 1930. Nesse período, a educação básica começa a se consolidar na área do setor público brasileiro, período esse que a população do Brasil passou por grandes mudanças associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A partir daí, houve uma expansão na oferta de ensino em todas as esferas do poder público, impulsionadas pelo próprio Governo, que perdurou ao longo das décadas de 1930 e 1940. Essa expansão fez com que diversos grupos socioeconômicos, de diferentes classes sociais, tivessem acesso ao ensino público (RIBEIRO, 1997).

Ainda de acordo com Ribeiro (1997), ao final da Era Vargas o Brasil vivia a efervescência política da redemocratização. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, órgãos mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU) alertavam para a urgência de integrar os povos visando à paz e à democracia. Esses acontecimentos foram o fator-chave para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum. Durante aquele período, tornou-se inevitável a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do Governo Central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção industrial no País.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada com o intuito de alfabetizar aquela parte da população que, por vários motivos, não tiveram a oportunidade de estudar nas fases iniciais do seu ciclo de vida, na maioria das vezes pela difícil condição social que impedia essas pessoas de estudarem, já que elas deveriam trabalhar na sua infância e adolescência para contribuir economicamente na renda da família.

De acordo com Corrêa (1998), nos últimos anos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido alvo de diversos tipos de ações, concepções e reflexões que colocam em xeque antigas abordagens, algumas simples, outras mais técnicas e complexas, até então dominantes nos cursos, projetos e mutirões em torno do alcance do seu objetivo que é a alfabetização de jovens e adultos.

No entanto, tal autor ainda comenta acerca da evidência expressa no problema da escassez de políticas públicas específicas para esta área e este público. Em contrapartida, surgiu uma série de iniciativas totalmente desprovidas de um caráter crítico-reflexivo que contribuísem para que os jovens e adultos alfabetizados pela EJA desenvolvessem autonomia e realizassem ações mais concretas em busca de uma melhor qualidade de vida dos seus familiares e da comunidade onde estão inseridos.

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2000, é possível constatar que houve uma significativa diminuição no índice de alfabetização, em comparação com os anos anteriores, diferente do esperado. Mas, ao ser analisado dentro do aspecto histórico-político acionado pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB, nº 9.394, aprovada no ano de 1996, de acordo com princípios baseados na seguinte afirmação: “maior parte dos analfabetos está concentrada nas camadas mais velhas e mais pobres da população (...) pessoal que vive pouco, porque come pouco e logo morrerá”, isto é, uma maneira eficaz de acabar com o analfabetismo seria colocando “toda criança na escola” como prega o slogan da política enaltecida pelo Ministério da Educação, e esperar que os analfabetos morram à míngua (CASTAGNOLLI, 2003, p27).

Segundo a abordagem de Ortiz (2002), a EJA ainda chegou ao século XXI necessitando reformulações pedagógicas. Esse contexto ressalta grande desafio pedagógico, no que diz respeito aos termos da seriedade e da criatividade na educação de jovens e adultos. Ou seja, a busca de garantias para aqueles das classes menos favorecidas nas esferas socioeconômicas e educacionais, como o acesso à cultura letrada que lhes permitam uma participação efetiva na sociedade.

Di Pierro (2001) afirma que isso não significa que a EJA deva reproduzir estritamente as formas de organização, currículos, métodos e materiais já inseridos na educação básica. No contexto internacional, essa perspectiva é inversa, isso porque há uma recomendação para que haja flexibilidade nos currículos, meios e formas de atendimento, integrando-os às dimensões de educação geral e profissional, reconhecendo processos de aprendizagem informais e formais, combinando meios de ensino presenciais e a distância, de modo a que os indivíduos possam obter novas aprendizagens e a certificação correspondente mediante diferentes trajetórias formativas.

Para tal intento, isto implica num processo de:

- Descentralização do sistema de ensino através da concessão de autonomia aos centros educacionais para que eles desenvolvam os projetos educacionais de acordo com as especificidades de cada local, convertendo-se estes no locus privilegiado de desenvolvimento curricular;
- A flexibilização na organização curricular para assegurar a certificação equivalente nos diversos tipos de formação escolar, o que possibilitará o desenvolvimento de indivíduos com autodeterminação em suas biografias educativas, optando pela trajetória mais adequada as suas necessidades e características;
- Promover amplo acesso a métodos de aprendizagem, presenciais ou a distância, escolares e extraescolares, facilitando a circulação e o aproveitamento de estudos nas diferentes modalidades e meios, e aperfeiçoando cada vez mais os alunos;
- Elaborar mecanismos mais eficazes de avaliação, dar a oportunidade a aprendizagens construídas nas experiências construídas ao longo da vida por meio de ensinamentos não formais, diversificando e flexibilizando os meios de acesso a níveis de escolaridade mais elevados.

## 2.1 Aspectos conceituais da Economia Solidária

No sistema capitalista, os recursos de produção são de propriedade do setor privado e se concentram na mão de uma pequena parcela da população. Logo, é fácil evidenciar o modo desigual em que as populações que compõem a sociedade capitalista estão inseridas, já que o capital está cada vez mais concentrado nas mãos dessa pequena parcela da população.

Durante a formação desse sistema e todos os seus ápices e declínios, surgiram modelos que objetivavam apresentar uma forma alternativa de produção, que contrariavam os métodos desiguais desenvolvidos pelo sistema capitalista. Nos dias atuais, um desses modelos alternativos que são contrários ao modelo produtivo vigente é a Economia Solidária.

De acordo com Singer (2002), o surgimento da economia solidária data do início do século XIX, quando os operários, como resposta à pobreza e ao desemprego oriundos da difusão das máquinas e ferramentas a vapor implementadas na produção nas fases iniciais do capitalismo industrial. Através das cooperativas, os trabalhadores tentavam recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Para a implantação das cooperativas era necessário que se obedecesse aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. Foi na Grã Bretanha que o cooperativismo de produção ganhou força através da expansão dos diversos sindicatos de trabalhadores e da luta pelo sufrágio universal.

Ainda, de acordo com o autor supracitado, os princípios da empresa solidária refutam a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do sistema capitalista. As empresas capitalistas são de propriedade dos investidores que fornecem os recursos para adquirir os meios de produção, tendo como principal finalidade a aquisição de lucros e acumulação de capital. Ou seja, o objetivo principal da empresa capitalista é obter o maior lucro possível em relação ao capital investido.

Os princípios da Economia Solidária, assim, são concebidos como um modo de produção que torna impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade menos favorecida. A ideia básica desse modelo de produção é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção, ou ainda, a união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores. Os proprietários das empresas inseridas nesse modelo de produção são todos que nela trabalham, neste caso, todos os trabalhadores têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino (SINGER, 2002).

Ainda, de acordo com Singer (2002), todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. Neste caso, não há possibilidades dos proprietários de uma empresa solidária sobreviver apenas pelo emprego de seu capital, já que é necessário que todos usem sua força de trabalho. Com isso, uma das normas dessas empresas é cumprida, isto é, a empresa solidária não remunera o capital próprio dos sócios e que, quando trabalha com capital emprestado, paga a menor taxa de juros do mercado.

A respeito do pagamento de uma menor taxa de juros significa que os ganhos dos trabalhadores têm prioridade sobre o lucro. Na economia solidária, esse tipo de ganho é chamado de “sobras”. Esse nome é dado porque ganhos são distribuídos por decisão dos sócios das empresas através de várias formas, mas nunca de acordo com a participação de cada um no capital da empresa.

Dessa forma, pelo fato das empresas solidárias terem um cunho mais social e menos econômico, parte daqueles menos favorecidos na sociedade capitalista, por não se enquadrarem nos padrões exigidos pelo mercado competitivo, eram facilmente alocados como atores na composição das referidas empresas solidárias.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que, no âmbito da economia solidária, há uma desconstrução no conceito de trabalho. De acordo com Arruda (2002), essa desconstrução se dá através da promoção do trabalho humano como ser, saber, criar e fazer, ou como toda ação

transformadora do mundo da natureza em mundo humano, ou ainda, como toda ação em que, ao transformar o mundo, o ser humano constrói a si mesmo.

Ainda, de acordo com o autor citado anteriormente, tal conceito implica descaracterizar o trabalho como sendo algo de propriedade do sistema econômico, isto é, em ver o trabalho como meio de sobrevivência do trabalhador. Na Economia Solidária, o parâmetro do crescimento econômico ilimitado, como razão de ser da atividade econômica, cede o lugar ao conceito complexo de riqueza como o conjunto de bens materiais e imateriais que servem de base para o desenvolvimento humano, social e cultural.

Considerando que essa riqueza é abundante faz com que ocorra um distanciamento da ideia vigente no sistema capitalista de mera acumulação de bens materiais. Nesse sentido, o objetivo da atividade econômica é gerar o suficiente em termos materiais para cada cidadã e cidadão, a fim de que possam liberar seu tempo e sua energia para os trabalhos relacionados à sua vida pessoal e social. As condições são, por um lado, da apropriação do trabalhador em relação aos ganhos da produtividade que obtém com o avanço das tecnologias da produção; e, por outro, a inserção no setor público para a promoção e estabelecimento de uma remuneração cidadã, com o objetivo de garantir a todos direitos básicos de sobrevivência. Para tal, é necessário superar o divórcio entre trabalho e capital (ARRUDA, 2005).

No Brasil, as informações acerca dos movimentos práticos da Economia Solidária são divulgadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que apresenta um breve panorama do movimento no País:

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (SENAES, 2013).

Nessa perspectiva, é possível entender que a ECOSOL é composta por um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão. Levando em consideração essa concepção, a Economia Solidária, ainda segundo a SENAES (2013), possui as seguintes características:

- **Cooperação:** quando os objetivos entre os participantes coincidem. Neste caso, é posta em prática a união dos esforços e capacidades: a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Fazem parte da composição dessa característica as seguintes organizações coletivas: empresas autogestionária, associações comunitárias de produção, redes de produção, comercialização e consumo, grupos informais produtivos de segmentos específicos, clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- **Autogestão:** os membros que compõem essas referidas organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus, interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- **Dimensão Econômica:** essa característica compõe uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Isso porque a mesma reúne elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

- **Solidariedade:** essa é uma das principais características que as empresas solidárias devem possuir, expressa em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um meio ambiente saudável, nas relações que se estabelecem com a comunidade local, na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional, dentre outras.

## **2.2 A relação entre ECOSOL e EJA: a inserção dos estudantes em modelos de produção baseado na ECOSOL**

Diante dos aspectos conceituais da Educação de Jovens e Adultos e da Economia solidária, aqui faremos uma discussão acerca da relação existente entre a ECOSOL e a EJA através da inserção dos alunos da EJA em modelos de trabalho baseado na economia solidária.

De um modo geral, afirma-se que programas como Educação de Jovens e Adultos (EJA) é comum em países em desenvolvimento. A existência de programas de educação desse tipo objetiva acolher pessoas excluídas, pessoas que devido as dificuldades financeiras tiveram que trabalhar durante a sua infância e/ou adolescência, e, por esta e outras razões, não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou ao subemprego, ou são os primeiros a serem demitidos quando as empresas querem cortar custos (ARRUDA, 2002).

Ainda de acordo com tal autor, sabendo do cenário em que o público-alvo da EJA está inserido, surge a necessidade de casar trabalho e educação. No entanto, essa junção necessita de uma estruturação teórica e metodológica diferente do sistema escolar tradicional. Ela tem que ser desenvolvida para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que na sua ocupação principal visam apenas garantir o suficiente para si e para suas famílias sobreviverem.

De acordo com Rigo (2011), na perspectiva da economia solidária a educação é capaz de romper as desigualdades sociais, através da valorização do ser humano, acrescentando a capacidade de diálogo, cooperação e solidariedade. A ECOSOL tem se caracterizado por um processo embasado em iniciativas coletivas, solidárias e autogestionárias, que tem como foco a geração de trabalho e renda no âmbito das zonas urbanas e rurais. Nesse modelo econômico, o valor do trabalho excede o valor do capital.

Ainda de acordo com o autor supracitado, através dessas iniciativas o modelo de produção baseado na economia solidária pode ser visto como possibilidade de inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho, e, ainda, a possibilidade de minimizar os conflitos existentes entre o capital e o trabalho.

O processo de escolarização dos jovens e adultos, no âmbito da ECOSOL, abre a possibilidade de locomoção, de inserção social, de exercício da liberdade e da cidadania. A relação que pode existir entre EJA e ECOSOL proporciona uma riqueza de saberes dos entes envolvidos através de uma parceria baseada nos diálogos entre esses agentes. Esses diálogos incidem sobre a compreensão de uma democracia plural que abraça as diferenças e respeita a diversidade (RIGO, 2011).

### **2.2.1 A inserção dos alunos da EJA em modelo de produção baseado na ECOSOL: o caso das Escolas Municipais Arthur Ostermann, José de Santana e Antônio Marques Figueira**

#### **A Escola Municipal Arthur Ostermann**

A ideia da pesquisa desenvolvida por Klenner (2009) em São Leopoldo – RS buscou analisar, na proposta do PROEJA, um projeto de economia solidária como estratégia pedagógica

gica e sua possibilidade de inserção socioeconômica dos alunos da comunidade acadêmica da Escola Municipal Arthur Ostermann. A ideia da proposta pelo PROEJA partiu da necessidade de inserir os alunos no mercado de trabalho. Apesar da Escola Municipal Arthur Ostermann oferecer, no turno da noite, a modalidade EJA, muitos alunos procuravam algo a mais, pois além de desejarem concluir o ensino fundamental, necessitavam, também, de entrar no mercado de trabalho.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Arthur Ostermann, escolhida para a realização do referido projeto, está localizada no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A escola se destaca por desenvolver uma série de projetos educacionais e, ainda, possui grande destaque na Educação de Jovens Adultos, que dentro da sua história, já traz alguns traços que caracterizam fortemente relações e entendimentos democráticos para que ela em si aconteça (KLENNER, 2009).

Ainda, de acordo com a autora supracitada, no ano de 2007 os alunos da EJA em conjunto com seus professores começaram a estudar propostas de geração de renda. Após muitas reuniões surgiu a ideia de se fabricar pães, que serviria para o consumo da comunidade e também para aumentar suas rendas. Então, decidiram trabalhar e construir um forno comunitário. Assim, os alunos da EJA se empenharam grandemente na realização de um trabalho constante e muito intenso para a construção do forno, no qual se envolveram, principalmente, durante o turno da noite (alguns também trabalhavam durante o dia).

Em 2009, dois anos depois da criação do forno comunitário, constata-se o seu fracasso. Klenner (2009), em seu estudo analítico, buscou identificar as possíveis causas desse fracasso. Um dos principais fatores que inviabilizaram o projeto foi a falta de apoio de outros órgãos governamentais dentro da escola, para a efetivação de projetos de economia solidária. Isso mostrou a impossibilidade da escola arcar sozinha com a efetiva sustentabilidade do projeto. Além disso, o trabalho pedagógico desvinculado do mundo do trabalho (que mesmo com a preocupação e o empenho dos professores para que essa ideia de vinculação entre ensino e trabalho chegasse à sala de aula, isso não aconteceu na prática), gerando desmotivação dos alunos e, por conseqüência, o abandono, a evasão escolar.

Ainda de acordo com a autora da pesquisa, com o passar do tempo ficou evidente que, no referido ano de 2009, não só o forno, mas também a ideia do forno foi abandonada pela referida turma.

## **A Escola Municipal José de Santana**

O trabalho desenvolvido por Carvalho *et. al.* (2012), em Pombal - PB, tinha como principal objetivo destacar a importância da utilização de materiais recicláveis como ferramenta de geração de renda. Para tal, as autoras tomaram como base um estudo de caso realizado na turma multiseriada de ensino fundamental (1<sup>o</sup> ao 4<sup>o</sup> ano) da modalidade EJA, na Escola Municipal José Santana, na cidade de Pombal, na Paraíba.

O trabalho realizado com essa turma se desenvolveu com aulas teóricas e práticas acerca do tema reciclagem, envolvendo, inclusive a confecção de produtos artesanais, os quais foram expostos em uma feira. As atividades desempenhadas pelos professores tiveram como principal objetivo incentivar os alunos ao estudo, visando levá-los a produzir artesanatos a partir de materiais recicláveis, possibilitando um incremento em sua renda familiar e, ao mesmo tempo, buscava-se reduzir a evasão escolar (CARVALHO *et al.*, 2012).

Ainda de acordo com tais autoras, além das aulas teóricas e práticas, após a confecção dos produtos, foi realizada uma exposição que tinha como objetivo apresentar os trabalhos desenvolvidos pelos alunos bem como a venda dos produtos confeccionados pelos discentes. Esta exposição ocorreu no dia 22 de junho de 2012, durante a realização das festividades do mês de junho promovida pelo município de Pombal – PB.

Carvalho *et al.* (2012), ao realizarem o trabalho, concluíram que foi de grande importância o seu desenvolvimento, não apenas pela troca de saberes que propiciou, mas, também, pela contribuição que trouxe para a redução da evasão escolar, uma vez que os discentes sentiram-se estimulados a permanecer no curso em decorrência da possibilidade de melhorar a renda familiar.

### **A Escola Municipal Antônio Marques Figueira**

A proposta pedagógica desenvolvida por Vital (2012) na EMEIF Antônio Marques Figueira em Suzano-SP tinha como objetivos:

- Colocar em prática os ensinamentos da Economia Solidária que foram estudados teoricamente durante as aulas ao longo do ano letivo.
- Possibilitar ao aluno o protagonismo dentro do grupo ao participarem ativamente das decisões.
- Criar uma moeda social como instrumento facilitador para a troca e remuneração do trabalho.
- Desenvolver o senso coletivo e do trabalho em grupo.

O público alvo era alunos de faixa etária entre 18 e 70 anos, alunos que estão sendo alfabetizados através da Educação de Jovens e Adultos. A frequência da turma era em torno de 25 alunos. A maioria destes migrou da região Nordeste do País em busca de emprego, e não tiveram a oportunidade de estudar na infância, tendo como primeira referência a educação de jovens e adultos do município de Suzano (VITAL, 2012).

Após um ano inteiro de estudos teóricos acerca de diversos temas, dentre eles Economia Solidária, os alunos puderam se aproximar desse tipo de modelo econômico e entenderem que é possível um modo de organização econômico mais justo e que valorize mais o trabalho.

Nessa proposta foi criada uma moeda social que servia para remunerar os alunos e possibilitando-os, assim, adquirir ao menos um produto na feira sem que fosse necessário gastar o dinheiro em reais. A iniciativa incentivou os alunos a participarem mais ativamente das atividades. O slogan da moeda social foi desenvolvido pelos próprios alunos (VITAL, 2012).

A feira aconteceu no dia 3 de dezembro de 2011, no município de Suzano, em frente à EMEIF Antônio Marques Figueira, na Rua Sarah Cooper, região central de Suzano. O início da feira para visitação pública foi a partir das 12 horas e os visitantes podiam trocar reais por SEJAS, a moeda social criada pelos alunos participantes, pois na primeira feira de Economia Solidária, os alunos participantes tiveram acesso a um vale-troca. Com esta moeda, era possível adquirir os produtos confeccionados pelos alunos.

Na feira de Economia Solidária, participaram as sete escolas envolvidas, além do grupo da escola aberta e da agricultura familiar (VITAL, 2012).

Ainda, de acordo com a autora, os alunos chegaram à feira por volta das 11 horas, montaram as barracas, organizaram os produtos e foram embora às 17 horas, após o término da feira. O valor arrecadado foi de 139,00 reais na feira. Os produtos que não foram vendidos na feira, as professoras e alguns alunos comparam, e, assim, obtiveram um valor total de 299,00 reais, que foi usado para a festa de confraternização dos alunos.

Ainda, de acordo com Vital (2012), o resultado do projeto da construção de uma feira de Economia Solidária, no município de Suzano, foi bastante satisfatório e mostrou que o caminho foi traçado com sucesso. Tanto os alunos como os professores saíram dessa experiência com uma bagagem teórica e prática mais sólida acerca dos conhecimentos da Economia solidária.

Em relação ao referido projeto, há relatos de outras feiras no município de Suzano, no entanto, especificamente essa escola é que foi objeto de análise do presente estudo. Não há relatos de continuidade desse projeto.

### 3 UMA BREVE ANÁLISE DOS CASOS APRESENTADOS

De acordo com o exposto na seção anterior, na prática é possível sair do modelo meramente teórico das aulas ministradas pela Educação de Jovens e Adultos e adotar medidas práticas que proporcione aos alunos vivenciar uma nova realidade, uma nova forma de se produzir e de se desenvolver economicamente, conforme a ideia do modelo da ECOSOL.

Na maioria dos casos apresentados, os alunos que compunham a EJA possuíam um perfil diferente dos demais discentes da educação no Brasil, isso porque eles estão inseridos em um contexto de profunda desigualdade, e é fundamental que se construa técnicas e/ou procedimentos teóricos e metodológicos diferenciados dos modelos tradicionais de ensino.

Essas formas alternativas de se pensar na EJA e na ECOSOL estão ligadas à necessidade da junção de dois elementos básicos no ensino: a aprendizagem escolar e o trabalho. O primeiro incide na melhoria de capital humano; e o segundo proporcionar uma geração de renda. Sabemos que esses dois elementos podem, se estiverem bem integrados, proporcionar um aumento do bem-estar econômico, social e cultural dos indivíduos.

Nesta perspectiva, cabe aos diretores, coordenadores e professores dos cursos da modalidade EJA desenvolverem projetos que estabeleçam um elo entre a teoria e a prática, que estimulem os alunos a permanecerem na sala de aula, e, acima de tudo, mostrar que o conhecimento gerado em sala de aula, na prática, serve para que os eles tenham oportunidades de melhorias na qualidade de vida.

Esses agentes, citados anteriormente, devem ainda ser incentivadores, e tentar buscar parcerias que possibilitem a construção de projetos ao longo dos anos de estudo, e que perdurem por períodos que possibilitem a inserção de novos alunos que ingressam a cada ano na modalidade EJA.

É essencial que o desenvolvimento desses projetos estejam voltados para as habilidades e/ou vocação dos alunos, e que estejam sintonizados com as demandas de produção da região em que serão desenvolvidos. Esse aperfeiçoamento voltado para as potencialidades locais fará com que as chances do projeto ser bem sucedido sejam cada vez maiores. Além disso, é fundamental buscar parcerias com o setor público e privado quando forem necessários recursos financeiros para a manutenção e/ou ampliação dos projetos.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos está cada vez mais consolidada no que diz respeito a sua atuação no intuito de minimizar os impactos causados pela exclusão social daqueles que não tiveram a oportunidade de acesso aos estudos nas fases iniciais da vida.

Em conjunto com o modelo econômico baseado na ECOSOL, os referidos benefícios gerados pela EJA se tornam mais expressivos para os agentes envolvidos. Isso porque essa parceria permite aos alunos uma vivência prática das teorias estudadas em sala de aula, e, ainda, possibilita a geração de renda para os alunos envolvidos em projetos dessa natureza, proporcionando assim uma elevação no bem-estar dos alunos, das suas respectivas famílias, e da comunidade em geral.

Com isso, essa parceria dos princípios da ECOSOL na vivência prática dos alunos que compõem a EJA, apesar de beneficiar a todos os envolvidos, necessita de incentivo do setor público visto que as escolas sozinhas não são capazes de gerir projetos que incentivem a alocação dos alunos em programas que possibilitem a geração de renda e a valorização do trabalho.

Essa participação de agentes sociais que incentivem a promoção dos programas de inserção dos alunos da EJA em trabalhos baseados na ECOSOL poderia não ser apenas de iniciativas das esferas públicas, mas também da comunidade acadêmica, e, em especial, daqueles que têm se empenhado em estudar esse universo da EJA e da ECOSOL.

O que se deve levar em consideração é que toda e qualquer ação voltada para a capacitação e melhoria da qualidade de vida dos alunos deve ser, ao menos, posta em prática, experimentada, isso porque os alunos que compõem a EJA são um público que necessita cada vez mais de incentivos para continuar os estudos, e, principalmente, desenvolver suas potencialidades para um futuro melhor.

E, neste caso, possibilitar a inserção dos alunos da EJA em uma sociedade com maiores chances econômicas é algo que buscam aqueles que acreditam em um modelo de produção mais justo socialmente, onde o ser humano seja o centro do desenvolvimento e não o capital.

## 5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 2005.104p. Disponível em: [www.publicacoes.inep.gov.br](http://www.publicacoes.inep.gov.br). Acesso em: 22 de Junho de 2013.

BRASIL, Governo Federal. **Informações da SENAES** (Secretaria Nacional de Economia Solidária). MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Disponível em: [www.mte.gov.br/senaes](http://www.mte.gov.br/senaes). Acesso em: 12 de agosto de 2013.

CARVALHO, J. L. A. S.; SILVA, T. T.; MOREIRA, J. F. **Trabalhando a reciclagem como instrumento interdisciplinar para o despertar dos jovens e gerar renda na educação de jovens e adultos**. REBES (Pombal – PB, Brasil), v. 2, n. 1, p. 33-37, jan.-dez, 2012. Disponível em: [www.gvaa.org.br](http://www.gvaa.org.br). Acesso em: 14 de Agosto de 2013.

CASTAGNOLLI, I. B. P. **Educação de Jovens e Adultos: Um Caminho para a Sabedoria**. 2003 – Dissertação de Mestrado. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [www.repositorio.ufsc.br](http://www.repositorio.ufsc.br). Acesso em: 18 de julho de 2013.

CORRÊA, L. O. R. **Economia Popular, Solidária e Autogestão: O Papel da Educação de Adultos neste Novo Cenário**. 1998. Disponível em: [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br). Acesso em: 26 de Junho de 2013.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov/2001. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 13 de Agosto de 2013.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

KLENNER, C. C. **PROEJA: Uma possibilidade para a economia solidária? Estudo de caso na Escola Municipal Arthur Ostermann**. Porto Alegre, 2009.

ORTIZ, M. F. A. **Educação de Jovens e Adultos: um estudo do nível operatório dos alunos**. 2002 - Dissertação de Mestrado. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Educação. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br). Acesso em: 15 de Julho de 2013.

RIBEIRO, V. M. M. *et al.* **Educação de Jovens e Adultos – Proposta Curricular para o 1º Segmento de Ensino Fundamental**. Vera Maria Masagão Ribeiro (coordenação e texto final); [ilustrações de Fernandes]. – São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em 14 de Julho de 2013.

RIGO, F. **Entre o Capital e a Solidariedade: Teoria do Capital Humano e Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos**. 2011 – Monografia. UNB/FE – Universidade de Brasília – Faculdade de Educação. Disponível em: [www.bdm.bce.unb.br](http://www.bdm.bce.unb.br). Acesso em: 18 de Junho de 2013.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VITAL, L. **Construção e Execução da Primeira Feira de Economia Solidária de Suzano**. 2013. Disponível em: [www.proex.ufabc.edu.br](http://www.proex.ufabc.edu.br). Acesso em: 12 de Agosto de 2012.

# Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: uma proposta de ressocialização por meio da ECOSOL

*Genecilda Pereira da Silva  
Edinaura Almeida de Araujo*

## 1 INTRODUÇÃO

A princípio estava em dúvida sobre o tema que iríamos abordar no trabalho de conclusão do curso de pós-graduação, pois como graduada em letras objetivava desenvolver uma pesquisa voltada para o ensino de literatura na E.J.A. Porém, ao começar lecionar no sistema prisional neste ano de 2013, percebemos que seria interessante direcionar a atenção para os que fazem parte desta parcela da população excluída do sistema de ensino regular, devido á situação que se encontram momentaneamente. Seguindo essa linha de pensamento, delimitamos como tema da pesquisa: a educação de jovens e adultos no sistema prisional: uma proposta de ressocialização através da Economia Solidária (ECOSOL).

Abordamos essa temática no trabalho de conclusão de curso da especialização em E. J.A. com ênfase em economia solidária, na perspectiva de iniciar uma linha de estudo que possibilite descobrir novas formas de lecionar no sistema prisional, visando não apenas transmitir o conhecimento acadêmico, mas também desenvolver nos alunos novas expectativas para que eles, ao concluir à pena que lhes foi aplicada, retornem a sociedade, almejando ressocializar-se através do estudo para que não cometa novamente os erros que os levaram a prisão.

A realização deste trabalho em cumprimento as determinações da conclusão do curso de especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária, da Universidade Federal de Campina Grande, corresponde a uma tentativa de aprofundar o conhecimento sobre as implicações da Educação de Jovens e Adultos no Sistema prisional: numa perspectiva de ressocialização por meio da Economia Solidária.

Considerando de suma a importância a abordagem dessa temática e, levando em consideração o fato de existirem várias propostas e ações pertinentes nesse âmbito educacional com projetos específicos, percebe-se que os resultados geralmente continuam insatisfatórios. O que demonstra a necessidade de ideias inovadoras e um trabalho que atenda as peculiaridades nesse contexto educacional. Nesse sentido, a realização de pesquisas voltadas para a EJA nos sistemas prisionais é essencial no que se refere a melhoraria e conseqüentemente obtenção de melhores resultados. Mesmo essa modalidade de ensino não abarcando toda problemática pertinente aos sistemas penitenciários, apresenta-se como um divisor de águas na tentativa de ressocializar os apenados e promover mudanças em suas vidas que priorize aspectos pertinentes a sua formação e concepção de novas oportunidades de ascensão e convivência social.

Foi feito um diagnóstico analítico da realidade educacional com suas características burocráticas, estruturais, enfocando as questões sócio culturais e econômicas no presídio padrão masculino e cadeia pública feminina, ambos situados no município de Cajazeiras – PB. Em suma, desejamos que este estudo resultasse numa constatação descritiva e analítica de resultados positivos e venha a ser um documento que possibilite ao educador um avanço na sua prática nessa vertente educacional, desenvolvendo assim, meios e habilidades relevantes de como inserir a economia solidária na E.J.A do sistema prisional como mecanismo de ressocialização.

Trabalhar com a educação de jovens e adultos sempre foi uma preferência, mas quando foi proposto o desafio de lecionar nessa modalidade de ensino no sistema prisional, um momento de apreensão surgiu, pois de todas as experiências vividas na educação, seria uma experiência totalmente nova. Precisaria buscar novos métodos que facilitem o desempenho

profissional nessas turmas, por tratar-se de um público desmotivado e muitos deles sentem-se excluídos da sociedade, sem expectativas de emergir da realidade que estão inseridos.

Nessa perspectiva, abordamos a economia solidária aliada à educação. Uma vez que as unindo, os educandos do sistema prisional, terão mais oportunidades de não apenas concluir seus estudos, mas também surgirão novas oportunidades regressarem à sociedade e não retornarem à vida de crimes, pois a ECOSOL proporcionará conhecimentos de como ingressar no mercado de trabalho através de empreendimentos solidários. A inclusão dessa classe no sistema educacional possibilita a construção da cidadania e o docente deve ser mais que um professor, deve ser o incentivador, a fim de conduzir a aprendizagem desse público que enfrentam grandes limitações.

Tomando essa postura indagamos, será que com a educação de jovens e adultos aliada à economia solidária será mais fácil ressocializar os apenados, uma vez que muito deles só precisam de mais uma chance como essa para não cometer novamente o erro que o fez parar numa cela de cadeia?

Com base nessa problemática, almejamos adequar a prática docente atual à realidade dos discentes, e para isso buscaremos subsídio na economia solidária, uma vez que a mesma se apresenta como uma porta para inovar o processo educativo, pois ela motiva ir além dos limites permitido pelo sistema educacional vigente, dando à possibilidade de ser mais do que um transmissor do conhecimento, possibilitando fazer a diferença ao tentar despertar nos alunos o anseio de querer continuar lutando para se sobressair da triste situação que se encontram através da educação libertadora que uni numa só proposta educação e ascensão profissional.

Para que não seja colocado cada vez mais em prática o modelo de educação que se tem utilizado até agora, é necessário transpor a barreira da improvisação e do descomprometimento. Por isso devemos fazer uso dessa metodologia de ensino para atingir melhores resultados no sistema prisional, o que será uma forma de inovar nessa modalidade de ensino e sensibilizar os apenados que estão matriculados da sua capacidade de mudar usando a educação como uma saída para a ressocialização. Esta proposta vai ao encontro dos ideais de uma educação que permite ao educando ver além do que está posto na sociedade e imposto por um sistema excludente que considera em muitos casos o apenado como um sujeito incapaz de mudar suas concepções de vida e de respeito pelo outro.

## **2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS**

A trajetória da economia solidária no Brasil desde seu início vem enfrentando vários obstáculos, no que se refere às tentativas de consolidar-se através das experiências realizadas, uma vez que sua força ainda consiste mais nas teorias abordadas pelos seus seguidores, do que na prática desenvolvida por um pequeno grupo das camadas populares que veem nela uma saída para retomar suas vidas de forma ativas e autossustentável.

A ideia defendida por socialistas e pelos anarquistas libertários do início do século já apoiavam a economia solidária. Posteriormente, devido à recaída destes aliados passou a apender-se para outros partidos contrários aos conceitos de economia solidária democrática, ganhando forma a partir da metade dos anos 40. Mais tarde com o surgimento do PT foi recuperada a tradição socialista de base, proporcionando com isso que a economia solidária retomasse suas origens (NASCIMENTO, 2002).

Vários pesquisadores da época trouxeram inúmeros modelos de experiências de economia solidária desenvolvidas em outros países. Dentre eles, destaca-se: o sociólogo Paulo Emílio que defendia ideais de liberdade e de dignidade humana, mas esta postura não foi suficiente para que a economia solidária se pusesse de pé e caminhasse rumo ao sucesso, pois anos mais tarde ela perderia forças em consequência do golpe militar de 1964. Paul Singer, com

espírito luxemburguiano, afirma que “A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando”.

Nascimento (2002, p. 23) o autor coloca ainda que:

A economia solidária ressurgiu com força em muitos países. Na verdade ela foi reinventada. O que distingue esse “novo cooperativismo” é a volta aos princípios o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (NASCIMENTO, 2011, p. 96)

Esse processo de reinvenção de que trata o autor a partir de um princípio de democracia, sofre mudanças a partir dos anos 70, quando os trabalhadores que participavam do movimento de oposição sindical, tiveram que partir para o exílio na tentativa de escapar da repressão da ditadura militar reinante, fazendo com que o movimento enfraquecesse mais um pouco impedindo-nos de alçar voos mais altos no que diz respeito à economia solidária. Ao mesmo tempo em outros países, ela atingia patamares mais elevados de desenvolvimento no caminho percorrido, a exemplo deste países, foram citados alguns movimentos: a Revolução dos cravos (Portugal, 1974); o famoso “Outono quente” do movimento operário italiano, (1976-77), a experiência de lutas das comissões operárias na Espanha, entre outros. Nascimento ao tratar da questão destaca ainda o pensamento de Paul Singer.

Apesar de inúmeras derrotas, permaneceu viva a ideia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim a prevalência das relações capitalista de produção” (NASCIMENTO, 2011, p. 95)

Assim, o embasamento teórico sobre economia solidária que os autores brasileiros nos apresentam foi adquirido através das experiências vividas em diversos países. Posteriormente, o Brasil passa a mostrar traços de democracia de base, autonomia, e da autogestão, ocasionando o surgimento de movimentos grevistas apoiado pelo movimento popular.

A partir desses acontecimentos, surgiram várias iniciativas de economia solidária no nosso país, como podemos citar: movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, centro de educação popular como CEDAC (RJ), entre outros. Devido a esses acontecimentos e a fundação do Partido dos Trabalhadores, os ideais autogestionários tornam-se mais estáveis e junta-se a um público formado por uma base operária ampla.

A economia Solidária foi concebida como modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dominante dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, tem os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela (SINGER, 2005, p. 14)

Vários movimentos sociais surgidos nos anos 80 aderem à economia solidária autogestionária, devido ao Brasil viver nesta época uma devastadora crise no mercado de trabalho. Com isso à classe operária que estava inserida nesse contexto, procurou alternativas para geração de emprego e renda, por isso, resolveram investir o pouco que tinham em economia solidária, pois almejavam vivenciar novas experiências políticas e culturais, além disso queriam continuar lutando pelo seus direitos trabalhistas.

As experiências econômicas solidárias não surgiram apenas por causa da onda de desemprego. A minoria veio desse fenômeno, as demais não se firmaram devido a vários fatores:

não ter apoio sindical capacitado, enfrentar dificuldades de financiamento, falta de experiência dos militantes e por último, crise econômica desencadeada pela alta taxa de desemprego. Outro contribuinte que impede o crescimento dessa alternativa econômica é que vários grupos viam nessa experiência o comodismo diante do desemprego.

As consequências do desemprego tecnológico iniciam uma nova era de empresas solidárias e vários tipos de cooperativas. Com base nessa estimativa, os trabalhadores criaram associações a fim de discutir, trocar experiências e desenvolver soluções para gerir empresas solidárias. O grande impulso de se investir nesse tipo de empresa tem levado em conta que nos últimos anos, muitas empresas estavam sendo desativadas devido as novas exigências do mercado ou por chegar a falência devido não acompanhar os avanços advindos das políticas governamentais. Podemos constatar isso em Nascimento:

A reinvenção da economia solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral etc. Nesse sentido, economia Solidária e autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. (NASCIMENTO, 2011 p.91)

O tema economia solidária tem se tornado frequente nas discussões sobre emprego e renda. Muitos trabalhadores desempregados fazem parte deste debate que serve para comparar vivências sobre economia solidária e economia popular, a fim de aprimorar os conhecimentos sobre esta temática, os resultados atingidos são positivos no tocante de economia solidária.

## 2.1 O Brasil e as propostas de ECOSOL

No Brasil a economia solidária vem se destacando devido ao eminente processo econômico de globalização em que estamos inseridos. Essa proposta de ECOSOL precisa ser mantida e valorizada para que ela se sobreponha a economia capitalista vigente, na tentativa de encontrar soluções para o desemprego e conseqüentemente proporcionar o aumento da renda necessária para sobrevivência.

Para consolidação da economia solidária em nosso país, é necessária que a classe trabalhadora se posicione à frente dos meios de produção, buscando o conhecimento nesse tipo de economia e aplicando-o da melhor forma em favor do bem de todos que fazem parte da empresa e mantém o controle da autogestão.

Cumprir afirmar que, para uma ampla faixa da população construir uma economia solidária depende primordialmente dela própria, de sua disposição de aprender e experimentar de sua adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade, da democracia e também a disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (NASCIMENTO, 2011, P. 97)

Para instaurar-se efetivamente em nosso país, e obter êxito, a economia solidária autogestionária precisa também do apoio indissolúvel da classe trabalhadora que encontra-se inconformada com o atual sistema. Porém, ela não necessita apenas do apoio dos seus membros, é imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que apoiem e conscientizem esta parte da população, e preciso que os governantes percebam a significância da economia solidária, como uma forma de combater o alto índice de desemprego. Segundo Nascimento (2011, p.95). “Apesar de inúmeras derrotas, permaneceu viva a ideia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim a prevalência das relações capitalista de produção”.

Diante do quadro econômico vigente, as frentes trabalhistas devem buscar auxílio na população que ainda não faz parte deste grupo para adicionar forças e lutar pelos seus objetivos com maiores possibilidades de atingi-los.

Uma população organizada, sem dúvida será um passo importantíssimo para o sucesso da economia solidária que servirá como alternativas para eliminar o desemprego, priorizando o bem de todos. A organização de cooperativas que proporcione aos seus integrantes ajudar uns aos outros, caracteriza um novo modelo econômico no sistema capitalista.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela (SINGER, 2005, p. 14)

A característica predominante da economia solidária é abolir o individualismo presente no modelo econômico atual e moldar o mercado de trabalho de maneira que contemple a maior parte dos que almejam ser inserido nele e com isso, a população que se encontra desempregada, possa retomar suas funções e como resultado, voltar a viver com dignidade.

Tomando como base a exposição teórica e as experiências abordadas nessa explanação sobre economia solidária, pode-se perceber que para se implantar esse modelo de economia em um município, é necessário haver um processo educativo, começando por parte dos dirigentes políticos, a fim de evidenciar como a economia solidária pode contribuir positivamente com aumento das condições de vida da sociedade, através diminuição do desemprego e consequentemente aumentando a distribuição de renda, melhorando a condição de vida dessas pessoas, permitindo-lhes desfrutar dos bens de consumo necessário para se ter uma melhor qualidade de vida.

Havendo a conscientização dos líderes políticos, deve-se iniciar um processo educativo também com a população que deseja expandir e aprimorar seus conhecimentos sobre economia solidária autogestionária e essa iniciativa pode fazer parte dos conhecimentos transmitidos na escola e para que isso seja possível é necessário que se criem políticas públicas voltadas para essa problemática, como formação continuada para os gestores escolares e professores. Dessa forma os educadores terão subsídio para preparar seus educandos sobre essa vertente econômica.

A estratégia da economia Solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista. Todavia, a reinvenção e o avanço da Economia Solidária não dependem apenas dos próprios desempregados e não prescindem do apoio do Estado e do fundo público, mas também de várias agências de fomento (NASCIMENTO, 2011, p.96)

A transmissão do conhecimento sobre economia solidária deve priorizar sobretudo, a educação de jovens e adultos, uma vez que é esse grupo que mais se interessa e a coloca em prática, pois trata-se de pessoas que geralmente já iniciaram sua vida profissional e terão na E.J.A a oportunidade de desenvolver-se intelectualmente, além de aumentar a chances de conseguir uma vaga no concorrido mercado de trabalho ou administrar uma cooperativa fazendo uso dos conhecimentos sobre economia solidária transmitidos na sala de aula.

Colocando-se em prática as teorias desenvolvidas sobre economia solidária, sem dúvidaobteremos êxito nessa perspectiva econômica e uma vez consolidada, será uma alternativa para diminuir o alto índice de desemprego em nosso país e com isso nivelar a nossa economia

ao nível mais próximo de igualdade para todos os cidadãos que estão inseridos no mercado de trabalho.

## 2.2 O perfil do educador da EJA para desenvolver uma Economia Solidária

A situação que se encontra uma boa parte da classe trabalhista no Brasil é preocupante. Cada dia se torna maior o número de desempregados em nosso país, assim como em vários outros, e isso é consequência do grande avanço tecnológico, que ganha cada vez mais espaço no mundo moderno, fazendo com que profissionais que se diziam capacitados, hoje não sejam mais. Em consequência do grande avanço tecnológico que se propaga pelo mundo, muitos trabalhadores perderam seu espaço no mercado de trabalho.

Levando em consideração esse contexto inovador que vem tomando cada vez mais espaço no mundo dos empreendimentos econômicos, surge a necessidade de criar-se políticas públicas voltadas para essa nova realidade, uma vez que nossos educadores precisam aprimorar seus conhecimentos para atender a carência dos discentes dentro dessa modalidade de ensino e esse aperfeiçoamento pode ser feito através de formação continuada. O educador da EJA consciente dessas transformações, deve fomentar novas maneiras para transmitir o conhecimento e encaminhar seus alunos para o sucesso profissional. E uma forma de fazer isso, é através da economia solidária. Se ela for adotada depois de ser estudada, poderá revelar um caminho cheio de possibilidades, principalmente para aqueles que se encontram às margens do sistema capitalista. Podemos perceber isso em Singer:

A Economia Solidária, nesse momento de sua história no Brasil, está sendo ensinada por educadores ou incubadores a praticantes, sua maioria jovens e inexperientes, que estão enfrentando a difícil tarefa de manter e desenvolver seus empreendimentos tecnologicamente atrasados e insuficientemente capitalizados. Isso se aplica tanto a empresas em recuperação como a cooperativas em assentamentos de reforma agrária, cooperativas de recicladores de resíduos sólidos, cooperativas de agricultores familiares e muitos outros. A efetividade desse ensino decorre provavelmente da estreita conexão entre seus fundamentos teóricos e sua aplicação prática (SINGER, 2005, p. 19)

Com base nos conceitos obtidos sobre economia solidária, o educador da EJA que almeja abordá-la, deverá antes de tudo levar em consideração alguns fatores essenciais a sua prática docente, tais como: a valorização social do trabalho, a satisfação pelo trabalho realizado e a busca dos valores de cooperação, respeito e solidariedade humana (SINGER, 2005).

O papel do educador da EJA que se propuser a trabalhar com seu alunos na perspectiva de economia solidária, não atuará somente como transmissor do conhecimento, mas possibilitará também que seus aprendizes tenham maiores oportunidades de inserir-se no mercado de trabalho possibilitando-lhes melhores condições de vida. Singer (2005) afirma sobre o processo de ensino da ECOSOL se da também da seguinte maneira:

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo, do lado dos subalternos e desprivilegiados (SINGER, 2005, p. 19)

Para os que almejam ascensão social, o trabalho é imprescindível para se ter os recursos econômicos necessários para subsistência, embora a carência de trabalho seja grande, poucos estão capacitados para preencher as vagas existentes no mercado de trabalho.

De acordo com Singer (2005), entre os que mais necessitam de uma educação engajada numa abordagem econômica solidária, se sobressaem os jovens e mulheres, seguido pelos que tem pouca escolaridade os que possuem necessidade especial e ainda os que apresentam necessidade de integrar-se socialmente, como é o caso dos apenados.

O dueto entre economia solidária e a EJA proporcionará para essa parte da população que está às margens do mercado de trabalho, maiores chances de ingressar nele mais rapidamente e encaminhá-los na imensa trajetória que os conduzirão a ascensão social e profissional fazendo com que façam parte novamente do conceito de cidadãos.

O educador da EJA que aborda a economia solidária nas suas aulas deve ter em mente que está indo além de sua função. Esse profissional deve atuar nas relações de colaboração entre as pessoas, a fim de conscientizá-los de novos valores econômicos e culturais, tornando-os principais, senão os mais importantes protagonistas dessa mudança.

Assumindo essa postura, o trabalhador que está fora do mercado de trabalho, tem a chance de mostrar seu potencial e seguir uma profissão que lhe proporcione satisfação pessoal e financeira. Sendo assim, a economia solidária mesmo ainda não fazendo parte das disciplinas curriculares, deve ser inserida como tema transversal, pois através dela teremos a chance de resgatar essa parte da sociedade que está sendo excluída e humilhada pelos os “donos do poder” que são os grandes empresários e as inovações do mundo moderno.

### **2.3 Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional**

Segundo Julião (2007) o sistema prisional brasileiro passa por uma grave crise e esse quadro assola todo o país. As prisões são uma bomba-relógio que a sociedade faz de conta que não ver, apesar da frequência e da selvageria das rebeliões.

Tomando como base o autor citado acima, estudos mostram que em todo país são apenas 1.006 estabelecimentos penais, para atender mais de 350 mil apenados e ele ainda relata que nos últimos 13 anos, a população carcerária aumentou entre 5% a 7% ao ano. Em uma década (1989 a 1999), esse número dobrou e o investimento em construção de presídios não acompanhou esse crescimento. A cada mês, o sistema prisional recebe mais de 8 mil pessoas, enquanto liberta apenas 5 mil. Estima-se que, para acabar com a superlotação, seria preciso criar mais de 130 mil vagas. (JULIÃO, 2007)

A declaração Universal dos Direitos Humanos defende que as pessoas encarceradas têm direito ao acesso à educação, segundo as regras mínimas para o tratamento de prisioneiros, com base nela serão tomadas medidas para melhorar a vida de todos os presos através da educação que além de transmitir o conhecimento serve como uma forma de ressocialização. E uma alternativa para se fazer isso é inserir a economia solidária dentro da educação no sistema prisional, JULIÃO (2007)

A educação no sistema prisional é obrigatória, tanto quanto essencial, a educação dos presos está integrada ao sistema educacional do país para que depois da sua libertação possam continuar sem dificuldades a sua educação e com isso poder retomar suas vidas. Partindo da educação aliada a economia solidária, com certeza os ex-presidiários que queiram, terão mais chances de retomar sua carreira profissional e conseqüentemente social. Onofre destaca:

Nossa aposta para sair da cilada entre o real punitivo da prisão e o ideal educativo da ECOSOL, bem como garantir uma educação de qualidade, tem sido a de oferecer processos educativos quer de maneira formal ou não formal, que mantenham o aprisionado envolvido em, atividades que possam melhorar sua qualidade de vida e criar condições para que a experiência educativa lhe traga resultados úteis (trabalho, conhecimento, compreensão, atitudes sociais e comportamentos desejáveis) que perdurem e lhe permitem acesso ao mercado de trabalho e continuidade nos estudos,

quando em liberdade, o que poderá contribuir para reeducação na reincidência, (re) integrando-o eficazmente à sociedade (ONOFRE, 2010, p. 109-110)

Em nosso País, muitos ainda criticam a educação no sistema prisional, mas essa é a melhor estratégia para diminuição da criminalidade. Com as aulas o preso fica menos ocioso, ao mesmo tempo que obtém redução de sua pena, investindo o tempo em algo que posteriormente sirva para libertá-los efetivamente da vida de crimes. Parafraseando Martin Luther King, (JULIÃO 2007) “É melhor tentar e falhar, do que se preocupar e ver a vida passar; é melhor tentar, ainda que em vão, do que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, do que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, do que em conformidade viver.”

O pensamento do autor nos permite declarar que é pela educação que se modifica o homem. Ela é a única saída para quebrar o ciclo vicioso do crime e permitir a reeducação, ressocialização e reinclusão dos apenados, fazendo com que eles tenham mais opções para fazer suas escolhas, e quando retornar para a sociedade não tenham apenas o mundo do crime como alternativa para sobreviver.

De acordo com Julião (2007), quase da metade da população carcerária brasileira, poderia estar cumprindo penas alternativas. Ele afirma também que cerca de 95% da população prisional brasileira não ofereça perigo à sociedade, pois, segundo informações do Departamento Penitenciário Nacional (órgão do Ministério da Justiça), um terço desta população não cometeu crimes violentos, a maioria foi presa por furto, roubo e venda de drogas. Os homicídios configuram a minoria dos casos, apenas 8,9%.

Em oposição a essas estatísticas, estima-se que a reincidência da população carcerária no país esteja em torno de 50 a 80%. O perfil dos apenados representa uma parte da sociedade que está fora do mercado econômico. A maioria são jovens entre 18 e 30, pobres e com pouca escolaridade.

A falta de investimentos em políticas públicas para atender aos presos que pagam suas dívidas com a Justiça e retornam às ruas dispostos a levar uma vida normal ajuda a fomentar a criminalidade. Quem se “ressocializa”, geralmente o faz por conta própria, pois, em uma avaliação mais aprofundada dos fatos, poucas são as propostas do estado existentes para tal. A Lei de Execuções Penais, por exemplo, exige que todos os condenados exerçam algum tipo de trabalho, bem como que os presos tenham garantido o acesso ao Ensino Fundamental, Mas apenas uma pequena porcentagem participa de alguma atividade e estudam. (JULIÃO 2007)

Quando se fala em programas de ressocialização para os privados de liberdade, pensa-se em atividades profissionalizante, bem como atividades educacionais. A atual legislação penal brasileira prevê que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do interno penitenciário e institui como obrigatório o Ensino Fundamental e médio. Estabelece que todas as Unidades prisionais devesse dotar-se de biblioteca provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos e que, devido à abrangência e à particularidade da questão, as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, instalando escolas ou oferecendo cursos especializados, podemos comprovar essa prática realizada no Rio de Janeiro:

Uma das experiências consideradas exitosas é a do Rio de Janeiro que, desde 1967, vem implementando ações educativas regularmente nas Unidades Prisionais, por meio de convênio com a Secretaria de Estado de Educação. Os outros estados possuem ações isoladas e muitas vezes não-institucionalizadas. São geralmente projetos de curta duração e com atendimento reduzido. Muitos não conseguem nem mesmo cumprir o que determina a Lei de Execução Penal, ou seja, o oferecimento do Ensino Fundamental para seus internos penitenciários (JULIÃO, 2007, p.5)

A implantação da educação no sistema penitenciário é abordado pela Lei de Execução Penal como um investimento em políticas que incentivem à educação, Enquanto que para os líderes políticos, ela é vista como uma prática na execução penal.

A educação como programa de reinserção social é um assunto em estudo e são poucas as discussões que vêm se formando nesta direção. São poucos os que reconhecem a sua importância no contexto político da prática carcerária. É necessário reconhecer a implantação de políticas educacionais como experiências que vêm dando certo ao longo dos anos no país. Uma das opções para tirar da ociosidade uma grande massa da população carcerária é levá-la à sala de aula, e isso não um privilégio, como dizem alguns, mas, sim, uma proposta que atende ao direito de todos à educação. Inicia-se no país uma reavaliação do papel desempenhado pela educação como prática de reinserção social em que se uni o ensino ao trabalho, instituindo a remição da pena também pelo estudo.

Elionaldo Fernandes (2007) destaca que o Ministério da Educação e da Justiça, reconhecendo a importância da educação para este público, iniciou também, em 2005, uma proposta de articulação nacional para implementação do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário, formulando Diretrizes Nacionais. A referida proposta, apoiada pela UNESCO, culminou em 2006 com o I Seminário Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário.

O tema Educação para Jovens e Adultos privados de liberdade, nos últimos anos, vem alcançando internacionalmente um inacreditável destaque. A partir de 2006, iniciou-se um movimento governamental na perspectiva de criação da “primeira rede latino-americana de educação nas prisões”. O objetivo da rede, à luz do que vem sendo realizado sobre o tema em outras regiões do mundo, como na Europa, por exemplo, é investir no intercâmbio de experiências, bem como consolidar práticas que institucionalizem uma política educativa para o sistema penitenciário da América Latina (JULIÃO 2007).

Em linhas gerais, educação aliada a economia solidária como proposta de inclusão social para detentos e do sistema penitenciário é tema ainda pouco explorado pelos estudiosos. Tema este que exige pesquisas e reflexões, especialmente no que se refere às alternativas de trabalho e educação para qualificar pessoas que estão fora temporariamente do convívio social, tanto do ponto de vista sociocultural quanto educacional. Essa temática será de grande relevância, considerando que se inicia uma discussão que teve como foco debater a necessidade de institucionalização de políticas que consolidem práticas exitosas da permanência efetivada educação no sistema prisional.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISES DOS DADOS**

#### **3.1 Caminhos da pesquisa**

Para uma melhor compreensão da temática em discussão, utilizamos recursos metodológicos condizentes com os objetivos propostos. Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica a autores que discorrem sobre a E.J.A e a ECOSOL. Após o levantamento bibliográfico utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário que, segundo MARCONI e LAKATOS (2010), apresenta vantagens economiza tempo, obtém um extenso número de dados, atinge um maior número de pessoas simultaneamente, obtém respostas rápidas e precisas e, além disso, possibilita maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. Em seguida foi feita uma explanação sobre essa temática para os discentes do nível médio do sistema prisional.

Os sujeitos participantes da pesquisa são oito alunos. Sendo quatro no presídio padrão masculino e quatro na cadeia pública feminina, ambos situados na cidade de Cajazeiras-PB, os quais serão identificados aqui pelas letras A B C D E F G e H.

A nossa proposta metodológica incluiu a discussão do tema EJA/ECOSOL com os alunos. Durante as atividades fomos claros e sucintos, considerando que o tema é atual e pouco difundido no meio educacional e prisional. Após as discussões foi aplicado o questionário contendo questões objetivas e subjetivas, cujas respostas permitem uma compreensão acerca do objeto de estudo.

#### 4 ANALISANDO OS DADOS

A partir do levantamento dos dados através do questionário buscamos compreender a percepção que o aluno em regime prisional tem da EJA/ECOSOL. Inicialmente colocamos como indagação se a educação de jovens e adultos que eles frequentam discute as questões sobre trabalho, sociedade e política.

Os participantes A, C, D, F, G e H responderam que sim, contudo, ao justificarem suas respostas divergem. Destacaremos algumas falas. O participante “A” coloca que:

Sim, a EJA aqui dentro do sistema prisional sempre aborda as questões trabalho, sociedade e política, pois é a partir daí que é trabalhada a prática de ressocialização, pois as temáticas trabalho, sociedade e política está diretamente ligada EJA/ECOSOL e elas são abordadas numa perspectiva de ressocialização dos apenados”

Enquanto que B e E ao responderam comungam que não acreditam muito na EJA nessa perspectiva, pois eles acreditam que ao sair da cadeia, mesmo tendo concluído o ensino médio, a possibilidade de recomeçar suas vidas profissionais de maneira honesta, será diminuída, pois a sociedade irá sempre vê-los como marginais.

A indagação seguinte foi: Qual a perspectiva que a EJA dentro de sistema prisional traz para sua vida? “D” colocou que: com a EJA dentro do sistema prisional eles teriam a oportunidade de concluir seus estudos para que ao sair da prisão possa ter mais oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, além da remição de pena que lhes são garantidas por lei. Essa afirmação pode ser comprovada com base nessa resposta dada pelo participante “F”:

Com a EJA dentro do sistema prisional, nós presidiários temos a oportunidade de concluir os estudos e com isso temos uma chance de quando sairmos daqui, arranjarmos um emprego e não voltarmos para a vida do crime e o mais importante é que as aulas dá direito a diminuição da pena, então é uma forma de sairmos, mais rápido daqui.

Todavia os participantes B e E afirmam que querem apenas desfrutar do direito a remição da pena para ficarem livres novamente.

A terceira questão pede que eles definam a partir do seu entendimento o que é Economia Solidária? Eles colocaram que com base no que eles entenderam. A Economia Solidária é uma alternativa de aumentar as vagas de emprego no mercado através de empreendimentos solidários, que por sua vez é bem mais fácil de gerenciar, pois não necessita de grandes investimentos e pode ser aberto em grupo, onde os lucros, as despesas e as tarefas são divididas igualmente para todos. ESSA afirmação fica comprovada através da abordagem da resposta original. “G” destaca que:

Com base no que falou a professora. Entendemos que Economia Solidária é uma alternativa de se produzir empreendimentos solidários, onde não precisa ter muito capital e pode ser feito em grupo, onde todos os participantes contribuem com o que tem e o lucro e os gastos são repartidos em partes iguais entre os integrantes.

Entretanto os entrevistados B e E não conseguiram chegar a um conceito para a ECOSOL. Assim, destacaremos a quarta pergunta que foi a seguinte: No Seu ponto de vista como a Economia solidária pode ajudar na ascensão Social dos apenados? A, C, D, F, G e H responderam que a EJA/ECOSOL pode lhes trazer novas possibilidades de retomar suas vidas profissionais e com isso favorecer a ascensão social. Constatamos esse fato Citando a resposta do participante. “D” colocou que: “A EJA numa perspectiva de economia solidária poderá ser uma alternativa de ressocialização, através da retomada dos estudos e das atividades profissionais que podemos aprender através delas”. Porém, B e E responderam que não acreditam na ressocialização através da EJA/ ECOSOL, por que acreditam que tudo que eles fizerem após a prisão, será sempre vistos como marginais.

O quinto questionamento foi: Que mudanças a EJA realizada numa perspectiva de Economia solidária poderá trazer para sua vida? Ao analisar as respostas dos participantes A, C, D, F, G e H, detectamos uma opinião comum, ou seja, eles colocam que a EJA numa perspectiva de Economia solidária é uma alternativa de ressocialização através da educação e também abre as portas do mercado, pois com os conhecimentos adquiridos sobre esse tema, aprendemos outras maneiras de se inserir no mundo dos negócios. Ao passo B, C e E não mostraram interesse em investir nesse tipo de empreendimento, por não acreditarem muito nele.

A sexta questão desenvolve a seguinte pergunta: Você teria a iniciativa de criar uma cooperativa apenas com alunos oriundos da EJA no sistema prisional? A resposta dos representantes das letras: A, D, F, G e H foram positivas, pois veem na ECOSOL um meio de produção de renda para seu sustento e da sua família, mas enquanto isso os representados das letras B, C e E afirmaram que não enxergam a ECOSOL como uma saída para ascensão social, pois afirmam que ela ainda está mais no plano da teoria do que da prática.

A sétima e última questão coloca a seguinte indagação: Você pretende continuar seus estudos e ter uma formação? A resposta do participante “G” é mais incisiva, ele responde que:

Quer continuar estudando, mesmo com todas as dificuldades que ele sabe que irá enfrentar, pois ele tem consciência que será intitulado por muitos como ex-presidiário e isso será o motivo para que lhe seja fechada muitas portas, porém, não o fará desistir, uma vez que para ele essa é a saída para não retomar à vida de crime.

Entretanto B, C e E não querem continuar estudando e justificam-se dizendo que já tem a idade avançada e não pensa em ter uma formação por achar que ela não lhe servirá muito e afirma ainda que só estão estudando no sistema prisional para ter direito a remição dapena, contudo os participantes A,D, F,G e H, tem um pensamento positivo e em suas respostas mostram-se otimistas, pois todos colocaram que querem continuar estudando mesmo sabendo dos desafios que vão enfrenta.

Entendemos que a EJA/ ECOSOL nesse contexto é compreendida como uma alternativa de ressocialização para os discentes do sistema prisional, a qual tem a função de orientá-los em seu retorno à sociedade após cumprir à pena que lhes foram determinadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na sistematização da experiência, nos dados e resultados obtidos mediante a nossa intervenção, fica evidenciada a valiosa contribuição da economia solidária aliada à educação dentro sistema prisional, a qual implica numa reflexão sobre o nosso permanente fazer docente, o qual se efetiva captando avanços, resistências, dificuldades e possibilidades de novas tomadas de decisões sobre o que fazer para desenvolver novas práticas educativas, objetivando a concretização na aplicação da economia solidária dentro da EJA no âmbito escolar.

A formação sobre a EJA e economia solidária, oportuniza ao docente não só transmitir o conhecimento didático em sala de aula, mas possibilita também a quebra de paradigma, pois a função de ensinar ultrapassa os limites didáticos, atingindo mais significativamente um propósito social que irá contribuir para trazer mudanças concretas na vida dos discentes.

Essa intervenção foi de uma representatividade excepcional, não só pelo grande conhecimento proporcionado sobre EJA dentro do sistema prisional: numa perspectiva de ECOSOL, mas também por que com base nos ideais discutidos aqui, concluímos que esse ensaio está contribuindo relevantemente para o fazer docente. Fazendo com que a partir daqui originem novas reflexões a cerca de como incluir definitivamente a ECOSOL dentro da EJA.

O processo de ensino-aprendizagem dentro do sistema prisional tem sido objeto de muitas discussões e debates ao longo do tempo. Entretanto, é visível a necessidade de promoção de medidas que melhore a funcionalidade das práticas educativas dos discentes dessa modalidade de ensino, levando-os a frequentarem as aulas. Diante desse quadro devem ser desenvolvidas políticas públicas para motivar os alunos e, além disso, oferece para eles novas alternativas de ajudá-los a regressar para a sociedade com a cabeça erguida e poder recomeçar suas vidas com ideias que os façam enxergar outros meios de sobreviver que não sejam através do crime.

A EJA é considerada como uma modalidade de educação, que apresenta um importante meio de progresso social, com base nisso, ela amplia o espaço para as discussões referentes ao mercado de trabalho. Ela representa a possibilidade de mudanças para todos que a compõe inclusive para os apenados que muitas vezes são excluídos do mercado de trabalho, por ser ex-presidiários.

Em suma, a economia solidária tem base associativa e cooperativista que engrandece o trabalho como meio de libertação humana. Ela proporcionará aos que acreditam nela um novo emprego e além, disso a oportunidade de reintegrar a sociedade, tendo como perspectiva um mundo mais justo.

Todas as questões colocadas e analisadas trazem uma reflexão da comunidade prisional. Por isso devemos levar em consideração tal contexto. Porém, mesmo encontrando-se nessa situação, a maioria dos entrevistados mostra-se esperançosos no que diz respeito aos benefícios que à educação aliada a ECOSOL pode lhes conceder e é com base nisso que percebemos que ainda existe chance para os que acreditam, pois como diz a célebre frase de Freire à educação não muda as pessoas, elas se transformam quando realmente querem mudar.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. Economia dos setores populares: modos de gestão e estratégias de formação. *In*: SOARES, E. A. Sergio, HEIMERDINGER, Eloir, ALVES, Luis. Paulo Arena, COSTA, Ricardo, FONSECA, Maiara. (Orgs). **Economia dos setores populares: pensamentos, ferramentas e questões**. Porto Alegre: Catarse, 2009.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e terra, 2003.

JULIÃO, E. F. **EJA e educação prisional**. SEED/MEC, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, C. Autogestão e Economia Solidária – São Paulo: *In*: “Democracia e Autogestão”. **Revista “Temporaes”**. Humanitas publicações FFLCH/ USP; São Paulo: USP, 2002.

NOVAES, T. H. (Orgs). **Gestão pública e sociedade: Fundamentos e políticas Públicas da Economia Solidária**, v. 1, São Paulo: Outras expressões, 2011.

NOVAES, T. H. **Autogestão e economia solidária**. Florianópolis: Cadernos da Cidade Futura. Ano I, Numero 2, maio 2000.

NOVAES, T. H. **Uma mutação cultural:** de ‘celetista’ e/ou ‘sindicalista’ para autogestionário’, MTE, Qualificação Social e Profissional, v. 2, Brasília, 2005.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Reflexões em torno da educação escolar em espaços de privação de liberdade. *In: Educação em prisões.* YAMAMOTO, Aline. GONÇALVES, E.; GRACIANO, M.; LAGO, N. B.; ASSUPÇÃO, R. (Orgs). São Paulo: Cereja, 2010.

PIERRE. N. **Le temps, La technique, l'autogestion.** (1980), matéria de uma entrevista para a Revista “Critique Socialiste” (1979).

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. *In: KRUPPA, Sônia M. Portella. (Org). Economia solidária e educação de jovens e adultos.* Brasília: Inep, 2005.

# EJA e a prática da sustentabilidade como instrumento para a Economia Solidária: experiências dos sócios da ASCAMARC

*Maria Gilsivania de Lucena  
Valéria Maria de Lima Borba*

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição da educação de jovens e adultos – EJA para os alunos sócios da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cajazeiras/PB – ASCAMARC. Identificado se estes recebem incentivos nas aulas da EJA para praticar a economia solidária como fonte de renda, através da coleta de materiais recicláveis, que constituem uma atividade sustentável. Além disso, pretende-se verificar a importância do trabalho realizado pelos sujeitos da pesquisa para a sociedade cajazeirense. Ou seja, se o ensino da EJA está auxiliando os alunos-sócios da ASCAMARC a participarem ativamente na sociedade em que vivem.

O desenvolver da pesquisa deu-se devido ao fato dos temas economia solidária e sustentabilidade serem urgentes e emergentes na sociedade, precisando assim, estar inseridos na educação escolar, seja na modalidade EJA ou em qualquer outro segmento da educação. Embora, nos últimos anos as mudanças ocorridas no meio socioeconômico mundial, fizeram com que algumas nações incentivassem o desenvolvimento sustentável e a economia solidária, como possibilidade viável a geração de renda, apesar disso, estes temas ainda parece estarem pouco visíveis na sociedade.

Neste contexto, de incentivar a prática da sustentabilidade como alternativa para a economia solidária a educação de jovens e adultos precisa incentivar o seu alunado a procurar alternativas que promova melhor qualidade de vida. Nesta perceptiva do ensino voltada a realidade do aluno, foi desenvolvida uma pesquisa referente à da educação de jovens e adultos, EJA, e a prática da sustentabilidade como instrumento facilitador para se alcançar a economia solidária (ECOSOL). Para isso, foram consideradas as experiências dos sócios da ASCAMARC. A escolha da temática deveu-se ao fato de ser um dos questionamentos que norteiam os debates sobre a educação de jovens e adultos e, se esta procura uma melhor inserção do seu público no mercado trabalho e na participação dos seus membros nas questões referentes à sociedade. Para tal efetivação da EJA, faz-se necessário uma educação escolar voltada aos anseios e desafios da sociedade atual.

A educação escolar na qual os participantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cajazeiras/PB estão inseridos, precisa estar voltada para o desenvolvimento de uma atitude cidadã, levando em considerações a democratização, a cidadania, a consciência ambiental e social dos estudantes, despertando nestes o interesse em relação a sua posição diante da sociedade. A partir dessa educação para a cidadania os alunos poderão reivindicar os seus direitos, exercer um papel consciente, lutar por causas justas de igualdade social, política, cultural e educacional. A partir dessa discussão faz-se necessário analisar a contribuição da educação de jovens e adultos para os alunos que são sócios da ASCAMARC.

## 2 EJA NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Com o objetivo de analisar a contribuição da educação de jovens e adultos para os alunos que são sócios da ASCAMARC, verificar se estes realizam economia solidária como fonte de renda, compreendendo a importância dos catadores de materiais recicláveis para a sociedade Cajazeiras/PB, esse capítulo, traz um breve relato sobre a trajetória da EJA no contexto bra-

sileiro, como os conceitos básicos de economia solidária, cooperativismo e desenvolvimento sustentável.

A educação de jovens e adultos (EJA), no Brasil, nos últimos anos vem sendo apresentada como algo “novo”, extraordinário, que vai mudar a realidade do analfabetismo no país, mas esta prática de alfabetizar jovens e adultos já vem sendo realizada desde a época da colonização brasileira pelos portugueses.

O Brasil quando era colônia de Portugal os modos educacionais eram diferentes dos atuais. Neste período os Jesuítas líderes religiosos vindos da Europa, desembarcavam em solo brasileiro e passavam a catequizar os indígenas e os africanos, estes últimos trabalhavam como escravos na agricultura. Para Naiff e Naiff (2008, p. 403) “Nas práticas educativas dos religiosos jesuítas, no período colonial, encontra-se, segundo a literatura o início dos programas voltados à educação de jovens e adultos no Brasil”. Para isso, os Jesuítas ensinavam a leitura dos dogmas religiosos, com o objetivo de impor uma nova cultura a esses grupos. Essa forma de “educar” perdurou por muito tempo, porém sempre de maneira fraca e assistemática. No Império era garantida a escolaridade primária a todos os cidadãos, mas só era cidadão quem fosse livre.

A Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. (art, 179, 32). Contudo, a titularidade da cidadania era restrita aos livres e aos libertos... Para escravos, indígenas e caboclos \_\_\_ assim se pensava e se praticava \_\_\_ além do duro trabalho, bastaria a doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica. O acesso à leitura e à escrita eram tidos como desnecessários e inúteis para tais segmentos sociais. (PARECER CNE/CEB 1/2000, p. 12)

Durante um longo período acreditava-se que alfabetizar a jovens e adultos seria perda de tempo, essa mentalidade passou do período colonial até a República Velha 1889 – 1930. De acordo com Chaia (2013, p. 2) foram excluídos do processo eleitoral os analfabetos e mulheres, para a classe política da época os patrões representavam os trabalhadores e as mulheres seriam representadas por seus conjugues ou pais.

Durante a Nova República a partir de 1985, ocorreu à inserção dos analfabetos na vida política do país, estes conquistaram o poder do voto, daí por diante, o ensino de jovens e adultos passou a ser visto como meio para obter voto. Para tanto, era um voto de cabresto, na qual os eleitores do sexo masculino votavam por medo ou indicação, não tinham direito a escolher o seu representante, pois os poderosos da época coagiam os trabalhadores a votar naqueles que representavam os interesses da elite, neste momento da história a educação de jovens e adultos mal se preocupava em alfabetizar o educando a aprender escrever o nome o que já era obrigatório para exercer o voto.

A primeira Constituição Republicana proclamada, a de 1891... condiciona o exercício do voto à alfabetização (art. 70, § 2º), dando continuidade ao que, de certo modo, já estava posto na Lei n. 3.029/1881 do Conselheiro Saraiva. Este condicionamento era explicado como uma forma de mobilizar os analfabetos a buscarem, por sua vontade, os cursos de primeiras letras. O espírito liberal desta Constituição fazia do indivíduo o pólo da busca pessoal de ascensão, desconsiderando a clara existência e manutenção de privilégios advindos da opressão escravocrata e de formas patrimonialistas de acesso aos bens econômicos e sociais. (PARECER CNE/CEB 1/2000, p. 13)

No período inicial da República havia interesse no ensino da leitura e da escrita como ferramenta para capacitar os eleitores. A realidade é que o ensino de jovens e adultos pouco evolui, permanecendo na mesmice de um ensino voltado a atender a defasagem educacional brasileira. Onde homens e mulheres em idade escolar precisavam trabalhar nas lavouras e assim não tinham tempo para estudar. A partir da década de 1930 o alto índice de analfabetismo no Brasil torna-se um empecilho para o processo de industrialização.

Assim, a partir de 1940 a educação de jovens e adultos recebeu uma atenção especial no Brasil, com algumas campanhas, como CEAA a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos efetivada no governo de Eurico Gaspar Dutra, esta campanha teve a preocupação de elaborar um documento específico para a educação dos adultos. A respeito desta campanha Paiva escreveu:

a educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para ‘uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância’, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, conforme o pronunciamento de Lourenço Filho: devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral (PAIVA, 1987, p. 179, apud. COSTA, 2013, p. 67).

Além desta campanha outras campanhas foram realizadas no Brasil, Costa (2013, p. 67) destaca entre elas a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL – Governos Militares) e o Programa Alfabetização Solidária (1997). Esses programas baseavam-se na decodificação de símbolos, ensinava-se a ler e a escrever, a somar e a subtrair, não ensinava a pensar. Logo, essas campanhas apresentaram falhas, devido ao fato da educação escolar não corresponder à realidade do público.

Portanto, a educação de jovens e adultos deve ser formulada para atender as necessidades básicas do seu alunado, como alfabetização, qualificação profissional e melhor participação do cidadão na sociedade. Deste modo, a educação é o elemento básico para o aluno entender a realidade na qual está inserido e assim modificar o seu meio de vivência, para depois, entender a realidade global. Para Paulo Freire, grande colaborador da educação de jovens e adultos, a educação deveria esta de acordo com os anseios dos educandos e não da classe burguesa, onde não havia alienação do trabalhador, mas sim a libertação do indivíduo, através da formação crítica, na qual o sujeito é o principal modificador de sua realidade, a UNESCO define a pedagogia Freireana como:

Pedagogia fundada nos princípios de liberdade, da compreensão da realidade e da participação favorecia a conscientização das pessoas sobre as estruturas sociais e os modos e dominação a que estavam submetidos, alinhando-se a projetos políticos emergentes na época... A educação teria o papel de libertar os sujeitos de uma consciência ingênua, herança de uma sociedade opressora, agrária e oligárquica, transformando-a em consciência crítica. (UNESCO 2008, p. 27)

A partir da década de 1980 a educação de jovens e adultos passa a ser configurado com a sigla EJA. Contudo, a mudança de nomenclatura não mudou a concepção por trás da tentativa de erradicar o analfabetismo no Brasil, pois a ideia de uma formação aligeirada se contrapõe a ideia de processo de alfabetização e de letramento defendida por Paulo Freire. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seu artigo 37º § 1º assegura a gratuidade aos jovens e adultos que na idade regular não puderam efetuar os estudos, onde os sistemas educacionais além da gratuidade ofereceram o alunado condições favoráveis a melhores condições de vida e de trabalho, por intermédio de curso e exames, oferecidos na rede pública de ensino.

Os estudiosos perceberam a necessidade de introduzir na Educação de Jovens e Adultos temas correlacionados com a realidade do educando, tornando o ensino mais crítico, efeti-

vo, que atenda a todas as classes sociais. Em especial as classes excluídas do processo de elaboração de um conhecimento sistemático na sociedade capitalista. Nesta organização social não possuir uma formação escolar é automaticamente isentar-se do processo crítico-social.

O ensino a estas classes precisa atrelar os conhecimentos de vivência do sujeito ao conhecimento sistemático, escolar, curricular, a aprendizagem voltada para a formação cidadã e cultural. Com os conhecimentos construídos no ambiente educacional, os alunos vão passar a ter mais subsídios para atuar conscientemente na sociedade, conhecendo os seus direitos e deveres. Mas, é importante compreender que muitos educandos da EJA tiveram ou tem uma vida difícil com problemas financeiros, culturais, sociais e familiares, logo muitos ainda não veem na educação escolar uma chance de mudar sua situação cidadã. Segundo Lopes e Sousa (2011) “É preciso que a sociedade compreenda que alunos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha... dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade.” A heterogeneidade do público da EJA, atrelado aos anseios individuais de cada educando é um desafio para os educadores, pois em sala de aula se depararam, com objetivos individuais, e ritmos de aprendizagem diferentes. Ao contrário da criança que esta em formação crítica, o jovem e adulto já possuem consciência formada, é um sujeito moldado pela sociedade.

## **2.1 Economia solidária e cooperativismo**

O sistema capitalista instaurado na sociedade mundial a partir advento das grandes navegações, século XV, e das revoluções industriais, esse sistema vem excluindo muitos indivíduos do processo de produção e consumo mundial. O capitalismo prevalece e se fortalece ao longo dos séculos. De acordo Druck (2000) na produção capitalista existe a opressão do trabalhador, que recebe uma remuneração pela atividade realizada, sendo alienado pelo sistema, e tem sua força de trabalho como mercadoria. O capitalismo ainda prioriza a busca constante do lucro, a mais-valia, a divisão da sociedade em classes, a produção e consumo em larga escala, o individualismo, a exploração dos recursos naturais entre outras características que regem o mercado da produção e do consumo global.

A economia de mercado promove o acúmulo de riquezas, promoção social, o crescimento econômico, essas vantagens é para uma pequena parcela da população, pois esse sistema econômico promove o crescimento individual e não o desenvolvimento geral. O Brasil nos últimos anos está passando por um rápido crescimento econômico, mas o nível de desenvolvimento geral da população brasileira ainda continua baixo. Grande parte da população ou está desempregada ou em subempregos, em geral o público mais afetado pelo desemprego são pessoas não alfabetizadas. Diante das dificuldades encontradas para ingressar ou reintegrar no mercado de trabalho, uma opção viável para os indivíduos é a prática da economia solidária como fonte de renda.

Economia Solidária tem como objetivos a coletividade, inclusão social e desenvolvimento humano e social dos indivíduos, sem a exploração da pessoal e da natureza. Segundo Badue e Gomes (2011, p. 7) a economia solidária “é um jeito diferente de produzir, vender, comprar, trocar, consumir, em que a realização das atividades econômicas é baseada na democracia, autogestão, cooperação, solidariedade, preservação ambiental e nos direitos humanos”. A economia solidária surge como oposição ao capitalismo.

Assim, como o socialismo a economia solidária prioriza a propriedade coletiva dos meios de produção. O exercício da economia solidária como fonte de renda em contradição a economia de mercado (capitalismo) que prioriza a busca constante do lucro e os trabalhadores não tomam decisões relativas às propriedades. A ECOSOL traz uma nova configuração para o trabalhador, onde o empreendimento é solidário, sendo todos os participantes donos da empresa, das obrigações, das decisões, dos rendimentos, das perdas e tudo que diz respeito ao empreendimento solidário é compartilhado por todos os membros da iniciativa.

A economia solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna, sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios de produção (além da união e associações ou cooperativas dos pequenos agricultores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. SINGER, (2005, p. 14)

Nos empreendimentos solidários não há patrões ou empregados, não há quem trabalhe mais ou menos, todos têm os mesmos direitos e deveres. Na prática da ECOSOL a propriedade privada é extinta. Porém, apesar dos debates sobre a economia solidária parecerem recentes, há tempos algumas sociedades já a praticavam. Na concepção de Leite (2009) não existe um consenso sobre o conceito da economia solidária. Para uns o conceito teria sido formulado a partir dos ensaios de Robert Owen filho de artesões e um dos maiores industriais da Europa, durante a I Revolução Industrial, neste período tentou por vezes inserir uma produção voltada à igualdade e solidariedade dos bens de produção. Owen, revoltado com o aumento do desemprego, os lucros exorbitantes dos proprietários, e a situação na qual o trabalhador se encontrava na sociedade, não tendo o direito de consumir os produtos frutos do seu próprio trabalho. Diante deste descontentamento Owen reduziu as jornadas de trabalho, instalou a previdência, a idade mínima para ingressar na vida trabalhista entre outros benefícios destinados ao trabalhador.

Os ideais de Owen estacionaram na ambição dos próprios membros das comunidades (associações) que ele tinha fundado. Aguiar e Reis (2002, p. 155) enfatizam que “Owen desejava ver triunfar, sobretudo a idéia de associação, que acreditava ser necessária para a realização do Novo Mundo Moral, a ser formado através de um rigoroso esforço educacional junto à classe operária”. Os ideais de Owen teriam promovido assim, as primeiras formas de economia solidária.

Para outros autores a ECOSOL é um acontecimento da atualidade, é o caso de Schiochet (2012, p. 17), “A economia solidária é um fenômeno recente cujas razões de seu surgimento e expansão estão por ser ainda analisadas de maneira mais adequada”. Na atualidade a economia solidária estaria desenvolvendo-se devido aos episódios referentes ao desemprego estrutural, modernização do sistema produtivo, assim o trabalhador que está fora do mercado de trabalho, precisa procurar novas alternativas de sobrevivência. Sendo a organização desses trabalhadores em cooperativas ou em associações a alternativa mais viável para a prática da ECOSOL, como fonte de renda.

No Brasil a efetivação da economia solidária acontece nas cooperativas, nas associações, no fundo solidário e em todos os setores que não tenham como objetivo o lucro, a propriedade privada dos meios de produção. De acordo com Sanchez (2012, p. 346) essas formas de empreendimentos solidários no Brasil já vêm ocorrendo desde a imigração europeia, no século XIX, quando estes povos chegaram aqui organizaram movimentos sociais (período da 1ª Revolução Industrial). Porém, ganhou destaque nos anos 1980 e 1990 quando o desemprego aumentou no país. Os trabalhadores sem emprego juntaram-se e começaram a organizar-se em cooperativas e associações. As cooperativas são empreendimentos solidários que precisam ter no mínimo 20 cooperados, no país estas são protegidas por leis específicas, sendo reconhecidas na Constituição Federal (CF) de 1988.

As cooperativas são um tipo de sociedade, o que no direito brasileiro significa que são pessoas jurídicas com fins econômicos. Por isso, sua adequação aos empreendimentos de Economia Solidária tem previsão expressa na Constituição de 1988, decorrente do direito de associação (at. 5º, XVIII) ... e são regidas por legislação específica (Lei S.765/1971, lei geral de cooperativismo, e lei 9.867/1999, sobre as cooperativas sociais) (SANTOS, 2002 p. 313)

De acordo com a legislação vigente as cooperativas não podem vir à falência, uma vez que não são empresas privadas, são empreendimentos que visam à geração de emprego e renda para um número de indivíduos que possuem objetivos comuns, e entre os objetivos não está o lucro. As cooperativas são empreendimentos solidários que tem como fim a igualdade, a democracia, e a gestão participativa. Estas não são criadas para suprir a necessidade de um ser humano, mas de um grupo. Em linhas gerais a organização em cooperativas permite os cooperados condições básica para alimentação, vestuário, educação escolar, moradia, saúde, lazer.

A organização de uma cooperativa deve partir da iniciativa popular, não sendo necessário a princípio capital de giro, porém, é indispensável ao empreendimento solidário fugir das regras de mercado (viabilidade econômica, lei da oferta, pesquisa de preços, estímulo ao consumo), claro que os cooperados deverão exercer o papel de produtor e consumidor consciente, valorizando os princípios básicos da economia solidária.

O progresso das cooperativas, muitas vezes é impedido devido ao fato de muitos participantes pensarem o empreendimento como empresa capitalista que precisa render lucros, pagar salários, entre outros direitos trabalhistas. Esse individualismo acontece por estas pessoas terem sido “treinadas” para um mercado onde o ter vale mais do que o ser. Neste sentido, a autogestão do empreendimento solidário, assim com todos os envolvidos, precisa conhecer as regras do sistema capitalista, para ter conhecimentos de como manter a produção no mercado competitivo. Isto não significa promover o enriquecimento dos participantes, mas a finalidade é não faltar trabalho e renda para os membros da cooperativa. Diante do exposto, a lógica do cooperativismo e da economia solidária é promover o trabalho humano digno, o bem-estar social e ambiental, das mais variadas classes sociais.

A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável... Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. (GADOTTI, 2009, p. 24).

A dificuldade encontrada para a prática da economia solidária é reeducar as pessoas acostumadas ao sistema capitalista, para a solidariedade e educá-las a pensar no bem-estar dos outros. Algumas pessoas já realizam atividades sustentáveis, participando de empreendimentos solidários muitas das vezes sem saber. É o caso das cooperativas de reciclagem, de reaproveitamento, associações de produtores rurais e urbanos, que nas suas práticas diárias não agredem o meio ambiente e ainda promove trabalho para a população.

## **2.2 Contextualizando sustentabilidade**

Nos últimos anos está em foco o debate sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, porém esta prática já era realizada desde os primórdios, quando os homens primitivos cuidavam da natureza, retirando da Terra somente o suficiente a sua sobrevivência. Os povos nativos continuaram a realizar atividades sustentáveis, nas tarefas diárias não devastavam ou exploravam demasiadamente os recursos naturais. Contudo, as técnicas usadas pelo Homem foram modificando-se ao longo do tempo, as inovações das técnicas de trabalho acelerou o processo de exploração da natureza, tornando-se avassaladora nas últimas décadas.

Atualmente, atrelar crescimento econômico ao desenvolvido de atividades sustentáveis, que não prejudiquem excessivamente o meio ambiente, constitui um grande desafio para a humanidade. Pois, o sistema capitalista instiga o consumo cada vez mais exagerado de bens que logo se tornam obsoletos, logo, a produção em larga escala, utiliza cada vez mais, o uso de

grandes reservas de recursos naturais, como também um maior despejo indevido de matérias no meio ambiente.

Contrapondo a exploração demasiada dos recursos naturais surgem grupos que nas suas atividades diárias reduz o consumo, reutiliza elementos e recicla os restos deixados pelo homem consumista. Os artesãos são um exemplo de pessoas que desenvolvem o seu trabalho de maneira sustentável aproveitando ou reutilizando vários materiais na fabricação de um novo produto. Outro exemplo são os catadores de matérias recicláveis que prestam um trabalho a sociedade retirando do meio ambiente os “restos” do consumo, evitando assim um acúmulo maior de resíduos sólidos.

A evolução dos meios de produção em massa e o alto nível de consumo vêm acelerando a degradação cada vez maior do meio ambiente. Assim, o desenvolvimento sustentável (DS) ou sustentabilidade surge em contradição ao este sistema explorador dos recursos naturais e humano, de acordo com a COOPERJOVENS DO SISAL/ADS-BA (2000) o desenvolvimento sustentável e solidário surge para contrapor o sistema capitalista, logo precisa atrelar conhecimento, a produção e ao desenvolvimento local. Neste sentido, as atividades realizadas pelas associações e cooperativas que visam melhor aproveitamento dos recursos naturais ou o reaproveitamento de materiais têm uma grande importância no desenvolvimento social da população local como também ambiental

A noção de sustentabilidade integra o aproveitamento Máximo dos recursos naturais e o movimento perene, e é mais explícito ao nível da firma. Ela é patente no novo paradigma de qualidade do produto que implica a rastreabilidade do seu ciclo de vida, isto é, a qualidade é avaliada não apenas pelo produto em si, mas pela possibilidade que oferece de ser reutilizado ao fim de sua vida útil como insumo ou matéria-prima em novas linhas de produção. (BECKER, 2007 p.205)

Nesta perspectiva, sustentabilidade é compreendida como a prática de atividades econômicas que não comprometem as gerações futuras, ou seja, a utilização dos recursos disponíveis sem danificar a natureza, através da produção e do consumo consciente por parte da população. Priorizando o desenvolvimento local, onde os sujeitos são autores da sua própria fonte de renda, utilizando o que lhes está disponível, seja na agricultura, na reciclagem, na confecção de artesanato ou reaproveitamento de produto. Atualmente, muitas ações são realizadas em favor do meio ambiente, mais ainda são pequenas se comparadas às necessidades do planeta.

Diante desta realidade as modalidades de ensino devem focar nas suas práticas temas correlacionados ao meio ambiente, a sustentabilidade como fonte de renda, auxiliando os educandos a desenvolver uma consciência crítica em relação às questões sociais e ambientais que afligem as sociedades. A educação de jovens e adultos também deve ter esta preocupação para com a realidade do seu público, instigando o aluno a pensar sobre suas práticas cotidianas e, acima de tudo, rever sua condição social. Objetivando prática da economia solidária e a sustentabilidade como meio para obter melhor condição de vida.

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças... Associamos **economia solidária** ao **desenvolvimento**, e mais precisamente à vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade como o senhor de bem viver... sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado diário para com o planeta e para com toda a comunidade da vida. Ela se opõe a tudo que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica – e isso tem tudo a ver com a economia solidária. (GADOTTI, 2009, p. 29-30).

Nesse contexto, os profissionais que trabalham com o público da EJA precisam levar para o ambiente educacional às questões pertinentes as classes sociais, a realidade do educan-

do. Logo, essa modalidade de ensino deve ser pensada para atender as inquietações do alunado, estes em muitos casos são excluídos do processo social. Cabendo a educação escolar promover a inclusão dos jovens e adultos no campo produtivo, instigando-os ao desenvolvimento sustentável como prática da economia solidária como fonte de renda.

Portanto, a prática da sustentabilidade e da economia solidária surge na sociedade atual como alternativa favorável a diminuição dos altos índices de desemprego que são gerados por crises econômicas e pela modernização do setor produtivo (desemprego conjuntural e estrutural respectivamente) que assolam a sociedade deste da Primeira Revolução Industrial.

### 3 METODOLOGIA

Como já fora citado anteriormente o objetivo geral da pesquisa é analisar a contribuição da educação de jovens e adultos – EJA para os alunos sócios da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cajazeiras/PB – ASCAMARC, e os objetivos específicos são: verificar se na concepção dos alunos da EJA, sócios da ASCAMARC eles realizam Economia Solidária como fonte de renda, e compreender a importância dos catadores de materiais recicláveis para a sociedade Cajazeiras/PB. Para a efetivação da pesquisa inicialmente realizou-se uma busca pelas referências que norteiam a compreensão acerca da temática, EJA e a prática da sustentabilidade como instrumento para a economia solidária. Em seguida fora realizado levantamento dos empreendimentos solidários na cidade, sendo viável a realização da mesma na ASCAMARC, por ter alguns sócios alunos da EJA, os mesmos vieram a desistir da educação escolar no decorrer da pesquisa.

A ASCAMARC localiza-se na Rua Vitória Bezerra, s/n - Bairro São Francisco, em Cajazeiras no sertão paraibano. Atualmente, a associação funciona em um galpão locado pela Prefeitura do município. A estrutura física do galpão se encontra em péssimas condições, apresentando diversos problemas como cupins, telhado mal estruturado, paredes sem segurança entre outros problemas.

O surgimento da ASCAMARC deu-se com o intuito de assegurar o sustento de algumas famílias que se encontravam fora do mercado de trabalho. Objetivando a valorização e a preservação ambiental, assim como, proporcionar trabalho e renda e a inserção dessas pessoas na sociedade através de ações que integrem a comunidade na coleta seletiva. Busca promover melhores condições de vida aos associados, que em sua maioria são analfabetos. Atualmente, os integrantes desta associação praticam uma economia solidária, sobrevivendo praticamente da coleta de material reciclado nas ruas, em algumas instituições de ensino, no comércio e no lixo de Cajazeiras – PB.

Após, identificada a área de estudo, em campo foram entrevistados dois sócios da ASCAMARC, ambos ex-alunos da EJA. Os entrevistados serão denominados B1 e B2. O primeiro entrevistado B1 tem 48 anos de idade e há mais de 12 anos trabalha na coleta seletiva, sendo que há 8 anos trabalha na ASCAMARC, e estudou na EJA durante 4 anos. O segundo B2 tem 23 anos e começou a trabalhar na coleta seletiva ainda criança com aproximadamente com 12 anos e é sócio da ASCAMARC há mais ou menos 10 anos, nos últimos meses, B2 não está trabalhando na coleta dos materiais recicláveis, devido às dificuldades encontradas para realizar a coleta seletiva no município, porém o mesmo acredita que possa voltar à profissão de catador, pensando nesta possibilidade continua sócio da ASCAMARC. No decorrer da pesquisa é possível verificar, que os entrevistados possuem conceitos similares a respeito da educação de jovens e adultos, sustentabilidade e economia solidária.

Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento de pesquisa a entrevista, realizada no galpão da ASCAMARC. Esta foi gravada e transcrita na íntegra e por fim, realizou-se uma análise qualitativa dos dados obtidos.

#### 4 EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS: a análise das entrevistas com os sócios da ASCAMARC

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados em campo através das entrevistas com os sócios da ASCAMARC. A entrevista apresenta a visão dos catadores de materiais reciclados sobre a educação de jovens e adultos, como também a sustentabilidade e economia solidária, esta é composta por alguns questionamentos referente ao tema em estudo, a seguir analisaremos cada uma delas com as respectivas respostas dos entrevistados.

No primeiro questionamento, com o objetivo de conhecer os anseios e as expectativas dos entrevistados quando entrarem na educação de jovens e adultos foi perguntado o porquê destes optarem por estudar na educação de jovens e adultos. O primeiro entrevistado respondeu: B1: “porque eu queria aprender a ler e escrever”, já o entrevistado, segundo B2 respondeu: “Por que tinha interesse de aprender e ser mais uma pessoa na vida, ter mais influência, o ensino é tudo na vida – sem ensino você não sabe de nada. Quando você vai para um encontro você não sabe de nada, tendo estudo você sabe pelo o menos a base. Teve um encontro em João Pessoa e as irmãs falavam em língua em que os catadores não entendia – então eu pedi para elas falar na língua dos catadores. Ela perguntou se catadores tem língua?, eu disse que tinha, Pois nós não estamos entendendo nada”. A partir das respostas é possível verificar que o objetivo dos entrevistados ao frequentar as aulas da EJA era aprender a ler e escrever.

Porém o entrevistado B2 tem uma visão mais ampla sobre o processo educacional, deixando nas entrelinhas que estudar não é somente aprender a ler e escrever, como expõe o sujeito B1. Quando B2 fala “eu pedi para elas falar na língua dos catadores”, isso mostra o senso crítico do mesmo, é possível observar que na fala deste catador há um conhecimento de mundo. E é através dos conteúdos assistemáticos que este reivindica por uma fala compreensível, para Freire (1996, p. 46) “A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo.” Neste ponto a leitura de mundo dos catadores de materiais recicláveis é de suma importância na hora de compreender a fala dos intelectuais, por isso, estes ao deparar-se com o mundo dos catadores precisam reformular sua fala para assim, alcançar a construção de um conhecimento.

Como o tema principal da pesquisa é sobre a educação de jovens e adultos, em campo fazia-se necessário perguntar aos sujeitos qual a opinião destes a respeito da EJA. De acordo com as referências já citadas, não é de estranhar o conceito que o participante B1 possui sobre a educação de jovens e adultos. Para este, as aulas eram perda de tempo, não atendia aos seus objetivos, veja a transcrição da fala do mesmo “É assim é mais para idoso que não tem o que fazer em casa, né? pra não tá sozinho pensando besteira, né? Então a aula que eu estava precisando não era essa, porque a aula um dia ela é boa, outro dia é regular e outro dia é mais ou menos, porque é mais para brincadeira, pra contar história, pra tá desenhando, pra ficar passando conhecendo alguma coisa e eu não gosto dessa aula, eu gosto daquela aula que escreve e ler, que bote a gente para fazer alguma coisa.” Nessa exposição do entrevistado, é notável o conceito sobre a educação de jovens e adultos ser uma perda de tempo, a qual não atendia os anseios do educando. Isso não é de estranhar, pois, segundo a descrição acima esta aula estaria voltada ao ensino infantil, sabe-se que é necessário introduzir novos métodos de ensino, mas também se compreende que a educação de jovens e adultos não pode ser formulada como métodos destinados ao ensino de crianças.

A escola ensina o conhecimento competente e necessário para cada momento da vida, associando isso a uma formação ética e mesmo política do sujeito aprendiz. A escola, então deve ser compreendida como uma agência de práticas inseridas na história de uma sociedade. (BRANDÃO, 2008 p. 18)

A escola na qual os jovens e adultos estudam precisam atrelar o conhecimento de mundo do educando aos conteúdos sistemáticos. O currículo deve ser pensado e elaborado para o público frequentador e buscar atender as expectativas destes sujeitos. Neste caso, acima fica visível a insatisfação do sujeito em relação às aulas, porém o mesmo admite que as aulas, variam de boas a mais ou menos. Quando os seus objetivos eram atendidos as aulas eram boas, contudo, quando eram voltadas as brincadeiras o mesmo não gostava, ficando evidente na fala do entrevistado a visão de uma aula tradicional, onde se ensina a ler e escrever.

Quando perguntado a B2, qual a sua opinião sobre a EJA, ele descreve a educação como algo importante a ser conquistado pelo ser humano, compreendendo que os conhecimentos adquiridos em sala de aula fazem toda diferença em encontros, na vida das pessoas, com o seguinte posicionamento: “É importante, para gente saber ler as informações, quando a gente vai para o congresso conhecer as informações, saber mais. A educação é tudo na vida do ser humano”. Cabe destacar que essas pessoas que frequentam a EJA, possuem uma visão de mundo formada, um grande acúmulo de conhecimentos. É possível compreender melhor a exposição do entrevistado a partir de Scocuglia (2010, p. 20) onde “alfabetizar passa a ser o desenvolvimento de múltiplas e variadas formas e utilização da escrita e da linguagem na vida social com o foco no ser humano.”. Sendo assim, a educação de jovens e adultos deve propor aos educandos um ensino voltado aos seus anseios, visando melhor contribuir para a sua vida, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Nestas posições destacam-se as visões de mundo dos entrevistados, é fácil perceber nas falas destes que apesar de cada um apresentar o seu ponto de vista sobre o ensino, ambos transparecem vontade de ter um ensino mais voltado à realidade. No decorrer das entrevistas os integrantes da ASCAMARC, mostraram-se bastante confortável em relação aos questionamentos. Sempre seguros e confiantes nas respostas, deixando transparecer a vontade de voltar a estudar quando perguntado se pretende voltar a estudar, tanto o entrevista B1 quanto B2 responderam que “sim, pois ainda tem muito que apreender”. Isso demonstra que apesar destes estarem foram de sala de aula, não perderam a esperança na escola, ou no ensino. Acreditam que só a partir da educação escolar seja possível ter maior ascensão na sociedade e no conhecimento.

Além, do tema EJA a temática da pesquisa também aborda a questão do desenvolvimento sustentável como instrumento para a economia solidária. As perguntas seguintes trazem especulações a respeito do trabalho dos catadores de materiais reciclados. Como estes temas já foram apresentados no referencial teórico, tanto a ECOSOL quanto o DS está relacionado à preservação ambiental e humana, onde as suas práticas significam produção e consumo consciente.

Para se compreender melhor o posicionamento dos sujeitos a respeito da sustentabilidade e da economia solidária, abaixo está transcrito os conceitos sobre estes temas, segundo os sujeitos da pesquisa. Na fala de B1: “Sustentabilidade é o nosso trabalho, ele é sustentabilidade, o nosso trabalho, tira este material de dentro da cidade para vender e sustentar a nossa família”.

O segundo entrevistado, B2: “Já participamos de vários encontros para a sustentabilidade, então praticarmos, pois são aqueles grupo que busca mais sustento próprio, andar com as próprias pernas, sem depende de vários sócios e outros objetivos”.

As respostas dos associados da ASCAMARC indicam que têm conhecimento sobre a prática da sustentabilidade e da importância desta para a sociedade. Os mesmos já participaram de encontro que tratam do tema. Na fala do primeiro entrevistado é perceptível que a coleta dos materiais recicláveis constitui uma atividade sustentável, pois além de ser uma forma de obtenção de renda, não prejudica o meio ambiente. A coleta seletiva preserva os recursos naturais.

Já o segundo entrevistado, relaciona o tema sustentabilidade aos empreendimentos solidários que realizam suas atividades sem depender de ajuda financeira de outras organiza-

ções, para ele, a coleta seletiva é uma atividade sustentável, pois além dos sócios buscarem o seu sustento através dos materiais coletados e vendidos, eles também buscam a sustentabilidade da associação. De acordo com Arruda (2006, p. 11) “economizar bens naturais consumindo menos ou apenas o suficiente; reutilizar, e não descartar, tudo aquilo que ainda esteja em condições de uso; reciclar tudo aquilo que já não está em condições de uso.” Constituem fontes para se alcançar o desenvolvimento sustentável e solidário, assim, os sócios da ASCAMARC praticam a sustentabilidade através da coleta de materiais recicláveis.

O questionamento seguinte tem como objetivo verificar se através da coleta seletiva, os sócios da ASCAMARC realizam a economia solidária como fonte de renda. Ambos entrevistados confirmam que realizam a economia solidária, sendo que para B1: eles realizam a ECOSOL muitas das vezes sem alguns terem conhecimento que estão praticando uma economia voltada para o bem-estar social, “Nós faz, mas tem muita gente que nem sabe que é economia solidária, [...] tem alguém em Cajazeiras que faz economia solidária, separa o material reciclado e entrega na mão da gente, eles manda agente até entrar lá no muro e pegar este material lá dentro do muro deles, eles já separa do lixo. Isso é economia solidária, saber como ajudar o próximo, né, tem muito gente que não sabe como ajudar o próximo só sabe como derrubar, tem gente que não ta nem ai para o próximo, e na economia solidária você vê como ajudar o próximo, quando o próximo esta precisando”. Analisando a fala do participante B1, é notável uma característica da economia de mercado que por ele é reprovada, o individualismo, onde as pessoas buscam vencer a qualquer custo, sem se preocupar como os indivíduos que estão a sua volta. Este sujeito tem uma visão sobre ECOSOL formulada não em estudos teóricos, mas construída a partir da sua experiência de vida.

Já na fala de B2 é notória a importância da efetivação dessa proposta de economia para as classes populares para a melhor obtenção de renda por parte dos empreendimentos solidários, vale ressaltar que os empreendimentos solidários não visam o lucro, mas o bem-estar dos seus membros, esta informações estão contidas na seguinte colocação de B2. “Já participei de reuniões da economia solidária, mas tou voando no assunto porque faz tempo que realizamos estes encontros. A secretaria dá economia solidária ajuda as associações os grupos que não tem fins lucrativos. São sócio de vários setores. que se reuni para dá força e buscar a economia para seu grupo (catadores, doceiras, louçeirias), nós faz a economia solidária porque nós se organiza, queremos melhores condições para os catadores, como galpão novo e a coleta seletiva”.

Nas falas dos sujeitos entrevistados é possível verificar que estes realizam sim a economia solidária como fonte de renda. De acordo com Singer (2005, p. 13) “... artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores, que possuem seus próprios meios de produção, não se confundem com o capitalismo, antes antepõem-se a ele e tendem a integrar a Economia Solidária”. Com referencia de Singer, é perceptível que os sócios da ASCAMARC realizam a ECOSOL como fonte de renda. É tanto que eles têm conhecimento do que é, e como realizá-la.

No momento da pesquisa foi possível perceber a vontade que os sujeitos possuem em efetivar a prática da economia solidária entre os catadores de materiais recicláveis, integrando os catadores, para se conquistar uma autonomia maior em relação à associação. Para que os sócios sejam autônomos em especial no que diz respeito a questões referentes à conquista de um galpão próprio, já que o galpão atual é locado, a melhoria na condição socioeconômica dos sócios e a implantação da coleta seletiva.

Na fala dos entrevistados foram também observadas às características peculiares da economia solidária, como já expõe Arruda (2006, p. 13) a economia solidária pode ser realizada a partir da “construção de empreendimentos formados por pessoas imbuídas do espírito cooperativo e solidário e das capacidades e conhecimentos para levar à prática uma economia da partilha, da justiça e da solidariedade”, essas ações descritas, são observáveis nos sócios quando os mesmo em seus discursos demonstram que na associação há a preocupação com o bem-estar dos associados com a “implantação da coleta seletiva” que vem a favorecer o trabalho dos

mesmos, como a associação também não é uma propriedade privada, e todos participam das decisões referentes ao empreendimento, logo, estes realizam a economia solidária como fonte de renda.

A prática da economia solidária fica visível quando as inquietações dos sujeitos no que diz respeito à construção do Galpão, a melhoria nos rendimentos obtidos pelos sócios, na melhor qualidade da população, sócia e em geral, na conquista de moradia para catadores que em sua maioria moram em imóveis alugados, ou lixão de Cajazeiras/PB. Essa preocupação em ajudar o próximo é típica da economia solidária.

No decorrer dos discursos os entrevistados demonstraram entusiasmo em relação à prática da ECOSOL, aproveitando o entusiasmo dos mesmos foi indagado sobre a importância da coleta de materiais recicláveis, com a seguinte pergunta, qual a importância do trabalho dos catadores de materiais reciclados para a sociedade cajazeirense? As respostas a esse questionamento foram objetivas, nelas eles expuseram não só a importância do trabalho dos catadores como também um sentimento de revolta. Esse sentimento é perceptível no discurso de B1: “Muita gente não dá importância a nosso trabalho, alguns dá, vê nós com bons olhos, mas tem gente que não tá nem aí, trata nós como se agente fosse algum bicho algum porco né. Não dá muita atenção agente não né. Meu trabalho é importante por que eu tiro meu sustento do meio da rua né? E é importante porque eu to alimpando o meio ambiente. Para se acontecer uma enchente dentro de cajazeiras não entupir esgoto, não ta juntando água nesse terreno baldio né, para não criar mosquito da dengue. Eu acho meu trabalho Muito importante só o cego que não quer vê.”

O segundo entrevistado B2 faz uma comparação entre o trabalho realizado pelos catadores e pelos médicos, observe a fala deste: “O nosso trabalho é Importante que nos sempre falamos que o médico salva vidas e nos preservamos vida, com tudo que catamos e reciclamos, sem os catadores mundo ficava perdido. Gostaria que a sociedade veja, a Importância de cada catador e que todo catador receba o salário digno, todos os meios de ter salário, e os sócios e os catadores vivendo bem. Acho que hoje em dia ta mais provável que implante a coleta seletiva, porque estão abrindo os olhos, os comerciantes. Estão vendo que o planeta esta enchendo de lixo, então estão trazendo os catadores para ter conhecimento da coleta Seletiva e dos estudos. Eu diria que coopere com o meio ambiente e com os catadores.” Nesta exposição o B2 demonstram criticidade, pois entende que alguns já cooperam com a coleta seletiva e a capacitação dos catadores, ao mesmo tempo expressa esperança que a sociedade venha a reconhecer a importância dos catadores para a sociedade.

Os entrevistados ainda fazem uma crítica à sociedade que não dá o devido valor ao trabalho dos catadores, porém são seletivos, eles reconhecem que alguns segmentos da sociedade valorizam e ajudam os catadores. Ao mesmo tempo acreditam que a coleta seletiva seja efetivada no município, pois ajudará não só Cajazeiras/PB, mas todo o planeta.

Na exposição das falas, verifica-se a importância do trabalho dos catadores de materiais recicláveis para a sociedade cajazeirense, isso transmitido pelo próprio catador que possui uma visão ampla da cidade, os mesmos compreendem que a realização da sua atividade de relevância não só para a limpeza da cidade, mas para a preservação da vida, pois quando estes realizam a coleta estão evitando inúmeros problemas ambientais, sociais e econômicos.

Os sócios da ASCAMARC também se mostram preocupados com a realidade local e global. Os entrevistados são conscientes da indispensabilidade da sua prática sustentável para a sociedade, que fazem um apelo à sociedade, solicitando que a mesma colabore com a coleta seletiva e com os catadores de materiais recicláveis para que o planeta não sofra tanto as consequências do consumo humano, isso depois de reconhecer que algumas pessoas não os respeitam.

Por fim, foi questionado se os conteúdos trabalhados nas aulas da EJA contribuem à realização do trabalho na associação. As respostas foram objetivas, veja-as: B1: “minha intenção era do estudo mim servir, a minha intenção era essa, porque no meu trabalho eu precisei

muito desse estudo, porque eu ia uma reunião lá tinha muita gente que tava lendo o papel, e eu pegava aquele papel e ficava só olhando para aquele papel como alguma coisa que eu fosse algum cego, não lia nada eu sentia muita vergonha, muito acanhado, porque eu não sabia ler, aí por isso, que eu fui estudar. Eu aprendi ler e escrever muito pouco, algumas palavrinhas mais é besteira. E tenho muita vontade de voltar a estudar em outra escola”. Na fala acima, fica explícito que os conteúdos trabalhados em sala de aula não contribuíram para a prática do trabalho do catador de material reciclável. Como também é visível a vontade que o sócio tem de voltar a estudar e o sentimento de vergonha e humilhação que afeta muitos analfabetos.

B2 é direto e logo, explica que os conteúdos trabalhados em sala de aula não contribuem para a coleta dos materiais, com a seguinte expressão: “Não, o trabalho da reciclagem é um, os assuntos da sala de aula eram diferentes”.

As respostas vieram a comprovar que os conteúdos trabalhados na EJA, não atendem diretamente aos anseios profissionais dos educandos. De acordo como os sujeitos da pesquisa os temas trabalhados em sala estão alheios a realidade do educando.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que os objetivos da pesquisa era analisar a contribuição da educação de jovens e adultos para os alunos que são sócios da ASCAMARC; verificar se na concepção dos sócios da ASCAMARC eles realizam Economia Solidária como fonte de renda e por fim, compreender a importância dos catadores de materiais recicláveis para a sociedade Cajazeiras/PB, a fim da pesquisa os objetivos foram alcançados. Logo se percebe que de acordo com os entrevistados os conteúdos trabalhados na EJA não correspondem à realidade do trabalho realizado por estes. No entanto, mesmo com este ensino não atendendo a realidade dos sujeitos da pesquisa eles ainda acreditam na educação escolar, pois querem voltar a estudar.

Mas, é importante destacar que os próprios educandos estão reivindicando um ensino mais voltado a realidade. Assim, os dados obtidos comprovam que o ensino da EJA, não atende as necessidades trabalhistas dos educandos, caracterizando-se como uma educação distante da realidade, apesar de contribuir para os seus educandos em questões básicas do dia a dia, como assinar o nome.

Na perspectiva da educação de jovens e adultos, voltada à realidade do alunado, o educador da EJA precisa estar à disposição do grupo, sendo flexível às mudanças socioeconômicas que ocorrem na sociedade, auxiliando assim o educando a procurar novas alternativas para uma vida melhor. Contudo é importante salientar que o professor da EJA não possui mecanismos necessários para transformar à realidade cotidiana dos sujeitos, pois falta desde a disponibilidade de material e recursos didáticos necessários, como até mesmo incentivos para um ensino mais dinâmico e eficaz. Os ex-alunos da EJA que são sócios da ASCAMARC e foram entrevistados buscavam na educação subsídios que os auxiliassem na melhoria do seu trabalho como catador de material reciclável, como mostra a análise acima, a educação que eles procuravam não foi ofertada pela escola, pois a mesma não atendeu os seus objetivos.

Contudo, é verificável que os sócios da ASCAMARC praticam o desenvolvimento sustentável com instrumento para a economia solidária como fonte de renda, preocupando-se com questões referentes ao meio ambiente, a sustentabilidade dos associados e não associados, buscando cada vez mais, parcerias na cidade para a implantação da coleta seletiva e a construção de um galpão para associação. Como também, almejam uma melhor qualidade de vida para os catadores de materiais recicláveis de Cajazeiras. Os sócios da ASCAMARC que foram entrevistados, apesar de relatarem que não receberam em ambiente escolar subsídio para a realização do seu trabalho associativo e para a prática da ECOSOL, possuem conhecimentos sobre os mais variados temas, conhecimento acumulado ao longo de sua vivência.

Na pesquisa também foi possível compreender que os catadores de materiais reciclá-

veis conhecem os seus direitos e deveres, como a importância do seu trabalho para a sociedade cajazeirense. Obviamente, que a coleta seletiva representa uma atividade sustentável, pois, não agride o meio ambiente, e ainda promove emprego e renda para uma parcela da população de Cajazeiras/PB. Logo, é compreendido que os sócios da ASCAMARC realizam um desenvolvimento sustentável através das suas atividades diárias na coleta de materiais recicláveis.

Em suma, acredita-se que para ser ter um ensino da EJA voltado à questão da economia solidária e da sustentabilidade, é necessário um longo percurso, pois, tudo o que os sócios da ASCAMARC sabem sobre estes temas apreenderam nos encontros promovidos para os catadores de materiais reciclados. É importante destacar que com os dados obtidos foi possível comprovar que a prática da sustentabilidade é sim um instrumento para se alcançar a economia solidária. Muito embora, no que diz respeito à EJA, este ensino pouco ou quase nada auxilia os educandos, nas questões referentes à realização do seu trabalho, como tão pouco promove uma educação voltada à economia solidária, a questão da participação crítica cidadã do educando.

Ao fim desta pesquisa foi possível verificar, segundo a análise dos dados que o ensino da EJA pouco está contribuindo para a melhoria da condição social e econômica do associado da ASCAMARC, uma vez que não atende as expectativas do público entrevistado. Ficando evidente a necessidade de um ensino voltado aos anseios dos educandos, que colabore com a melhoria do trabalho e da condição em que o sujeito está inserido. Como também é notória a importância do trabalho dos catadores de materiais recicláveis para a sociedade cajazeirense, que através da coleta destes materiais praticam uma atividade sustentável e a economia solidária como fonte de renda.

As entrevistas enriqueceram o trabalho, pois a partir delas é possível afirmar que a educação de jovens e adultos precisa ser mais voltada à realidade do educando, assim como, a prática da ECOSOL e mais frequente entre os catadores de materiais recicláveis do que se possa imaginar, e que não adianta somente falar é preciso praticar atividades sustentáveis, desde a separação do lixo até outras formas de utilização dos recursos naturais e é urgente encontrar alternativas via economia solidária, para suprir a necessidade das populações que estão fora do mercado de trabalho.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. S.; REIS, C. N. **As origens do cooperativismo e o entraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Sociedade em debate Pelotas, 8(3), dez. de 2002, p. 149 – 185.

ARRUDA, M. **Estratégias de Formação no Campo da Economia dos Setores Populares**. Seminário de Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação. Universidade Católica do Salvador e CAPINA – Dez. de 2006. Disponível em: [www.capina.org.br](http://www.capina.org.br). Acesso em: 15 de maio de 2013.

ASCAMARC. Disponível em: [www.ascamarc.blogspot.com.br](http://www.ascamarc.blogspot.com.br). Acesso em: 14 de maio de 2013.

BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F. F. **Parceria entre consumidores e produtores na Organização de Freiras**. Instituto Kairós - São Paulo, 2011 (44 f)

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In: Geografia conceitos e temas* / Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 10<sup>a</sup> Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, C. R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. *In: Formação de educadores de jovens e adultos* / organizado por Maria Margarida Machado. – Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9394/96** - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dez. de 1996.

- BRASIL. **Parecer CNE/CEB 11/2000**, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 15 de fev. 2012.
- CHAIA, V. L. M. **A longa conquista do voto na história política brasileira**. Disponível em: [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br). Acesso em: 16/09/2013.
- COOPERJOVENS DO SISAL/ADS-BA. Experiências Estruturantes da Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal Cooperjovens – BA. (texto elaborado pela cooperativa de jovens do Sisal-BA, através da transcrição da fala de Antônio Marcos, diretor administrativo da Cooperjovens). *In: DSS e Economia Solidária Debate Conceitual e Relatos de Experiências*. Bagaço, Recife 2000.
- COSTA, A. C. M. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Novos programas, velhos problemas**. Disponível em: [www.utp.br](http://www.utp.br). Acesso em: 10 de jan de 2013.
- DRUCK, G. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista. *In: DSS e Economia Solidária Debate Conceitual e Relatos de Experiências*. Bagaço, Recife 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. – (Educação popular)
- LEITE, M. P. **Economia solidária e o trabalho associativo Teorias e realidades**. Revista brasileira de ciências sociais, vol. 24, nº. 69 de fev. de 2009.
- LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: [www.cereja.or.br](http://www.cereja.or.br). Acesso em: 10 de Nov. de 2011.
- NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. **Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais**. Revista Psicologia & Sociologia, V. 20 nº. 03, 2008 (402 - 407). Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 08 de Nov. de 2012.
- SANCHEZ, F. J. B. A luta pelo direito ao trabalho associado: apontamentos sobre o marco jurídico da economia solidária. *In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária / Édi Benini ... (ET AL) (org.) 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 341 – 366 p.*
- SANTOS, A. S. S. Economia Solidária: Formas jurídicas e licitações públicas. *In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária / Édi Benini ... (et al.) (org.) 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 311 – 340 p.*
- SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. *In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária / Édi Benini ... (ET AL) (org.) 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 17 – 44 p.*
- SCOCUGLIA, A. C. A educação de Jovens e Adultos na História do tempo presente. *In: A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos: possibilidades e contribuições ao debate. (Org.) Adriana Valéria Santos Diniz; Afonso Celso Scocuglia e Emília Trindade Prestes – João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.*
- SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In: Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos / Sonia M. Portella Kruppa (org.) Brasília: INPE, 2005.*
- UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008. 212 p.

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo dominante de formação de professores vem sendo alvo de muitas críticas por não dar conta da educação das novas gerações. Em pleno século XXI onde as novas tecnologias se expandem com todo vigor e onde o aluno está constantemente interligado a redes de relacionamento e as novas fontes de conhecimento, se exige do professor uma nova visão de mundo e um olhar atento a sua constante formação. Ele, não é mais a figura autoritária e dono do conhecimento, mas deve se propor a mediar novas formas de saber, deve ser um profundo conhecedor de sua área de conhecimento e de áreas correlatas para saber intermediar de forma interdisciplinar a busca pelo conhecimento.

Nos dias atuais, é cobrado bem mais do profissional da educação, a ele cabe além do domínio de conteúdo, o uso de metodologias inovadoras, constante atualização e formação continuada, pois a missão de aprender deve ser permanente.

E na EJA, como ocorre a atuação desse importante profissional, mediador e transformador de tantas realidades? Como ele motiva e atrai a atenção de seus alunos para o que está sendo trabalhado em sala? Tem ele uma formação sólida e eficaz para o desempenho de suas ações ou será que chegou nessa função por se tratar de um gancho de emprego oportunizado por políticos e gestores que lamentavelmente ainda acham que a EJA é uma modalidade que não precisa de investimentos e formação adequada para ali estar? Nessa perspectiva, o nosso trabalho tem a missão de abordar essas questões, lançar um olhar sobre a formação do professor.

Além disso, pretendemos analisar como acontece o processo de formação dos professores que estão à frente da Educação de Jovens e Adultos; Identificar que tipo de formação é necessário para ensinar Jovens e Adultos; Discutir qual é perfil dos educadores de Educação de Jovens e Adultos e refletir sobre os saberes e fazeres necessários para a execução da formação de professores de EJA.

Constatamos que em sala de aula de EJA, constantemente atuam pessoas sem nenhum preparo para lidar com essa modalidade de ensino. Essa problemática em torno da formação de professores de Jovens e adultos se dá por conta de alguns gestores não darem o devido valor a EJA e delegam a qualquer pessoa, sem a devida preocupação de questionar se ela é ou não qualificada para aquela função. Geralmente, são pessoas despreparadas para atuarem nessa modalidade de ensino.

Já os programas de alfabetização, na maioria das vezes são periódicos, com tempo determinado para começar e para terminar o que acaba gerando certo desinteresse por parte de quem já dispõe de alguma formação, ficando a mercê de pessoas despreparadas que recebem uma pequena bolsa ou incentivos financeiros de pequeno valor para atuarem por um curto período na Educação de Jovens e Adultos.

Diante disso, nasce a necessidade de analisar o que dizem os estudiosos da educação sobre a formação de docentes que estão dia a dia em contato com os Jovens e Adultos que retornam aos bancos escolares para dar continuidade aos seus estudos e perceber como se posiciona o professor diante da história de vida de seu educando e como ele faz para valorizar o que é construtivo para proporcionar mudanças que sejam de fato significativas para a sua vida.

Nesse contexto, nos propomos a discutir os seguintes problemas em nosso trabalho: Como acontece a formação de professores para trabalharem com jovens e adultos? Os programas de formação de professores têm elaborado e aplicado os saberes essenciais e necessários

ao trabalho dos profissionais da EJA? Os programas de formação capacitam os professores para a diversidade de público, de idade e de condição social?

## **2 O EDUCADOR DE JOVENS E ADULTOS E SUA FORMAÇÃO**

### **2.1 Articulação e formação para uma superação**

Paulo Freire era enfático em afirmar que o ser humano é um ser inconcluso, então, nunca estará pronto totalmente. Desse modo, a educação deve contribuir durante toda a vida do indivíduo já que este tem a vida toda para se capacitar, o ser humano sempre será um aprendiz e nesse processo, principalmente nos primeiros anos da jornada escolar e nas séries subsequentes, o professor é o grande mediador do conhecimento. Esse profissional tão importante e tão pouco valorizado em nosso país é fundamental para a transformação de pessoas e para a formação de opinião e de caráter, seu papel é essencial na vida dos sujeitos e para a sociedade. Por isso, o professor é o profissional que, assim como outros, deve estar em constante formação, pois dele depende a aprendizagem de outros indivíduos.

No tocante a Educação de Jovens e Adultos, o professor tem a tarefa dobrada, que é motivar esse aluno tantas vezes evadido de nossas escolas a permanecerem nesse ambiente e que venha a se encantar com o processo de ensino aprendizagem dando continuidade de forma assídua aos seus estudos, no entanto, muitos desafios são enfrentados, pois esses jovens e adultos, agora além de estudantes, são também trabalhadores e no fim do dia carregam o peso do cansaço do serviço prestado seja nas fábricas, comércios ou na agricultura. Despertar o interesse dessa clientela não é fácil, mas é missão do professor promover o prazer e o desejo de aprender desses sujeitos pois:

Em Educação de Jovens e Adultos estamos tratando com um grupo de pessoas que foram silenciadas por longos momentos de suas vidas. São pessoas que, em alguns casos, já chegaram a internalizar que são incapazes de aprender. Que são já velhas demais para aprender ou até mesmo que aprender a ler e a escrever não mudará em nada suas vidas. Sem dúvida que são estas representações construídas historicamente e culturalmente. Sendo portanto, possíveis de serem (re)desconstruídas. (BARCELOS, 2010, p. 39).

Nesse sentido, é preciso aprender para ensinar. O bom professor, a exemplo de Sócrates quando afirmava “Só sei que nada sei”, se reconhece também como aprendiz, é um eterno estudante, pois, de sua capacitação, depende o bom andamento de seu trabalho como docente. Conviver com o aluno diariamente em sala é também um momento de aprendizado, de partilha de experiências e de trocas de conhecimentos, o aluno não é um “saco vazio” que nada tenha a acrescentar ao processo de ensino-aprendizagem, quem assim o vê, precisa reavaliar seus conceitos e métodos. Sobre o assunto, VEIGA afirma:

O objetivo maior do ensino passa a ser a construção do conhecimento contando com o envolvimento do aluno. O resultado do ensino é dar resposta a outra necessidade: a do aluno que procura aprender. O professor aparece como ator responsável pelo ensino; ele orienta, coordena, estabelece uma relação pedagógica com o aluno, mediada pelo conhecimento. O professor, na relação com os alunos, proporciona-lhes o encontro com a realidade, levando em consideração a experiência e os saberes que eles já possuem e procurando articulá-los a novos saberes e práticas. (VEIGA, 2009, p. 55-56).

O bom profissional terá essas percepções e fará o seu trabalho voltado à motivação para que esse grupo de pessoas possa reconstruir seu processo de aprendizagem e se perceber capaz, interagindo e construindo conceitos a partir dos seus conhecimentos.

Como bem afirma Freire, o aluno traz para a sala de aula a sua leitura de mundo, na escola, ele apenas deseja tomar conhecimento das técnicas de leitura e escrita para se sentir integrante do mundo dos leitores e escritores. Assim:

A Educação de Jovens e Adultos assim vista contempla com mais facilidade não só o processo de aquisição da leitura e da escrita como age como facilitadora “da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências”. Como vemos os saberes da experiência são pontos importantes da partida para a construção do conhecimento em diferentes situações. (FREIRE 1993, p.29 apud BARCELOS 2010, p.34).

O ensino acontece a partir da relação harmoniosa entre professor e alunos, pois através do acompanhamento e de conteúdos que agreguem valor e qualidade a aprendizagem do aluno, este passa a reproduzir os conhecimentos adquiridos durante toda a sua vida e, se for de seu interesse, transmitirá a outros.

No cotidiano escolar, sempre percebemos um enorme empenho por parte dos professores para que seja assegurado aos alunos, um ambiente sadio e harmonioso onde o conhecimento seja construído de forma prazerosa. Todo educador quer obter sucesso em sua prática, e, como em toda regra há exceção, alguns não se importam tanto, mas em sua grande maioria os profissionais desejam obter êxito e com isso, contribuir com a aprendizagem do educando, por outro lado, o aluno também precisa se envolver nessa conquista, afinal, “a finalidade do ensino é provocar aprendizagem. Sem aprendizagem o ensino não existe.” (VEIGA, 2009, p. 57).

Nessa perspectiva, constatamos que a aprendizagem precisa ser significativa para o educando de modo que ele possa agregá-la as suas vivências e experiências, confrontando-a com seus problemas, procurando solucioná-los e transformando a própria realidade. A aprendizagem precisa gerar essa transformação, o individuo que conhece deixa de ser o que era antes. Se a modificação não acontecer então é porque não houve aprendizado, nisso, o professor é essencial, pois é ele o portador da mudança no aluno. Nesse sentido, Morin destaca que: “a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas”. (MORIN, 2003, p. 11).

Diante do exposto, é fato que o aluno é a peça principal desse quebra-cabeça, ele também deve contribuir com o trabalho do professor, sem seu entrosamento será muito difícil que o professor venha a cumprir sua função. E, para que a cidadania exista de fato, é necessário que o aluno se reconheça como um cidadão em desenvolvimento, cheio de expectativas, sonhos e ávido por novos conhecimentos. Ao professor, cabe descobrir meios de aproximação desse aluno, sempre tendo em mente que são diferentes uns dos outros e, que por esse motivo as aulas devem ser diferenciadas de acordo com cada grupo de educandos, para que isso ocorra, é preciso uma constante formação e adequação em suas metodologias.

## **2.2 A Educação de Jovens e Adultos no contexto dos programas**

Se fizermos um levantamento histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, perceberemos que demorou bastante tempo para que ela se efetivasse e que ela não era uma prioridade dos governantes.

Por muito tempo no Brasil, a educação foi privilégio de poucos. Desse modo uma grande parcela da população não teve acesso ao processo educacional em tempo hábil, nesse sentido, foi despertado para a criação de políticas públicas que permitissem o acesso dessas pessoas ao letramento e a alfabetização, de modo que lhes fossem asseguradas condições dignas de vida e possibilitasse o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, diminuindo assim a exclusão, visto que, geralmente, esses indivíduos são excluídos do sistema econômico, social e cultural.

No final dos anos 1950 até meados de 1960, vive-se no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos e da alfabetização, principalmente por parte da sociedade civil. Paulo Freire introduzia no cenário brasileiro reflexões propostas para a educação de adultos que estimulavam a colaboração, a decisão, a participação e responsabilidade social e política. Explicitava o respeito ao conhecimento popular, ao senso comum do trabalhador, quando defendia a categoria do saber apreendido existencialmente, através do conhecimento vivo dos problemas do trabalhador e de sua comunidade, como o ponto de partida da prática pedagógica. (MOURA 2007, p. 12).

O analfabetismo era tido como causa principal do desemprego e da exclusão social, além de ser visto como efeito da situação econômica, social e cultural de país. Era empregada a pedagogia tradicional com a utilização dos mesmos métodos que se alfabetizavam as crianças. “A Educação de Adultos em todo esse longo período foi marcada por campanhas emergenciais promovidas pelos diferentes governos federais com o objetivo claro: ensinar a ler e escrever” (MOURA 2007, p. 19). Por essa razão:

Durante a ditadura militar – 1964 ao final dos anos 1970 – a alfabetização passa a ser desenvolvida como estratégia de despolitização, de suavização das tensões sociais e como instrumento fundamental de preparação de mão-de-obra para colaborar com os mecanismos de desenvolvimento econômico. (MOURA 2007, p. 13).

Percebemos claramente que a finalidade do oferecimento dessa educação de adultos era melhorar o trabalho da indústria, qualificar o trabalhador e nunca oferecer uma educação libertadora, conscientizadora, transformadora e cidadã. A economia do país necessitava de trabalhadores técnicos, nesse sentido, o pobre poderia ser instruído através da educação para fazer parte do mercado de trabalho e de consumo, camuflando desse modo a exclusão e a desigualdade social, já que a indústria que instalava nessa economia, precisava de operários e ao mesmo tempo, de consumidores, isso mostra uma elevação econômica significativa. Por outro lado,

Até o início dos anos 1980, identifica-se na história da alfabetização de adultos um confronto de ideias entre as duas formulações predominantes: a de Freire, considerada como a única concepção organicamente voltada para a alfabetização de adultos, e a forma tradicional pragmática de conceber a alfabetização: um processo de aquisição de uma técnica de descodificação oral (para escrever) e de descodificação escrita (para ler). [...] A efervescência política do início dos anos 1980 trouxe significativas contribuições e conquistas para a área da educação e, conseqüentemente, para a educação e alfabetização de adultos. Pesquisadores e educadores, ao avaliarem as propostas e práticas em desenvolvimento, anunciam a inclusão de novos referenciais. (MOURA, 2007, p. 13-14).

Em muitos casos, a educação de jovens e adultos está atrelada a programas nacionais de alfabetização do tipo: Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967), período em que o governo assume o controle a alfabetização de adultos com faixa etária dos 15 a 30 anos; Educação Solidária (1997), que motivou a iniciativa privada a participar como uma das financiadoras ficando para as secretarias municipais de educação a responsabilidade pelo atendimento à demanda, incentivando a prática de parcerias entre o poder público e organizações civis. Nesse período ocorre:

Adoção do conceito de letramento. Exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita, que implica em habilidades várias: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos. Dentre as habilidades: as de interpretar e produzir gêneros textuais. Propiciar a jovens e adultos a apropriação da leitura e da escrita e a sua conseqüente utilização plena nas mais diferentes práticas sociais. (MOURA 2007, p. 20).

Anos mais tarde surge o Programa Federal Brasil Alfabetizado (2003) que viabiliza parceria com os Estados para atender aos alunos matriculados e outros que consideravam o aluno alfabetizado quando esse era capaz de ler e escrever seu próprio nome.

Em muitos casos, para esses programas acontecerem, eram recrutados um grupo de pessoas que, na maioria das vezes não tinham formação docente e, assim, passavam por uma capacitação e assumiam as salas de aulas repletas de pessoas sedentas por aprender a ler e escrever. Além disso, os programas garantiam material didático, merenda e transporte escolar. Contudo, o que se vê é que os governantes não têm a decência de contratar pessoas com maior nível de formação ou adequar a EJA de modo que venha promover ensino de qualidade e inclusão social, pelo contrário, a grande massa de pessoas analfabetas fica a mercê de programas com datas certas de iniciar e de acabar. Indignada com a situação, MOURA faz um desabafo:

Não é concebível que os poderes públicos continuem improvisando educadores e alfabetizadores de jovens e adultos. Não é possível que os legisladores e gestores públicos continuem “zarolhos”, olhando enviesados como se a educação e alfabetização de jovens e adultos fosse uma prática extemporânea e passageira. (MOURA 2007, p. 20).

Diante de toda a problemática exposta, ainda se faz necessário analisar o cenário que se apresenta para os professores que bastante diversificado, com a presença de alunos que nunca frequentaram a escola, alunos que já iniciaram o processo de alfabetização, mas não sabem ler e nem escrever e alunos que dominam os mecanismos iniciais da leitura e da escrita. Nesse contexto, o problema desafiante existe em saber administrar toda essa realidade apresentada.

É do conhecimento de todos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 assegura a todos os brasileiros o direito a educação, tendo o ensino fundamental como obrigatoriedade, sendo este oferecido gratuitamente, permitindo dessa forma, o acesso de todos ao conhecimento sistematizado. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, nº 9.394, 1996 Art. 37). De modo que o acesso à educação possa resgatar pessoas excluídas e marginalizadas e inseri-las no mercado de trabalho, além de garantir-lhes a plena cidadania.

Diante do que expomos até aqui, reconhecemos que toda essa façanha só é possível nos dias atuais, graças à audácia e a coragem de um importante educador: Paulo Freire que na década de 60 motivou importantes programas de alfabetização de adultos – a educação popular.

Os anos de 1960 ficaram marcados como o terceiro tempo da educação popular. E Paulo Freire, como seu principal idealizador, teve os “movimentos de cultura popular” como agência prioritária de criação de ideias e de realização de experiências. (BRANDÃO, 2008, p. 26).

Percebemos então que os pobres começam a ter espaço para pensar e chegar mais perto da educação, visto que antes, este era um privilégio restrito a camada mais abastada da população brasileira. Com Paulo Freire, a educação de jovens e adultos é reinventada e se propõe a atingir de fato quem precisa dela, valorizando cada história de vida e cada individualidade com respeito a dignidade do ser humano.

### **2.3 O perfil dos educadores de Educação de Jovens e Adultos: saberes e fazeres necessários para a execução da formação de professores de EJA**

A educação é um fator importantíssimo na vida do ser humano, é através dela que o homem se forma, se informa e se conscientiza do seu papel como cidadão do mundo, ela tem a finalidade de transformar e libertar a vida das pessoas das amarras da ignorância e do descaso,

além de influenciar na escolha da profissão e no salário desejado. Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos, proporciona as pessoas que não puderam frequentar o ensino regular, o acesso ao conhecimento sistematizado.

Promover o aprendizado é ao mesmo tempo promover a cidadania. A educação faz do indivíduo um ser produtivo e feliz, visto que na sociedade capitalista, o conhecimento passa a ser capital econômico, vale dinheiro, é uma mercadoria, por isso que se exige extrema competência por parte dos professores e dos alunos. Ao professor, cabe o incentivo, apoio e acompanhamento. No entanto, alguns profissionais se limitam a copiar e repassar conteúdos, assim, não contribui com o processo de formação do educando, não se renova e nem educa, são improdutivos. Sobre esse assunto, LUCKESI destaca:

O ensino repetitivo é, geralmente, verbalístico, livresco e desvinculado da realidade concreta em que estamos. As aulas são constituídas por falações do professor e audições dos alunos, normalmente desmotivados. O aprendizado é medido pelo volume de “conhecimentos”, informações memorizadas e facilmente repetidas nas provas, nunca refletidas ou analisadas. (LUCKESI, 2001, p. 39).

Percebemos então que muitos docentes estão ainda utilizando técnicas ultrapassadas ou estão na profissão por conveniência, não era bem aquilo que desejavam para suas vidas, mas caíram de paraquedas na educação e por comodismo, ali ficaram. Desse modo, acabam não exercendo a função primordial que é educar. Assim, o conhecimento não evolui, ele apenas é repassado.

Apresentando uma postura errônea para o que se espera de um professor, percebemos que os profissionais que agem com descaso em relação ao processo educativo, acabam perdendo a atenção e o respeito de seus alunos, diferentemente do que se via em outras épocas da história onde o professor era figura respeitada e valorizada tanto pelos alunos como pela sociedade onde o mesmo estava inserido. Vejamos como isso ocorria na Antiguidade:

Na Antiguidade Clássica, o Ocidente, principalmente na Grécia e em Roma, já dispunha de escolas tidas como de alto nível, para formar especialistas de classificação refinada em medicina, filosofia, retórica, direito. Discípulos se reuniam em torno de um mestre, cuja considerável bagagem de conhecimentos era zelosamente transmitida. Aos discípulos cabia aprender do mestre conduzia a sua escola, fazia escola. Tinha-se, pois, nesses tempos, uma comunidade de discípulos gravitando em torno de um mestre, de um cabeça de escola. (LUCKESI, 2001, p. 30).

O professor é um formador, no entanto, o que se percebemos é que esse ensino perde sua qualidade e seu rigor a cada dia. Mas é bom também que se aponte que a qualidade e o potencial de estudo de nossos alunos também mudaram. Atualmente, a complexidade dos conhecimentos, a busca pela verdade são as crises que se apresentam. Alguns fatores podem ser apontados como possíveis causas do problema como: as dificuldades de aprendizagem que já se tornam estruturais e a complexidade do mundo mais técnico e globalizado.

No entanto, hoje contamos muito mais que antes com uma parcela de pessoas que não gostam e não têm a prática assídua da leitura, são pessoas imediatistas e que em muitos casos, o que mais importa é a nota final da disciplina e não a qualidade que ela pode agregar ao processo de construção do conhecimento. Talvez isso esteja arraigado em nossa cultura, pois um bom número de jovens não valoriza, não estuda e não dar o real valor que o conhecimento tem para se viver na sociedade atual.

Segundo FREIRE: “o educar-se é um processo que se dá em contexto histórico, político, ideológico. Enfim, é um processo permeado pela cultura de um tempo e de um lugar” (FREIRE, apud BARCELOS, 2010, p. 16). Quando o professor é capacitado e comprometido,

se propõe a atrair o aluno para o processo educativo e o capacita de modo que ele se reconheça como cidadão. Nesse contexto, ele argumenta:

Na EJA, ao contrário da alfabetização de crianças, estamos frente ao que chamamos comumente de “Gente Grande”. Isto pode parecer uma obviedade, mas não é. Gente grande no sentido de que estamos recebendo na escola homens e mulheres adultos. Que trabalham ou estão desempregados(as). Que têm filhos(as), e às vezes netos(as). Enfim, que têm já uma longa vida vivida. Esta é uma das especificidades que, não raro, causa imensas dificuldades para educadores(as) da EJA. (BARCELOS, 2010, p.87)

Valorizar a ‘vida vivida’ como defende o autor é essencial, pois possibilita que o aluno se sinta gente e integrante principal do processo de ensino-aprendizagem, pensamos que esse possa ser o primeiro passo para que o aluno continue na EJA, proporcionar-lhe uma educação humanizada onde os conhecimentos científicos sejam construídos, mas antes, que a formação humana também seja valorizada e aplicada. Visto que:

A educação nunca foi, não é, e jamais será um processo neutro. Como seres inacabados somos capazes também da invenção e (re)invenção deste processo de devir que é a viabilização de nossa existência no e com o mundo. (BARCELOS, 2010, p. 16).

Nesse contexto, não podemos ver a figura do professor como aquele que resolve problemas práticos e técnicos, sem a capacidade de resolver conflitos e agregar valores. Ou seja, exige-se um professor que esteja disposto a atender os desejos e anseios dessas pessoas e permitam um acompanhamento eficaz de modo que o processo educacional possa se construir.

O profissional da educação não caminha solitário, não pode impor o que sabe de forma arbitrária, mas, deve promover o conhecimento de forma comum a todos, abrindo espaço para o diálogo e o envolvimento da turma e da comunidade, assim justifica Brandão:

A educação deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor, dá pra pensar sem susto –, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. (BRANDÃO, 1988, p. 22 apud BARCELOS 2010, p.42).

Diante do exposto, percebemos que mesmo o professor sendo detentor de vários títulos e tenha total domínio do conteúdo, ele deve respeitar que seu aluno sempre pode agregar outros conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar, pois não é somente na escola que o conhecimento se difunde, fora dela, também existem infinitas formas de aprendizagem e infinitos saberes. O professor não pode ser visto como dono do conhecimento, muito menos como aquele que sabe de tudo, mas, instrumento que permita ao: “analfabeto adulto a ver-se como um agente de sua aprendizagem” (BARCELOS 2010, p.49).

O agravante nisso tudo é que hoje em dia as universidades preparam os professores para lidarem com crianças, adolescentes e jovens. A Educação de Jovens e Adultos é um caminho muito recente na trilha dos educadores e, na sua grande maioria, não estão preparados para esse caminhar onde pessoas adultas precisam descobrir e se encantar pelo mundo letrado. Assim destaca BARCELOS:

Os educadores da EJA são os mais recentes andarilhos da educação brasileira. Há que lhes dar atenção. Escutá-los com cuidado. Ouvi-los mais devagar. Atentar para suas histórias. Elas são feitas de pedaços de vida e de morte. De sucessos e fracassos. De avanços e recuos. De alegrias e tristezas. Suas mãos podem estar vazias de verda-

des, mas seus corações e mentes estão cheios de ideias, de desejos, de aprendizados. (BARCELOS 2010, p. 82).

Isso nos permite perceber que a grande problemática da Educação de Jovens e Adultos é que nossos educadores se prepararam para trabalhar em expedientes normais com crianças e adolescentes, estes tem tempo para estudar e realizar suas tarefas, o profissional foi preparado para lidar com esse tipo de situação. No entanto, um dos obstáculos da EJA é que nela, o cenário que iremos trabalhar, é outro, onde jovens e adultos chegam fadigados depois de um dia inteiro de trabalho ou então cansado por lutar o dia inteiro a procura de um trabalho, são pessoas maltratados pela vida e pela longa carga horária a que se submetem.

Então o desafio é segurar a atenção desse aluno para que ele não venha a evadir-se durante o horário da aula, achando algo mais interessante para prender sua atenção e seu tempo. Para ficar com ele em sala e cumprir o expediente até às dez da noite é uma missão que, muitas vezes, parece impossível ao professor. Essas são as principais metas de quem lida com EJA nos dias de hoje.

Nesse sentido, a escola deve promover o bem-estar, o acolhimento para que o indivíduo se sinta parte daquele ambiente e dele não queira mais se retirar. É preciso que aconteça o diálogo entre educandos e educadores e que seja oferecido um processo de educação mais humanizado para que, de fato, a aprendizagem seja significativa e possa assim se estabelecer. Nesse contexto, FLEURI afirma:

O diálogo e a participação entre as pessoas ocorrem a partir e em função dos problemas que se enfrentam em conjunto. Os problemas que emergem da vida e da prática social se tornam, portanto, o objeto principal de conhecimento, o conteúdo próprio da prática educacional. Na busca de compreender e resolver os problemas que surgem da própria prática, as pessoas discutem, trocam opiniões e experiências, buscam informações e elaboram novos conhecimentos. O diálogo sobre os problemas vividos se torna, pois, a base principal de aprendizagem e de elaboração teórica, que se faz de maneira estritamente ligada à prática. (FLEURI, 1989, p. 59 apud BARCELOS, 2010, p. 68).

Tanto o profissional quanto o aluno devem está cientes que problemas, desafios e angústias surgirão ao longo da jornada, mas também devem saber que os obstáculos podem ser vencidos e superados e que as dificuldades sempre farão parte do nosso cotidiano, no entanto, devemos fazer deles, o caminho para as conquistas. A nossa prática docente não pode ocorrer de cima para baixo, sem ouvir o que o aluno traz na sua história, sem saber os seus medos e os seus anseios.

Nesse caso, é preciso um profissional com um perfil que atenda as necessidades desses grupos. Esse perfil, como destaca CURY deve está de acordo com alguns pressupostos:

Com maior razão, deve-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (CURY, 2000, p. 50 apud MOURA, 2004, p. 54).

O educador de EJA no contexto atual deve atender essas prerrogativas, não basta ter boa vontade, mas conhecimentos e formação necessários à sua atuação no ambiente escolar.

Sobre a formação do educador de Educação de Jovens e Adultos no contexto atual BARCELOS destaca:

A formação de professores passa, nos tempos atuais de pós-modernidade, por um momento muito rico quanto às diversidades e pluralidades de diálogos que podem ser estabelecidos. Esta diversidade e pluralidade, que em muitos casos são vistas como um perigo, ao contrário, são uma excelente oportunidade para ampliarmos o repertório de conhecimentos e de saberes sobre nosso fazer educativo. (BARCELOS, 2010, p. 26).

No contexto atual, a quantidade de conteúdos e o acesso a eles é bem mais facilitado do que em anos anteriores, como também a discussão de temas polêmicos como a diversidade sexual e outros, são bem mais aceitos no ambiente escolar. No entanto, ainda percebemos uma certa resistência por parte de alguns educadores em ser bem mais que um transmissor de conteúdo. Porém, é importante salientar que a abertura de diálogo, a pluralidade de conhecimentos e o acolhimento são instrumentos essenciais para a prática docente nos dias de hoje.

O educador não pode ficar preso às práticas do passado, a sociedade se renova e as pessoas são outras, assim como os tempos são outros, nesse contexto, BARCELOS destaca:

A nossa formação como educadores e educadoras passa, necessariamente, pelo nosso cotidiano. Ela – a formação docente – está intimamente ligada aos nossos costumes, hábitos, conceitos, preconceitos. Tem muito que ver com nossas representações e com o imaginário social vigente. Enfim, formação e experiência são irmãos inseparáveis. (BARCELOS, 2010, p. 30).

Não podemos separar o conhecimento da experiência, os dois são companheiros fieis e um não se completa sem o outro. No processo de ensino-aprendizagem, o professor não só ensina como também deve estar disposto a aprender, abandonando a ideia de que ensinar é fácil ou um trabalho simples de ser realizado onde basta saber do tema da aula e saber um pouco mais que os alunos.

## **2.4 Como acontece o processo de formação dos professores que estão à frente da Educação de Jovens e Adultos?**

A nossa má formação reflete no aprendizado do aluno, quando ocorrem formações para pessoas que tomarão conta de uma sala de aula para jovens e adultos, percebemos que a grande maioria, está ali pela primeira vez e terá o primeiro contato com uma sala de aula também pela primeira vez “São quase sempre professores improvisados”. (MOURA, 2004, p. 46). Vejamos o que diz Vera Barreto sobre o assunto:

Nos cursos promovidos por ONGs e movimentos populares, a formação inicial serve como ingresso dos participantes no universo da educação popular e do trabalho com jovens e adultos. Nesse momento, grande parte deles ainda não realiza trabalho em sala de aula. Busca a formação, com o objetivo de saber o que ensinar e como agir numa sala de alfabetização de jovens e adultos, num trabalho de melhoria da leitura e da escrita de uma cooperativa, num grupo de reforço escolar com adolescentes... (BARRETO, 2006, p. 95).

Isso ainda continua acontecendo, diminuiu é bem verdade, mas ainda ocorre, e ainda percebemos que em muitos casos a pessoa que está disposta a trabalhar, nem tem a maturidade de um profissional, nem o devido conhecimento didático, além de deter pouca prática de leitura, sendo que muitas vezes ainda estão em fase de conclusão do ensino médio. Nesse sentido, a formação que recebem não é suficiente no trabalho que enfrentarão no cotidiano.

No que se refere à leitura, observa-se que os professores que têm hábito de ler conseguem expressar com clareza as ideias contidas nos textos lidos e identificam todos os gêneros textuais e seus portadores. Porém, alguns professores não conseguem obter grandes avanços na interpretação dos textos lidos, encontrando-se no mesmo nível dos alfabetizados ou até em situação inferior em relação àqueles que, além de participaram das atividades da escola, frequentam outras agências de letramento (igreja, associação comunitária, entre outras). (MOURA, 2007, p. 30).

A inexperiência de quem trabalha com jovens e adultos, a falta de incentivos governamentais e a dificuldade do aluno em retornar a estudar, acabam por afastar ainda mais esse educando do ambiente escolar, pois ele reconhece quando o professor tem segurança no que fala e no que ensina, quando está na sala porque domina o conteúdo e não quando é um gancho de emprego. Não se ensina de qualquer jeito ou de qualquer forma, para isso é necessário o domínio de saberes e competências. Não devemos entrar numa sala de aula de qualquer jeito, sem a devida formação, chega a ser uma falta de respeito com a profissão e com o nosso aluno.

Sem contar que nos últimos anos é difícil encontrar um professor que tenha desejado ser professor, muitos entraram na profissão por falta de opção mesmo ou porque na região em que moram só existe formação para a docência. Diferente da realidade de meados do século passado onde o professor era visto na cidade como figura ilustre, já hoje se alguém relata sou professor(a) logo é despertado um sentimento de pena em quem pergunta, ou pensam ser aquela pessoa incapaz de adentrar o espaço de outros cursos de mais status e valorização (não serviu pra nada, então é professor). Sobre o que estamos colocando, Ribeiro confirma:

No caso dos professores, a mudança foi o seu brutal empobrecimento material e social. Até meados do século passado, o professor (na esmagadora maioria das vezes, a professora) era uma figura social de prestígio, sempre presente em eventos importantes nas comunidades. Hoje, quando uma jovem diz que é professora, não é difícil despertar nas pessoas um sentimento de pena e comentários lamentosos. Esse pensamento que a profissão desperta nas pessoas está relacionado a uma penúria material que faz que o professor, na sua grande maioria, não tenha condições de acesso a bens culturais que deveriam fazer parte do seu cotidiano. Além disso, é também verdade que, seja pelo forte arrocho salarial que sofreu especialmente durante os anos 80 do século passado, seja por uma leitura política equivocada durante os movimentos de reivindicação salarial, o fato é que, com o passar dos anos, o professor teve a sua jornada de trabalho ampliada no mesmo compasso em que sua remuneração foi reduzida. (RIBEIRO, 2004, p.01)

A falta de valorização social e salarial retira da profissão muitas pessoas capacitadas e dispostas a fazer um bom trabalho, como também retira do professor o tempo, a vontade e os recursos necessários para garantir uma boa formação. E, quando ocorre a formação, essa se dá no âmbito das teorias e não auxiliam na prática, ou seja, quando nossos docentes têm conhecimentos teóricos, na prática não sabem como aplicá-los uma vez que encontram um cenário bem diferente dos apresentados nos livros.

Por outro lado, percebemos que os programas de formação das universidades ainda tratam com pouca relevância a questão da educação de jovens e adultos, por isso, é necessário um despertar dos pesquisadores para essa prática. Sobre a temática, Barcelos argumenta:

[...] é muito frequente a queixa de falta de formação, de conhecimento para trabalhar com a EJA. Uma das formas de enfrentar esta questão é, a meu ver, promover a troca de experiências entre os(as) professores(as) em exercício na EJA. Esta alternativa de formação continuada, aliada às pesquisas que vêm sendo feitas nas universidades e

demais instituições de ensino, têm um papel decisivo no sentido de colocar em diálogo as diferentes informações produzidas no decorrer desta experiência de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. (BARCELOS, 2010, p. 92).

A proposta da troca de experiências é interessante, no entanto, sabemos que as práticas e as realidades são diferenciadas, mas, a ideia não parece de todo ruim, uma vez que essa troca de experiências pode contribuir para a produção de material que possam auxiliar outros educadores.

O papel da formação é favorecer uma mudança na forma de encarar o trabalho com jovens e adultos e, ao mesmo tempo, favorecer a eficácia desse trabalho. Barreto destaca:

Os educadores não podem ser vistos como meros executantes de receitas pedagógicas bem sucedidas. Ao contrário, devem ser estimulados a se tornarem produtores autônomos de suas práticas. O trabalho de formação exige que o educador se reconheça como detentor de certa teoria em relação ao trabalho que desempenha. (BARRETO, 2006, p. 96).

Se os educadores se prenderem a reproduzir práticas que deram certo em alguns lugares, estarão de certo modo praticando a educação bancária, por isso devem ser incentivados a fazer sua própria prática utilizando-se da realidade em que atuam, da história de vida de cada aluno e do lugar onde estão, mas tomando por base a realidade de outros. Desse modo, pode haver alguma eficácia no trabalho que realizam. A receita alheia nem sempre é uma boa receita.

Assim, é essencial que o professor busque se autocapacitar ultrapassando as barreiras impostas pela sociedade e pelo sistema que dificulta a sua valorização e a sua formação. Ele precisa querer esse processo de mudança e se colocar em momentos de constante formação, não ter preguiça de estudar, de saber mais, visto que “como formadores, cabe-nos destacar que o reconhecimento da existência de eventuais obstáculos não pode resultar na imobilização da nossa força transformadora. Se isso acontece, submetemo-nos a uma visão fatalista da vida” (RIBEIRO, 2004, p. 123).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do nosso trabalho, apresentamos a problemática e fizemos algumas reflexões em torno da formação do professor de Educação de Jovens e Adultos. Percebemos que são muitos os desafios enfrentados para atuar nessa modalidade de ensino. No entanto, é importante salientar que embora exista muita dificuldade na contratação de profissionais qualificados para trabalharem na EJA, no tocante a formação, já existe um despertar dos governantes e de algumas universidades para promover uma efetiva qualificação dos educadores da EJA. Um exemplo do que estamos falando foi o Curso de Especialização Promovido pela UFCG em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano – ECOSOL. Nosso desejo é que outras formações possam surgir para ampliarmos os nossos conhecimentos e avançarmos em nossos estudos.

O curso trouxe diversas informações e nos despertou para a qualidade do ensino oferecido na EJA, além de nos apresentar a Economia Solidária como caminho viável de geração de trabalho e renda, mostrando que são diversas as oportunidades desse setor.

É necessário que tenhamos formação para trabalharmos com o ensino de jovens e adultos que evadiram da escola na idade adequada e destinada aos estudos, mas, que agora retornam aos bancos escolares e necessitam dos professores, um olhar atento para suas necessidades e um trabalho qualificado de modo a proporcionar a esse aluno a recuperação do tempo em que ficou distante da escola.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a sociedade atual vive em constante transformação, tudo se modifica, se aperfeiçoa e se moderniza. Diante disso, o professor não pode parar no tempo, dele também é exigido uma nova visão de mundo e um olhar atento sobre a sua formação. Portanto, é essencial que o professor de jovens e adultos receba a devida formação de modo que isso possa refletir positivamente em sua prática.

A realidade é bem difícil nos dias atuais, mas precisamos cada vez mais de professores apaixonados pelo ato de ensinar, profissionais que sejam capazes de motivar seus alunos a conhecer, a se tornarem curiosos e também desejosos de novos conhecimentos. Enquanto tivermos pessoas infelizes e decepcionadas com a profissão que escolheram, nada poderá ser feito pelos milhares de cidadãos que retornam a escola em busca de novos conceitos ou de novos caminhos para suas vidas.

Portanto, o professor deve ser um eterno apaixonado, um incansável desbravador, um construtor de novas realidades, um incentivador de sonhos. Quem ensina de forma prazerosa e apaixonada é capaz de iluminar caminhos e mostrar direções, é também responsável por revelar, nas salas de aula da vida, talentos e potencialidades inimagináveis ou ainda pouco explorados pelos seus inexperientes detentores.

A formação de educadores que vem acontecendo não atende as expectativas do meio educacional, da sociedade e nem dos sujeitos. São programas, propostas e projetos que se multiplicam com ideias e ações diferenciadas, contudo, ainda detectamos um vácuo no tocante a atuação e as estratégias de ensino. É preciso um repensar da prática para alcançar os objetivos para uma educação emancipadora e de qualidade.

#### 4 REFERÊNCIAS

BARCELOS, V. **Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos**. Editora Vozes, 2010.

BARRETO, V. Formação permanente ou continuada. *In*: SOARES, L. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica: Brasília: MEC/Secad, UNESCO, 2006, p. 93-102. Disponível em: [www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br).

BRANDÃO, C. R. **A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora**. *In*: MACHADO, M. M. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos: II Seminário Nacional**. Brasília: MEC/SECAD, UNESCO, 2008. p. 17-56. Disponível em: [www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br).

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LUCKESI, C. C. **Universidade – criação e produção de conhecimento**. 2001.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. – 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOURA, T. M. M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 3. Ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

MOURA, T. M. M. **A formação de professores para a EJA: dilemas atuais**. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

RIBEIRO, R. Dez princípios sobre professores e formação de professores. *In*: **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. Raquel Lazzari Leite Barbosa, organizadora. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VEIGA, I. P. A. **A aventura de formar professores**. Campinas, SP. Papiros, 2009.

# Repensando o conceito de fracasso escolar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos

*Margarete Mangueira Rolim Santos  
Francisco das Chagas de Loiola Sousa*

## 1 INTRODUÇÃO

Fracasso escolar é uma expressão utilizada, na história da educação brasileira, para se referir aos mais diversos problemas escolares. Este é um assunto antigo e que ainda não foi superado e está presente na nossa literatura sob diferentes rótulos. Podemos encontrar diversos tipos de trabalhos cujo tema é abordado, seja na área da Pedagogia, da Sociologia, e, principalmente, da Psicologia.

Assim, podemos observar que, muitas vezes, as investigações recaem na busca por culpados, evidenciando, assim, articulações entre o discurso teórico e o discurso do indivíduo. Muitos desses trabalhos utilizam diferentes categorias de análises e apresentam formas diferentes para caracterizar o que se convencionou chamar de fracasso escolar.

No Brasil, o fenômeno fracasso escolar esteve presente na nossa literatura, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, quando a maioria da população pertencente às classes populares teve acesso à escola. Tal acesso foi uma reivindicação e uma conquista dos trabalhadores, cujo direito foi reafirmado na Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela LDB 9.394/96 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Para refletir sobre o assunto, tomamos como embasamento teórico alguns autores como: Paulo Freire (2001), José Carlos Libâneo (1994), Arroyo (2006), Ana Nery Marinho Craveiro (2003), Jaime Cordeiro (2007), Pedro Demo (2000), Gentili (2002), Jussara Hoffmann (2005), Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (2004), que discutem essa temática e que, certamente, contribuíram significativamente com essa nossa reflexão.

Deste modo, a coleta dos dados desta pesquisa possibilitou a construção de outro olhar sobre as diversas dificuldades ou limitações de aprendizagem que, muitas vezes, são vistas como fracasso escolar. Esta é uma tentativa de compreender o ponto de vista dos alunos e dos docentes da Educação de Jovens e Adultos sobre o desenvolvimento escolar nessa modalidade de ensino.

Para realizar a referida pesquisa, utilizamos alguns documentos, a exemplo dos diários de classe, para compreender as causas e as consequências dos limites dos alunos, além de questionários aplicados a docentes e alunos. Desse modo, procuramos identificar e compreender as atitudes e concepções dos professores frente a esta problemática, enfocando aspectos do desenvolvimento e/ou desempenho escolar das turmas do 6º e 7º anos do ensino fundamental, na modalidade de EJA.

## 2 O PROFESSOR E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EJA

Refletir sobre questões como “fracassos escolares” é bastante complexo, pois compreender que a educação enquanto algo eminentemente social, portanto historicamente construído a partir de relações sociais, políticas, econômicas e culturais diversas, implica considerar relações sociais conflituosas, contraditórias, difusas e complexas.

Nesta perspectiva, o processo educativo é também fruto das relações e do contexto social ao qual está inserido, não estando, pois, alheio a este, mas fazendo parte dele. Diante disso, é dedutível que os possíveis problemas que os alunos enfrentam têm também suas causas no contexto social em que estes vivenciam. Assim, indagamos: como o docente compreende ou

percebe os alunos das turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que intervenções pedagógicas estão sendo pensadas para esse público como turmas de alunos certo grau de singularidade no sistema público de ensino brasileiro?

Esta pesquisa surgiu enquanto inquietação docente diante do baixo rendimento apresentado pelos alunos da EJA, do 6º e 7º anos, da Escola de Ensino Fundamental, que fica localizada no Distrito de Felizardo, Município de Ipaumirim, Estado do Ceará. A referida escola tem duzentos e dezesseis (216) alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, cento e cinquenta e um (151) alunos nos anos finais do ensino fundamental e quarenta e oito (48) alunos na EJA, sendo que a EJA, como modalidade de ensino, foi dividida em três segmentos: EJA I, do 1º ao 5º ano; EJA II, 6º e 7º anos; e EJA III, alunos do 8º e 9º anos.

No que diz respeito ao conceito de Fracasso Escolar, Craveiro (2003) relata que:

Fracasso Escolar não pode ser definido como somente evasão e repetência, pois se pode encontrar alunos nas escolas que não se enquadram neste conceito, mas que não apresentam bom desempenho escolar. É certo que não se pode negar os múltiplos determinantes presentes no processo de aprendizagem – como a política educacional, a própria escola, o sistema de avaliação, o currículo, o professor, dentre outros. (CRAVEIRO, 2003, p.47-48).

Nesta perspectiva, a escola deve promover a aprendizagem de todos os seus alunos e assegurar uma trajetória de sucesso, o que requer a interação social e cooperação da escola. Um dos grandes desafios para os professores das turmas de Educação de Jovens e Adultos é a busca por recursos didáticos, que antes deixavam muito mais a desejar. Atualmente, já existem alguns livros disponibilizados pelo MEC, embora esses livros não sejam suficientes para o desenvolvimento dos alunos, pois em algumas disciplinas é preciso que o professor busque meios para ministrar suas aulas, seja pesquisando através da internet ou conseguindo livros que se adéquem a estes alunos.

Nesta perspectiva procuramos, com esta pesquisa, possibilitar a busca de respostas que possam contribuir para a transformação desta realidade, acenando para construção de material teórico que possa dar subsídios aos docentes, e, assim, colaborando para a construção de uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, possibilitar um redimensionamento de nossa prática docente, muitas vezes, insensível a realidade dos alunos.

Vários estudiosos apontam as diversas causas que ocasionam o fracasso escolar, tais como: desgastes familiares, as péssimas condições de vida do aluno, escolas inadequadas, professores não capacitados, etc. Segundo essa concepção o fracasso escolar é um fenômeno que afeta toda a sociedade. É um problema complexo, que atinge as várias classes sociais, desde a classe baixa como também a classe média. Os autores estudados por nós afirmam que cabe à escola buscar compreender as possíveis causas que levam o educando a fracassar, cabe ao professor ser o mediador entre o aluno e os conhecimentos, levando-o a pesquisar, analisar, comentar sobre o que está sendo discutido em sala de aula, fazendo com que o aluno possa participar ativamente das aulas, tornando-se crítico e participativo no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, o professor precisa “despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem e conseguir que participem na vida da escola e se sintam vinculados a ela para reduzir o fracasso escolar”. (MARCHESI; GIL. 2004. p. 32).

Dessa forma, se o professor tiver um bom relacionamento com seus alunos, buscando fazer com que todos participem das aulas, esses jovens em “situação de risco escolar” irão encontrar interesse pelas aulas, tornando-se mais participativo e, assim, não abandonarão os estudos prematuramente:

Os jovens que abandonam prematuramente o sistema educativo ou que não alcançam a qualificação mínima necessária têm pouca confiança em suas possibilidades

e uma baixa motivação para se incorporar a programas de formação. (MARCHESI; GIL, 2004. p.18).

Neste sentido, esses jovens buscam outros caminhos diferentes da sala de aula, viajando para o corte de cana, para vender roupas como ambulantes, trabalhando na roça, se casando, etc., se distanciando da escola e, assim, acabam prejudicando suas vidas, socialmente falando, levando sérios problemas para a família, que são os (co)responsáveis pela educação de seus filhos. Nestes termos, este trabalho tem a perspectiva de se pensar a Educação de Jovens e Adultos e a prática docente de uma maneira diversa que atenda a realidade desse público.

Ao discutirmos essa temática, caminhamos em busca de construção de soluções para os problemas que tanto norteiam a Educação de Jovens e Adultos, indicando para uma realidade muitas vezes desconhecida de teóricos e do governo.

Nesta perspectiva, procuramos repensar a EJA como política educacional no intuito de se construir um ensino melhor e significativo para o seu público. Todavia, é preciso procurar desenvolver na sala de aula um bom trabalho e da melhor forma possível, uma vez que muitos dos alunos das turmas de Educação de Jovens e Adultos estão ali porque antes não tiveram outras oportunidades de estudar ou, na maioria das vezes, são desistentes ou repetentes e, assim, encontraram na EJA uma saída para dar continuidade aos seus estudos.

## **2.1 Características do aluno da EJA e a prática docente**

Os alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos trazem consigo um traço de vida, idade, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem, dentre outras coisas muito diferentes. São aquelas pessoas que, na maioria dos casos, vivem no mundo do trabalho, com suas responsabilidades individuais sociais e familiares, com valores morais formados a partir da sua experiência de vida, do ambiente em que estão inseridos e que isso deve ser levado em conta no seu processo de aprendizagem, pois:

Essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo possível. Quando só os mestres têm o que falar não passa de um monólogo. Os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores, mestres e alunos (as), quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial. (ARROYO, 2006, p.35).

Portanto, para um jovem ou um adulto procurar estudos fora do seu tempo de aprendizagem, é, antes de tudo, um desafio. É como se fosse acima de tudo um projeto de vida. É preciso que o ambiente escolar seja apropriado para o acolhimento desses alunos, cheios de curiosidades e que vão para a sala de aula em busca de novas experiências. Com isso, é necessário que as aulas sejam interativas, criativas, que os levem a refletir e participar, tornando-os capazes de produzir conhecimentos, e, assim, tornarem-se sujeitos mais ativos, participativos e que cresçam culturalmente, socialmente e economicamente no meio ao qual convivem.

Uma característica desses alunos da EJA é a sua baixa auto-estima, em que na maioria das vezes está reforçada pelas situações de dificuldades escolares. Essas dificuldades escolares têm também outros pontos importantes, como, por exemplo, a forma como o aluno interage com o ambiente escolar, seu relacionamento com os professores e com seus colegas dentro da sala de aula, e a forma como estabelece suas relações com o saber e com o aprender. No que diz respeito à escola, os motivos são o modelo pedagógico, o perfil dos professores dessas turmas, a falta de material didático de acordo com seus níveis de aprendizagem, dentre outros.

## 2.2 Dificuldades escolares: um fenômeno comum às turmas da educação de jovens e adultos

Para focar as perspectivas do fracasso escolar na situação estudada, se faz necessário uma reflexão sobre tal fenômeno. Estudos realizados por teóricos diversos sobre o referido tema nos mostram que as dificuldades de aprendizagem não são um problema atual, porém advém de outras épocas. Sendo assim, é preciso que os docentes reflitam sobre a sua concepção de ensino-aprendizagem, no que se refere aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, levando em conta os níveis de aprendizagem de cada aluno.

Nesse sentido, ser docente é ter empatia para compreender realidades distintas, ou seja, compreender alunos ligados ao mundo globalizado, digitalizado, que muitas vezes fazem mau uso das mídias. Diante disso, é dedutível que os possíveis problemas que os alunos enfrentam têm também suas causas no contexto social em que estes vivenciam. Nesta perspectiva, Freire afirma que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura daquela linguagem e realidades se prende dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 2001 p.14).

Sendo assim, o professor deve ser o mediador entre esse jovem ou o adulto e o mundo da leitura, procurando aproveitar, sempre que possível, o conhecimento que esses alunos já construíram com suas experiências vividas, tornando esse conhecimento espaços de leituras e atividades, que estimulem o aprender a partir de sua realidade.

Ao desenvolver o ato de ler a partir de sua realidade, como nos mostra Freire, o conhecimento se tornaria mais pragmático e mensurável e o aluno se tornaria um aprendiz do seu próprio conhecimento. Cada pessoa lê de um jeito e no seu ritmo. É necessário fazer a releitura das partes do livro que mais gosta, ou tentar entender melhor as ideias do autor. O aluno só aprende a ler lendo. O aluno é concebido como sujeito ativo que constrói o conhecimento interagindo com o objeto de conhecimento e tendo o professor como colaborador. A escola, nesse sentido, é o espaço em que o professor deve procurar conhecer bem a realidade individual de cada aluno. Sendo assim,

Por outro lado, também é possível tentar mobilizar as dimensões coletivas para auxiliar o ensino e a aprendizagem, na medida em que se ensinam em situação de sala de aula onde se encontram presentes diversos indivíduos. É possível desenvolver procedimentos didáticos que propiciem uma partilha de conhecimentos e das técnicas envolvidas na sua aquisição, de tal maneira que se estabeleçam dinâmicas de cooperação e formas de trabalho mais coletivas durante as aulas (CORDEIRO, 2007 p. 88).

Portanto, diversificar a metodologia de ensino, leva os discentes a terem maior interesse em aprender e, assim, querer ensinar aos seus colegas com menos aptidão para a aprendizagem durante a realização das atividades, uma forma interativa e coletiva de se trabalhar em sala de aula, tornando o ambiente escolar menos “tradicional”, onde se pode despertar nos alunos o companheirismo, o cooperativismo e ajuda mútua.

Também se faz necessário que o professor mantenha um diálogo informal com os jovens e adultos que apresentem baixo rendimento, procurando ajudá-lo da melhor forma possível, dando ênfase ao seu crescimento de forma integral, levando-o a aprender a se auto-avaliar e, assim, buscar novos caminhos com sabedoria. Agindo assim, o educador mostrará que está acreditando nas possibilidades de avanço desse aluno, estimulando-o e oferecendo ferramentas para que ele possa aprimorar sua capacidade de aprender. Neste sentido,

Aprender a aprender, saber pensar, informar-se e refazer todo dia a informação, questionar. Conhecimentos pertinentes e, sobretudo seu manejo propedêutico são base para o exercício do papel de sujeito participativo e produtivo (DEMO, 2000, p. 89).

Nesta perspectiva, o compromisso do professor é estar orientando e acompanhando o processo de construção do conhecimento de seus alunos no qual o ensino e a aprendizagem privilegiem o entendimento e não a memorização do objeto em estudo, buscando oferecer, já nos anos iniciais na vida escolar, o conhecimento da realidade, fazendo com que os alunos tornem-se participativos nas aulas, que possam questionar, indagar, e, assim, tornar-se pessoas com habilidades diversas nos estudos, promovendo, assim, o seu desenvolvimento. Desta forma, o professor acabará atraindo a participação de seus alunos nas aulas, tornando os momentos em sala de aula proveitosos, agradáveis e de bom rendimento; é necessário que o docente procure “... Pensar no aluno, em como vive, em como aprende, em que coisas aprendem, sobre com quem aprende, entre tantas outras questões, como ponto de partida para aprender a avaliar” (HOFFMANN, 2005 p.68).

Portanto, o compromisso do educador deve ser o de estar acompanhando o processo de construção e reconstrução dos saberes de seus alunos, na perspectiva de que entendam e compreendam os conteúdos estudados. O professor precisa ser um pesquisador atualizado, pois é preciso buscar novos conhecimentos sempre, caso contrário este não conseguirá dar conta de seu papel no dia-a-dia da sala de aula.

### **3 ANÁLISE DOS DADOS: A EJA NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM - CEARÁ**

Fatores como a repetência, a evasão e o baixo nível de aprendizagem são frequentemente denominados de exclusão escolar, haja vista que os alunos da EJA, em sua maioria, já vêm para o ambiente escolar cansados, depois de um dia de trabalho. Essa realidade evidentemente interfere e envolve o processo de ensino e aprendizagem.

A escola tem a função de promover o aluno e dar subsídios para que ele possa ser autossuficiente na sociedade, ou seja, capaz de prover seu próprio sustento e para viver não dependa dos programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família. Assim, a prática da economia solidária tem se mostrado uma alternativa para os alunos de EJA ao permitir o empoderamento dos mesmos para atuarem na sociedade e mudarem sua difícil realidade socioeconômica.

Com o associativismo da prática solidária, os alunos não só podem mudar sua realidade, da comunidade e a sua, mas perceber a importância de aprender a conviver com o outro e buscar coletivamente a autossuficiência, a praticar a solidariedade e ser sujeito de sua própria história.

Nesta perspectiva, a economia solidária se coloca como alternativa para os alunos da EJA numa educação em um contexto neoliberal, onde nem todos conquistarão o seu emprego, pois nesse mercado não há lugar para todos. Neste contexto, a escola deve potencializar o aluno para o mercado e para a vida:

(...) A educação e a escola, nas suas diferentes modalidades institucionais, constituem sim uma esfera de formação para o mundo do trabalho. Só que essa inserção depende agora de cada um de nós. Alguns triunfarão, outros fracassarão (GENTILI, 2002, p.55).

Neste sentido, podemos perceber que apesar do investimento realizado para o desenvolvimento das potencialidades individuais, nem todos terão sucesso ao disputar uma vaga no mercado de trabalho, pois aos trabalhadores dessa virada de século é exigida uma capacidade

de raciocinar, de identificar problemas e buscar caminhos para solucioná-los cada vez mais rápido e dinâmico. Para atender a esse perfil, as empresas requerem um trabalhador mais qualificado. O modelo de economia solidária pode ser compreendido como um paralelo a essa realidade e uma alternativa para os alunos da EJA.

Buscando entender a realidade dos alunos e as causas das dificuldades escolares, esta pesquisa feita com os alunos de uma turma de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental (EJA), por meio de um questionário com perguntas diversas, no qual buscamos compreender a partir dos alunos os reais motivos dessas dificuldades.

Ao tratar das dificuldades de aprendizagens, alguns alunos relataram não ter nenhuma dificuldade. No entanto, outros afirmaram ter dificuldades com a disciplina de matemática, como mostra a aluna A: “[...] Sim, na área de matemática, não consigo entender as explicações que a professora dá” (Aluna A, 08/ 08/ 2013). Já o relato que a aluna B faz é o seguinte: “Acho que tenho um pouco de dificuldades de aprendizagem em matemática” (Aluna B, 08/ 08/ 2013). O aluno E relatou da seguinte forma: “Não, em nenhuma disciplina” (Aluno E, 09/08/2013).

As afirmações acima postas revelam que existe certa dificuldade com a disciplina de matemática. Porém, seus relatos expõe uma realidade a qual os mesmos estão sujeitos, muitas vezes com ou não desconhecimento do professor, que não compreende a pluralidade dos sujeitos aos quais ensina, e que, na concepção de Marchesi e Gil, deveria:

Adaptar o estilo e o método de ensinar à diversidade dos alunos e manter ao mesmo tempo um clima de trabalho é uma tarefa desafiante para grande número de professores, especialmente para aqueles que trabalham com grupos de alunos que têm maior risco de fracasso. (MARCHESI, GIL. 2004, p.28).

Nesta ordem de coisas, o professor buscaria atender os alunos em suas especificidades, tratando-os de maneira diferente, mas não desigual, levando-se em conta suas vivências, dificuldades, potencialidades e o contexto ao qual o aluno está inserido, propiciando um atendimento mais denso e significativo para os alunos.

No questionamento sobre o que o professor poderia fazer para melhorar sua aprendizagem, a grande maioria respondeu que não era preciso fazer nada. No entanto, outros alunos responderam que: “Explicar melhor, de forma que todos compreendam” (Aluna A, 08/ 08/ 2013). Já a aluna B, relata que: “Nada, eu acho que eu é que tenho que prestar mais atenção nas explicações que ela explica” (Aluna B, 08/ 08/ 2013), a Aluna C diz apenas: “Dinâmicas” (Aluna C, 09/ 08/ 2013).

Os relatos expostos acima revelam os limites de desenvolvimento de aprendizagem das turmas de Educação de Jovens e Adultos, que não compreende esses alunos como público diferenciado, o que não quer dizer inferior, mas que necessitam de uma pedagogia específica para os mesmos, que leve em conta o contexto ao qual os mesmos vivem, pois, percebemos nos erros ortográficos em suas respostas escritas, que ainda há uma necessidade de ser trabalhado muito mais com estes alunos(as).

O que podemos perceber nessas falas, aqui relatadas e a prática docente dos professores da EJA, é que não existe um material didático específico para essas turmas nem metodologia diferenciada, contextualizada, referenciada para aqueles alunos que, por uma série de motivos, deixaram de estudar em algum momento de suas vidas e que enfrentam uma série de outros problemas para se manter estudando.

Desta forma, é preciso que o professor reveja sempre a sua forma de estar em sala de aula, busque novas metodologias com dinâmicas e formas diversas de levar seus alunos a buscarem um interesse por suas aulas, que sejam mais significativas.

Ao questioná-los sobre o futuro escolar, indagamos se pensam em continuar os estudos e chegarem até mesmo ao ensino superior. A grande maioria respondeu que pensa sim em

continuar os estudos. Porém, um dos alunos afirmou que vai parar, pois não pensa em continuar estudando.

As colocações dos alunos denunciam a triste realidade dos alunos da EJA que não só enfrentam uma educação descontextualizada da sua realidade, mas uma educação que não empodera os alunos nem mostra caminhos ou perspectivas de crescimento após o término dos estudos.

Outra pergunta feita a eles foi sobre quais motivos os levaram a cursar a EJA. As respostas foram diversas como nos descreve a Aluna A: “Não pude estudar mais nova, pois meu pai não permitia. Por essa razão decidi cursar a EJA” (Aluna A, 08/ 08/ 2013). Outra aluna afirmou que: “o que me levou a cursar a EJA é porque no EJA a gente cursa duas séries num ano, assim eu posso terminar meus estudos logo” (Aluna B, 08/ 08/ 2013). A aluna C afirmou: “Aprender mais” (Aluna C, 09/ 08/ 2013). “Terminar o ensino fundamental e continuar buscando mais aprendizagem” (Aluna D, 09/ 08/ 2013), e os outros responderam que: a vontade de aprender mais.

As colocações anteriores refletem parte de uma cultura e condição social e econômica que nosso País vivencia nas últimas décadas, na qual não havia condições de toda a população estudar nem uma cultura de compreender a educação como saída ou como perspectiva de se ter uma vida melhor, como revelam as falas seguintes quando indagados sobre o porquê de estudarem:

Porque eu penso qui estudando posso consegui coisas boas na frente e só terminados meus estudos é qui vou consegui um emprego bom etc. (Aluna B, 08/ 08/ 2013). A vontade de aprender (Aluna C, 09/ 08/ 2013). Uma condição melhor pra minha vida (Aluna D, 09/ 08/ 2013).

Ao tratar do assunto leitura, questiono se eles têm dificuldades de leitura para ler o texto e interpretá-lo. As respostas foram distintas:

Não, o pouco que já estudei já consigo enterpretar e ler bem. (Aluna A 08/08/2013). Não, eu tenho dificuldade para ler e é o que mas gosto de fazer é ler. (Aluna B, 08/ 08/ 2013). Não tenho dificuldades de leitura mais pra interpretá-la um texto tenho dificuldades. (Aluna D, 09/ 08/ 2013). Sim, porque eu tenho muitas preocupações e assim eu mim distrai sempre. (Aluno E, 09/08/2013).

A escrita dos alunos nas respostas do questionário realizado para a pesquisa revelam uma dificuldade preocupante, que não é característica apenas dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, mas de boa parte dos alunos do ensino regular. Leitura, escrita e interpretação nesses moldes, se não os exclui do mercado de trabalho, inibe os mesmos de terem acesso a melhores postos de trabalho.

Com relação ao questionário apresentado às professoras, perguntei-lhes quantos alunos desistiram este ano e quais os motivos. Obtivemos respostas diversas:

Dos alunos matriculados desistiram oito alunos. São vários os motivos. Uns por falta de interesse em aprender, outros por terem conseguido um emprego, e não dar para conciliar com o estudo (Professora 1, 12/08/2013). Nesse primeiro semestre, quatro alunos desistiram. Alguns porque tiveram que trabalhar em outra cidade e não puderam conciliar o horário entre a escola e o trabalho. Outros por falta de interesse, por não conseguir acompanhar o raciocínio dos demais alunos e nem do conteúdo de acordo com a série (Professora 2, 12/08/2013).

As respostas acima expostas corroboram com a problemática que estamos discutindo e que aponta para uma realidade complexa dos alunos da EJA, que necessitam de estudar

para conseguir emprego e necessitam trabalhar para sobreviver, manter a família, tendo ainda dificuldades diversas para acompanhar o ritmo das aulas, uma vez que há muito não frequentavam a sala de aula.

Nesse sentido, urge pensarmos uma pedagogia que contemple esses alunos em sua diversidade e realidade, e, assim, deixarmos de ter uma visão negativa da EJA e de seus alunos. Essa pedagogia deve emergir do estudo da realidade desses alunos, desses e outros trabalhos e referências que juntos construirão a contemplar esse público tão diferenciado.

Em seguida questionamos: como é o desempenho dos seus alunos? Qual o motivo desse desempenho? Suas respostas foram da seguinte forma:

Os alunos que ainda estão frequentando a sala de aula têm apresentado um bom desempenho, são alunos participativos, raramente faltam as aulas, e sempre que não podem vir, trazem as atividades da aula que perderam. Acredito que o motivo que os levam a esse desempenho é o sonho de chegarem a Universidade, já que muitos deles falam que pretendem ingressar no ensino superior para obterem uma profissão (Professora 1, 12/08/2013).

A segunda professora, por sua vez, respondeu que:

A maioria dos alunos possui um ótimo desempenho, conseguem acompanhar o conteúdo didático, são participativos, atentos às explicações. Ao longo desse último semestre adquiriram conhecimentos importantes que enriqueceram ainda mais seu aprendizado. Além da motivação e o estímulo por parte do professor, possuem um desempenho próprio, o interesse em aprender e de adquirir conhecimento, que para mim são os principais fatores importantes no aprendizado desses alunos (Professora 2, 12/08/2013).

As respostas acima expostas não condizem com a realidade em estudo, como apontado na escrita dos alunos, nas respostas, no baixo estímulo e desempenho expostos e nos resultados, infrequência, evasão, diagnosticados no diário de classe.

No tocante à metodologia utilizada, o material didático e os recursos disponíveis, indaguei como elas trabalham com seus alunos:

O trabalho que desempenho com os meus alunos vai além da teoria descrita no material didático, que por sinal deixa muito a desejar. Tenho utilizado na minha metodologia as teorias de “Bakhtim e Paulo Freire”, ambos são muito próximos na sua metodologia pedagógica, utilizam o diálogo para aproximar educador e educando, para que os mesmos tornem-se sujeitos interativos mediatizados pelo mundo. Se para Bakhtim “O sujeito apreende a realidade e constrói a realidade, portanto, dá sentido ao seu viver, a partir de sua relação com o outro e, isso vem permeado pela linguagem.” Portanto, o social é responsável pela construção do conhecimento. Assim sendo, além dos conteúdos que vem nos livros didáticos, sempre reservo um espaço para que o aluno exponha os seus conhecimentos de mundo. Os recursos utilizados nas aulas são os disponíveis na escola, livro didático e paradidático, os recursos tecnológicos que a escola dispõe (Professora 1, 12/08/2013).

Já a segunda professora abordou que: “Para trabalhar com meus alunos, além do livro didático, uso filmes, diversas atividades individuais e em grupo, e trabalho de pesquisa” (Professora 2, 12/08/2013).

Como exposto nas falas, sabemos que não cabe ao educador ministrar apenas conteúdos acabados, mas sim, dar oportunidades para que os alunos da EJA possam construir e, também, se apropriar de instrumentos necessários para se situar na sociedade enquanto sujeito plural, dotado de valores e crenças.

Neste sentido, compete ao educador apontar os caminhos, assim como aos alunos compete expandir os conhecimentos necessários a sua formação tanto pessoal como profissional.

No que diz respeito à evasão escolar dos alunos, como um dos aspectos das dificuldades escolares, questionamos o que elas têm feito para superar esse problema:

Para que não haja evasão escolar, procuro sempre ter a atenção dos alunos por meio de assuntos da atualidade, para que os mesmos observem a realidade do que acontece no dia a dia e que reflitam sobre o que pode acontecer com os mesmos se não conseguirem concluir os estudos, já que a maioria são adolescentes e que dependem financeiramente dos pais (Professora 1, 12/08/2013).

Já a outra professora diz que:

Nós enquanto professores, tentamos da melhor maneira ajudar nossos alunos a construir seu futuro, que parte dessa construção está dentro da escola. O diálogo é sempre bom, uma boa conversa entre o aluno e o professor pode ajudá-lo a decidir se deve permanecer ou não na escola, saber se sua desistência é devido algum problema pessoal, se está passando por alguma dificuldade que não o permite continuar os estudos. Tudo isso conta, pois além dos professores também devemos ser amigo do aluno (Professora 2, 12/08/2013).

Nesta perspectiva,

Na maioria das causas a evasão escolar tem a responsabilidade de atribuir a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabemos que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador (ARROYO 1997, p.23).

Indagamos sobre o que a levou a ser professora da EJA: “Confesso que, a priori, o que me levou a ser professora foi a falta de opção, mas, com a prática na docência aprendi a gostar da profissão e hoje me sinto quase realizada” (Professora 1, 12/08/2013). A professora 2, diz que, “bem, eu gosto de ser professora, é uma profissão árdua, desvalorizada as vezes, mas no final tudo dar certo. Conhecer nossos alunos, transmitir conhecimentos e receber também, criar laços, ver o desenvolvimento e contribuir para que ele cresça ainda mais” (Professora 2, 12/08/2013).

Foram feitas indagações também no tocante às dificuldades que os alunos têm em relação à aprendizagem e tivemos o seguinte comentário das professoras: “Como quase todas as pessoas, os alunos têm muita dificuldades em gramática” (Professora 1, 12/08/2013). “Todos possuem um ótimo desempenho, conseguem acompanhar e se sobre saem no conteúdo, mas a grande dificuldade por parte da maioria é com a matemática” (Professora 2, 12/08/2013). “Terem uma carreira profissional é o que motiva a maior parte dos alunos” (Professora 1, 12/08/2013). “Eles possuem um interesse próprio, querem terminar os estudos e no futuro conseguir ter um emprego melhor, conseguir realizar-se pessoalmente” (Professora 2, 12/08/2013).

As respostas são conflitantes e apontam para uma realidade que parece distinta daquela enunciada nas falas das professoras e diferente do que foi escrito pelos alunos e no seu desempenho registrado no diário de classe. À luz dessas questões expostas, das referências discutidas, o que se deduz é que a Educação de Jovens e Adultos da escola em estudo passa por problemas de natureza diversa, seja pedagógica, didática, política, docente e discente, e que

necessita, urgentemente, de se pensar novas perspectivas de se trabalhar com os alunos da EJA e de um redimensionamento da prática docente no sentido de melhorar a condição dos alunos e de potencializá-los para o mercado e para a vida.

Nestes termos, a construção de soluções para a EJA passa necessariamente pela escola que à luz desses e outros trabalhos, podem pensar em mecanismos que possam atender a realidade dessa modalidade de educação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade em que vivemos, a educação é uma ferramenta não só de luta, mas elemento de coerção e de inserção social, na qual a mesma dá as condições e elementos para que os indivíduos tenham possibilidades de concorrer, discutir, interagir, se relacionar, conviver e, assim, poder viver uma vida digna. Assim sendo, sem a mesma, o homem se encontra desprovido de condições de viver dignamente em nossa sociedade atual, apresentando dificuldades de inclusão, sociabilização, questionamento e reação, sendo, pois, excluído por essa sociedade.

Nesta perspectiva, o que se deduz na turma de EJA estudada é que a educação oferecida aos alunos, ao que parece não apresenta as condições necessárias para que o indivíduo possa se inserir e atuar na sociedade, o que coloca esses alunos numa série de problemas e desigualdades de condições sociais que nossa sociedade lhe impõe.

No que concerne às práticas da economia solidária, é preciso que se tenha uma educação voltada para ela, desmistificando o que até então era formado pelo sistema capitalista, o que não se evidencia na turma de EJA estudada, mas uma educação que não empodera o aluno para a vida, muito menos para uma vida que tenha a solidariedade, sociabilidade e convivência como metas. Ou seja, não coloca a economia solidária como perspectiva no sentido de construir novas expectativas e formas de viver, diminuindo a opressão e propondo formas de viver mais humanas, diferentemente do modelo capitalista, que individualiza os trabalhos, coisifica o homem, propõe a concorrência, a individualidade, o valor pelo ter, separando os homens e os colocando uns contra os outros.

O que também deduzimos é que a Educação de Jovens e Adultos, como política educacional, está longe de alcançar os objetivos que teoricamente a definiram enquanto tal. Ao invés de uma política que amenizasse os efeitos do analfabetismo, nesse público que está fora da idade escolar, o que se vê é o descaso com esses alunos.

O que se evidencia também é que na prática a teoria é outra. São professores despreparados ou sem formação específica para esse público de jovens e adultos, alunos fora da idade escolar, desmotivados, sem perspectivas de sucesso, com déficit de leitura, de interpretação e de escrita, almejando conseguir meios para sair de sua triste condição.

A escola, como indicado nas respostas, ainda é vista por esses alunos como perspectiva de melhorar de vida, mas que aos poucos vão perdendo a esperança, porque a escola não é atrativa, os inibe e os castra em suas potencialidades, até que desistem.

Urge redimensionarmos uma prática docente específica para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, não desigual, nem inferior, mas adequada à realidade desse público distinto que necessita ser visto de uma maneira positiva e não pejorativa, que é o que é mais comum.

As questões, aqui postas, as discussões feitas e as falas enunciadas não são conclusivas, mas se colocam como ponte para uma discussão maior entre docentes, discentes, teóricos e o governo para repensar a EJA enquanto política pública, na perspectiva que essa de fato funcione, apresente resultados, sejam eles qualitativos e quantitativos, que redefinam a EJA e a tornem uma política educacional que de fato dê condições para que o aluno da EJA possa ser agente na sociedade, possa mudar sua vida e construir mecanismos que o tornem sujeito de sua história. Só assim, de fato, a escola e a educação estarão cumprindo com seu papel social.

## 5 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, L (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

CRAVEIRO, A. N. M. Fracasso Escolar: Reflexões na perspectiva de Nietzsche. *In*: VASCONCELOS, J. G. (Org.) **Filosofia, educação e realidade**. José Gerardo Vasconcelos; A. N. M. C. ET AL. – Fortaleza: EUFC, 2003.

CORDEIRO, J. **Didática**. 1 ed., 1ª. Reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007.

DEMO, P. **Saber Pensar**. 3 ed. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2000.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** – 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002

HOFFMANN, Jussara. Sistema de avaliação é a causa ou consequência do fracasso escolar? *In*: **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre. Mediação, 2005. p. 59-68.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática** – São Paulo: Cortez, 1994.

MARCHESI, Á.; GIL, C. H. **Fracasso Escolar**. Uma Perspectiva Multicultural. /Org. por Álvaro Marchesi; Carlos Hernández Gil. Trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

## 1 INTRODUÇÃO

As questões relativas à educação de jovens e adultos no Brasil são bastante desafiadoras. São mais de 65 milhões de jovens de 15 a 25 anos que nunca foram à escola ou se evadiram e não concluíram o ensino fundamental. Jovens que chegam à idade do trabalho sem nenhuma qualificação profissional. Por outro lado, a qualidade da educação oferecida a esse público por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, seja no ensino fundamental ou médio, é bastante questionada. Questiona-se, por exemplo, a adequação das metodologias de ensino aprendizagem, dos currículos, do material didático, das formas de avaliações empregadas e até a formação inicial e continuada dos professores que labutam nessa área.

Portanto, o tema “*Educação de Jovens e Adultos: realidades e perspectivas*” representa para mim o desejo e a necessidade de levantar questões relativas a esta modalidade de ensino, na busca de entender e promover a discussão acerca da configuração de seus professores, partindo da inquietação sobre como promover uma educação de qualidade. Vale destacar que meu interesse pela temática surgiu a partir de observações feitas em escolas da rede de ensino público no município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, onde sou professor da área de Humanas, lecionando a disciplina História, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.

O primeiro ponto a destacar dentro do tema deste trabalho é que não temos parâmetros acerca do perfil do educador de jovens e adultos. Sabemos que uma das características do ensino da EJA foi, durante muito tempo, construir-se às margens do processo educacional formal e, nesse caso, a formação docente seria em serviço. Como salienta Arroyo:

[...], não vínhamos tendo políticas oficiais públicas de educação para a formação de educador e da educadora de jovens e adultos. Esta, sempre foi feita um pouco pelas bordas, nas próprias fronteiras onde estava acontecendo a EJA (ARROYO, 2006).

A modalidade de ensino da EJA recebeu novos contornos na educação brasileira. Os que antes eram apenas programas educacionais temporários que atendiam às necessidades imediatas das políticas governamentais diante das necessidades de mudanças econômicas e sociais, tornaram-se políticas públicas, principalmente nas comunidades menos favorecidas economicamente. Estudos que possam trazer à tona a realidade dessa modalidade são tidos como salutares para as novas perspectivas educacionais, principalmente àquelas voltadas para o semi-árido nordestino onde os efeitos danosos de práticas capitalistas selvagens, tais como a pobreza extrema, a seca, a exploração do trabalho infantil, entre outros, tornam-se mais presentes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Levando em consideração os objetivos de estudo postos para este trabalho e que o processo de ensino e aprendizagem consiste em uma combinação adequada entre o papel do professor e a atividade independente, autônoma e criativa do aluno, afirmo concordar com a colocação de Libâneo quando diz que:

O papel do professor consiste em planejar, selecionar e organizar os conteúdos, programar tarefas, criar condições de estudos dentro da sala de aula, no sentido de incen-

tivar os alunos para o estudo. O professor dirige as atividades de aprendizagem dos alunos a fim de que estes se tornem sujeitos ativos da própria aprendizagem (LIBÂNEO,2002).

Por essa ótica, a aprendizagem surge como um processo único e individual. Entender e explicitar esse processo de aprendizagem é o objeto da didática contemporânea que tem o aluno como um mundo em sua particularidade do saber, produto do ensino coletivo diferenciado pelo conhecimento cumulativo individual e social. Os procedimentos didáticos são os meios e os instrumentos que o professor poderá dispor para mediar a investigação dos objetos dos conhecimentos individual e coletivo em suas aulas. Como entender a EJA dentro deste prisma, quando se trata de uma modalidade de ensino voltada para um público numericamente gigante e que aumenta a cada ano que passa, cujo professor é oriundo de uma universidade que o capacitou para uma atividade educacional com um público e numa modalidade completamente diferentes daquela que leciona? Sobre esse ponto, a LDB assim nos diz:

A formação dos docentes de qualquer nível ou modalidade de ensino deve considerar como meta o disposto no artigo 22 da LDB de 20 de dezembro de 1996. Ela estipula que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Este fim voltado para todo e qualquer estudante, seja para evitar discriminações, seja para atender o próprio artigo 61 da mesma LDB, é claro a este respeito. (BRASIL: Carlos Roberto Jamil Cury).

Assim, desenvolver programas ou projetos que promovam a habilitação do professor para lecionar na EJA é condição necessária para o encaminhamento de uma educação de qualidade, dentro daquilo que prescreve a LDB de 1996:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (LDB/Artigo 61).

Assim, é de uma importância extraordinária, desenvolver programas ou projetos baseados em fatos vivenciados em sala de aula e na experiência do professor no contexto educacional.

Falando sobre as experiências de sala de aula, o professor Valdo Barcelos nos traz um relato de uma professora da EJA de uma escola noturna:

Quando uma colega diretora de outra escola me telefonou, dizendo que eu me preparasse para receber em minha escola, no dia seguinte à noite, um “presidiário bandido” que estava em regime aberto, entrei em pânico... fiquei imaginando como eu faria ...como deveria me comportar na conversa que ia ter com ele na noite seguinte quando o referido aluno que cursava a EJA me procurasse na escola, com sua transferência em mãos...era a primeira vez que eu ia ter na minha escola um bandido estudando (BARCELOS,2007, p.170).

Este relato deixa clara a insegurança da Professora, levando-nos a pensar que é preciso ouvir aqueles que labutam na educação, na perspectiva da construção de uma escola de qualidade.

Retomando a história da professora, Valdo Barcelos conclui.

Qual não foi sua surpresa quando, no dia seguinte, ao chegar à escola encontra lhe esperando na porta de sua sala um rapaz loiro e de aparência frágil. Vestia uma camisa “pólo” azul cuidadosamente “ajeitada” pára dentro da calça bege que usava. Calçava um par de sapatos pretos exemplarmente lustrados. O cabelo estava cortado curto e muito bem penteado. A barba parecia ter sido feita especialmente para a ocasião. Enquanto ela abria a porta da sala, o rapaz pediu-lhe licença, deu boa noite e se apresentou: era o “presidiário bandido” em regime aberto se apresentando para seu primeiro dia de aula na nova escola (BARCELOS, 2007, p. 174).

A experiência como a que foi relatada acima, pode nos fornecer subsídios relevantes para a construção de conhecimentos e saberes em relação ao ensino e aprendizagem, na construção de uma “nova escola” que possa primar pelo bem estar de todos.

Que saberes e fazeres serão necessários para proceder à exigência, há tempos requerida aos profissionais da educação no sentido de “reinventar a escola para que ela cumpra sua fatia de responsabilidade na organização da sociedade e da natureza para aumentar o prazer no mundo”? (GROSSI, 1992).

No sentido de reinventar a escola, que saberes e fazeres deverão ser proporcionados aos profissionais da educação no sentido de evitar a exclusão social que o sistema capitalista proporciona? Foi diante dessa exclusão e das sucessivas crises do sistema capitalista de produção que surgiram ao longo da história contemporânea, outras formas de produção como o cooperativismo britânico baseado nos princípios socialistas da igualdade e solidariedade, o socialismo marxista e mais recentemente a economia solidária do final do século XX.

A expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, “fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no Crida (Centre de Recherche et d’Informations sur La Democratie et l’Autonomie), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas econômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa” (França Filho e Laville, 2004, p. 109).

A Economia Solidária no Brasil surge durante a fase da redemocratização do país desencadeada no início da década de 80. Nesse período, verifica-se um fortalecimento nos movimentos sociais voltados para a democratização do mundo do trabalho, quando trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas com práticas de autogestão e universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos solidários.

Como início da crise econômica que se abre no início da década de 80, com forte impacto sobre o desemprego, seguida de um processo de reestruturação produtiva e econômica que, a partir de 1990, tem uma forte repercussão no mercado de trabalho com um significativo processo de desestruturação do mesmo, evidenciando em todos os seus indicadores diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego e do tempo em que os trabalhadores passam a levar para encontrar outras formas de colocação no mercado de trabalho, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários etc. (LEITE, 2007, p. 42).

Com essa visão de economia solidária é criada no Estado da Paraíba a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES – que é um projeto desenvolvido por docentes e discentes vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Campina Grande, que objetiva construir e instalar a IUEES na UFCG, além de formar e capacitar a equipe executora para as necessidades dos Empreendimentos Econômicos

Solidários incubados, através da participação em cursos, palestras e oficinas. Objetiva também ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda dos grupos incubados, contribuindo com o desenvolvimento da cidadania; aproxima a Universidade e o conhecimento nela produzido dos grupos sociais em situação de exclusão e forma recursos humanos em economia solidária nos níveis de graduação e pós-graduação.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos é vista como o meio ideal ou satisfatório para a implantação de uma cultura solidária tendo como público alvo, grupos sociais em situação de exclusão. Embora não existindo unanimidade no que se refere ao termo Economia Solidária, ela representa uma alternativa fundamentada no processo social de produção de bens e serviços como um contraponto ao sistema capitalista de produção.

Muitas experiências de Economia Solidária e com dificuldades no seu desenvolvimento despontam como novas formas de sociabilidade, nas quais, setores mais vulneráveis da sociedade vêm encontrando possibilidades de inserção social que lhes tem permitido recuperar a dignidade e auto estima.

De acordo com Paul Singer (2000), as cooperativas que vêm sendo formadas por universidades, sindicatos e Secretarias Municipais de Trabalho, entre outras iniciativas, deverão constituir uma vasta economia solidária no Brasil. Isso não quer dizer, contudo, que a economia solidária venha a se impor sobre as outras formas de produção. Singer vê uma convivência entre diferentes formas de produção. A economia brasileira estaria, nesse sentido, caminhando para uma economia mista “com certa presença do Estado, uma presença de economia socialista ou solidária forte, uma presença de produção simples de mercadorias e, quem sabe, até, uma presença de grande economia doméstica”.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa se inscreve na perspectiva qualitativa. Para proceder à coleta de dados constituiu-se uma amostra de 04 professores que lecionam as disciplinas Matemática, Geografia, Ciências e Inglês, da modalidade EJA, no Sistema Municipal de Ensino na cidade de Cajazeiras. Todos os professores são efetivos e com bastante experiência nessa modalidade de ensino sendo: 03 deles com 10 anos de exercício na EJA e outro com 07 anos.

Os dados foram coletados por meio do instrumento entrevistas semiestruturadas e individuais. Para organizar as entrevistas dos sujeitos, foram entregues a todos, três questões: 1. Quais são as dificuldades encontradas no desempenho de suas atividades na EJA? 2. Como os professores enfrentam as demandas da modalidade EJA? 3. Qual é sua visão de EJA com perspectiva na economia solidária?

As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio, transcritas, organizadas e analisadas a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (1979).

### **4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REALIDADES E PERSPECTIVAS**

A análise dos dados nos permite apreender que é muito difícil para o professor da EJA falar sobre essa modalidade de ensino. Na justificativa dessa dificuldade, argumentam que não tiveram formação inicial para tanto. Quanto à formação continuada, que poderia suprir essa lacuna da formação inicial, esta, quando aconteceu, se deu de forma despropositada, conforme assinala o professor P1 .

A formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação do Município, embora fosse obrigatória a participação de todos os professores, não relacionava a modalidade de ensino em que o professor estava ligado. A opção por essa ou aquela formação ficava a critério de cada professor. Nunca exigiu de mim a participação na formação continuada específica da EJA. Se alguém participou foi para cumprir tabela (P1).

As revelações descritas acima são angustiantes, apelativas e contundentes. Elas revelam o caráter periférico da educação de jovens e adultos no seio da educação formal. Como o público alvo da EJA é diferenciado e na Formação Inicial Docente não inclui conhecimentos sobre essa modalidade de ensino, talvez à exceção do curso de Pedagogia, os professores da EJA demonstram dificuldades na elaboração de seus planos de curso. Sobre a formação, os professores P3 e P4 disseram o seguinte:

Falta uma Formação Continuada para que o ensino seja diferenciado do Ensino Fundamental, embora nós professores tenhamos a capacidade de lecionar na EJA, só que com a Formação Continuada direcionada ao Ensino da EJA iria mais produzir. A Formação Continuada é importante para uma produtividade melhor(P3).

A Formação Continuada contribui em parte, contribui não totalmente, porque existem também na formação continuada algumas falhas, em vez de incentivar o professor, ela coloca certas dúvidas. Apesar dos orientadores da formação tentarem esclarecer, tentarem fazer com que o professor readquirir energia, é difícil, porque a maioria dos professores tem dois, três vínculos. Difícilmente encontra um professor com um só vínculo, é muito difícil, e quando tem, esse sim, esforça-se o máximo para dar tudo de si para que o trabalho seja realmente eficaz (P4).

A inexistência de um apoio técnico pedagógico atuante que daria uma melhor direção ao ensino da modalidade tem levado os professores a um desafio: que conhecimentos e saberes devem ser proporcionados aos alunos da EJA que trazem consigo as suas experiências de sucessos e insucessos? Daí eles afirmarem que fazem de tudo para proporcionar uma boa formação aos seus alunos, mas, no final, tem o desconforto de dizer que dificilmente atinge os seus objetivos. Assim, dizem os professores P1, P2 e P4:

Tenho utilizado em minhas aulas data show, slides, frases para reflexão, músicas, mas a situação permanece a mesma. Estão faltando algumas coisas, sei lá (P1).

Nossos alunos da EJA, a maioria, trabalham durante o dia todo e isso significa dizer que eles não dispõem de tempo para os estudos e isso limita o estudo, pois sabemos que apenas a sala de aula não é suficiente para uma boa formação escolar. Por consequência disso, conclui essa modalidade sem alcançar o mínimo necessário para cursar o ensino médio sem grandes dificuldades, porém há casos de alunos nossos que conseguiram ingressar na faculdade(P2).

A Secretária de Educação do Município tem se esforçado para fornecer conteúdos necessários para ser incluídos no planejamento dos professores, com isso tem contribuído, mas acredito que ainda falta alguma coisa para que realmente o trabalho seja eficaz (P4).

De forma bem mais contundente, problemas como o da evasão, desmotivação e falta de embasamento teórico que fazem parte da realidade do Ensino Regular, estão também presentes, de forma mais acentuada, na realidade da Educação de Jovens e Adultos. Os professores sentem uma dificuldade imensa em solucionar tais problemas como afirmam os professores P2 e P4:

[...] uma das principais dificuldades encontradas é a falta de motivação dos alunos, pois a maioria deles vem do ensino regular, de repetitivas reprovações e quando chegam à EJA, acham que a EJA tem de passá-los para a série seguinte, e eles não têm perspectivas para o futuro. E por conta disso, também perdem muitas aulas e afeta a assiduidade, quebra-se muito a sistemática da disciplina, porque perdem muitas aulas (P2).

A clientela da EJA são aquelas pessoas que passam o dia trabalhando, mais de oito horas de serviços por dia e quando chegam aqui, muitos adormecem cansados (P4).

Por outro lado, o caráter periférico da Educação de Jovens e Adultos faz com que essa modalidade seja despercebida no tocante à sua importância, conforme determinam os parâmetros educacionais. “Desconectada”, essa modalidade não atingirá seus objetivos, sendo vista como uma modalidade despropositada, com se observa na fala do Professor P1:

A Educação de Jovens e Adultos é vista como uma modalidade e está ali só para cumprir uma função, uma obrigação e não é dada a assistência devida ao alunado. É preciso ter pessoas especializadas na área e que possam gerenciar os professores da EJA e dá um norte para que todos trabalhem numa perspectiva de projetos interdisciplinares. Falta assistência ao alunado da EJA (P1).

É na escola que as diferenças de gêneros, gerações, conhecimentos e formação de professores e alunos são confrontadas. Em qualquer modalidade de ensino, a forma como essa interação se processa entre professores e alunos, professores e professores e, entre os próprios alunos, é determinante no processo do ensino e aprendizagem. Nesse sentido fala o professor P4:

As diferentes gerações acabam gerando conflitos em sala de aula, que fazem com que alunos acabem evadindo-se, no caso, os mais velhos, porque esses alunos mais velhos geralmente vêm da EJA. Muitos deles nunca fizeram o ensino regular quando jovem, e, ao chegar ao segundo seguimento se misturam com os alunos do ensino regular e se sentem diferentes (P4).

Quanto à economia solidária, as perspectivas são animadoras. Poderia ser o eixo da Educação de Jovens e Adultos. Seria um dos objetivos dessa modalidade de ensino e contribuiria de forma substancial na motivação do público da educação de jovens e adultos. Falando sobre a Economia Solidária o professor P2 em sua fala demonstrou conhecer o tema e mostrou-se bastante otimista:

A economia solidária é muito importante e de grande valia, pois capacitaria os alunos da EJA para o mercado de trabalho (P2).

A economia solidária é uma forma inovadora de inserir no mercado produtivo pessoas que não têm qualificação profissional. Essas pessoas, sem perspectivas de vida, podem deixar de ser marginalizadas e passarem a ser integrantes da economia. O ingresso dos alunos da EJA na economia solidária permite-lhes uma melhoria na sua auto estima (P2).

Diante da realidade da educação de jovens e adultos e da perspectiva relacionada à economia solidária, é notória a aceitação do professor da EJA. Isso deixa bem claro que a modalidade de ensino EJA carece de mudanças que possam dá um rumo certo a esse seguimento da educação popular. Assim fala o professor P3 quando indagado sobre o assunto:

Refletindo um pouco a respeito do contexto da EJA, essa questão que trata da economia solidária, a princípio parece utópica, porém analisando por outro prisma, isso parece possível, ou seja, se fosse levada em consideração a real necessidade do aluno da EJA, seria dada a ele a oportunidade de prepará-lo diretamente para ser um indivíduo autônomo, visto que para o atual mercado de trabalho o aluno dessa modalidade não está preparado, mas, que pode ser capacitado, para que em grupo, visem não só a economia *centralizada*, mas à *integração de todo sem um único objetivo: oportunizar a todos a terem uma vida melhor e mais íntegra* (P3).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que as mudanças no mundo do trabalho diante da globalização da economia exigem de todos os que lidam com a educação de jovens e adultos, professores e pedagogos e outros profissionais afins, muitas pesquisas e análises no sentido de construir o perfil do educador da EJA, para que ele possa conduzir a educação de jovens e adultos respeitando a faixa etária da modalidade e demais particularidades desse ensino.

É consensual que o conhecimento destinado aos alunos da EJA, respeitando a faixa etária e com todas as suas particularidades, não deve ser igual àquele que é proporcionado aos alunos do ensino regular. O aluno da EJA traz consigo toda uma experiência de vida, sucessos e insucessos, que devem ser levados em consideração. São alunos com concepções de vida materializadas. Então, que conhecimentos devem ser levados a esse público alvo que prima pelo imediatismo? Responder a essa indagação não é a proposta desse trabalho. Acreditando na validade dos saberes científicos e nas experiências de colegas professores da EJA, muitas pesquisas deverão ser levadas a efeito no sentido de dar uma solução para o caso.

Quanto à Economia Solidária aqui enunciada, as conclusões apontam para uma realidade complexa e heterogênea. A Economia Solidária embora não tenha a potencialidade de transformação social, pode vir a ser experiência importante de resistência ao desemprego, apontando para novas formas de sociabilidade, configurando-se como uma reação dos trabalhadores ao desemprego diante da nova realidade do mercado de trabalho. Nesse sentido, a mobilização dos trabalhadores, baseando-se nos princípios democráticos, pode ser capaz de provocar mudanças significativas na vida e na sociedade daqueles que experimentam concretamente o fato. Sendo assim, a Ecosol tem seu papel fundamental na propagação dos feitos da economia popular, tendo a EJA como esteio dessa forma de produção.

Conforme Paul Singer (2000), “a Economia Solidária não é uma receita que se aplica, dá certo e o sujeito já pode esquecer, e ir para outra”. A economia solidária é uma luta contínua. A falta de uma ética solidária tem levado muitos empreendimentos solidários à degeneração. Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos, como modalidade de ensino, tem um papel fundamental na construção dessa ética.

## 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos. *In*: SOARES, L. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte – Autêntica – SEDAC – MEC – UNESCO, 2006, p.17-32.

BARCELOS, V. Formação de Professores (as) para Educação Ambiental de Jovens e Adultos: cada Menestrel com seu Parangolé. *In*: BARCELOS, V.; GUFTSACK, F.; VIEGAS, N.F. (Orgs.), **Educação de Jovens e Adultos – saberes e fazeres**. Santa Cruz do Sul – EDUNISC, 2007.

BRASIL: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Carlos Roberto Jamil Cury. Conselho Estadual de Educação – João Pessoa-Pb., 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In*: DURHAN, Eunice R. *et. al.* **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. *In*: DURHAN, E. R. *et. al.* **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 141-156.

LEITE, M. P. **A economia solidária e o trabalho associativo:** teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 24 Nº 69, fevereiro de 2009.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec-Abrasco, 1994.

SOUSA JUNIOR, L. (Org.) *et. al.* **LDB:** visões críticas. – João Pessoa/PB, Idéia, 1997.

# Um estudo sobre o perfil de alunos e alunas do PROEJA do IFPB de Cajazeiras-PB

*Francisca Amanda Abreu Martins  
Stella Macia de Moraes Santiago*

## 1 INTRODUÇÃO

A semente que deu origem a minha pesquisa foi a curiosidade de investigar o ensino profissionalizante e de conhecer os alunos e alunas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no IFPB – Cajazeiras. Além disso, compreender os motivos que levam os jovens e adultos, pessoas que são muitas vezes obrigadas a abandonar a escola na idade regular em decorrência de suas condições sociais, a buscar o PROEJA.

Essa temática é tema do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano. com ênfase em economia solidária, com intuito de demonstrar através de uma pesquisa para a Educação de Jovens e Adultos que muitos estão buscando na modalidade PROEJA uma oportunidade de inclusão social no mundo do trabalho.

A educação é a melhor ferramenta para a construção pessoal e cidadã de cada indivíduo, portanto nesse contexto a escola se constitui fundamental para a formação humana e compreensão do mundo.

A EJA é uma modalidade de ensino que está voltada para o público jovem e adulto e idosos que se encontram fora da faixa etária escolar, cujo objetivo é possibilitar que pessoas jovens, adultas e idosas tenham acesso à educação. A EJA é marcada pela heterogeneidade que apresenta já que existem alunos e alunas de idades diversificadas, como em sua grande maioria muitos já trabalham e o turno noturno seja talvez a oportunidade para retornar os estudos, os alunos da EJA principalmente, os jovens acreditam que os estudos possibilitarão uma qualificação para que os mesmos possam ao avançar na escolarização encontrar um emprego, assim como os que já trabalham todos buscam ascensão social.

Este trabalho tem como objetivo mostrar o perfil dos alunos e alunas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) mediante relato sobre os educandos e educandas da Educação de Jovens e Adultos na modalidade PROEJA, abordando aspectos de sua vida social e econômica.

## 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O artigo 205 da Constituição de 1988 trata a EJA como um direito público subjetivo, a qual evolve políticas públicas compromissadas em garantir a igualdade para todos brasileiros e brasileiras. O próprio texto constitucional afirma que o Brasil é um estado democrático de direito, os seus princípios são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Desse modo, a educação de jovens e adultos foi vista como uma necessidade na qualidade de programa educacional para resgatar a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como bem menciona o artigo 205 da Constituição Brasileira, que define

[...] a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

peessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (art. 208, da Constituição Federal de 1988.)

Posteriormente no ano de 1996 foi criada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, 9394/96 e, seguida a esta, a resolução CNE/CEB de nº 1 de 05 de julho de 2000, formuladas com o intuito de criar uma nova perspectiva para a EJA. De acordo com a lei o ensino da EJA é uma modalidade da educação básica dividida em etapas Ensino Fundamental (divido em segmentos), Médio, Exames Supletivos e Educação Profissional.

Os Fóruns de Educação de Jovens, criados no ano de 1996, hoje existem em todos os estados do Brasil, são reconhecidos desde o ano 2004 pelo Ministério da Educação (MEC) como interlocutores de políticas públicas, e assumem o desafio de organizar especialmente a EJA, como política pública, portanto não se restringindo apenas em alfabetizar, mas também, em promover a cidadania para os educandos, onde ocorre a participação de diversos segmentos tanto governamentais quanto os não governamentais que fazem a intermediação de uma política educativa humana em que os indivíduos possam ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. É a partir também de 2004 na afirmação de Paiva (2006) que o governo brasileiro investe no alargamento político de Educação de Jovens e Adultos, entendendo que um programa de alfabetização é muito limitado para garantir o direito constitucional.

A sociedade atual avança demais em tecnologia que podem ser definidas como um conjunto de todas as atividades provenientes de recursos da computação e seus avanços refletem no âmbito da educação que o computador se constitui um recurso didático importante para o trabalho com os alunos e as alunas da EJA.

## 2.1 O ensino profissionalizante

Nos dias atuais o estudo sobre currículo tem destacado na formação, unindo a educação de jovens e adultos ao Ensino Profissional, objetivando construir um currículo que leve em consideração as particularidades da EJA. Sendo assim levanta-se a discussão sobre o papel da escola que é formar para a cidadania ou para o mercado de trabalho, desenvolvendo uma proposta que integra a formação geral e a formação profissional na modalidade EJA.

Estudiosos da Educação de Jovens e Adultos vem desenvolvendo maneiras de integrar o Ensino Profissionalizante a formação geral propostas nos currículos da educação básica. Percebemos que há a intenção de desenvolver um currículo que contemple os dois aspectos. O PROEJA, por exemplo, é um programa de ensino que aborda o estudo de educação profissional unido a EJA.

A formação profissionalizante busca garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto o direito para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrando-o dignamente a sua sociedade política. Sendo assim, a superação entre trabalho manual e trabalho intelectual significa focar o trabalho como princípio educativo. Não se pode negar que a EJA é a base para que os jovens e adultos possam enfrentar o mundo de produção econômica no sentido de obter conhecimento, não apenas para compreensão geral da vida social, mas também como necessidade de se inserir ou permanecer no mundo do trabalho.

O mercado de trabalho atual tem se tornado cada vez mais exigente quanto aos critérios para empregar as pessoas, esse fato é decorrente das tecnologias. Do avanço das tecnologias de comunicação e informação, pois estamos do século da sociedade do conhecimento, pois com os sistemas de informatização a mão de obra precisa está cada vez mais qualificada, para responder aos critérios adotados pelo neoliberalismo<sup>2</sup>. Diante desse fator, o desemprego se torna acentuado nas classes sociais menos favorecidas que não teve acesso à educação formal, na

<sup>2</sup> O neoliberalismo é o conjunto de ideias capitalistas que defendem, a não participação do estado na economia e o livre comércio.

fase regular de ensino. Além disso, existem muitos alunos de faixa etária compreendida entre os 17 a 35 anos que estão matriculados nos programas de jovens e adultos estes/estas relatam que o maior incentivo para voltarem a estudar é a necessidade social de conseguir um emprego. Mediante estes relatos, percebemos as dificuldades de conseguirem um emprego formal, pelo fato de não terem um ensino qualificado que atenda as regras exigidas pelo sistema capitalista.

A inserção no mercado de trabalho é uma demanda legítima dos sujeitos que vão à escola. Na medida em que os postos de trabalho e empresas globais tendem a ser mais estáveis e financeiramente mais vantajosos, torna-se natural que a vinculação ente currículo e inserção no mercado tenham grande apelo e com isso contribua para a aceitação dos discursos da reforma (MACEDO, 2008, p. 109).

A relação que é estabelecida entre a formação do aluno e aluna enquanto cidadão e a capacitação para o mercado denotam a importância de decorrer uma política curricular a qual possa mediar e atender as necessidades educacionais da modalidade EJA que anseiam por uma formação profissional que os qualifiquem para o trabalho. Os conteúdos curriculares da educação básica precisam difundir os valores fundamentais aos interesses da sociedade assim como, orientar para a cidadania.

Em face dessas realidades, a demanda pela educação profissionalizante para jovens e adultos deve ser analisada como uma proposta séria, não somente como um currículo limitado a apenas mediar uma aprendizagem mecanicista que atenda as expectativas da globalização. O currículo precisa antes de tudo ter uma proposta para a formação do indivíduo enquanto ser pensante, com a capacidade de conhecer seus deveres e direitos.

A Indicação do CNE/CEB nº 0001/2005 enfatiza a necessidade de se incluir formalmente a Educação de Jovens e Adultos, como alternativa real para a integração com a Educação Profissional e assim, ampliem-se os propósitos do Decreto Federal nº 5.478/2005. Essa inclusão deve ser concretizada tanto em relação a EJA para o Ensino Fundamental, quanto à EJA para o Ensino Médio, simultaneamente, com a inclusão de programas de Educação Profissional nas modalidades de “formação inicial e continuada de trabalhadores” e de Educação Profissional Técnica de nível médio, ofertados segundo itinerários formativos, que possibilitem aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”, nos termos do parágrafo 1º do artigo 3º do Decreto Regulamentador nº 5.154/2004.

Assim, está sendo garantido a inclusão da concepção de currículo integrado no contexto do ensino profissionalizante associado à Educação Básica na modalidade EJA implica garantir que a educação em sua totalidade se torne parte indissociável da Educação Profissional, logo é fundamental saber como ocorre essa integração, tanto na seleção quanto na organização curricular, a partir de um Projeto Pedagógico formulado de acordo com as propostas almeçadas. A garantia de uma educação crítica e não apenas uma educação bancária como defendia (Freire 2008), onde o homem possa aprender a fazer uma leitura do mundo, assim como compreender como ocorre às relações sociais.

O currículo deve ser construído a partir do conjunto das relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores, setor produtivo e a sociedade. Nessa construção, precisam levar em consideração os conhecimentos, as experiências dos sujeitos bem como suas diversidades. Dessa forma, o currículo precisa expressar claramente essas relações nos seus princípios, programas e metodologias e não constituir-se apenas como uma série ordenada de conteúdos (Documento Base, PROEJA, 2007).

Outro fator importante a ser citado é que os cursos profissionalizantes ampliem saberes que os alunos já apresentam, e que os cursos profissionalizantes sejam partes das transformações sociais. Portanto, é necessário que o currículo formulado leve em consideração as

necessidades de trabalho de determinada localidade onde exista uma demanda de alunos e alunas que estejam interessados em se qualificar profissionalmente. Atualmente existem poucos programas que trabalhem a educação profissionalizante na EJA. A educação dos trabalhadores, tanto no processo de escolarização, como na formação profissional inicial e continuada, historicamente, vem se realizando de maneira desarticulada, pelo fato de não ocorrer uma vinculação entre a esfera federal e os estados, para que os programas se efetivem de forma pragmática. Quanto a isto Documento Base, PROEJA, 2007) menciona que

[...] é necessário que ocorra uma interação entre ao governo federal, os estados, municípios e a sociedade de forma organizada, com à finalidade de se produzir uma sinergia capaz de fazer com que as ações resultantes dessa política, efetivamente, cheguem às populações que por elas demandam.

Desse modo é importante a implementação de uma política voltada para atender os objetivos da proposta fomentada nos currículos, é fundamental que esses cidadãos tenham uma formação inicial associada à elevação da escolaridade ainda que básica.

A contextualização do ensino é uma ferramenta didática imperiosa para a elaboração dos currículos baseada em uma metodologia que venha contribuir para a melhoria das condições sociais e econômica. Para aqueles que não tiveram acesso para concluírem o Ensino Fundamental ou o Médio. Portanto se os currículos apresentarem um ensino contextualizado facilitará a aprendizagem cognitiva do aluno, além disso, vale destacar que a contextualização dos cursos profissionais também é fundamental, portanto para que seja inserido um curso profissionalizante é preciso antes se pesquisar a demanda de trabalho onde a escola está inserida, com o intuito de garantir que os alunos tenham um respaldo social e financeiro ao se formarem nos cursos de jovens e adultos que ofereceram a educação profissional.

A inserção de um currículo que integre a educação profissionalizante a educação básica na EJA foi problematizada nesse texto como uma alternativa para a construção de uma nova realidade no ensino de jovens e adultos. Na conjuntura social atual, os alunos da EJA buscam resgatar a sua cidadania frente aos paradigmas sociais vigentes. A discussão inicial indagava os objetivos das pessoas que se matriculavam nessa modalidade de ensino. Com a evolução humana as perspectivas almejadas por parte daqueles que precisam voltar a estudar também passam por mudanças em suas concepções.

É por isso que foi criado no ano de 2003 (início do governo Lula), pelo MEC (e Ministério da Educação, um documento intitulado Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, o qual estabelecia princípios e estratégias para a Educação profissional no Brasil que tinha como finalidade articular a educação profissional à educação básica, assim como também integrar a educação profissional ao mundo do trabalho.

Posteriormente em decorrência de reivindicações sociais foi revogado o decreto a partir dos nº 2.208/976 e legitimou-se a possibilidade de integração da Educação Profissional com a Educação Básica, por meio do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que determinou que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio, ou seja, seria oferecido a alunos e alunas que já concluíram o Ensino Fundamental ou o estejam cursando.

### **3 A CRIAÇÃO DO PROEJA**

Em 2005, por meio da Portaria nº 2.080, o MEC estabeleceu, na esfera dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET<sup>3</sup>), das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agro-técnicas Federais (EAF) e das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETV) as

<sup>3</sup> O Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba Ciência e Tecnologia da Paraíba recebeu o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional integrada com o Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Estando as diretrizes estabelecidas, o MEC optou pela criação de um programa que abrangesse cursos com essa configuração. Assim, no dia 24 de junho do mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº 5.478, que instituía, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Este Decreto foi revogado, em 13 de julho de 2006, pelo Decreto nº 5.840 que, entre outras mudanças, alterou o nome para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

O PROEJA tem suas bases lançadas com o Decreto Presidencial 5.154/2004. Tal instrumento surge num contexto de luta de classes objetivando a superação histórica existente entre a formação profissional e educação geral. Vale ressaltar que o Decreto 5.154/2004, sugere a possibilidade da educação integrada, mas o governo não oportunizou de forma satisfatória a instituição nos estabelecimentos públicos dos âmbitos federal, estadual e municipal, ampliando as matrículas para o Ensino Médio e elevando sua qualidade.

No ano de 2005, o presidente do Brasil Luis Inácio da Silva resolve instituir o PROEJA no âmbito das Instituições Federais integrando a Educação Profissional a Educação Básica, para jovens e adultos, no modo aligeirado, prevendo carga horária máxima de 1.600 horas para a formação inicial e continuada; e de 2.400 horas para o Ensino Médio Integrado. Outro fator foi o fato de prevê saídas intermediárias que possibilitam ao aluno a chance de adquirir qualificação através de uma formação técnica e profissional para o mercado de trabalho.

O PROEJA se constitui uma modalidade nova na educação brasileira, já que busca atender aos anseios das pessoas que estão fora da faixa etária de ensino e possibilita uma formação profissional que integre o aluno e aluna ao mundo do trabalho.

### **3.1 O PROEJA no IFBP de Cajazeiras**

O Proeja funciona no Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba desde 2007, sendo que no ano de 2009 passou para a qualidade de técnico integrado. O curso tem duração de três anos com o CURSO de DESENHO e CONSTRUÇÃO CIVIL, as aulas funcionam no período noturno, com uma entrada única por ano. No momento atual há três turmas com uma média de 75 alunos e alunas. O objetivo do curso é formar pessoas para o mercado da construção civil possibilitando uma chance do aluno da EJA entrar no mercado de trabalho.

No plano econômico o PROEJA na rede federal proporciona a inclusão social dos jovens no mercado de trabalho, que é a filosofia da economia solidária e consiste na cooperação e solidariedade, tendo como característica, além dos processos de escolarização formal ou informal, as práticas de capacitação, redes de produção, autogestão, a existência de interesses incomuns, definições estratégicas de trabalho, compromisso com as práticas ambientais.

É também característica da maioria dos alunos do PROEJA não apresentarem experiência ainda com o mundo do trabalho, pois, apesar de apresentarem uma faixa etária compatível com o mercado, muitos ainda não conseguiram ingressar no mundo do trabalho, principalmente as mulheres que por questões culturais acabam se casando cedo deixando a vida profissional de lado. Desta forma, essas pessoas veem no ensino técnico uma alternativa para se capacitarem.

### **3.2 O PROEJA e a Economia Solidária**

A Economia Solidária se fundamenta como uma filosofia inovadora que visa a melhoria da qualidade de vida das pessoas, propiciando mudanças nos seus hábitos de vida, inovando e promovendo a cidadania e dignidade humana, assim como também a promoção e geração

de trabalho, diminuindo as desigualdades sociais. Neste cenário, a economia solidária, economia social, promove o desenvolvimento social das camadas populares menos favorecidas. Os programas federais a exemplo do PROEJA, colocam em prática os princípios da economia solidária, pelo fato de promoverem cursos de qualificação para os alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos, permitindo a inclusão deste no mundo do trabalho.

O público-alvo do PROEJA é formado por alunos de camadas sociais menos favorecidas, onde muitos se encontram excluídos do mundo do trabalho. Sendo que essas pessoas trazem como consequência para a escola, obstáculos e dificuldades encontradas durante toda a sua vida.

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sócio-laboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (DECRETO 5.840 de 2006, p. 11).

A inserção dos sujeitos no mundo do trabalho fica mais fácil quando se tem uma qualificação profissional, através de práticas educativas baseadas na solidariedade humana, já que estes jovens estão tentando recuperar o tempo que ficaram fora da escola, ocasionados por diversas razões, sendo que mais marcante é regularmente a econômica.

#### **4 PERFIL DOS ALUNOS E ALUNAS DO PROEJA DO IFPB/CAJAZEIRAS**

Este estudo foi desenvolvido com os alunos e alunas do PROEJA no IFPB campos de Cajazeiras, localizado a Rua José Antônio da Silva, 300, Bairro Jardim Oásis. A pesquisa tem caráter qualitativo e oportuniza vivenciar e conhecer melhor como se dá o processo de orientação de aprendizagem dos alunos e alunas para o mercado de trabalho.

Participaram da pesquisa alunos e alunas do curso técnico DESENHO e CONSTRUÇÃO CIVIL. O instrumento da pesquisa foi à aplicação de questionários dentro do horário escolar e a escolha dos alunos ocorreu de forma aleatória, sendo todos alunos do terceiro segmento, totalizando 20 alunos e alunas que frequentam regularmente na modalidade PROEJA.

O intuito dessa pesquisa é demonstrar o perfil dos alunos e alunas que estudam no PROEJA, visando entender as dificuldades e necessidades vividas por eles para continuarem os estudos e entender a sua importância na vida deles, já que muitos trabalham e fazem uso de várias ciências nas atividades diárias.

Foram aplicados questionários contendo perguntas de razão socioeconômicas, culturais e questionamentos sobre a importância e utilidade dos estudos para a cidadania. A pesquisa foi feita por amostragem, no total foram distribuídos 20 questionários. O questionário traz perguntas tais como: idade, situação civil, filhos, trabalho, expectativas do curso com relação à formação, saída, rotina do curso e os motivos pelos quais buscaram o ensino PROEJA.

##### **4.1 Resultado da pesquisa**

Considerando as indicações da pesquisa, o PROEJA definiu com seu público potencial alunos e alunas que se encontram numa faixa etária entre 20 a 40 anos que concluíram o ensino fundamental. Os estudantes atendidos pelo programa são jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada, por motivos variados, (desde o abandono da escola, por causa do trabalho, antes de terminar a Educação Básica ou porque não tinha escola próxima a região onde moravam).

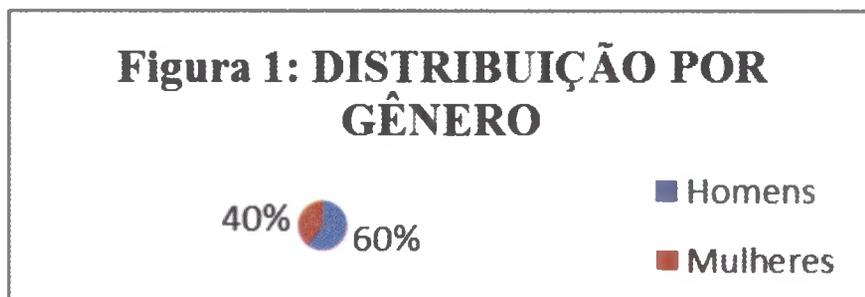
Os participantes do PROEJA são homens e mulheres, trabalhadores/as, empregados/as e desempregados ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos

de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socio-econômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura.).

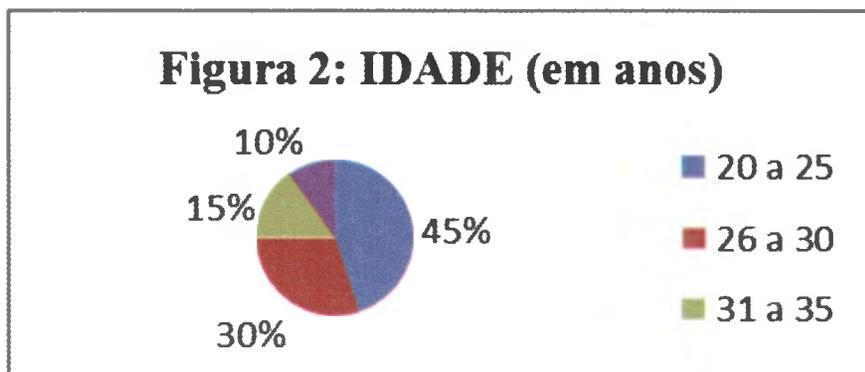
Muitos tiveram que se afastar da escola em função da entrada no mercado de trabalho. Jovens e adultos que quando retornam o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem.

O trabalho, por exemplo, tem papel fundamental na vida desses alunos, particularmente por sua condição social e, muitas vezes, é só por meio dele que eles poderão retornar a escola ou nela permanecer, como também valorizar as questões culturais que podem ser potencializadas nos espaços de diálogo.

A pesquisa apresentou os seguintes resultados:



De um universo de 75 alunos matriculados no curso, contou-se com uma amostra de 20 alunos, significando um percentual de 26,7%, sendo a maioria composta por homens (12), equivalendo a 60% e a minoria por mulheres (8), representando 40%. Tal fato denota uma acentuada predominância de homens na procura por cursos da área técnica, talvez por serem carreiras ainda vistas como mais identificadas com o público masculino.



Quanto à idade, a pesquisa apontou para uma clientela de jovens, tendo em vista que o maior percentual, ou seja, 45% dos alunos e alunas concentram-se na faixa etária entre 20 e 25 anos; no entanto, também é relevante a quantidade de alunos entre 25 e 30 anos, correspondendo a 30% do total. A faixa etária de 30 a 35 anos é representada pelo percentual de 15%. Ainda foram identificados 10% dos alunos e alunas com idade entre 35 e 40 anos. Considerando uma pessoa adulta com idade de 26 anos acima, verifica-se um percentual de 55%, deduzimos então que a quantidade de jovens e adultos está equilibrada.

**Figura 3: ESTADO CIVIL**



Outra questão abordada é a relação entre o índice de pessoas mais jovens/solteiras e a quantidade de filhos, 55% dos alunos afirmaram não possuir filhos, percentual bem próximo do índice de solteiros, que foi de 40%. Um fator explicativo sobre a grande quantidade de alunos com no máximo até dois filhos, que representa 81,8%, revela a redução nos índices da taxa de natalidade brasileira, que se deve a fatores diversos, tais como: a expansão e divulgação de métodos contraceptivos e a crescente queda de renda da população em geral.

O conhecimento da situação de vida e trabalho dos jovens e adultos é de grande importância, todavia é fundamental a análise da motivação dos alunos do PROEJA para a escolha do curso. Como resposta sobre o que teria motivado essa decisão, um percentual de 75% revelou que o impulso maior foi às possibilidades no mercado de trabalho, denotando que tal inserção representa uma grande aspiração de mudança de vida.

Observamos ainda, com relação à expectativa desses alunos e alunas após a conclusão do curso, certo nivelamento nas respostas, tendo em vista que 40% declararam que pretendem atuar como empregado, 25% almejam trabalhar por conta própria e 35% esperam fazer um curso superior na mesma área. Tal quadro aproximadamente equilibrado aponta para uma situação conflitante na expectativa da maioria desses jovens e adultos quanto ao seu futuro, após a conclusão do ensino básico. Deste grupo, 40% já trabalham e 60% estão em busca.

**Figura 4: SITUAÇÃO DE TRABALHO**



Quanto à atividade remunerada, verificou-se que a maior parte dos alunos e alunas não trabalha ou só trabalham eventualmente, totalizando um percentual de 60%. Ao se comparar a quantidade de alunos e alunas que não possuem renda (11) com a quantidade de alunos que alegam ser sustentados pela família (9), percebe-se que esses dados mostram-se inter-relacionados, ou seja, a participação na renda familiar está intimamente ligada ao exercício de uma atividade remunerada.

Convém perceber que a pesquisa realizada apresenta 26,7% dos alunos e alunas matriculados, embora o questionário tenha sido aplicado durante vários dias em sala de aula, buscando-se o alcance de um maior percentual de amostragem.

Como resultados, a pesquisa apontou que o aluno e aluna do PROEJA no IFPB/Cajazeiras apresenta características e representações sociais num dinamismo constante, permitindo-nos compreender que a mudança educacional ainda é possível, desde que haja uma intenção política e pedagógica bem concatenada.

Finalmente é preciso observar que é difícil a relação desses jovens com o mercado de trabalho. A própria colocação no mercado de trabalho formal é geralmente precária e de curta duração. A análise dos jovens atendidos revela ser necessário evitar obstáculos à sua inserção no programa e essa decisão deve ser acompanhada de medidas pedagógicas e administrativas que viabilizem o reforço de habilidades básicas de leitura e facilitem a compatibilização entre as atividades de estudo e de trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos em responder a seguinte pergunta: O que a escola representa para esses alunos? É importante sabermos que essa realidade vivida pelos alunos e alunas nos leva a conclusão de que a escola representa diferentes perspectivas, passando a ser um espaço de socialização e construção do conhecimento.

Ao tentarmos aqui levantar “Um estudo sobre o perfil de alunos e alunas PROEJA do IFPB de Cajazeiras/PB” percebemos que a maioria pertence a uma classe social menos favorecida, constituída em grande parte pelo gênero masculino, em sua maior parte excluída da atividade de trabalho formal, ou que a realiza apenas eventualmente.

O resultado obtido reflete que o maior anseio dos estudantes é a melhoria de sua inserção no mercado de trabalho, através da profissionalização. Muitos mencionaram não apenas o ingresso no mercado de trabalho, mas também o desejo de prestar vestibular ao término do curso e, dessa forma, ingressar no ensino superior.

Ressaltamos o compromisso que tem o IFPB não apenas na execução do PROEJA de forma satisfatória, mas também, na responsabilidade com os jovens e adultos que tudo apostam para a conclusão do ensino básico e, concomitantemente, uma profissionalização numa instituição qualitativamente reconhecida, na tentativa de inserir-se no mercado de trabalho, e, desta forma, resgatar a sua identidade social.

Esperamos que o interesse por este grupo educacional e suas particularidades seja alvo de pesquisa de muitos outros, para além de nós, pois, só unindo forças em busca de resultados, alcançaremos vitórias.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL, **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

BRASIL, **Decreto nº 5.840, de 13 de junho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Moda-

lidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA. **Documento Base**. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Formação inicial e continuada / Ensino Fundamental. **Documento Base**, agosto de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Educação Indígena. **Documento Base**, agosto de 2007.

FERREIRA, J. L., *et al.* **A Tecnologia como fator fundamental de inclusão social para os educandos da EJA no ensino profissional**. Disponível em:> [www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos.../TerxaTema6Artigo12.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos.../TerxaTema6Artigo12.pdf)> acesso em 10 de setembro de 2013.

HOFFMAN, J. **Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MACEDO, I. B. Que queremos dizer com a educação para a cidadania? *In*: LOPES, A. C. e outros. **Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERI, 2008.

PAULO, F. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

PAULO, F. **Pedagogia da Autonomia**. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

# O Educador de Jovens e Adultos: possibilidades e perspectivas de uma prática pedagógica em Economia Solidária

*Maria de Lourdes Enéas de Oliveira  
Edinaura Almeida de Araújo*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a finalidade de compreender a prática pedagógica dos educadores de jovens e adultos, como proposta que poderá favorecer uma aprendizagem direcionada para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho, de modo a atender as necessidades tanto dos alunos mais jovens, quanto dos alunos adultos.

O interesse pelo estudo desse tema partiu das aulas da especialização que através do debate e relato de experiências dos colegas nos motivou a conhecer de perto o perfil do educador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e analisar as perspectivas e possibilidades de realizar uma prática pedagógica direcionada a formação para economia solidária.

Atualmente a EJA trabalha com a concepção de que o conhecimento se constrói na relação dos seres humanos com o mundo e que por isso mesmo as perspectivas e possibilidades de estudo são de uma prática pedagógica voltada para a produção solidária.

Sguarezi, Borges e Zart destaca que no ensino de EJA, há a perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento de uma economia solidária social através da preparação do aluno para a compreensão de um paradigma de organização da sociedade que se embasa na valorização do trabalho e se direciona para a prática da solidariedade. A economia solidária tem como propósito o desenvolvimento de alternativas para o bem-viver dos setores populares marginalizados pelo modelo econômico dominante.

Neste sentido acreditamos que ao focalizar a prática pedagógica do educador de jovens e adultos estaremos subsidiando não apenas as reflexões acerca das implicações referentes a esta modalidade de ensino, mas estaremos contribuindo com a socialização dessa prática produtiva solidária. Para tanto, nosso trabalho apresenta uma breve abordagem da EJA e seus sujeitos, aponta os caminhos metodológicos utilizados para a pesquisa e realização do trabalho, as análises da pesquisa realizada e as considerações finais. Assim, buscaremos proporcionar uma reflexão a respeito da temática e socializar a ideia de uma economia que proporcione mudanças significativas na vida dos sujeitos.

## 2 NAS TRILHAS DA EJA: CONCEITUAÇÃO E SUJEITOS, UMA BREVE ABORDAGEM

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que possui uma organização estruturada e está inserida no sistema regular direcionado a uma público específico que conheceram um amargo fracasso escolar, que não pertence apenas a si mas ao sistema social, político e econômico. “No leque das populações para os quais a educação é uma conquista histórica a ser erigida destacamos jovens e adultos sujeitos de negação de direitos ao longo de sua vida” (CAPUCHO, 2012, p.64).

A conceituação da educação de jovens e adultos, ao longo dos anos foi sendo resignificada. Grande parte das pesquisas e produções sobre o tema apontavam a EJA como uma proposta de ensino voltada para os jovens e adultos que por motivos diversos não frequentaram a escola na idade adequada, formando uma massa de excluídos do sistema educacional. Barcelos (2010, p.53) afirma que:

A Educação de Jovens e Adultos, por ter em sua origem a ideia generosa de que se aprende por toda a vida e de que a alfabetização é um passo fundamental na construção da autonomia de homens e mulheres no mundo, tem o compromisso de estar permanentemente atenta às mudanças que acontecem na sociedade.

Definir a modalidade de ensino da EJA implica compreender os processos constitutivos do sistema que a partir das inovações teórico metodológicas e de novas políticas educacionais vão disseminando uma ideia que redefine conceitos que tem como base princípios legais,. Gadotti e Romão ( 2011, p. 65) afirmam que:

Não se pode perder a oportunidade de definir de uma vez por todas a educação de jovens e adultos como parte constitutiva do sistema regular de ensino que propicia a educação básica no sentido da prioridade de que ele deve ser alvo, com todos seus componentes estruturais por partes de autoridades e população.

Ainda segundo Gadotti e Romão (2011, p. 51) “A educação de jovens e adultos, marginalizados ou excluídos da escola na idade própria, integra-se no sistema educacional regular de ensino observando as especificidades didático-pedagógica para a clientela-alvo”. Os sujeitos que procuram a educação de jovens e adultos ou que são procurados, são aqueles que estão fora de faixa etária e não tiveram acesso e oportunidade ao estudo na idade proporcional, e por isso chegam desmotivados, cansados, com autoestima baixa, e com um desejo enorme de compensar o tempo perdido. “Apesar da luta e esforço empreendidos pelos fóruns de EJA, e demais instâncias de luta, a EJA, ainda majoritariamente é tratada numa perspectiva compensatória” (CAPUCHO, 2012; p.67).

Muitos desses jovens e adultos de certa forma têm várias dificuldades em consequência da falta de uma escolarização, pois durante a infância foram afastados da vida escolar. Nesse sentido, trata-se de uma modalidade de ensino cheia de desafios, exigindo a criação de estratégias que despertem o interesse de jovens e adultos pela educação, fazendo-os sentir a necessidade e a importância da escolarização, do domínio da leitura para uma compreensão de vida e de mundo. “Até porque não podemos esquecer que via de regra, em educação de jovens e adultos estamos tratando de pessoas que foram silenciadas ao longo dos momentos de suas vidas” (BARCELOS, 2010, p. 39).

Ao realizar a educação de jovens e adultos é essencial considerar o prejuízo que a ausência da escola causou a esses educandos. São pessoas que se julgam incapazes de voltar a aprender e que acreditam que o conhecimento não trará mudanças significativas em suas vidas.

Esses processos de construção é uma das tarefas mais urgentes e meritórias do trabalho de alfabetização de jovens e adultos. Não apenas pelo fato de incluir os mesmos no mundo da leitura e da escrita, mas também, isto é da maior importância política, ser um passo importante para reacender nestas pessoas a crença na sua potencialidade (BARCELOS, 2010, p. 39).

É importante despertar nos educandos o prazer de aprender e fazê-los perceber que a escola vai além da leitura e escrita. Ela proporciona o encontro com a valorização de suas habilidades e experiências de vida numa tentativa de resgatar a alegria de aprender dessas pessoas que vivem o desafio de retornar a vida escolar. “É fundamental que tenhamos sensibilidade para perceber que estamos à frente de grupos que são portadores de um imenso repertório de saberes (BARCELOS, 2010, p. 96).

A partir dessa valorização de saberes pretende-se que o educando manifeste interesse pelas aulas e sinta vontade de interagir e refletir a realidade em que ele está inserido.

Existe no pensamento das pessoas a concepções de que o jovem e o adulto regressam a escola na perspectiva de concluir rapidamente um curso, diante disso não se importam com a qualidade do ensino que está sendo oferecido.

A necessidade de complementar carga, a ideia de os estudantes da EJA exigem menos do professor, ou ainda de que sobre a EJA recaem menos cobranças, faz com que alguns profissionais arrisquem a improvisar a docência neste campo (CAPUCHO, 2012, p. 69).

Alguns profissionais da educação de jovens e adultos são descomprometidos com uma educação de qualidade e se aproveitam da fragilidade daqueles que veem na educação de jovens e adultos apenas o caminho pra encurtar a conclusão de um curso e obter um certificado. Porém, a educação de jovens e adultos tem recebido nos últimos anos uma atenção especial em função das mudanças sociais, da globalização e do processo do trabalho.

Podemos afirmar com segurança que as mudanças no mundo do trabalho sob o impacto da globalização solicitam análises cada vez mais aprofundadas, pesquisas continuadas e complementares, ou seja, discussões permanentes (DINIZ, SCOCUGLIA & PRESTES, 2010, p. 17).

A partir das inovações tecnológicas, desenvolvimento da comunicação e acesso cada vez maior aos acontecimentos e mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, a educação precisa de novas estratégias, propostas coerentes e uma ação efetiva para provocar no cotidiano da sala de aula discussões que permita reflexões que levem o educando a sentir a necessidade de formação, aumentando seus conhecimentos e promovendo a inclusão.

Pensar uma prática pedagógica inclusiva coloca na pauta das políticas de formação as necessidades de pensar as especificidades dos(as) professores(as) atuantes na EJA, como também a necessidade de incorporar a essas temáticas que promovam uma educação livre de qualquer discriminação (CAPUCHO, 2012, p. 72).

Torna-se necessário visualizar uma prática pedagógica que permita que os sujeitos da EJA possam retornar a vida escolar não apenas com o intuito de resgatar o tempo “perdido” e adquirir um certificado. Para isso torna-se necessário pensar na execução de estratégias que consigam desperta-los para uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho e que valorize seus conhecimentos, tornando-se sujeitos participativos e que possam interferir e interagir no meio em que vivem, bem como nos acontecimentos da sociedade, sentindo-se valorizados e capazes de promover melhoria da qualidade de vida, com acesso aos serviços sociais, usufruindo das políticas públicas implementadas na educação, saúde, infraestrutura e lazer. Isso poderá ainda despertá-lo para sua responsabilidade como sujeito que deve promover o respeito, a cidadania e a preservação do meio ambiente.

## **2.1 O educador de jovens e adultos no contexto atual**

O educador de jovens e adultos na maioria das vezes é um improvisador que por não está preparado pra atuar na EJA, utiliza a experiência que tem em outras modalidades, e que vê o educando como alguém que está apenas interessado em um certificado, por isso se acomoda ao lecionar o mesmo estilo de aula. No entanto, nos dias atuais, percebe-se a necessidade de rever as características desses educadores. “O momento em que estamos vivendo em relação ao trabalho educativo com jovens e adultos, está passando por intenso processo de avaliação e reavaliação. Muito se avançou, muito se tem questionado sobre práticas educativas, avaliativas,

pedagógicas, didáticas. Enfim, nossas diretrizes curriculares, formativas, iniciais e continuadas de professores(as), estão em discussão.” (Barcelos, 2010, p. 53).

O perfil do educador vem se modificando porque as concepções de mundo e a sociedade mudaram, e por isso a escola precisa se adequar a essas mudanças com as necessidades sociais dos educandos, cobrando do educador competência, criatividade e acima de tudo compromisso com uma educação de qualidade.

Inventar e reinventar. Isto talvez seja o que todo(a) educador da EJA mais tenha que fazer. Reinventar práticas pedagógicas, didáticas e metodológicas de atuação junto aos educandos e educandas. Mas não deve ficar apenas na reinvenção de questões relacionadas a conteúdos e práticas docentes. Há que reinventar hábitos, costumes, valores e, principalmente, a esperança de que sempre é possível aprender (BARCELOS, 2010, p. 95)

O educador de jovens e adultos deve reconhecer as características próprias e formas diversificadas de aprender, sendo consciente das limitações dos educandos. No entanto, deve tentar encontrar estratégias que os ajude a superá-las e mostrar a importância que tem o estudo, valorizando a iniciativa do seu retorno ao ambiente escolar, demonstrando interesse por suas experiências de vida, o desejo de compartilhá-las e também de aprender com eles, porque já não se pode apenas ministrar aulas teóricas sem a execução de atividades concretas e significativas, por isso é importante adotar metodologias dinâmicas para que a aprendizagem se torne algo prazeroso e que os educandos descubram que nunca é tarde para aprender.

## **2.2 Formação docente e novas perspectivas na EJA**

A prática pedagógica enfrenta o desafio de ter educadores com formação adequada que permita atuar na educação de jovens e adultos tendo um perfil que atenda as expectativas dos alunos que estão inseridos nessa modalidade de ensino, pois a falta de preparação e experiência para atuar com alunos jovens e adultos pode ser consequência da ausência de formação docente dos educadores.

Se, por um lado, grande parte de nossas dificuldades no trabalho com a EJA decorrem de deficiências e carências em nossa formação geral e básica de educadores(as), ela pode ser agravada por algumas especificidades do trabalho com a EJA (Barcelos, 2010, p. 85).

É essencial que o educador de jovens e adultos seja qualificado e tenha uma formação diferenciada, que se identifique com as características que essa modalidade exige, focalizando o processo de aprendizagem, refletindo sobre o tipo de ensino que promove, se apropriando de elementos como motivação, renovação, equilíbrio, e a capacidade de lidar com situações inesperadas para enriquecer os momentos de aprendizagem. Necessita ainda ter uma relação harmoniosa com os educandos, libertando-os de atividades mecânicas e de aulas expositivas sem interação que oprime o prazer de aprender, e propondo atividades que representem crescimento social, cultural, individual e coletivo, criando oportunidades para que eles possam mostrar seu conhecimento e habilidades.

Se no processo educativo em geral a dedicação profissional é um dos fatores decisivos para a formação de professores(as), na EJA em particular, esta dedicação se faz necessária com a maior radicalidade. E dedicação tanto efetiva, técnica, quanto afetiva e humanística. (BARCELOS, 2010, p 85).

Uma das características de um educador de jovens e adultos é acreditar que o maior objetivo do ensino dessa modalidade é promover e despertar nos educandos a importância de uma visão crítica e democrática capaz de torná-los participativos na família, na escola, na cultura, na política e na economia.

Alguns (mas) autores(as) apontam que a EJA deve potencializar habilidades e competências para que os (as) jovens e adultos (as) se tornem mais capacitados(as) para a vida e para o contexto no qual estão inseridos(as). Tal vertente defende que os (as) professores(as) atuantes nessa modalidade devam ter conhecimento da realidade de seus(suas) estudantes; compreendo que isso se restringe a conhecer suas expectativas, sua cultura e suas necessidades de aprendizagem e de vida. (CAPUCHO, 2012 p 116).

O educador de jovens e adultos deve ser um empreendedor de ideias que contribuam para a construção reflexiva de uma prática pedagógica que idealiza uma postura didática dirigida ao jovem e adulto trabalhador, em que os conteúdos façam referência à experiência de vida do aluno, ensejando-lhe a construção de hipótese sobre sua realidade e ao mesmo tempo a inserção através de conhecimentos científicos nessa realidade vivida numa perspectiva de nela intervir, sendo protagonistas que buscam transformá-la, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de cada cidadão

O educador de jovens e adultos deve ainda privilegiar seus alunos com uma educação que os engaje no desenvolvimento econômico, provocando neles a autonomia para questionar e conseqüentemente solucionar problemas existentes na sociedade, porque a educação deve estar a serviço da transformação social de um povo que se organiza visando modificar sua realidade e promover o bem comum.

[...] mais do que uma prática que permita a esses sujeitos refletirem sobre a realidade aparente, a prática pedagógica na EJA deve se fazer compromissada com a formação de atores que transformem essa realidade de maneira mais profunda e coletiva, atuando em prol ao respeito à dignidade humana e a justiça social (CAPUCHO, 2012, p. 116).

Muitos professores que atuam na EJA ainda não despertaram para a inovação da sua prática pedagógica, pois ainda desenvolvem uma metodologia direcionada apenas para o ato de aprender a ler e escreve, como também ministra aulas expositivas, sem a interação do aluno, e isto é visto como tradicionalismo, pois se considera que o aluno jovem e adulto precisa além de leitura, escrita e cálculos matemáticos. Na verdade ele precisa expor seu pensamento, suas experiências de vida e acima de tudo construir e ampliar o conhecimento.

O educador deve ser democrático, tornar-se viável à flexibilidade dos padrões e limites que favorecem a construção da cidadania que proporciona ao aluno jovem e adulto a chance de despertar para se tornar um cidadão livre e consciente, que de acordo com Gadotti e Romão (2011, p. 90), “foi necessário que se recolocasse a questão da relação dialética sociedade/escola nos seus devidos termos, para que esses educadores progressistas retomassem a luta, no seu próprio campo de trabalho, pela transformação”.

Para atuar na educação de jovens e adultos é essencial que sejam profissionais qualificados, cheios de dinamismo e entusiasmo na execução desse trabalho para que os educandos dessa modalidade não corram o risco de se deparar com aulas tradicionais, desmotivadoras, que limitam-se ao livro didático, sem relacionar conteúdos com a realidade dos educandos, “e não há como desatrelar a avaliação do rendimento escolar do aluno da avaliação do desempenho do professor e da instituição, dado, que o sucesso ou fracasso do primeiro é o reflexo do êxito ou da derrota dos segundos” (GADOTTI e ROMÃO 2011, p. 83).

Antigamente os jovens e adultos apresentavam dificuldades no aprendizado, e como já vinham para as aulas cansados e com tantos outros problemas, então o educador se aproveitava disso para culpá-los como se apenas eles errassem. Atualmente percebe-se que o aluno não pode ser avaliado sozinho, surgindo a necessidade do professor se auto-avaliar e refletir se a escola está em sintonia com as especificidades desse público diferenciado.

### **2.3 Caminhos para desenvolver uma prática pedagógica em economia solidária**

Segundo Praxedes (2012) a economia solidária vem assumindo um importante papel no campo da busca de alternativa para a reorganização do mercado de trabalho, bem como para o enfrentamento da pobreza.

A economia solidária tem sido muito valorizada por se tratar de algo que possibilita a geração de emprego e renda e a partir do surgimento de cooperativas a economia solidária ganha espaço e, conseqüentemente, a sociedade pode se tornar mais igualitária. Isto por que:

A resposta mais frequente à crise do trabalho por parte das pessoas atingidas tem sido a formação de cooperativas de trabalho para mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro (SINGER, 2011, p. 410).

Neste sentido, observamos que, uma das principais questões a serem levantadas sobre o perfil do educador de jovens e adultos é em relação ao desenvolvimento numa perspectiva de formar alunos para desenvolver uma economia solidária.

O educador de jovens e adultos precisa contribuir de maneira significativa para a formação desses educandos, percebendo a situação social e econômica desses jovens que na maioria das vezes estão desempregados e de adultos que não tem o conhecimento que favorece o acesso ao mundo do trabalho.

Reconceber a educação escolar na perspectiva da economia solidária implica introduzir nos programas de ensino- aprendizagem a alfabetização em economia solidária e em filosofia da libertação (ARRUDA, 2005, p. 37).

Para o autor, a autogestão é umas das grandes características de economia solidária por se tratar de algo que envolve todos os participantes que aderem a esse tipo de organização, pois mostra que todos devem ter conhecimento de todos os aspectos que envolvem o empreendimento.

Assim a autogestão contraria o capitalismo que segue uma hierarquia onde há empregado e empregador. Na autogestão todos participam das decisões e dividem tantos lucros como prejuízos, e dessa forma administram juntos

Um dos princípios da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre rumos da produção, a utilização dos excedentes e também sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (SCHIOCHET, 2011, p. 443).

É importante mencionar que o papel do educador de jovens e adultos não deve se limitar apenas a transmitir conhecimentos de uma disciplina específica, mas sim de espalhar conhecimentos empresariais e despertar neles a visão empresarial adequados para que possam desenvolver empreendimentos solidários proporcionando aos educandos a possibilidade de conhecer e se identificarem com a economia solidária, estimulando-os a pensar o empreendedorismo como algo que pode se tornar possível na vida deles, encontrando nesse tipo de eco-

nomia um meio de transformação social, pertencendo a um empreendimento que os tragam a oportunidade de melhorar a qualidade de vida através de um empreendimento coletivo.

Segundo Schiochet (2011), é válido frisar que deve acontecer uma educação que não seja apenas para a transmissão de conteúdos, mas sim com novas perspectivas que permitam ao educando se tornar sujeito da aprendizagem, construindo o conhecimento que possa interagir e exercer sua participação na vida coletiva a partir de empreendimentos que gere emprego e renda e liberte-os da exclusão o mercado de trabalho. A independência econômica deve ser conquistada e para que isso realmente se concretize é necessária uma conscientização da problemática sociopolítica, econômica, cultural que permeia e sociedade.

Arruda (2005), nos lembra que é importante privilegiar os educandos com uma educação que os engaje no desenvolvimento social, político e principalmente econômico, provocando neles o desejo de autonomia para ousarem a empreender de forma solidária e consequentemente promover uma sociedade com mais solidariedade e justiça. Isto por que, a economia solidária promove a educação não como um fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

De certa forma podemos considerar a economia solidária como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado e também um movimento que promove sobretudo múltiplas combinações e possibilidades (BENINI, 2011, p. 71)

A prática pedagógica em economia solidária consiste em uma preparação para que adotem metodologias que consigam associar educação e trabalho. Assim os jovens e adultos precisam de um conhecimento técnico para concretizar a integração entre empreendimento solidário e educação. “Eis a chave: a EJA tem que casar trabalho e educação. Para isso, é preciso ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional” (ARRUDA, 2005, p.32)

Tauile e Debaco frisam que necessita-se associar aos conteúdos escolares da EJA, estratégias de empreendedorismo, que é um processo que visa habilitar pessoas para executar determinadas funções em prol de objetivos definidos no empreendedorismo, focalizando na qualificação dos membros envolvidos no empreendimento, com a finalidade de ver acontecer o crescimento, a organização, a motivação e a sustentabilidade da empresa, pois todos devem se empenhar em entender sobre todos os aspectos do mundo dos negócios como finanças, índices de falência, capital de giro e tantos outros aspectos essenciais para um empreendimento, enfim é importante ter acesso a um estudo de viabilidade econômica.

Faz-se necessário citar que empreendimentos autogeridos alcançaram sucesso mais do que empresas que adotam o padrão tradicional graças ao amadurecimento dos trabalhadores que aprendem e acabam adquirindo experiência de como se comportar dentro de uma administração coletiva, e isso mostra que a forma de gerir interfere no sucesso ou fracasso do empreendimento

O método tem que consistir numa íntima interação entre a educação, o trabalho e a vida que levam. Trabalhadores da economia solidária, por sua vez, ainda que tendo escolhido a cooperação e a partilha, precisam de formação, de capacitação e de reciclagem de conhecimentos e aptidões. Jovens e adultos anseiam por graus sempre mais elevados de formação de competência. “O desafio da economia da formação em economia solidária e desenvolvimento é, na verdade, permanente (ARRUDA, 2006, p. 13).

A relação entre a economia solidária e a educação de jovens e adultos acontece a partir da necessidade que o aluno tem de obter uma formação e qualificação profissional, como também se dá a partir das lutas para construir novos caminhos, reconstruindo conceitos.

É essencial a conexão entre ECOSOL e EJA para que o aluno não se limite a ser um mero expectador do conhecimento mas, acima de tudo, se torne um sujeito que possua habilidades e competência para sobreviver com dignidade sem ser alienado nem escravizado pelo sistema capitalista.

É válido lembrar que as pessoas só estarão realmente preparadas para implantação de empreendimentos solidários quando as pessoas deixarem a ganância e a ambição perderam espaço para a solidariedade e se conscientizarem para um novo jeito de viver com melhor qualidade de vida, pois a economia solidária precisa se fortalecer a partir da consciência das pessoas que precisam se libertar do capitalismo para deixar de ser opressor e oprimido, e encontrar na economia solidária algo que pode fazer parte da vida da sociedade como sinal de emancipação.

Assim o poder de solidariedade deve ser maior do que a ganancia pelo poder, do que o consumismo exagerado e do que a competitividade e individualismo que acarretam desemprego, exclusão, como também a posse de lucros apenas nas mãos de alguns. Para que assim o capitalismo possa ser aos poucos combatido.

Concordando com Sguarezi, Borges e Zart (2008), o modelo do capitalismo, em seu atual estágio de desenvolvimento, tem gerado centenas de milhões de miseráveis, que sofrem da fome, da seca, da falta de moradia, da falta de terra; são analfabetos, desempregados, flagelados, sofrem da violência, da guerra, do tráfico e das doenças. Estes mesmos e muitos outros sofrem pela ausência da utopia, do sonho, da perspectiva de um futuro que possa ser vivido longe dessas mazelas.

Muitas vezes não encontramos repostas para os problemas enfrentados pela humanidade. Para tanto, devemos fugir da lógica, hoje dominante e desenvolver uma lógica de solidariedade diferenciada desse capitalismo perverso.

### 3 METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, respaldada numa abordagem qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados foi utilizado o questionário por ser um instrumento capaz de explorar com maior clareza as informações necessárias. Segundo Severino (2007, p. 125) “O questionário é um conjunto de questões articuladas que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. Nesse sentido, o questionário nos permitiu adquirir informações acerca da temática de uma forma clara e objetiva, pois, como destaca Marcone e Lakatos (2010) O questionário como instrumento de pesquisa apresenta vantagens quanto ao número de pessoas que queremos interrogar, favorece na questão do tempo além de proporcionar maior liberdade ao questionado.

O local de estudo envolve uma escola da rede estadual de ensino localizada na cidade de Uiraúna-PB. A referida escola oferece o ensino médio da EJA no período noturno. Há 05 turmas de EJA, sendo duas turmas do 1º ano, duas do 2º ano e uma do 3º ano, que no total somam 100 alunos.

Para tentar compreender melhor a temática que estamos trabalhando, enveredamos pelo caminho da pesquisa. Em um universo que constituem dez professores que lecionam no médio da EJA, utilizamos uma amostra de cinco professores de disciplinas diferentes. Destacamos que foram questionados cinco educadores, que foram selecionados pelo fato de estarem presentes no colégio no dia que fomos aplicar os questionários. Dois desses educadores são efetivos e três são contratados, mas isso não interfere na obtenção de dados, uma vez que os mesmos atuam de acordo com as mesmas normas institucionais, sem distinção no que se refere a sua responsabilidade.

Aqui os sujeitos da pesquisa serão identificados pelas letras “A”, “B”, “D”, “G” e “F” garantindo assim, a preservação de sua identidade.

#### 4 TRILHANDO OS CAMINHOS DA EJA PELA ÓTICA DOS PROFESSORES

São muitas concepções sobre a educação de adultos. Também são muitos os pesquisadores que se dedicam ao estudo e compreensão dessa temática, buscando respostas para os avanços e retrocesso dessa modalidade de ensino bem como sua relação com a ECOSOL. Buscamos nesta pesquisa dar voz aos sujeitos da ação, os professores, os quais estão no dia a dia diretamente relacionados as problemáticas da educação de jovens e adultos.

Ao serem questionados sobre sua formação profissional e que disciplina lecionam, o educador “A” respondeu que é licenciado em ciências biológicas com habilitação em biologia com especialização em psicopedagogia e leciona a disciplina biologia. O educador “B” afirmou que é licenciado em ciências com habilitação em matemática e é especialista em docência do ensino e leciona matemática. O educador “C” é licenciado em história e leciona a disciplina história. O educador “D” afirmou que é licenciado em letras, especialista em psicopedagogia e leciona Inglês. O educador “E” licenciado em geografia e leciona Geografia.

Todos participantes da pesquisa possuem ensino superior, sendo que destes, três são especialistas. O que implica dizer que serem graduados e atuarem nas suas respectivas áreas é considerado um fator positivo, pois em algumas escolas os professores são graduados em uma área e atuam em outra.

Há quantos anos você atua na EJA?

Os educadores “A” e “G” afirmam que atuam há dois anos, enquanto que os educadores “B” e “F” afirmam que atuam há quatro anos. O educador “D” respondeu que atua há um mês.

Assim, alguns dos pesquisados possuem de certa forma mais experiências do que outros nessa modalidade.

Percebemos que a maioria dos educadores da EJA ainda não se sente totalmente preparados para atuar nessa modalidade por não terem participado de curso de formação específico para a EJA, pois ao serem questionados sobre essa preparação o educador “A” respondeu que usa a experiência profissional que tem em outras modalidades tentando fazer o melhor para atender as necessidades do aluno, enquanto que o educador “D” respondeu que não teve preparação na Universidade. O educador “G” respondeu que sente preparada pra atuar na EJA. O educador “B” não respondeu esse questionamento. O educador “F” afirma que se sente capaz de atuar na modalidade da EJA devido sua experiência profissional.

Ao serem indagados sobre qual deve ser o maior objetivo da educação de jovens e adultos, o educador “A” destaca que é trazer os mesmos a sala de aula para concluir o ensino médio ou até mesmo cursar uma faculdade, enquanto que o educador “B” afirma que é oportunizar a inclusão a esses educandos que buscam o conhecimento, para que possam concluir o ensino médio ou até mesmo cursar uma faculdade. Já o educador “G” destaca que é acabar com o analfabetismo e fazer com que os mesmos concluam o ensino médio e possam ingressar em um curso técnico. O educador “F” afirma que deve-se preparar o educando para exercer a sua cidadania de forma ativa. O educador “D” afirma que seja regressar jovens e adultos à escola.

Muitos desses educadores da EJA nunca participaram de cursos que os preparassem para atuar nessa modalidade de ensino e reconhecem que as ausências destes cursos impedem que atuem de forma mais apropriada.

Ao ser questionado sobre a participação de cursos de capacitação para atuar na EJA os educadores “A”, “F” e “D” responderam que não tiveram oportunidade ainda. O educador A afirma ainda que é consciente que o curso de capacitação é fundamental para que o educador possa ter mais segurança nas atividades trabalhadas. No entanto o educador “B” e o educador “G” afirmam que já participaram. O educador “B” avalia que esse curso não foi bom, enquanto que o “G” destacou que na teoria é muito bom, mas na prática é bem diferente e difícil de se trabalhar.

O educador da EJA se diferencia de certa forma daqueles que atuam em outra modalidade. Diante disso foi colocada a questão sobre: Qual o perfil que o educador da EJA deve ter? O educador “A” afirma que deve ser comprometido em orientar os alunos a lutar por seus objetivos de vida e mostrar caminhos para o sucesso pessoal e profissional. O educador “B” coloca que deve ser de professor que compartilhe com os educandos suas experiências de vida. O “F” destaca que deve pensar no educando para uma visão libertadora. Esta visão diverge do educador “G” que coloca que deve ser paciente, compreensivo e adequar-se ao perfil do aluno. O educador “D” afirma que deve ser maleável ao máximo, pois o cansaço e as dificuldades são maiores do que no ensino regular.

Ao serem interrogados sobre a metodologia e os recursos que utilizam para mediar o ensino-aprendizagem, o educador “G” respondeu que usa slides, música, quiz de perguntas e resposta, enquanto que o educador “D” afirma que usa filmes e produção textual. O educador “F” destacou o uso de textos, de computador e livros didáticos. O educador “B” respondeu que utiliza textos direcionados realidade dos educandos e trabalhos em grupo. O Educador “A” afirmou que utiliza aula expositiva e dialogada como também seminários

São muitos os desafios enfrentados pelos educadores da EJA no exercício de sua prática pedagógica. Assim o educador “G” respondeu que a escola não tem livros, tenho que trazer o material de casa e há uma certa resistência dos alunos. Já o educador “D” afirma que é a falta de interesse dos alunos e pouca participação nas aulas. O educador “F” afirma que é o fato dos alunos apenas visarem um certificado. O educador “B” afirma que é o pouco material didático e o apoio pedagógico direcionado a este ensino. O educador “A” destaca que são o número de aulas reduzida e a falta de material didático.

O educador “A”, “B”, “D”, “G” e “F”, são unânimes ao afirmar que além de aplicar conteúdos de sua disciplina também trabalham a diversidade de temas. O educador “A” destaca ainda que por sentir a necessidade de relacionar os conteúdos com temas atuais, busca desenvolver a visão crítica e o crescimento social do aluno.

A economia solidária é vista por alguns dos educadores pesquisados como algo relacionado ao mercado de trabalho que se opõe ao capitalismo enquanto que os outros são sinceros ao dizer que não sabem o seu significado.

Ao ser indagado sobre o conceito de economia solidária, o educador “A” e “F” foram sinceros ao assumir que não possuem conhecimento do que seja isso. Já o educador “B” respondeu que é o processo pelo qual trabalhadores se unem para combater o capitalismo predatório. O educador “D” coloca que é algo que está voltado a formar jovens aptos ao mercado de trabalho. O educador “G” afirma que é uma atividade feita por associações e cooperativas que visam ajudar pessoas mais necessitadas.

Alguns educadores demonstram apoio à perspectiva de uma prática pedagógica em economia solidária, no entanto, acreditam que é preciso ter um investimento em capacitação para que possam colocar em prática. Neste sentido, ao serem interrogados sobre a possibilidade de trabalhar a economia solidária nas turmas da EJA. O educador “B” afirma que sim porque a maioria dos alunos desse tipo de ensino se engaja no perfil de trabalhadores envolvidos na luta da economia solidária. O educador “G” destaca que talvez seja possível, mas para isso tem que ter uma participação da escola x comunidade. O educador “D” afirma que é possível trabalhar a economia solidária com os alunos, justificando que a maioria dos alunos desse tipo de ensino demonstra interesse ao ingresso no mercado de trabalho, enquanto que o educador “A” e o educador “F” por não terem conhecimento do que se trata não responderam esse questionamento.

Ao ser questionado sobre a articulação entre trabalho e EJA, o educador “B” coloca que da mesma forma que os dirigentes tiveram a boa vontade de lançar esse projeto de ensino, deveriam criar benefícios para a inclusão desses cidadãos no mercado de trabalho. Nesta perspectiva acha difícil acontecer esta articulação, pois falta compromisso das autoridades compe-

tentes para que isto seja alcançado. O educador “D” destaca essa articulação de forma positiva, pois boa parte dos alunos demonstra interesse ao ingresso no mercado de trabalho. O educador “G” afirma que é um pouco complicado, pois tem que ter uma participação da escola x governo x comunidade. Os educadores “A” e “F” não responderam este questionamento.

A partir das análises do questionário podemos perceber que a economia solidária ainda é desconhecida nessa modalidade de ensino, uma vez que as capacitações não atendem essa perspectiva, ou seja, relacionar a EJA com a ECOSOL, o que seria pertinente, uma vez que trata-se de educandos já em nível avançado de ensino.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível compreender melhor as especificidades que permeiam a Educação de Jovens e Adultos. Observamos que até os dias de hoje a EJA ainda é uma modalidade de ensino que necessita de olhar diferenciado. A maioria dos professores não possui preparo específico para o ensino de Jovens e Adultos. Assim, consideramos importante o professor da EJA, ter uma formação específica na área, uma vez que compreenderão melhor seus alunos, os estigmas que trazem da sua vida desde a constatação das dificuldades de letramento e alfabetização até de voltar-se para escola a fim de retomar sua vida escolar como sujeito historicamente excluído do processo educacional.

Então, é necessário que o professor entenda esse aluno como um sujeito que precisa de estímulos pra permanecer na escola, estímulos estes, que devem partir da realidade do aluno, do que realmente faz sentido para sua vida. Consideramos esse estímulo decisivo para a permanência ou não, desse sujeito no contexto escolar.

Constatamos que, apesar de a educação de jovens e adultos ser uma atividade especializada e com características próprias, são raros os cursos de formação de professores e as universidades que oferecem formação específica aos que queiram trabalhar ou já trabalham nesta modalidade de ensino. Igualmente, não são muitos os subsídios escritos destinados a responder às necessidades pedagógicas dos educadores que atuam nas salas de aula da educação de jovens e adultos. Na escola alvo de nossa pesquisa nenhum professor possui formação específica para a modalidade da EJA

Contudo, não entendemos esse trabalho com uma panaceia, mas como um auxílio a mais que possa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino da modalidade enfocada, contribuindo para que os problemas atuais da EJA não sejam jogados para anos letivos subsequentes bem como, uma proposta de incorporação da economia solidária no ensino de EJA como forma de suprir necessidades de formação para uma convivência com perspectivas de melhoria da qualidade de vida.

## 6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. *In*: KRUPPA, Sonia Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Editora INEP. Brasília – DF, 2005.

ARRUDA, M. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. *In*: Seminário: **Economia dos setores populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação**. Universidade Católica de Salvador e CAPINA. Bahia, 2006.

BARCELOS, V. **Formação de professores para educação de jovens e adultos**. 4. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2010.

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de economia solidária. *In*: **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas**

- públicas de economia solidária/ Édi Benini... *et. al.* (organizadores) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões. 2011.
- CAPUCHO, V. **Educação de jovens e adultos:** prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. Coleção educação em direitos humanos. Vol. 3. São Paulo – SP: Editora Cortez, 2012.
- DINIZ, A. V. S.; SCOCUGLIA, A. C.; PRESTES, E. T. (org). **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos:** possibilidades e contribuições ao debate. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs) **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 12. Ed. São Paulo – SP: Editora Cortez, 2011.
- MARCONE, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010
- PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. *In:* BENINI, Édi. *et. al.* (org.). **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas públicas da economia solidária. 1ª ed. São Paulo: outras expressões, 2012
- SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In:* BENINI, Édi. *et. al.* (org.). **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas públicas da economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez. 2007.
- SGUAREZI, S. B.; BORGES, J. L.; ZART, L. L. **Economia Solidária e Educação:** uma experiência interinstitucional. Tangará – MT: UNEMAT, 2008.
- SINGER, P. A economia solidária no governo federal. *In:* BENINI, Édi. *et.al.* (org.). **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas públicas da economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.
- TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil:** a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. VII Encontro Nacional de Economia Política, 2002, Curitiba. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, 2002.

Este livro foi diagramado na  
fonte Georgia e impresso em  
papel Avergaminhado 75 grs.,  
na RDS Gráfica e Editora Ltda.,  
no mês de setembro de 2015, em  
Fortaleza - Ceará - Brasil